



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**EDUCAÇÃO, BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO E OS
DIREITOS SOCIAIS: DESARTICULAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA?**

RENATA SPADETTI TUÃO

Sob a Orientação do Professor
Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/ Nova Iguaçu, RJ
Julho de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T883 e Tuão, Renata Spadetti , 1980-
Educação, Banco Interamericano de Desenvolvimento e
os Direitos Sociais: desarticulação da classe
trabalhadora? / Renata Spadetti Tuão. - Seropédica;
Nova Iguaçu, 2023.
324 f.: il.

Orientador: Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2023.

1. Banco Interamericano de Desenvolvimento . 2.
Todos pela Educação. 3. Direito à Educação. 4.
Imperialismo. 5. Luta de Classes. I. Lamosa, Rodrigo
de Azevedo Cruz , 1981-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 859 / 2023 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.049004/2023-13

Seropédica-RJ, 28 de julho de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

RENATA SPADETTI TUÃO

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutora**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

TESE APROVADA EM 13/07/2023

Membros da banca:

RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ LAMOSA. Dr. UFRRJ (Orientador/Presidente da Banca).

ROBERTO LEHER. Dr. UFRJ (Examinador Externo à Instituição).

LUCIANA CRISTINA SALVATTI COUTINHO. Dra. UFSCAR (Examinadora Externa à Instituição).

LEANDRO SARTORI GONÇALVES. Dr. UERJ (Examinador Externo à Instituição).

MARCELA PRONKO. Dra. FIOCRUZ (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 28/07/2023 14:28)

RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ LAMOSA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1941477

(Assinado digitalmente em 31/07/2023 06:47)

MARCELA ALEJANDRA PRONKO
ASSINANTE EXTERNO
Passaporte: 05276872783

(Assinado digitalmente em 28/07/2023 15:45)

ROBERTO LEHER
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 754.562.817-91

(Assinado digitalmente em 28/07/2023 13:50)

LEANDRO SARTORI GONÇALVES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 145.049.587-75

(Assinado digitalmente em 28/07/2023 14:30)

LUCIANA CRISTINA SALVATTI COUTINHO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 120.742.838-81

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **859**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **28/07/2023** e o código de verificação: **0d9797328f**

Dedico esta pesquisa a todos os trabalhadores que sofrem,
todos os dias, a espoliação da sua força de trabalho.
Entender os mecanismos que tentam escamotear a exploração
não tem sido tarefa simples, tampouco comum ou natural.
Em especial, a todos os trabalhadores e trabalhadoras
que sofreram perseguições e foram acuados pela força do capital.
Não tento, no entanto, trazer palavras de esperança,
visto que ela é mais uma ilusão que nos é imposta.
Ofereço, nesta obra, um pouco das reflexões que,
como trabalhadora, busquei compreender acerca
do capitalismo e seus mecanismos, nos tempos atuais, a partir da ciência.
Que estas pequenas reflexões sirvam às lutas do nosso tempo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço àqueles que participaram e contribuíram diretamente com a construção deste trabalho de pesquisa. Meu reconhecimento, com afeto:

Aos meus pais Ana Spadetti Tuão e Pedro Álvaro Tuão que mesmo diante das duras condições objetivas e da sobrecarga de trabalho, me ensinaram, desde criança, sobre a importância do conhecimento na vida dos trabalhadores em luta por sobrevivência. Obrigada pelo apoio incondicional, sobretudo nos tempos mais difíceis, foi fundamental para que eu pudesse concluir esta pesquisa.

À minha tia Alrizete Spadetti pelos momentos em que sua torcida pela minha felicidade se tornou o impulso necessário para continuar o esforço do trabalho.

À minha irmã Márcia Spadetti com muita admiração pela sua trajetória pessoal e profissional, por ser força e sustento durante o processo de formação na pós-graduação. Obrigada pelo apoio incondicional e, sobretudo, por ter segurado minha mão nos momentos de cansaço e desânimo.

Ao meu sobrinho Pedro Antônio Spadetti Tuão Costa pela paciência e pela compreensão nos momentos de ausência. Obrigada por me ensinar, desde a sua chegada em nossas vidas, a lutar pela vida e pelos sonhos possíveis.

Aos meus sogros Rosa Martins e Antônio Jorge da Silva pelo incentivo durante o processo e por compreenderem os momentos de ausência.

Ao meu companheiro de vida Márcio Martins da Silva, com amor e admiração, por todo acolhimento, carinho e generosidade. Obrigada, particularmente, pelo seu empenho em diminuir a minha sobrecarga de trabalho, ampliando sobremaneira o meu tempo livre para a pesquisa.

Ao meu orientador Rodrigo Lamosa com quem tive a felicidade de compartilhar inúmeros diálogos formativos desde a formação em Mestre. Agradeço, em especial, o respeito ao meu tempo de amadurecimento intelectual, à construção da minha autonomia, assim como, a confiança no desenvolvimento do meu trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC) pelas interlocuções e compromisso com a formação do trabalhador.

Aos colegas do HISTEDBR/Baixada, de modo particular a professora Gilcilene Barão e ao professor Leandro Sartori, pelas incontáveis contribuições intelectuais e diálogo franco.

Às professoras Marcela Pronko, Luciana Coutinho e ao professor Roberto Leher pela leitura atenta e pelas orientações acerca dos caminhos da pesquisa.

Aos colegas do Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE). De maneira particular agradeço a Vanessa Santana dos Santos e ao Ramon Mendes da Costa Magalhães pela sensibilidade e companhia solidária durante o processo de pesquisa.

Aos colegas do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação de Duque de Caxias pela luta incansável por condições de estudo e de pesquisa aos trabalhadores da rede municipal de ensino em Duque de Caxias, mesmo diante dos ataques sofridos.

Aos colegas do CEPEMHed pela escuta atenta e solidária sobre as minhas descobertas durante o trabalho de pesquisa.

Aos meus amigos Juna Battaglia da Cruz, Órion da Cruz Sádio e Thiago Vano de Aragão Sádio por todo acolhimento, generosidade e diálogo franco. Agradeço por compartilhar comigo de momentos na vida, na pesquisa e na crítica às minhas produções.

Às amigas Idilea Thomaz de Aquino e Kátia Veillard pela solidariedade e afeto, por confiarem e respeitarem o meu processo formativo intelectual.

Todo meu afeto aos que, de forma indireta e mesmo sem disporem de total consciência, contribuíram para a construção desse trabalho de pesquisa. Sobretudo, a todos os trabalhadores que resistem e lutam pela educação pública no Brasil.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

É lamentável testemunhar trabalhos servis, mesmo que em nome da liberdade, e lutar com alfinetadas e não com cacetadas. Estou cansado de hipocrisia, de estupidez, de autoridade brutal. Estou cansado de nossa docilidade, de nossa obsequiosidade, de nossos recuos, de nossas querelas por meio de palavras. Nada posso fazer na Alemanha. Aqui, falsifica-se a si mesmo.

(Karl Marx, 1843)

Ao lado dos acordos formais, há os morais. À aceitação verbal das “condições” e à obrigatoriedade “moral” dá-se o nome de “democrata autêntico” e “verdadeiro”, ainda que qualquer criança entenda que dezenas e centenas de falastrões fazem declarações, até convencem com a palavra de honra de um radical que são socialistas, apenas para tranquilizar os sociais-democratas. Não, o proletariado não vai cair nesse jogo de palavras de ordem, declarações e acordos. O proletariado nunca vai esquecer que a verdadeira democracia não pode ser burguesa. O proletariado apoia a democracia burguesa não com base em negociações com ela sobre não disseminar o terror, não com base na fé em sua confiabilidade, mas a apoiará quando e na medida em que ela, na prática, lute contra a autocracia. Esse apoio é indispensável para o êxito dos interesses sociais-revolucionários de todo o proletariado.

(Vladimir Ilitch Lênin, 1905)

RESUMO

TUÃO, Renata Spadetti. **EDUCAÇÃO, BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO E OS DIREITOS SOCIAIS: desarticulação da classe trabalhadora?** 2023. 324 p. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

O fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) impactou, decisivamente, os anos finais do século XX, sendo interpretada pelos intelectuais burgueses como o fim da história e pelos intelectuais marxistas, por vezes, como a derrota do movimento dos trabalhadores na luta contra o imperialismo. As consequências dessa experiência associadas às transformações no sistema produtivo propiciadas, a partir da década de 1970, foram sentidas com intensidade pela classe trabalhadora no capitalismo dependente e aproveitadas pela burguesia com a internacionalização e a interiorização dos imperativos do capital para todos os âmbitos das relações sociais. Isso posto, indica-se que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tem desenvolvido papel fundamental, sobretudo na expansão capitalista para o interior dos Estados e municípios ou províncias das unidades político-territoriais na América Latina, em diferentes áreas, ampliando a aplicação de estratégias que promovem a contenção da classe trabalhadora por meio da sua desarticulação preventiva. Neste trabalho, procura-se apontar os bancos interestatais como desdobramentos institucionais do imperialismo, a partir da investigação sobre a relação do BID com o Brasil, detendo-se ao período entre a redemocratização e os dias atuais. Convém compreender o imperialismo como fase de desenvolvimento do capitalismo em seus traços fundamentais (LÊNIN, 2012) que determinam, ainda no século XXI, as relações sociais no capitalismo dependente (GOUVÊA, 2016; FERNANDES, 1981) por meio de elementos que conduzem à manutenção da contrarrevolução preventiva (FERNANDES, 2019). Desse modo, ampliam-se as fontes utilizadas como objeto de estudo, considerando, para além das operações jurídico-políticas desenvolvidas pelo BID, legislações produzidas no âmbito dos Estados e municípios e documentos produzidos pelo Movimento Colabora Educação coordenado pela organização empresarial Todos pela Educação no Brasil. Conclui-se que a Educação Básica Pública, no Brasil, entre 1988 e 2022, foi atravessada pela intervenção do BID no interior das unidades político-territoriais, em aliança com organizações empresariais locais, como forma de garantir a expansão do capital em termos de valor e território, a partir de processos preventivos de contenção da classe trabalhadora através da sua desarticulação, que tem como principal estratégia a efetivação do regime de colaboração disposto nos dispositivos legislativos desde a Constituição Federal (1988) nos Estados e municípios.

Palavras-Chave: Banco Interamericano de Desenvolvimento. Luta de Classes. Imperialismo. Capitalismo Dependente. Regime de Colaboração.

ABSTRACT

TUÃO, Renata Spadetti. **EDUCATION, INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK AND THE SOCIAL RIGHTS: dismantling the working class?** 2023. 324 p. Thesis (Doctorate in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

The end of the Union of Soviet Socialist Republics (USSR) had a decisive impact on the final years of the 20th century, being interpreted by bourgeois intellectuals as the end of history and by Marxist intellectuals, sometimes, as the defeat of the workers' movement in the fight against imperialism. The consequences of this experience associated with the transformations in the productive system that took place, from the 1970s onwards, were intensely felt by the working class in dependent capitalism and taken advantage of by the bourgeoisie with the internationalization and internalization of the imperatives of capital for all the spheres of social relations. That said, it is indicated that the Inter-American Development Bank (IDB) has played a fundamental role, especially in the capitalist expansion towards the interior of the States and municipalities or provinces of the political-territorial units in Latin America, in different areas, expanding the application of strategies that promote the containment of the working class through its preventive disarticulation. In this work, an attempt is made to point out interstate banks as institutional developments of imperialism, based on the investigation of the IDB's relationship with Brazil, focusing on the period between redemocratization and the present day. It is convenient to understand imperialism as a phase of development of capitalism in its fundamental traits (LÊNIN, 2012) that determine, even in the 21st century, social relations in dependent capitalism (GOUVÊA, 2016; FERNANDES, 1981) through elements that lead to the maintenance of the preventive counterrevolution (FERNANDES, 2019). In this way, the sources used as an object of study are expanded, considering, in addition to the legal-political operations carried out by the IDB, legislation produced within the states and municipalities and documents produced by the Movimento Coopera Educação coordinated by the business organization Todos pela Educação no Brazil. It is concluded that Public Basic Education, in Brazil, between 1988 and 2022, was crossed by the intervention of the IDB within the political-territorial units, in alliance with local business organizations, as a way of guaranteeing the expansion of capital in terms of value and territory, based on preventive processes to contain the working class through its disarticulation, which has as its main strategy the implementation of the collaboration regime set out in the legislative provisions since the Federal Constitution (1988) in states and municipalities.

Key words: Inter-American Development Bank. Class Struggle. Imperialism. Dependent Capitalism. Collaboration Regime.

RESUMEN

TUÃO, Renata Spadetti. **EDUCACIÓN, BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO Y LOS DERECHOS SOCIALES: ¿desmantelamiento de la clase obrera?**. 2023. 324 p. Tesis (Doctorado en Educación, Contextos Contemporáneos y Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

El fin de la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) tuvo un impacto decisivo en los últimos años del siglo XX, siendo interpretado por los intelectuales burgueses como el fin de la historia y por los intelectuales marxistas, en ocasiones, como la derrota del movimiento obrero. en la lucha contra el imperialismo. Las consecuencias de esta experiencia asociada a las transformaciones en el sistema productivo acaecidas, a partir de la década de 1970, fueron intensamente sentidas por la clase obrera en el capitalismo dependiente y aprovechadas por la burguesía con la internacionalización e internalización de los imperativos del capital. para todos las esferas de las relaciones sociales. Dicho esto, se indica que el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) ha jugado un papel fundamental, especialmente en la expansión capitalista hacia el interior de los Estados y municipios o provincias de las unidades político-territoriales en América Latina, en diferentes áreas , ampliando la aplicación de estrategias que promuevan la contención de la clase trabajadora a través de su desarticulación preventiva. En este trabajo se intenta señalar a los bancos interestatales como desarrollos institucionales del imperialismo, a partir de la investigación de la relación del BID con Brasil, centrándose en el período comprendido entre la redemocratización y la actualidad. Es conveniente entender el imperialismo como una fase de desarrollo del capitalismo en sus rasgos fundamentales (LÉNIN, 2012) que determinan, aún en el siglo XXI, las relaciones sociales en el capitalismo dependiente (GOUVÊA, 2016; FERNANDES, 1981) a través de elementos que conducen a el mantenimiento de la contrarrevolución preventiva (FERNANDES, 2019). De esta forma, se amplían las fuentes utilizadas como objeto de estudio, considerando, además de las operaciones jurídicas y políticas realizadas por el BID, legislación producida en el ámbito de los estados y municipios y documentos producidos por el Movimento Coopera Educação coordinado por la organización empresarial Todos pela Educação no Brasil. Se concluye que la Educación Básica Pública, en Brasil, entre 1988 y 2022, estuvo atravesada por la intervención del BID en las unidades político-territoriales, en alianza con las organizaciones empresariales locales, como forma de garantizar la expansión del capital en términos de valor y territorio, a partir de procesos preventivos de contención de la clase trabajadora a través de su desarticulación, que tiene como principal estrategia la implementación del régimen de colaboración previsto en las disposiciones legislativas desde la Constitución Federal (1988) en los estados y municipios.

Palabras clave: Banco Interamericano de Desarrollo. Lucha de Clases. Imperialismo. Capitalismo Dependiente. Régimen de Colaboración.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma com os setores centrais do Banco Interamericano de Desenvolvimento.....	110
Figura 2: Organograma com os setores que compõem a Vice-presidência de Finanças e Administração do BID.....	122
Figura 3: Organograma dos setores que compõem a Vice-presidência de países.....	123
Figura 4: Organograma com os setores que compõem a Vice-presidência de Setores e Conhecimento.....	124
Figura 5: Quantitativo percentual de operações jurídico-políticas desenvolvidas pelo BID em cada unidade político-territorial que compõe a Região Sudeste entre 1988 e 2022.	141
Figura 6: Quantitativo percentual de operações jurídico-políticas desenvolvidas pelo BID em cada unidade político-territorial que compõe a Região Nordeste entre 1988 e 2022	143
Figura 7: Quantitativo percentual de operações jurídico-políticas desenvolvidas pelo BID em cada unidade político-territorial que compõe a Região Sul entre 1988 e 2022.....	145
Figura 8: Quantitativo percentual de operações jurídico-políticas desenvolvidas pelo BID em cada unidade político-territorial que compõe a Região Norte entre 1988 e 2022. ...	146
Figura 9: Quantitativo percentual de operações jurídico-políticas desenvolvidas pelo BID em cada unidade político-territorial que compõe a Região Centro-oeste entre 1988 e 2022.....	147
Figura 10: Distribuição das responsabilidades entre as agências que compõem o PROBNCC/MS.....	277

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantitativo de operações jurídico-políticas de acordo com cada região político-administrativa desenvolvidas entre o BID e o Brasil entre 1988 e 2022.....	140
Gráfico 2: Quantitativo de pesquisa por área de conhecimento	188
Gráfico 3: Temas presentes nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos pela pós-graduação no Brasil, entre 1988 e 2020, que indicam a relação do BID e do Brasil.....	189
Gráfico 4: Valor percentual relativo à relação entre os temas estudados e a divisão administrativa do Brasil.....	189
Gráfico 5: Quantitativo percentual com a distribuição dos temas pela Região Sudeste.	190
Gráfico 6: Quantitativo percentual com a distribuição dos temas na Região Norte.....	196
Gráfico 7: Quantitativo percentual com a distribuição dos temas na Região Nordeste	202
Gráfico 8: Quantitativo percentual com a distribuição dos temas na Região Centro-Oeste. .	208
Gráfico 9: Quantitativo percentual com a distribuição dos temas na Região Sul.	210
Gráfico 10: Quantidade de operações jurídico-políticas realizadas entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Brasil, por período de duração dos governos federais eleitos, entre 1988 e 2022.....	235

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Levantamento dos principais Congressos Socialistas ocorridos durante a Segunda Internacional (1889-1914) e as questões centrais debatidas em cada um deles	42
Quadro 2: Porcentagem de votos dos países mutuários e sua respectiva subscrição de capital total (em milhões de dólares dos EUA), agrupados por proximidade geográfica	103
Quadro 3: Porcentagem de votos dos países não mutuários e sua respectiva subscrição de capital total (em milhões de dólares dos EUA), agrupados em relação ao pertencimento ao continente americano.....	107
Quadro 4: que ocupam a direção executiva do BID.....	112
Quadro 5: Relação de alianças desenvolvidas por meio da Oficina de Alianças Estratégicas para cada setor do Banco, entre 2010 e 2021.	117
Quadro 6: Elementos presentes nos acordos operacionalizados entre o Banco e o Brasil no período que compreende os anos de 1988 e 2022, divididos em períodos de quatro anos	149
Quadro 7: Unidades executoras dos acordos entre o BID e a Região Centro-oeste, entre 1988 e 2022.	151
Quadro 8: Intervenções do BID acordadas diretamente com o governo do Estado de São Paulo, entre 1988 e 2022, divididas em períodos de quatro anos delimitados conforme a duração da eleição presidencial.	156
Quadro 9: Municípios do Estado de São Paulo que sofreram intervenção do BID entre 1988 e 2022.	160
Quadro 10: Intervenções do BID acordadas diretamente com o governo do Estado do Rio de Janeiro e o seu respectivo período de início.	171
Quadro 11: Municípios do Estado do Rio de Janeiro que sofreram intervenção do BID entre 1988 e 2022	175
Quadro 12: Intervenções do BID acordadas diretamente com o governo do Estado de Minas Gerais e o seu respectivo período de início	179
Quadro 13: Municípios do Estado de Minas Gerais que sofreram intervenção do BID entre 1988 e 2022	181
Quadro 14: Intervenções do BID acordadas diretamente com o governo do Estado do Espírito Santo e o seu respectivo período de início.	182

Quadro 15: Municípios do Estado do Espírito Santo que sofreram intervenção do BID entre 1988 e 2022.	183
Quadro 16: Relação entre o BID e a Região Sudeste a partir das áreas de conhecimento e temas estudados	191
Quadro 17: Relação entre o BID e a Região Norte a partir das áreas de conhecimento e temas estudados	197
Quadro 18: Relação entre o BID e a Região Nordeste a partir das áreas de conhecimento e temas estudados	203
Quadro 19: Relação entre o BID e a Região Centro-Oeste a partir das áreas de conhecimento e temas estudados	209
Quadro 20: Relação entre o BID e a Região Sul a partir das áreas de conhecimento e temas estudados.	211
Quadro 21: Divisão de responsabilidades para implementação do Pacto pela Educação no Espírito Santo (Pacto pela Educação).....	266
Quadro 22: Divisão de responsabilidades para implementação do PIP, em Minas Gerais.	269
Quadro 23: Divisão de responsabilidades para implementação do SOMA, na Paraíba.....	272

LISTA DE SIGLAS

AEGEA	Aegea Saneamento e Participações S.A.
ALPRO	Aliança para o Progresso
AM	Amazonas
AP	Ação Popular
APP	Áreas de Preservação Permanente
BA	Bahia
BCIE	Banco Centro-americano de Integração Econômica
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Corporação Andina de Fomento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Ceará
CEAPE	Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIA	Central Intelligence Agency
CII	Corporação de Investimentos Interamericana
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPEM	Centro Nacional de Pesquisas Energéticas e Materiais
CONSOC	Conselho da Sociedade Civil Organizada
COPAES	Coordenação do Pacto pela Aprendizagem do Espírito Santo
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DF	Distrito Federal
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EC	Emenda Constitucional
ES	Espírito Santo
ESECAE	Estação Ecológica de Águas Emendadas
EUA	Estados Unidos da América

FASFIL	Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOE	Fundo para Operações Especiais
FUMDHAM	Fundação Museu do Homem Americano
FUMIN	Fundo Multilateral de Investimentos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDIPESCA	Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras Artesanais
GBID	Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento
GEIEF	Gerência de Educação Infantil e Ensino Fundamental
GO	Goiás
GT	Grupo de Trabalho
IAD	Instituto Interamericano de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INAE	Instituto Nacional de Altos Estudos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JUC	Juventude Universitária Católica
MA	Maranhão
MCE	Movimento Colabora Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NOB	Normas Operacionais Básicas
NTE	Núcleos de Tecnologia
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA	Pará

PAES	Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo
PAIC	Programa Alfabetização na Idade Certa
PARC	Programa de Alfabetização em Regime de Colaboração
PB	Paraíba
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PcdoB	Partido Comunista do Brasil
PCS	Programa Comunidade Solidária
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PE	Pernambuco
PFL	Partido Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Intervenção Pedagógica
PNAGE	Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados
PNE	Plano Nacional de Educação
PR	Paraná
PREAL	Programa de Reformas Educacionais na América Latina
PREURBIS	Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social
PROBNCC	Programa de Apoio à Implementação da BNCC
PROCENTRO	Programa de Revitalização do Centro de São Paulo
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PROECI	Programa Estadual de Cidades Intermediárias
PROEMEM	Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROMABEM	Programa de Recuperação Urbano-Industrial da Bacia da Estrada Nova
PROMED	Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio
PROMOAGRO	Programa de Modernização de Tecnologia da Agropecuária
PROSAMIM	Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira

PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REDUCA	Rede Latino-Americana pela Educação
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SC	Santa Catarina
SCAN	Rede de Assistência a Commodities de Sustentabilidade
SE	Sergipe
SEASDH	Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFAZ	Secretaria de Fazenda
SESI	Serviço social da Indústria
SINP	Sistema de Negociação Permanente
SP	São Paulo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TO	Tocantins
TPE	Todos pela Educação
UNCME	União dos Conselhos Municipais de Educação
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
VAAR	Valor Aluno por Resultados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1. APROXIMAÇÃO AO DEBATE MARXISTA SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DO CAPITALISMO	33
1.1 Debates acerca da caracterização do capitalismo: conjuntura de produção da categoria imperialismo	34
1.2 Caracterização do Imperialismo como um elemento do Capitalismo: principais autores e questões	49
1.3 Por uma caracterização do imperialismo como antessala do socialismo	59
1.4 O estado capitalista na periferia do capitalismo: elos internos da dominação externa	74
2. A EMERGÊNCIA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA	83
2.1 O Banco Interamericano de Desenvolvimento e a função preventiva do Estado no Capitalismo	84
2.2 O imperativo da concorrência: estrutura e organização interna do Banco Interamericano de Desenvolvimento	99
2.3 As marcas invisíveis da propriedade: as operações jurídico-políticas e as estratégias de intervenção	126
3. PANORAMA DAS ESTRATÉGIAS IMPERIALISTAS PARA A EXPANSÃO DO “INTERVENCIONISMO DEMOCRÁTICO” NO BRASIL	137
3.1 A questão urbana e a disputa por novos espaços de acumulação	139
3.2 Elementos fundantes das operações Jurídico-Políticas do BID no Brasil	148
4. A RELAÇÃO ENTRE O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO E O BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS ACADÊMICAS	186
4.1 Processos de expansão territorial na periferia do capitalismo: elementos comuns nas diferentes áreas de conhecimento.	187
4.2 Educação e Luta de Classes no Brasil: tendências das pesquisas em Educação	213
5. A INTERVENÇÃO IMPERIALISTA NO BRASIL E A FUNÇÃO PREVENTIVA DO ESTADO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO	225

5.1. A autocracia burguesa e a contenção da Luta de Classes: o legado autoritário dos acordos jurídico-políticos	227
5.2 A defesa de direitos e interesses: mercadorias necessárias à expansão do Capital?	240
5.3 O Banco Interamericano de Desenvolvimento e os Processos de Descentralização das políticas sociais no Brasil	250
5.4 O movimento colabora educação e a implementação da gestão por resultados na Educação no Brasil	261

CONSIDERAÇÕES FINAIS	279
-----------------------------	-----

REFERÊNCIAS	288
--------------------	-----

ANEXOS

A - Descrição de governadores que fizeram parte da Assembleia de Governadores, no ano de 2021, representantes dos países não-mutuários	312
B- Descrição de governadores que fizeram parte da Assembleia de Governadores, no ano de 2021, representantes dos países mutuários	315
C – Mudanças descritas no relatório de Avaliação Final, produto da operação de troca intitulada Formação de Liderança Sindical	318

APÊNDICES

A – Documentos exigidos durante o processo de implementação de uma operação jurídico-política	319
B – Componentes do Programa de Reforma da Proteção Social (BR-038)	321
C – Relação entre organizações empresariais e organizações dos moradores locais, assim como a unidade político-territorial informada nas operações de troca entre 2003 e 2016, voltadas para a formação de capital humano e enquadradas, pelo banco, no setor de Investimento Social	322

INTRODUÇÃO

A pesquisa *Educação, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Direitos Sociais: desarticulação da classe trabalhadora?* tem como foco a investigação acerca dos determinantes que engendram as relações entre um banco interestatal, de caráter regional e a Educação, no Brasil, no período que compreende os anos entre 1988 e 2022. Este estudo examina, de modo específico, os nexos entre a Educação e o capitalismo em sua fase histórica imperialista, em afirmação com a ditadura empresarial-militar (DREIFUSS, 1989) e seus desdobramentos, a partir da conjuntura política identificada sob a nomenclatura de redemocratização. Acredita-se que a burguesia, no século XXI, desenvolve estratégias de contenção das revoltas dos trabalhadores sob a dimensão preventiva, a partir da penetração dos imperativos do capital por meio de bancos interestatais no interior das unidades políticos-territoriais, em aliança com organizações empresariais locais, intervindo na reorganização da educação como forma de garantir a expansão do capital em termos de valor e de território. Aponta-se, especificamente nesta pesquisa, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como um dos desdobramentos institucionais utilizados pela burguesia para a manutenção da contrarrevolução preventiva (FERNANDES, 2019) no Brasil, a partir da redemocratização.

A problemática aqui examinada parte da constatação de que, no Brasil, a criação de organizações denominadas como instâncias representativas da sociedade civil sofreu um aumento exponencial, nos últimos trinta anos (IBGE, 2019). Desde a sua refuncionalização, regulamentada pela lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que conferiu o título de Utilidade Pública às sociedades civis, associações e fundações, autorizando tais organizações privadas a concorrerem a parcelas do fundo público local e a prestarem serviços ao público com o aval do Estado, a classe dominante local tem se empenhado na regulamentação deste formato associativo. O estímulo a este tipo de associação se desenvolveu, sobretudo, durante a ditadura empresarial-militar, no entanto, nota-se uma ampliação no quantitativo de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e uma sistematização no trabalho de instituir em lei esse formato associativo a partir do fim da URSS.

Há de se registrar a dificuldade na realização deste mapeamento, sobretudo porque os critérios que qualificam uma organização como representantes da sociedade

civil ainda são bem abrangentes, abarcando uma quantidade ampliada de grupos associados. A definição do termo Organização da Sociedade Civil, conforme define a Lei 13.019, de 31 de julho de 2014, remete-se à classificação jurídica “sem fins lucrativos” e trabalha sobre os dados das instituições declaradas como privadas, juridicamente constituídas, autoadministradas e voluntárias, sob a base de dados referente à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego e ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, da Secretaria da Receita Federal. Os mapeamentos foram realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2012, e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no ano de 2018.

O primeiro mapeamento constatou que, entre 1996 e 2002, houve um crescimento em torno de 157% do que eles denominaram como Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (FASFIL). Isso corresponde a uma ampliação em torno de 169 mil novas organizações, de um total de 275.895 FASFIL, atuando, no Brasil, com um exponencial acréscimo de organizações advindas dos setores industriais (IBGE, 2012). Já o segundo mapeamento resultou na coordenação da plataforma Mapa das Organizações da Sociedade Civil e concluiu que existem 5,5 milhões de organizações ativas no Brasil e as regiões Sudeste e Sul possuem uma concentração mais elevada de OSCs do que de brasileiros – sendo 48,3% de organizações e 42,1% de população, na região Sudeste; e 22,2% de organizações e 14,3% de população, na região Sul. O relatório (2018) ainda pontuou que estas organizações são formatos associativos, relativamente, novos no Brasil, apontando que 29,5% foram criadas no período entre 2001 e 2010 e 9,4%, entre 2011 e 2016, correspondendo a 48,9% do total estimado no relatório. As organizações criadas no período de 1981 a 2000 representam 37,6% do total de entidades em atividade em 2016, demonstrando que um “contingente de 45,7 mil novas entidades foi criado no período de 2011 a 2016, o que significa um aumento de 3,2%, em média, a cada ano, evidenciando um crescimento regular nesse período” (IPEA, 2018, p. 26).

O mapeamento (IPEA, 2018) adota as finalidades descritas na tabela de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do governo federal. Incluídos na finalidade “desenvolvimento e defesa de direitos e interesses”, encontram-se mais de 40% do universo de OSCs, aproximando-se do quantitativo de trezentos e trinta e nove mil OSCs, de um total de oitocentos e vinte mil. Essa finalidade é atribuída

ao grupo 943 da CNAE e representa as atividades de associações de defesa de direitos sociais. Nota-se que a defesa de direitos sociais se encontra como uma atividade econômica, ou seja, os interesses e as necessidades de sobrevivência dos indivíduos, descritos na Constituição Federal (1988), como direitos são considerados parte do processo de valorização do valor. Os direitos sociais parecem ser apresentados como propriedade do indivíduo que, aliado à sua força de trabalho, traz a aparência de ser mais um elemento de negociação em prol do campo do trabalho.

A literatura acadêmica, especialmente no campo da Sociologia da Educação (BALL, 2014; BALL, 2013; DALE, 2010), parece explicar o fenômeno que indica a proliferação de OSCs, a partir da categoria governança, que costuma ser definido como forma política em que o neoliberalismo se desenvolve (BALL, 2014; 2013) e como divisão das responsabilidades do Estado com um número ampliado de agentes da sociedade (DALE, 2010). Criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1992, sendo relacionado à área do Direito Internacional, o conceito de governança ainda pode indicar a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns (GARCEZ; FREITAS, 2015; GONÇALVES; FREIRE; ALMEIDA, 2021).

Segundo esses conceitos, seria possível construir uma espécie de agenda da boa governança (WEISS, 2000), em que a qualificação moral “boa” se refere à aliança entre organizações internacionais e OSCs locais em prol da operacionalização de políticas públicas. Pode-se entender, dessa forma, que as OSCs estruturadas, em nível local, surgem para administrar problemas comuns que não se referem a uma classe social específica, representando um problema que afeta a todos os indivíduos de igual maneira. Tal explicação, no plano das ideias, pode até parecer possível, no entanto, a base material em que se desenvolve e se amplia este quantitativo de organizações encontra-se cunhada em uma estrutura social dividida em classes, na qual o elemento fundante desta relação é a exploração de uma sobre a outra. Dito isso, qual seria o “problema comum” capaz de reunir exploradores e explorados sob uma mesma estratégia de ação?

No que diz respeito à área social destinada à defesa do direito à Educação e, sobretudo, à expansão do acesso à escolarização no Brasil, duas OSCs de atuação nacional têm se destacado, são elas: a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE)¹, criada no ano de 1999, e o movimento empresarial Todos pela Educação

¹Ver Tuão, 2018.

(TPE)², criado no ano de 2007. Em linhas gerais, ambas as organizações têm se estabelecido como um aparelho privado de hegemonia (GRAMSCI, 2014) com a função de difundir entre as massas o consenso acerca das reformas educacionais operacionalizadas no Brasil, a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, em 1990, em Jomtien.

A investigação sobre as ações dessas duas OSCs aponta para duas estratégias desenvolvidas pelo BID que recaem sobre a educação pública pós-redemocratização, uma organizada de “fora para dentro”: o Programa de Reformas Educacionais na América Latina (PREAL), e outra organizada de “dentro para fora”: a Rede Latino-americana pela Educação (REDUCA). O BID, em conjunto com o Instituto Interamericano de Desenvolvimento (IAD), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID) e a Corporação de Investigação para o Desenvolvimento, criou, no ano de 1996, o PREAL que, no Brasil, esteve representado pela aliança entre a USAID e a Fundação Getúlio Vargas, sediada no Estado do Rio de Janeiro. A partir do ano de 2011, Uczak (2014) identificou o direcionamento do PREAL para a América Central e uma inflexão desse programa nos países latino-americanos. Foi também, no ano de 2011, que o movimento empresarial TPE fundou a Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (REDUCA), em aliança com o BID, que anunciou em seu sítio eletrônico o investimento de dois milhões e trezentos mil dólares nos programas desenvolvidos pelo movimento empresarial TPE, no Brasil, após a criação da REDUCA (BID, 2012a).

A REDUCA é composta por organizações empresariais de quatorze países que, de acordo com Lamosa (2017), possuem o compromisso político de participar, ativamente, na garantia do direito à educação por meio de uma intensa mobilização e articulação de movimentos empresariais em prol da realização de reformas educacionais na América Latina e Caribe. Entende-se que a REDUCA reúne frações da classe dominante para operacionalizar, a partir de dentro, marcos regulatórios sobre a estrutura educacional de cada unidade político-territorial da América Latina.

A escolha por debruçar-se sobre o BID não foi por acaso, encontra-se na compreensão de que sua própria materialização no continente latino-americano e caribenho, no ano de 1959 – ano em que se concluiu o processo de Revolução em Cuba –, serviu como um desdobramento institucional do imperialismo, materializando a

²Ver Martins, 2016.

intervenção sobre tais unidades políticos-territoriais, formalmente independentes, cumprindo duas dimensões de um mesmo processo: de um lado, o sistema de créditos proporcionava o endividamento das economias nacionais, comprometendo o fundo público das unidades políticos-territoriais com o pagamento de juros; de outro, os fundos do BID, oriundos da reunião de parte de vários fundos públicos das unidades políticos-territoriais, eram direcionados para setores das unidades nacionais nos quais o BID julgasse necessário intervir politicamente para favorecer a expansão da concorrência e da produtividade em prol da acumulação de capitais. Ou seja, o BID passou a administrar uma parcela dos fundos públicos de cada um dos vinte e seis países da América Latina que o integravam, que reunidos formariam o montante necessário para ser investido conforme os interesses privados dos administradores do grande capital – a burguesia –. Assim como passou a concorrer com outros bancos interestatais pela administração de fundos de capitais dos países de capitalismo central, garantindo a dominação. Ao final do período destinado à concessão do “empréstimo”, cada país teria devolvido ao BID parte do seu fundo empregado e outra parte do fundo relativa aos juros sobre o capital emprestado.

Uma breve passagem pelo quantitativo de operações desenvolvidas pelo BID, entre 1962 e 2022, estimam, aproximadamente, mil duzentos e trinta e quatro operações de endividamento com acordos jurídico-políticos que incidiram sobre a Educação nos países da América Latina e Caribe. Assim como foram produzidos, aproximadamente, mil documentos diversificados, contemplando as propostas de intervenção do BID para a Educação. No Brasil, a partir de 1988, com a promulgação da constituição Federal, nota-se um aumento, gradativo, das operações de endividamento sobre a educação e seus respectivos acordos jurídico-políticos. Identificou-se que a saída negociada da ditadura empresarial-militar conseguiu operar a manutenção dos elementos autoritários e fascistas, aliando o componente democrático do Estado capitalista burguês.

Esta estrutura tem se movimentado sobre a Educação, no Brasil, sobretudo nos anos após a redemocratização. Os dilemas atuais enfrentados pela Educação não costumam ser justificados como resultados dos sucessivos acontecimentos do passado, diante da forma como a Educação pública foi operacionalizada no país, a partir dos determinantes estruturais do modo de produção que a sustenta. Trabalha-se, comumente, com uma perspectiva de naturalização da educação como um elemento de mobilidade social, capaz de garantir a igualdade de oportunidades, independentemente

dos antagonismos de classe. Trata-se, ainda, a Educação pública como um espaço possível de transformação social, ocultando os determinantes estruturais e as relações sociais que a conformam. Naturaliza-se a subordinação da Educação Pública ao capital de comércio de dinheiro – representado pelos bancos interestatais – em sua aliança com a classe dominante local, como se a solução para os dilemas da Educação, no capitalismo dependente, pudesse ser encontrada dentro do próprio modo de produção que os produz.

Convém compreender que a teoria geral da acumulação capitalista (MARX, 2017; 2013), sobretudo a relação antagônica e inconciliável entre a concentração da apropriação e a socialização da produção, impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre, fazendo com que ela se estabeleça, explore e crie vínculos em todos os lugares. Isso implica determinações que não estão na ordem de escolha dos indivíduos, já que os homens fazem a sua própria história, mas não em condições escolhidas por eles (MARX, 2011a; 2007). Reconhece-se que a mudança no estatuto de propriedade que leva a constituição do monopólio e ao controle estabelecido por ele, “penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social independente do regime político e de qualquer outra “particularidade”” (LÊNIN, 2012, p. 87, grifos do autor) e, portanto, o desenvolvimento do Estado capitalista na periferia tende a ser parte da estrutura necessária à expansão do capital em termos de valor e de território. Evidencia-se, portanto, as tentativas da burguesia em escamotear a dominação pelos caminhos da participação e da mobilização das massas na defesa da democracia, dos direitos, quase como algo sagrado, como se fossem interesses comuns e, conseqüentemente, no reforço do próprio capitalismo em sua expressão imperialista (FERNANDES, 2019; 1981).

O caminho metodológico proposto partiu da identificação dos aspectos centrais debatidos pelas pesquisas desenvolvidas sobre o BID, no campo de investigação científica Trabalho-Educação, pelos pesquisadores da pós-graduação das instituições de Ensino Superior, no Brasil. Para isso, realizou-se um mapeamento das produções científicas realizadas entre 1988 e 2020, publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, no período acima mencionado, a partir do uso dos descritores Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre aspas, acionando o critério de refinamento por área curricular.

Foram encontradas cerca de cento e três pesquisas distribuídas nas grandes áreas de conhecimento. A maior parte dos trabalhos estava concentrada na área da Educação, seguidos por Administração, Arquitetura e Urbanismo, Serviço Social e Sociologia. As principais temáticas partiam do eixo da urbanização e havia uma tendência comum em entender que as intervenções do BID sobre o Brasil era um elemento do imperialismo e podia ser combatido com a extirpação desse elemento. Assim, os trabalhos fizeram referência a determinadas operações de intervenção sobre a Educação Básica pública, operacionalizadas pelo BID e incorporadas pelo Brasil, descrevendo seus pressupostos filosóficos, identificando as políticas públicas que se desenvolveram a partir de tais operações em território nacional e analisando as disputas por hegemonia entre as frações da classe dominante local. O conjunto dos trabalhos indicava uma expansão territorial dessas intervenções, apontando que o BID desenvolvia ações nas diferentes regiões político-administrativas do país em diferentes áreas econômicas e sociais. Cerca de 31% das pesquisas concentravam-se sobre as operações jurídico-políticas desenvolvidas na Região Sudeste, 24% na região Norte e Nordeste, 12% na região Centro-oeste e 9% na região Sul.

Na área da Educação, as pesquisas analisadas apresentaram elementos oriundos de duas tendências comuns nos trabalhos produzidos dentro do campo Trabalho-Educação, no Brasil, após a redemocratização: a que concebe a Educação como um direito social e, portanto, um interesse comum da sociedade, independente, da luta de classes; e a tendência que entende a Educação como mediadora das competências e habilidades necessárias ao mundo do trabalho, em seu sentido ideológico na organização da formação do trabalhador. (SHIROMA; CAMPOS, 1997; TREIN; CIAVATTA, 2003).

A primeira tendência reuniu trabalhos que pretenderam explicar a Educação, a partir do pressuposto de que ela é um direito social que deve ser garantido pelo Estado. As conclusões a que chegaram estes autores, de modo geral, voltaram-se para a participação social – por vezes, sendo descrita como processos de mobilização social – como modelo ideal de política social, capaz de minimizar as contradições do modo de produção capitalista. A segunda tendência focou na construção de uma espécie de pedagogia do capital, na qual as políticas sociais representam um conjunto de práticas voltadas para a formação do trabalhador, a partir da relação entre a flexibilização da

produção capitalista – indicada pela organização da produção no modelo toyotista – e a organização do Estado capitalista.

Pode-se identificar a inexistência de análises sobre o sentido dos acordos jurídico-políticos, realizados entre o BID e o Brasil, na Educação Básica pública, como expressão da relação entre Estados capitalistas, sob o capitalismo monopolista. Também, foi possível perceber que as análises se concentraram em operações específicas, procurando evidenciar os movimentos de legitimação e de constituição política. Cada operação foi entendida como um elemento externo com agentes internos, o que pode induzir a percepção de que a destruição dos agentes internos ou a mobilização da sociedade civil contra determinada política, ao mesmo tempo, em que se mantém o capitalismo em desenvolvimento, em território nacional, seria uma estratégia possível à luta dos trabalhadores contra as desigualdades sociais.

Em um segundo momento, a investigação foi direcionada para as operações jurídico-políticas entre o BID e o Brasil, entre 1988 e 2022. Pretendeu-se apontar os sentidos de tais operações jurídico-políticas, reconhecendo as mercadorias que se encontravam em negociação no capitalismo dependente, além de promover a desnaturalização de tais acordos como única possibilidade de sobrevivência da classe trabalhadora frente à exploração do capital. A pesquisa identificou cerca de mil, cento e cinquenta e nove operações jurídico-políticas desenvolvidas entre o BID e o Brasil, direcionadas para diferentes áreas econômicas e sociais, cujo eixo central parecia estar ligada à implementação de uma espécie de padrão de cidades concorrentes.

Identificou-se que 11,7% do quantitativo total não tinha qualquer tipo de informação para qual instância governamental encontrava-se direcionada à operação. Àquelas operações em que foi possível identificar a instância político-administrativa cuja operação se vinculava levou a identificação de 27,7% diretamente destinadas à União e 59,6% direcionadas a Estados e Municípios, como principais unidades políticos-territoriais na condução dos acordos jurídico-políticos. A região Sudeste concentrou o maior número de operações, tendo os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro com 43,5% e 26,8%, respectivamente; a região Nordeste concentrou 16,5% das operações, indicando os maiores índices de operações nos Estados do Ceará com 18,9% e da Bahia com 17,2%; na região Norte, os Estados do Amazonas e do Pará indicaram os maiores índices de operações; e na região Centro-Oeste, Brasília concentrou 50% das operações. Somente na região Sul as operações encontraram-se distribuídas entre os

Estados com quantitativos muito aproximados. Tais operações apresentavam quatro estratégias de ação comuns: o fortalecimento institucional, a oferta de serviços públicos urbanos, a regularização fundiária e a geração de trabalho e renda. As ações voltadas para o fortalecimento institucional, de modo geral, procuraram implementar medidas capazes de auxiliar as unidades estaduais e municipais no trabalho de arrecadação de recursos privados, tanto das empresas locais, quanto dos indivíduos categorizados, legalmente, como pessoa jurídica, para a criação de fundos públicos; no acesso ao crédito externo direto; e no trabalho de gerenciamento de serviços públicos operacionalizados por OSCs. As OSCs eram nomeadas como unidades executoras das operações, podendo ser instituições públicas e organizações privadas a serem estruturadas pelo acordo jurídico-político, funcionando como intermediárias do Banco ao fundo público das unidades políticos-territoriais locais.

As OSCs também foram instrumentalizadas a fim de concorrerem entre si pela oferta de serviços públicos urbanos aos indivíduos, a partir da participação de empresas e organizações privadas na divisão do fundo público. Os acordos procuraram implementar um padrão gerencial às políticas públicas de infraestrutura social do espaço urbano com elementos que estabeleciam a contenção das revoltas populares pelo direito à cidade. Tal padrão recaiu sobre a operacionalização de medidas jurídicas acerca da regularização de terras em bairros e em comunidades próximas às regiões centrais, assim como em áreas rurais que servem como locais de abastecimento da cidade e das indústrias. Procurava-se operacionalizar o aumento das receitas estaduais e municipais por meio do recolhimento de taxas e de impostos dos indivíduos, incidindo sobre o ordenamento da ocupação do solo e à titulação de seus ocupantes.

No âmbito da geração de trabalho e renda, as estratégias se concentraram na administração dos processos de produção de mais-valia, a partir do gerenciamento das matérias-primas e da força de trabalho. Buscava-se a obtenção de maior arrecadação por meio do aumento da produtividade e da concorrência entre trabalhadores, além do direcionamento das fontes de matérias-primas para o abastecimento das grandes indústrias instaladas na região e fora dela. Tais operações procuraram administrar a exploração dos múltiplos recursos naturais das regiões florestais, incidindo sobre os setores extrativistas; a concorrência entre territórios por setores estratégicos para a economia; a oferta de microcrédito individual para empresas locais de pequeno porte e

indivíduos, tanto aqueles considerados pessoas jurídicas quanto os considerados pessoas físicas; e a formação para o trabalho no âmbito do setor de serviços.

Esse conjunto de estratégias parecia estabelecer um padrão de cidades concorrentes capaz de conter preventivamente qualquer revolta individual que pudesse vir a se tornar um movimento organizado, desestabilizando a implementação dos imperativos do capital, sem desenvolver, necessariamente, uma ocupação direta sobre o território. Ao mesmo tempo garantia, institucionalmente, por meio do Estado democrático, os instrumentos de contenção necessários à acumulação de capital. A instrumentalização de organizações da sociedade civil para o trabalho sobre a defesa de direitos e interesses pode ser percebido como componente presente em todas as operações.

Nos últimos trinta anos, o BID tem demonstrado especial preocupação com os processos de descentralização dos países da América Latina e Caribe, financiando projetos e programas que penetram diretamente na estrutura dos governos subnacionais, com pouca ou nenhuma mediação da esfera federal. Com o aumento de capital em setenta bilhões de dólares, aprovado em 2010 pela Assembleia de Governadores, o Banco redirecionou suas prioridades para o investimento em políticas sociais, em infraestrutura para a competitividade, em apoio às instituições para o crescimento, em integração competitiva, em questões voltadas para o meio ambiente, no que tange à mudança climática e à segurança alimentar, tendo como eixo central de todas as operações a descentralização e a desconcentração territorial.

No âmbito da Educação, tal eixo tem se desenvolvido por meio da efetiva implementação do regime de colaboração descrito constitucionalmente desde 1988. Destaca-se, nesta pesquisa, a aliança com o movimento empresarial Todos pela Educação na defesa de direitos e interesses, em âmbito local, como um dos meios utilizados pelo Banco, sobretudo a partir do ano de 2016, com a criação do Movimento Colabora Educação (MCE) em aliança com outras OSCs de orientação empresarial. O MCE é fruto das discussões promovidas no âmbito do Conselho da Sociedade Civil Organizada (CONSOC) e da decisão das organizações participantes em fundar uma iniciativa conjunta com foco exclusivo no Regime de Colaboração, sendo composto por um conjunto de OSCs, de caráter empresarial, tais como Itaú Social, Fundação Lemann, Instituto Natura, Instituto Positivo, Instituto Unibanco, Todos pela Educação, Itaú Educação e Trabalho, assim como o BID.

O trabalho do MCE se voltou para a implementação efetiva do regime de colaboração previsto em lei desde 1988, mas que, em 2016, ainda não se encontrava como uma realidade prática em todos os cantos do Brasil. O MCE procurou estruturar diretamente com os governos estaduais e municipais a política de fundos, elementos da chamada governança e a gestão por resultados. Na região Sudeste, o MCE direcionou seu trabalho para os Estados e municípios de Minas Gerais e Espírito Santo; na região Nordeste, para os Estados da Paraíba, de Pernambuco, de Sergipe e do Maranhão; na região Norte, para o Estado do Amapá; na Região Centro-Oeste para o Estado do Mato Grosso do Sul; e na Região Sul, para o Estado do Paraná.

Em síntese, o MCE elaborou uma série de estratégias operacionais inspiradas no Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), implementado no Ceará, por meio da Lei 14.026, de 17 de dezembro de 2007, que estabeleceu a política a ser desenvolvida para os cinco primeiros anos de escolarização, e assimilou cento e oitenta e quatro municípios no Ceará. Partiu, portanto, dos indicadores produzidos a partir das avaliações externas; da definição em lei das responsabilidades dos municípios; do estabelecimento das OSCs, que seriam as unidades executoras de políticas; da implementação da política de fundos para a educação municipal; da criação de programa de concessão de Apoio Técnico, de bolsas e prêmios às escolas com índices mais altos obtidos nas avaliações externas; a implementação de um Sistema de Gestão e Informação capaz de unificar os dados dos estudantes de cada município; do desenvolvimento de formação continuada para professores e diretores, na modalidade on-line, a partir dos pressupostos da gestão gerencialista por resultados; e da distribuição de material didático pronto para os estudantes oferecido pelas OSCs.

Procura-se realizar a exposição da análise dos dados investigados a partir da seguinte organização: no capítulo um procura-se desenvolver as bases teóricas que nortearam o caminho percorrido pela investigação; em seguida, procura-se apresentar os elementos conjunturais que determinaram a emergência do BID em sua função preventiva; no capítulo três, apresenta-se um panorama das pesquisas realizadas pela pós-graduação no Brasil evidenciando as principais tendências encontradas, sobretudo, nas pesquisas realizadas sob a área curricular da Educação; no capítulo quatro busca-se oferecer um breve panorama acerca das operações jurídico-políticas desenvolvidas entre o BID e o Brasil, no período que compreende os anos entre 1988 e 2022, apontando os imperativos que se encontram subjacentes aos acordos estabelecidos a partir da

redemocratização e que indicam a expansão desenvolvida em termos de valor e de território pelo BID no interior do Brasil como um desdobramento institucional do imperialismo; no último capítulo, procura-se compreender como o Banco, mediante instrumentos jurídico-políticos em aliança com uma OSC local, vem empreendendo a contenção preventiva das revoltas populares, identificando a operacionalização do regime de colaboração, em nível local, como sua principal estratégia na instrumentalização da defesa do direito à educação.

1. APROXIMAÇÃO AO DEBATE MARXISTA SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DO CAPITALISMO

Imperialismo no século XXI? Essa pergunta simples que, por vezes, pode parecer irrelevante ou, até mesmo, sem sentido, pauta-se na necessidade de compreensão da realidade determinada pelo desenvolvimento histórico do capitalismo e da possibilidade de transformá-la. Assim como no início do século XX, muitas perguntas se sobrepõem a essa, na busca de compreensão sobre as questões que emergem da reorganização geopolítica determinada pelo segundo pós-guerra e que se aprofundam com o fim da experiência socialista na URSS. Estaríamos em uma nova fase do capitalismo? Quais elementos aproximam essa nova fase das características fundamentais do capitalismo em sua dimensão monopolista? Quais diferenciam? Como incorporar à análise marxista as questões que recaem sobre a classe trabalhadora sem recorrer ao artifício psicológico recorrente nas análises de autores pós-keynesianos?

Os princípios que conferem ao termo imperialismo seu uso como categoria de análise para a compreensão da realidade, nos marcos do século XXI, não exigem a adesão de qualquer qualificante, com vistas a cair na caracterização do imperialismo como um elemento do desenvolvimento capitalista. O que pode levar à conclusão equivocada de que a luta anti-imperialista pode estar relacionada à extirpação do elemento, sem requerer a superação do próprio capitalismo para se efetivar de modo objetivo. Assim, procura-se compreender o capitalismo em seu sentido histórico, identificando as características essenciais que permitem o uso da categoria imperialismo ainda no século XXI como possibilidade de explicação sobre a formação do Estado capitalista na periferia. Voltamos aos clássicos da teoria marxista, a fim de compreendermos o sentido de fazê-la e, sobretudo, a necessidade de respondê-la.

A questão que chamamos a atenção, neste debate, retorna-se para a compreensão de que o imperialismo, ao ser caracterizado como fase do desenvolvimento do capitalismo, não se torna possível abster-se dele, a menos que as relações de produção, especificamente capitalistas, deixem de ser hegemônicas. Dessa forma, entendendo que só é possível sair da fase imperialista com o fim do capitalismo, reafirmamos a tese de que nos encontramos sob o imperialismo, no século XXI.

Tomou-se cuidado em não realizar uma aplicação mecânica de conceitos marxistas aos processos históricos atuais. Portanto, o interesse neste capítulo parte da

tese desenvolvida por Lênin (2012), na qual o imperialismo se configura como última fase do desenvolvimento histórico do capitalismo, o que permite a extrapolação dessa categoria para além do contexto histórico na qual foi elaborada até os dias atuais.

No esforço de análise e de síntese para a exposição, estabelecem-se três eixos norteadores, que passam pela compreensão do debate clássico acerca do desenvolvimento do capitalismo e culminam nas controvérsias clássicas (GOUVÊA, 2016) sobre a categoria imperialismo, em seus sentidos histórico e lógico; pelo estudo da categoria imperialismo, a partir de Lênin (2012), identificando suas características essenciais que permitem seu uso rigoroso como fase histórica e superior de desenvolvimento do capitalismo; e pelo estudo da formação do Estado capitalista brasileiro em sua condição dependente (FERNANDES, 2019).

Busca-se levantar alguns elementos presentes nas diferentes construções teóricas acerca da definição do imperialismo, a partir das teses defendidas por John Hobson (1996; 1948), Karl Kautsky (1914), Rudolf Hilferding (1985), Rosa Luxemburgo (1984) e Lênin (2012; 1985; 1972a; 1972b), considerados autores centrais nesse debate. Entende-se que a caracterização do imperialismo, no século XXI, tem suas raízes nas obras de tais autores clássicos, mesmo quando não é realizada de forma declarada pelos autores contemporâneos. Procura-se identificar as considerações de cada autor frente ao imperialismo e sua caracterização como fase ou tipo de política externa, para, em seguida, propor o debate sobre a estrutura do Estado capitalista na periferia, a partir dos estudos desenvolvidos por Florestan Fernandes sobre o desenvolvimento do Brasil.

1.1 Debates acerca da caracterização do capitalismo: conjuntura de produção da categoria imperialismo

Ao longo do último século, a categoria imperialismo talvez tenha sido aquela que maior influência exerceu sobre o movimento comunista, ainda que Marx e Engels não tenham sido seus formuladores. As ditas teorias do imperialismo foram escritas nos marcos das disputas sobre a caracterização do capitalismo, no limiar do século XX. Voltavam-se, sobretudo, para as recentes transformações do capitalismo nos marcos da reprodução ampliada de capital, da expansão de valor e de território. Para os autores marxistas, possuíam como característica, ainda, a disputa sobre as estratégias e as táticas que deveriam ser adotadas pelo movimento comunista. Diversos autores (WEEKS, 2012; GOUVÊA, 2016) demarcam que sua utilização, apesar de ampla, seguiu critérios pouco rigorosos, por vezes, limitando-se ao caráter aparente do acontecimento, o que

conduziu a erros de tática e de estratégia na condução do movimento dos trabalhadores contra o capital. Suas questões-chave encontram-se em vigor: é possível superar o imperialismo sem a superação do próprio capitalismo? A luta dos trabalhadores em sua construção como classe deveria se orientar pela luta por revoluções burguesas ou de aliança com a burguesia? Uma perspectiva desenvolvimentista pode, de fato, combater o imperialismo?

Compreende-se que o entendimento do imperialismo como um elemento externo com agentes internos – no caso dos países no capitalismo dependente – e como um elemento interno com ação externa – relativo às potências capitalistas – determinam práticas políticas, historicamente, associadas à noção de que é possível combater o imperialismo, destruindo os agentes internos, ao mesmo tempo em que se promove o desenvolvimento do capitalismo, em território nacional, como etapa transitória rumo à revolução socialista. Tal concepção tem desdobramentos práticos que se espriam pelas formas como a luta de classes tem se organizado, no século XXI, além de desconsiderar o imperialismo como última fase do capitalismo, aproveitando suas contradições para a organização revolucionária.

É fato que o termo imperialismo, por sua cadência prática, desde seus primeiros usos, inspirou diferentes posições acerca da sua caracterização. Muitas das teses acerca do desenvolvimento do capitalismo, no século XXI, defendidas por intelectuais marxistas de relevância aparentam sofrer influência dos debates acerca da caracterização do imperialismo, realizados na primeira metade do século XX, mesmo quando não são declarados de forma explícita. Weeks (2012) sinaliza que de todos os conceitos da teoria marxista, imperialismo, talvez, seja o termo utilizado de forma mais eclética e com maior desprezo pela base teórica em que se estrutura. O uso mais comum, segundo o autor (2012), tem sido a compreensão do imperialismo como uma relação econômica e política entre países cujo capitalismo encontra-se maduro e países considerados atrasados, no que tange ao desenvolvimento do capitalismo. Weeks (2012) salienta, ainda, que, a partir do segundo pós-guerra, o conceito de imperialismo se transformou em “sinônimo da opressão e da “exploração” dos países fracos e empobrecidos pelos países poderosos” (WEEKS, 2012, p. 275). Compreensão,

inclusive, objeto de crítica de Lênin – cujas obras constituem a base teórica do imperialismo –, citado pelo autor (2012), na divergência com Kautsky³.

Interessa, nesta seção, delimitar as questões que embasam a caracterização do imperialismo como fase histórica do desenvolvimento capitalista, a partir dos principais intelectuais que se debruçaram a pensar as transformações decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas. Traz-se, de modo sintético – devido às questões que envolvem a exposição da tese –, as distintas definições do termo imperialismo, visando demonstrar a contraposição entre pontos específicos da argumentação de tais autores, demarcando as posições de cada um frente à caracterização do imperialismo como fase ou tipo de política externa (GOUVÊA, 2016). Antes de se entrar nas disputas acerca do termo desenvolvidas pelos intelectuais marxistas, acredita ser necessário situar o tempo histórico no qual o termo surgiu e quais os sentidos atribuídos em seus diferentes usos.

O contexto histórico em que se materializou a disputa imperialista que levou a Primeira Guerra Mundial – marco catalisador dos debates acerca do imperialismo tanto na teoria marxista quanto na ciência burguesa – pode ser representado pela coexistência, no território Europeu e no Oriente próximo, de “Estados nacionais” de tipo moderno –

³ O tema da guerra teve significado, particularmente, grande no interior da II Internacional Socialista (1889-1914) e na social-democracia europeia, na medida em que a aliança entre boa parte das organizações que a compunham e seus respectivos governos nacionais – que se enfrentavam uns aos outros nos campos de batalha –, ainda que proclamada como momentânea, significou, na prática, a ruptura do caráter de unidade internacional desta organização e sua quebra orgânica completa. O combate à posição predominante na II Internacional teve como foco central os posicionamentos de Kautsky, dirigente do Partido Social-democrata Alemão, que traiu as suas posições defendidas antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial. Em 1907, Kautsky afirmou que nunca chegaria o dia em que os socialistas alemães pediriam aos seus seguidores que pegassem em armas pela pátria. Em 1909, reconheceu que não havia qualquer inimigo que ameaçasse a independência da pátria e que a guerra estaria voltada para os propósitos imperialistas. Em agosto de 1914, uma semana após o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, da dinastia Habsburgo e de sua esposa, no contexto das Guerras Balcânicas, pela organização nacionalista conhecida como Mão Negra; e contrariando as resoluções de Stuttgart, Copenhague e Basilea, assim como as posições defendidas pelo Partido Social-democrata Alemão, os parlamentares do partido votaram a favor de verbas suplementares no parlamento alemão visando à organização militar. O mesmo ocorreu em quase todos os parlamentos nacionais europeus, com a honrosa exceção dos socialistas sérvios, do partido bolchevique, dos socialistas letões e de Karl Liebknecht. Um pretenso ataque ao czarismo e a “defesa da pátria” seriam utilizados por Kautsky, em 1914, como argumento para justificar o apoio do partido para que os trabalhadores alemães pegassem em armas pela pátria. Em 1916, Rosa Luxemburgo acusou Kautsky de ter transformado o chamado do Manifesto Comunista em “Proletários de todos os países, uni-vos em tempos de paz e degolai-vos uns aos outros em tempos de guerra”. A fração bolchevique do Partido Operário Social-democrata Russo denunciou, em suas primeiras resoluções, que a conduta dos dirigentes do Partido Social-democrata Alemão se configurava em uma franca traição ao socialismo, cuja principal consequência foi a bancarrota política e ideológica da Internacional Socialista e causa principal foi o predomínio do oportunismo pequeno-burguês. Com vistas a esse debate que, em 1915, Lênin escreve “A bancarrota da II Internacional” e Rosa Luxemburgo escreve “A crise da social-democracia”. Para uma análise mais aprofundada, indica-se a leitura de Gouvêa (2016), Andreucci (1989; 1984), Salvadori (1984), Reberieux (1989) e Lênin (1979).

em sua maioria capitalistas, apesar de, em alguns casos, apresentar-se sob a forma de monarquia absolutista – e de Estados conformados por impérios absolutistas que subsistiam da lógica dinástico-militar⁴ –. A introdução de relações capitalistas apenas poderia se efetivar nos marcos de uma redivisão de todo o território sobre o qual tais formas políticas exerciam influência, o que implicava uma escalada militarista em direção a duas lógicas expansivas distintas: a dinástico-militar e a acumulação capitalista. Essa coexistência de formas políticas diferentes de acordo com cada modo de produção tornava mais evidente o caráter desigual do desenvolvimento capitalista⁵.

A possibilidade concreta de uma revolução, de caráter proletário, evidenciada a partir da extrapolação do caráter local da Comuna de Paris (1871)⁶, ameaçava todos os Estados capitalistas modernos com a possibilidade de um novo levante do proletariado. Marx (2011b) caracterizou como contrarrevolução a aliança entre Estados capitalistas e Impérios Absolutistas, sob a liderança burguesa, com o objetivo central de conter a organização dos trabalhadores contra o Estado capitalista. Pode-se apontar que a experiência da Comuna de Paris se constituiu como elemento fundamental na elaboração das teses da Segunda Internacional Socialista (1889-1914)⁷, a partir do

⁴ A lógica dinástico-militar se referenciava na lógica própria dos impérios Russo, austro-húngaro e otomano, ligados, respectivamente, às dinastias Romanov, Habsburgo e Osman. Para uma análise mais aprofundada, indica-se a leitura do artigo “O manto europeu no século XVII: a disputa dinástica entre Bourbons e Habsburgos e o surgimento do sistema interestatal capitalista”, de autoria de Gouvêa (2012).

⁵ “No mundo do capitalismo não houve, nem pode jamais haver, nada uniforme, nem harmônico, nem proporcional. Cada país tem desenvolvido, com particular relevo, um ou outro aspecto, ou traço, ou todo um grupo de traços inerentes ao capitalismo e ao movimento operário. O processo de desenvolvimento teve forma desigual.” Para uma análise mais aprofundada sobre o conceito de desenvolvimento desigual, sugere-se a leitura de Lênin (2012; 1919).

⁶ A Comuna de Paris (1871) foi a primeira experiência de ditadura do proletariado na história criada pela revolução proletária em Paris. A Comuna de Paris destruiu a máquina estatal burguesa, expulsou os burocratas e os altos funcionários, equiparou os salários dos trabalhadores do aparato da comuna ao salário médio de um operário, substituiu juízes reacionários por juízes eleitos, substituiu os nomes de ruas ligados a figuras burguesas e eliminou o financiamento do Estado à igreja. Embora, meses antes da Comuna, Marx tenha colocado os operários de sobreaviso quanto as impossibilidades da manutenção da revolução, quando os operários tomam o poder na França, em 1871, Marx saudou com entusiasmo a revolução proletária, uma vez que via nessa ação “uma experiência histórica de enorme importância, um passo para frente na revolução proletária universal, uma tentativa prática mais importante do que centenas de programas e argumentos” (LÊNIN, 2007, p. 58). Para uma análise mais aprofundada sobre a Comuna de Paris, sugere-se a leitura de Marx (2011b) e Lênin (2007).

⁷ Com a extinção da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), começou a se difundir a ideia – de certo modo incentivada pelo próprio Engels – da necessidade de refundação de uma associação internacional capaz de organizar todo o movimento socialista europeu. A discussão do tema em uma série de encontros acabou levando à realização do congresso fundacional na nova associação em Paris, no centésimo aniversário da queda da Bastilha. Entre os dias 14 e 21 de julho de 1889, cerca de quatrocentos delegados de quase vinte países fundaram formalmente nova associação com base nos mesmos princípios adotados pela AIT, autodenominando-se “II Internacional” (passando aquela a ser conhecida como “I Internacional”), num *continuum* de reivindicação histórica marcado pelos desdobramentos da disputa com os anarquistas que tornaria a organização conhecida também como “Internacional Socialista”, ao

Congresso de Stuttgart (1907)⁸, no que tange à transformação da guerra iminente em guerra civil.

O desenvolvimento capitalista desigual e a Guerra foram considerados como, pela teoria socialista associada a Terceira Internacional Comunista (1919-1943), os fatores responsáveis pela eclosão da Revolução Russa (GETZLER, 1986). Ambos aprofundavam as contradições do modo de produção capitalista, abrindo novas possibilidades sociais, assim como produziam um efeito direto e indireto sobre a organização dos trabalhadores frente à conformação das relações capitalistas. A Primeira Guerra Mundial foi, portanto, o elemento que determinou a passagem do capitalismo ao socialismo, essencialmente associada às características do desenvolvimento capitalista no início do século XX, sendo caracterizada por Rosa Luxemburgo (1984) e Lênin (2012) como imperialismo, portanto, considerada uma fase do capitalismo.

Os últimos anos do século XIX foram marcados por novas características do desenvolvimento capitalista como o surgimento de grandes conglomerados industriais e bancários que aparentavam refutar a tese da livre-concorrência; a nova função social dos

reivindicar mais claramente essa posição. A primeira organização Internacional proletária foi a Liga dos Comunistas (tendo sido o manifesto comunista seu programa), criada em 1847, a partir da Liga dos Justos, da qual Marx e Engels participavam. Com a derrota dos movimentos revolucionários em 1848, a Liga dividiu-se em 2 grupos, liderados respectivamente por Schapper e por Marx e Engels, tendo sido dissolvida em 1852. Muitos de seus membros foram presos e julgados nos Processos de Colônia. Em 1864, constituiu-se a AIT, no seio da qual se deu uma ampla e ferrenha disputa política entre as concepções de Marx e Engels, de um lado e, de outro, as de Proudhon e (a partir de 1871) Blanqui e Bakunin, tendo este último sido expulso da organização no Congresso de Haia. Na verdade, com a derrota da Comuna de Paris, este Congresso se conformou virtualmente como último da AIT, cujo Conselho Geral se transferiu então para Nova Iorque, sendo dissolvido em 1876, na Filadélfia. A porção anarquista da AIT (reunida em 1873 na Suíça) seguiria existindo até o Congresso de Viviers, em 1877 (tendo sido refundada em 1922, em Berlim). Por outro lado, a participação socialista em Ghent (Congresso Universal Socialista) e em Chur (1881), proclamaria a necessidade de fortes partidos socialistas locais para a organização da Internacional Socialista, o que acabou se constituindo como traço essencial na fundação desta em 1889, em Paris. A Internacional Socialista adotou uma orientação predominantemente marxista, tendo rompido novamente com o anarquismo no Congresso de Zurique, em 1893. Reivindicando a continuidade com a Liga dos Justos, com a Liga dos Comunistas e com a AIT, ficou conhecida como “II Internacional” (GOUVÊA, 2016, p. 15).

⁸ “O Congresso socialista internacional de Stuttgart (VII Congresso da II Internacional) decorreu de 18 a 24 de agosto de 1907. Participaram no congresso 886 delegados, representantes dos partidos socialistas e dos sindicatos. O congresso examinou as seguintes questões: 1) o militarismo e os conflitos internacionais; 2) relações mútuas entre os partidos políticos e os sindicatos; 3) questão colonial; 4) imigração e emigração dos operários; 5) direitos eleitorais das mulheres. Durante o congresso, Lênin realizou um enorme trabalho para unir as forças da esquerda na social-democracia internacional, lutando decididamente contra os oportunistas e revisionistas. Lênin participou no trabalho da comissão para a questão principal: «O militarismo e os conflitos internacionais». Quando da discussão do projeto da resolução proposto por A. Bebel, Lênin, através das suas emendas, apoiadas pelos representantes da social-democracia polaca, conseguiu a sua modificação radical no espírito do marxismo revolucionário. A aprovação da resolução “O militarismo e os conflitos internacionais” foi uma grande vitória da ala revolucionária sobre a ala oportunista no movimento operário internacional” (CONGRESSO SOCIALISTA INTERNACIONAL DE STUTTGART, 2021).

bancos no que se refere ao financiamento da acumulação capitalista e à propriedade sobre o capital produtivo; o aparecimento das sociedades anônimas; a exacerbação do uso do capital fictício tanto em Londres quanto nos EUA; e a mudança na política colonial das antigas potências motivada pela influência dos conglomerados sobre as fronteiras nacionais.

O Estado capitalista assumia nova dimensão teórica e prática, sobretudo pelas funções – construtivas e preventivas (FERNANDES, 2019) – que buscava desempenhar. Pode-se conferir à função construtiva do Estado capitalista, por exemplo, os processos de industrialização, sobretudo no que se refere ao protecionismo e à imposição de unidades monetárias, como nos casos da moeda prussiana e do processo de unificação da Alemanha; e o acirramento do nacionalismo, tanto nos países industrializados quanto em algumas colônias e territórios anexados que reivindicavam a independência ou a autodeterminação. Há que se destacar, também, a função preventiva que se materializou na relação entre o militarismo e os novos processos coloniais desenvolvidos pelos Estados capitalistas em processo de industrialização que não possuíam colônias, tais como os EUA e a Alemanha.

A Primeira Guerra Mundial determinou transformações importantes na relação entre o território nacional e as diferentes articulações internacionais necessárias para a reprodução continuada da acumulação capitalista que requeria, cada vez mais, o acesso a matérias-primas, à força de trabalho, aos mercados e ao financiamento da produção, refletindo os interesses dos distintos capitais privados existentes em cada unidade político-territorial capitalista. As alterações instituídas no regime de propriedade, por um lado, necessitavam da gestação e da consolidação de mercados nacionais e, por outro lado, de um sistema mundial no qual predominavam relações, especificamente, capitalistas. Sabe-se hoje que tais transformações no processo de reprodução em escala mundial somente se concluiriam, de fato, com a eclosão da II Guerra Mundial, consolidando os EUA como nova potência hegemônica. Essa seguiu se potencializando, justamente, na contraposição a URSS erigida a partir da Revolução de 1917.

No que se refere à ciência política burguesa, pode-se apontar que a Primeira Guerra Mundial foi explicada a partir de traços identificados com a corrente de pensamento idealista, representados pela aparente preocupação com a paz mundial. A causa da liberdade e da paz foi apresentada como possibilidade, desde que os Estados livres se submetessem aos processos específicos de expansão do capital, ao nível

mundial e local. Àqueles que ousavam propor outra forma de relação social, fora do âmbito do capital, eram destinados embargos econômicos e ações militares travestidas, muitas vezes, pela face democrática do Estado capitalista.

O que motivou os intelectuais, cujas teses sobre a caracterização do imperialismo foram aqui estudadas, a desenvolver a categoria de análise do imperialismo voltou-se, sobretudo, para a compreensão das novas características do desenvolvimento capitalista. Procurou-se entender se tais características tratavam ou não de uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo; assim como de que maneira se constituíam as contradições entre o monopólio e a concorrência, as esferas produtivas e bancárias, o campo internacional e nacional. A disputa política que se deu na Segunda Internacional Socialista (1889-1914) refletiu, portanto, a busca pela explicação dessa nova realidade que se consolidava em cada região. Para os socialistas com intenções revolucionárias, isso se voltou para não apenas entender a realidade, mas para transformá-la, a partir da definição de estratégias e táticas possíveis para o definhamento do Estado capitalista e o estabelecimento da ditadura democrático-revolucionária do proletariado (LÊNIN, 1919).

Embora nem todos os autores estudados partam da mesma base teórica, é possível encontrar certa convergência, no que tange à periodização do imperialismo, entre os diferentes autores. Dessa forma, o nascimento do imperialismo, entendido quer como política ou como fase do desenvolvimento capitalista, é apontado pelos autores, aproximadamente, entre 1865 e 1880. Está relacionado, portanto, às questões impostas pela segunda Revolução Industrial, à transformação das relações de produção, ao entrelaçamento entre bancos e indústrias e à nova partilha do mundo. As crises de 1873 e 1903 também são apontadas como pontos de expansão e de consolidação do imperialismo. Arrighi (1996) chama a atenção para o fato de que a chamada “Grande Depressão” expandiu quatro movimentos fundamentais à acumulação: a adoção de políticas protecionistas, pela maioria dos países europeus, em relação à indústria têxtil e à importação de matérias-primas, tendo como consequência a centralização, na Inglaterra, da produção e da exportação de produtos industriais; o desenvolvimento de grandes grupos empresariais, produto de um amplo processo de concentração industrial associado ao capital bancário, o que proporcionou o aumento da capacidade de investimento das empresas e a melhoria da sua capacidade de concorrência; o progresso

técnico e científico, voltado para o aumento da produtividade na indústria; e a diminuição da lucratividade no interior das economias dos países capitalistas.

O avanço da política de expansão territorial contestou a hegemonia europeia, sobretudo pelo avanço de países como os EUA e pela exacerbação das diferenças entre países industrializados e aqueles de economia agrária. A conjuntura ainda contava com o aumento da população, do consumo, da urbanização e da renda do setor assalariado nos países de capitalismo central. Esses fatores, em conjunto, contribuíram para o crescimento do comércio mundial de produtos primários e das áreas destinadas à sua produção, da mesma forma que aumentaram o fluxo de capitais em direção aos países periféricos destinados, prioritariamente, a obras de infraestrutura.

A concentração ampliada e a centralização proporcionaram que países como a Alemanha e os EUA pudessem, naquele período histórico, fazer frente às antigas potências. As novas potências capitalistas que não possuíam colônias puderam elevar suas tarifas e construir suas indústrias atrás de paredes protecionistas (HOBSBAWM, 1995). Os meios utilizados no decorrer desse processo pautaram-se na fusão entre os bancos e as indústrias com fins de controlar o processo de acumulação e a corrida dos EUA e da Alemanha para anexar áreas do mundo ainda não divididas, culminando com a partilha da África, na década de 1880.

Ao final do século XIX, os EUA apresentavam uma estrutura econômica altamente concentrada em trustes, com potencial de competição no mercado internacional, aumentando e ultrapassando, no que tange ao desenvolvimento industrial, a Inglaterra e a Alemanha. A política externa dos EUA voltada para a América Latina e Caribe, sobretudo durante o governo Roosevelt, promoveu intervenções em vários países da América Central e da região caribenha. Entre os acontecimentos que marcaram a política para a região, nesse período, Ayerbe (2002) destaca: a assinatura da Emenda Platt (1902) que estabeleceu tutela sobre Cuba; a instalação da base militar em Guantánamo (1903); o apoio à insurreição separatista do Panamá; a cessão do controle da zona do canal do Panamá aos EUA (1903); e a administração das aduanas (1905), na República Dominicana, para garantir o pagamento da dívida externa (AYERBE, 2002, p.54).

Nessa conjuntura, o termo imperialismo foi utilizado para representar diferentes processos de um mesmo contexto. As manifestações mais visíveis do imperialismo estavam ligadas à subordinação formal e à exploração econômica de maneira geral.

Com grafias similares e análises anacrônicas, por vezes, foi utilizado com o mesmo sentido dos termos imperial ou império. Compreende-se que império e imperial designam processos históricos distintos e representam um conjunto real de determinações particulares que não condizem com as características específicas da categoria imperialismo. Gouvêa (2016) aponta que o termo imperialismo não pode ser substituído por outros, sobretudo, porque deixaria de refletir um conjunto de determinações próprias do processo imperialista. A autora (2016) esclarece que o emprego indistinto entre imperialismo e império, somente se justifica em concepções que não encontram diferenças significativas entre os dois processos ou concebam o imperialismo como um movimento expansivo de um Império determinado ou a disputa entre diferentes Impérios, de maneira a não considerar os aspectos históricos distintos desses dois processos. Sobre essa questão, Gouvêa (2016) acrescenta que:

é frequente, contudo, o tratamento indistinto. Ao contrário de “imperialismo”, o substantivo “Império” e o qualificante “imperial” eram há muito empregados, pelo menos em distintas línguas de matriz grega, latina, eslava ou germânica, em referência a todo tipo de Impérios, desde aqueles de tipo dinástico-militar associados ao feudalismo (Sacro Império Romano Germânico, Império Russo, Império Austro-Húngaro, Império Otomano, Império Espanhol, Império Português etc.) passando por formações sociais mais antigas (como o Império Romano e o Império Bizantino) e pela denominação conferida a distintos impérios asiáticos ou mesmo a formações americanas não exatamente “imperiais” (como o “Império Mongol”, o “Império Inca” ou o “Império Asteca”). A partir do final do século XIX, a mescla entre os dois termos se dá principalmente por meio das indicações acerca do “imperialismo do Império Inglês”, justamente no período histórico ao qual se faz referência em Pistone ([1983] 1998). (GOUVÊA, 2016, p.28)

Gouvêa (2016) ajuda a situar, historicamente, o tratamento conferido ao termo imperialismo nos Congressos Socialistas Internacionais, conforme demonstrado no Quadro 1, evidenciando as principais questões que movimentavam os debates congressuais. A autora (2016) demarca o VI Congresso Socialista Internacional, realizado em Stuttgart, no ano de 1907, como o primeiro movimento em que o debate em torno do termo imperialismo foi realizado pelos teóricos do marxismo, embora alguns textos vinculados à II Internacional, no final do século XIX, já apresentassem, sem muita precisão teórica, o uso do termo.

Quadro 1: Levantamento dos principais Congressos Socialistas ocorridos durante a Segunda Internacional (1889-1914) e as questões centrais debatidas em cada um deles

Ano	Local	Questões Centrais
		-Autodeterminação nacional, dedicando-se à questão judaica.

1891	Bruxelas	-Militarismo e as questões referentes à corrida armamentista que desaguou na Primeira Guerra Mundial. -Disputa política pela direção política da organização.
1893	Zurique	-Ruptura com as ideias anarquistas. -Estabelecimento de critérios de adesão à Segunda Internacional. -Formação de sindicatos e sua relação com o movimento social-democrata. -Questão agrária, em particular a situação do campesinato europeu. -Questão das nacionalidades. -Aprovação de moções relativas ao sufrágio universal feminino, em apoio à luta anticolonial no Sião e à greve dos mineiros ingleses.
1896	Londres	-Questão nacional, em particular a relação entre o desenvolvimento capitalista em cada região e os territórios anexados. -Aprovação de moções de apoio à independência de alguns territórios anexados e colônias como Macedônia, Armênia e Cuba. -Possibilidade de uma revolução socialista nas colônias recém-libertas. -Possibilidade de conquista do poder pelo proletariado através dos parlamentos ingleses.
1900	Paris	-Criação do Birô socialista Internacional. -Reivindicação da expropriação dos expropriadores, tema intimamente relacionado à dimensão socializante da produção monopolista.
1904	Amsterdã	-Debate sobre a unidade do Partido Operário Social-democrata Russo ⁹ . -Defesa da via eleitoral como estratégia do movimento social-democrata em cada país ¹⁰ .

⁹ As discussões centraram-se nas questões relacionadas a recente cisão no Partido Operário Social-democrata Russo, assim como, às táticas e princípios organizativos que deveriam ser adotados na Rússia por esse partido. O Partido Operário Social-democrata Russo foi fundado em 1898, aprovando seus estatutos e programa, apenas em 1903. As divergências sobre o primeiro artigo dos estatutos que versavam sobre as regras de adesão e a forma de organização levaram a divisão prática entre bolcheviques – liderados por Lênin – e mencheviques – liderados por Martov. Tendo os primeiros a maioria no órgão central do partido – o Iskra. Os agrupamentos só se dividiram, formalmente, em 1912 (GOUVÊA, 2012, p.19).

¹⁰ O predomínio da via eleitoral foi defendido, nesse período, por Bernstein. Tal posição foi caracterizada por Luxemburgo (2011) e por Kautsky (1901) como oportunista, ainda que este último defendesse seu combate como corrente, sem a quebra da unidade. A posição de Kautsky sobre a via insurrecional para a tomada do poder se modificaria dentro de pouco tempo. Lenin (2019), por sua vez, caracterizou a posição de Bernstein também como economicista, ao colocar a luta econômica por “melhores condições de exploração” acima da luta política pela tomada do poder e pelo fim da exploração como tal. Apesar de Lênin jamais ter negado, de acordo com cada situação específica, a importância da participação do Partido Operário Social-democrata Russo na duma, o autor privilegiava a insurreição como via de tomada do poder na Rússia, a menos que a correlação de forças internacional viesse a se modificar pela eclosão de revoluções socialistas em porções suficientes do globo. O partido revolucionário deveria ter,

1907	Stuttgart	<p>-Relação entre os partidos socialistas e os sindicatos, sobretudo no que tange à integração completa ou não entre ambos.</p> <p>-Luta das mulheres, tendo sido realizado de modo simultâneo, o primeiro Congresso Internacional Socialista de Mulheres¹¹.</p> <p>-A questão colonial, em especial o surgimento de um grupo que defendia a chamada política colonial socialista¹².</p> <p>-A questão da articulação inter-regional inerente ao desenvolvimento desigual que era contrária à imigração de trabalhadores de regiões menos desenvolvidas para a Europa.</p> <p>-A questão do militarismo, em especial a caracterização da guerra iminente como imperialista e a posição contrária a mesma, além da defesa aberta em prol da luta para evitar sua deflagração; e em caso de eclosão da guerra, a defesa do aproveitamento das contradições aprofundadas pela guerra para fazer avançar o movimento operário.</p>
1910	Copenhague	<p>-A legislação trabalhista.</p> <p>-A luta socialista na Finlândia e sua autodeterminação em relação a Rússia.</p> <p>-A situação da Argentina frente às eleições de 1912 e a possibilidade de Conquista do sufrágio universal masculino.</p> <p>-A situação da Pérsia com a possibilidade do estabelecimento revolucionário de uma monarquia constitucional.</p> <p>-A luta das mulheres nos marcos da Segunda Conferência Socialista Internacional das Mulheres, realizada às vésperas do Congresso que declarou o 8 de março como o dia Internacional da Mulher em reconhecimento à luta nos EUA.</p> <p>-A questão do militarismo com a luta nos parlamentos pela redução dos orçamentos militares e a ratificação das questões levantadas em Stuttgart.</p>

assim, uma porção clandestina e uma porção legal. Na Rússia, o “marxismo legal” esteve intimamente ligado à fração liquidacionista do partido, que visava a liquidar suas estruturas clandestinas (GOUVÊA, 2012, p. 20).

¹¹ O primeiro Congresso Socialista de Mulheres aprovou a proposta favorável à reivindicação conjunta do sufrágio universal feminino e masculino, derrotando a proposta alternativa que defendia apenas o sufrágio masculino (GOUVÊA, 2012, p. 21).

¹² A defesa da chamada “política colonial socialista” se apoiou em um suposto caráter civilizatório da dominação colonial, como característica ressaltada em trechos das obras de Marx e de Engels, especificamente, no que se refere às categorias nação histórica e nação sem história entendidas com o sentido de povo e nacionalidade. Se apoiou, sobretudo em uma concepção de desenvolvimento associada ao desenvolvimento das forças produtivas. Marx e Engels, jamais entreviram a possibilidade de extrapolação deste caráter civilizatório para a revolução proletária, afirmando ao contrário, que uma nação – no sentido já referido – jamais poderia ser livre de fato e, tampouco o proletariado no poder, enquanto oprimisse as demais (GOUVÊA, 2012, p. 53).

1912	Basileia	-A deterioração da situação da guerra balcânica. -A iminência de uma guerra aberta entre as potências imperialistas que poderia assumir os contornos de uma guerra mundial, visto a utilização da coerção econômica já existente sobre os Estados, formalmente, independentes.
------	----------	---

Fonte: GOUVÊA, 2012.

O debate sobre imperialismo, no marxismo, surge relacionado a questões históricas da social-democracia relativa às chamadas questão agrária, questão nacional e questão colonial, associado às características mais aparentes relacionadas, sobretudo, à subordinação formal e ao militarismo progressivo. A partir do Congresso de Stuttgart (1907), o imperialismo passou a ser tratado em todos os congressos mundiais subsequentes, tanto na Segunda Internacional quanto na Terceira Internacional (GOUVÊA, 2016).

O Congresso de Basileia (1912) foi o último congresso unitário da Segunda Internacional. A previsão de um novo Congresso para 1914 não se concretizou, dada a drástica mudança na conjuntura. As resoluções aprovadas no Congresso (1912) foram organizadas em um documento cujo nome dado foi “Manifesto de Basileia”, que se tornou o principal documento referente às discussões sobre a guerra imperialista. Gouvêa (2012) acentua que, de Paris até Basilea, a participação nos congressos da Internacional Socialista obteve uma trajetória ascendente, tanto no que tange ao número de países presentes e ao número de participantes e delegados quanto à organicidade dos congressos.

Gouvêa (2012) ainda pontua que, na segunda metade do século XIX, as especificidades da luta pelo socialismo em cada região levaram à constituição de diferentes organizações social-democratas nacionais. À época da fundação da Segunda Internacional Socialista (1889-1914) já existiam partidos sociais-democratas pelo menos na Alemanha, na Bélgica, na Espanha, nos EUA, na França, na Holanda, na Inglaterra, na Itália e nos países escandinavos (GOUVÊA, 2016). Diferentemente da Primeira Internacional, cuja configuração representava um grande partido internacional dos trabalhadores, a Internacional Socialista configurou-se como uma organização internacional que reunia delegados de distintos partidos nacionais. Gouvêa (2016) aponta que a II Internacional não possuía um organismo central com poder determinante sobre as táticas a serem desenvolvidas em cada região, embora, a partir de 1900 tenha

sido constituído o Birô Socialista Internacional¹³, cujas atribuições eram, de modo geral, executivas.

A ameaça de uma guerra, de inéditas proporções, impôs a necessidade de uma posição política que direcionasse os trabalhadores e os partidos socialdemocratas no enfrentamento, em seus respectivos países de origem. No Congresso de Copenhague (1910), as resoluções de Stuttgart (1907) foram ratificadas e as determinações indicaram a luta nos parlamentos nacionais pela redução dos orçamentos militares, para evitar a escalada armamentista. O Manifesto de Basileia (1912) também seguiu ratificando o chamado à luta pela derrubada das burguesias nacionais, em caso de eclosão da guerra imperialista, com vistas a transformá-la em guerra civil.

Ao eclodir a guerra, os partidos social-democratas, reivindicando as formulações que identificavam o imperialismo como um elemento do desenvolvimento capitalista, apoiaram a concessão de créditos suplementares nos diferentes parlamentos nacionais para o financiamento da Guerra, contrariando as resoluções dos Congressos Socialistas Internacionais predecessores e aliando-se aos parlamentares burgueses em nome da chamada “defesa da Pátria”. Diante da traição dos pressupostos ratificados no Manifesto de Basileia (1912), por uma parte considerável dos partidos social-democratas europeus, a principal consequência foi à bancarrota política e ideológica da Segunda Internacional (LÊNIN, 1979), cuja causa principal foi o predomínio do oportunismo pequeno-burguês.

Ressalta-se, neste ponto, o caráter histórico que Lênin (1979) confere a tendência oportunista, sobretudo quando compreende que o oportunismo “não é resultado do acaso, nem de um pecado, nem de um equívoco, nem de traição de indivíduos isolados, mas o produto social de toda uma época histórica[...] o oportunismo é fruto da legalidade” (LÊNIN, 1979, p. 61). Para o revolucionário russo (1979), a unidade da luta proletária em prol da revolução socialista exigia, a partir de então, o rompimento e a separação incondicional com partidos oportunistas, uma vez que, de acordo com Lênin (1916), “o conteúdo político do oportunismo e do social-

¹³ O Birô Socialista Internacional foi um organismo executivo permanente, com sede em Bruxelas, composto por representações de todos os partidos e agrupamentos nacionais que integravam a Internacional, eleitas por cada delegação. A Constituição do birô permitiu a Internacional atingir níveis mais complexos de organização, o que se refletiu no Congresso seguinte, realizado em agosto de 1904, em Amsterdã. A existência de uma maior organicidade implicou no acirramento do debate sobre as formas de organização em escala Internacional e em cada local, fazendo com que a discussão se centrasse em boa medida nas questões relacionadas a recente cisão do Partido Operário Social-democrata Russo, assim como a tática e os princípios organizativos que deveriam ser adotados na Rússia por esse partido. (GOUVÊA, 2016)

chauvinismo é o mesmo: a colaboração das classes, a renúncia à ditadura do proletariado, a renúncia às ações revolucionárias, o reconhecimento sem reservas da legalidade burguesa, a falta de confiança no proletariado, a confiança na burguesia. O social-chauvinismo é a continuação direta e o coroamento da política operária liberal inglesa, do millerandismo e do bernsteinianismo” (LÊNIN, 1916, p.03).

Kautsky, principal dirigente do Partido Social-Democrata Alemão, traiu suas posições anteriores, apoiando de forma consistente a posição de “defesa da Pátria”. Tal posição significava, sobretudo, o apoio da social-democracia para que trabalhadores pegassem em armas contra outros trabalhadores. Kautsky e todos os representantes da social-democracia alemã foram favoráveis, no parlamento alemão, à liberação de verbas para a guerra, justificando-se sob o argumento da “defesa da pátria” e contrariando as resoluções aprovadas nos congressos da Segunda Internacional. Com a eclosão efetiva do conflito mundial, as contradições da Internacional Socialista se aprofundaram, impossibilitando a conciliação entre posições antagônicas.

Foi nessa conjuntura que foi convocada, em caráter excepcional, em 1915, uma conferência internacional, em Zimmerwald, na Suíça, país considerado neutro no conflito mundial. A pauta única dessa conferência se voltou para o problema da ação do proletariado que se destinava à paz, assim como a realização de uma nova eleição para o posto de direção do Birô Socialista Internacional, que passou a ser integrado por militantes mais à “direita” do movimento. Acontece que devido às dificuldades logísticas e políticas, a participação nessa conferência foi bastante reduzida – trinta e sete delegados de doze nacionalidades europeias¹⁴ –, o que indicou uma manobra dos oportunistas para a construção de modificações nas resoluções atestadas a partir do Congresso de Stuttgart (1907).

Os delegados favoráveis aos termos do manifesto de Basileia – apenas oito dentre os trinta e sete – reuniram-se e formularam uma posição conjunta a ser defendida durante a conferência, enunciada no documento “A guerra mundial e as tarefas da social-democracia”. De modo geral, tais delegados defendiam que a paz só poderia ser obtida, efetivamente, através da luta revolucionária contra os Estados capitalistas, e reafirmavam a estratégia de guerra a guerra como uma situação pré-revolucionária, logo conclamavam os soldados a voltarem-se contra seus oficiais nas trincheiras e os trabalhadores à realização de greves políticas contra a guerra (GOUVÊA, 2012). A

¹⁴ Alemanha, Bulgária, França, Itália, Letônia, Noruega, Países Baixos, Polónia, Romênia, Rússia, Suécia e Suíça. (GOUVÊA, 2012)

conferência deveria, portanto, fazer chegar às massas a necessidade da revolução. Este grupo de socialistas revolucionários ficou conhecido como a Esquerda de Zimmerwald¹⁵.

Gouvêa (2016) destaca a importância da Esquerda de Zimmerwald, no interior do Movimento Comunista, para a compreensão da determinação histórica que pauta as disputas sobre o termo imperialismo, uma vez que representaram a ruptura efetiva com a Segunda Internacional, estabelecendo-se ao redor da questão da caracterização do imperialismo e reivindicando o marxismo como instrumento para os caminhos do movimento revolucionário (GOUVÊA, 2016).

De acordo com Gouvêa (2016), na historiografia oficial produzida na URSS e no campo socialista, a cisão da Segunda Internacional é descrita como a contraposição entre três campos principais de posicionamento: os oportunistas¹⁶, os centristas¹⁷ e os socialistas revolucionários, esses últimos também conhecidos como internacionalistas revolucionários, representantes da Esquerda de Zimmerwald. Os oportunistas defenderam, de modo geral, a paz civil em cada país com o objetivo de defesa da pátria frente à guerra; os socialistas revolucionários opunham-se à guerra, reafirmando que a ela serviria apenas aos interesses da burguesia, de modo que o proletariado deveria transformar a luta contra a guerra em luta política pela revolução socialista; e os centristas restringiram-se aos marcos da legalidade e do não enfrentamento direto com qualquer possibilidade de ruptura com o capitalismo, mantendo-se indiferentes à derrota ou à vitória e não firmando qualquer posicionamento no parlamento (GOUVÊA, 2016).

É nesse contexto que o debate marxista acerca da caracterização do capitalismo se desenvolve e se estabelece como questão necessária à práxis revolucionária. A caracterização do imperialismo como fase própria do desenvolvimento capitalista pressupõe que a sua superação não pode prescindir da superação do próprio capitalismo. A luta anti-imperialista implica a superação do próprio capitalismo e, para tanto, torna-

¹⁵ Fizeram parte da Esquerda de Zimmerwald: o partido bolchevique, os socialistas de esquerda polacos, os social-democratas letões e setores de esquerda dos partidos social-democratas da Alemanha, da Bulgária, da Noruega, da Suécia e da Suíça. Posteriormente, aderiram os socialistas de esquerda da Áustria, dos EUA, da França, dos Países Baixos e da Sérvia. (GOUVÊA, 2012)

¹⁶ Os oportunistas, também chamados de social-chauvinistas, tinham como liderança as posições de Ebert Schneidemann, na Alemanha; de V. Adler, na Áustria; de Renaudel, Guesde e Sembat, na França; de Hyndman, na Inglaterra; de Plekanov, na Rússia; de Bissolati, na Itália; de Vandervelde, na Bélgica e de Branting, na Suécia. (GOUVÊA, 2012)

¹⁷ Esta posição foi liderada por Kautsky, na Alemanha; F. Adler, na Áustria; Longuet e Pressemane, na França; MacDonald e Snowden, na Inglaterra; Martov, na Rússia; Turati e V. Modigliani, na Itália; Hillquit, nos EUA e Grimm, na Suíça. (GOUVÊA, 2012)

se necessário traçar estratégias capazes de “reconhecer a transformação histórica das determinações sociais reais no desenvolvimento do capitalismo em imperialismo, bem como seu próprio movimento histórico, em sua condição de capitalismo monopolista” (GOUVÊA, 2016, p. 32). A caracterização do imperialismo como um elemento do desenvolvimento capitalista pressupõe que a luta anti-imperialista esteja relacionada à extração do elemento. Gouvêa (2016) explica que essa concepção:

não requer necessariamente a superação do próprio capitalismo para se efetivar objetivamente (apesar de que possa ou não ser considerado como contribuição rumo àquela superação a depender da formulação específica, constituindo possivelmente um objetivo tático a ser alcançado de forma intermediária: seja como acúmulo de forças e desenvolvimento da consciência proletária; seja como conquista de melhoria das condições de exploração; seja como passo possibilitador do desenvolvimento capitalista nacional como etapa necessária à viabilização da revolução socialista, etc.). (GOUVÊA, 2016, p. 30)

Esse debate, embora de forma nem sempre explícita, encontra-se presente nas formulações que tentam compreender o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo na atual conjuntura. Para compreender com mais precisão a diferença fundamental entre uma e outra posição, na próxima seção, procura-se traçar um panorama com as posições defendidas pelos principais autores que iniciaram esse debate no início do século XX. Destacam-se os debates travados pelos autores marxistas: Kautsky (1986; 1914) e Hilferding (1985); assim como pelo autor burguês John Hobson (1996; 1948) que, embora não fosse de orientação marxista, contribuiu de modo relevante nos debates que seguiram acerca da caracterização do capitalismo. Aponta-se a inclinação de tais autores para o entendimento do imperialismo como um elemento do capitalismo, o que indica estratégias de enfrentamento que não passam pela revolução como único caminho possível de libertação do proletariado da exploração capitalista.

1.2 Caracterização do Imperialismo como um elemento do capitalismo: principais autores e questões

Nesta seção, procura-se realizar alguns apontamentos sobre as obras de autores centrais da teoria marxista acerca do imperialismo. Identifica-se como eixo central de tais análises a proposição do imperialismo como um elemento do capitalismo. Parte-se das contribuições de Hobson (1996; 1948) – economista inglês de orientação burguesa – em especial, as obras *Imperialismo, um estudo* (1948) e *A Evolução do Capitalismo Moderno* (1996), lido e debatido pelos autores marxistas que realizaram as

aproximações iniciais com a caracterização do capitalismo; de Kautsky (1986; 1914) em sua obra *A Questão Agrária* (1986) e *Ultraimperialismo* (1914); e de Hilferding (1985) com a obra *O Capital Financeiro* (1985).

Pode-se apontar que Hobson (1996; 1948), ao utilizar a categoria imperialismo como possibilidade de explicação da realidade, procurou explicar as controvérsias que pairavam sobre a questão nacional¹⁸. O autor (1996; 1948) atribui ao termo imperialismo o significado de uma política externa de expansão territorial, cujas raízes econômicas foram fundadas na expansão da produção mecanizada. O autor (1996; 1948) adensa ao termo imperialismo os qualificantes “bom” e “mau” que perpassam o campo da moral, conferindo ao qualificante “mau” o colonialismo que necessita de força para se impor, sem conseguir um desdobramento “natural” da nacionalidade no local em que se estabelece; ao mesmo tempo que ao qualificante “bom” o colonialismo que levaria ao internacionalismo como expressão da fraternidade entre as nações. O eixo central da análise tem como pressuposto a ideologia burguesa, em sua estratégia de explicação superficial da realidade, a partir do uso de qualificantes que atuam no campo da moral. Não foi realizado um caminho metodológico que pudesse apontar a essência dessas transformações sociais, uma vez que o objetivo parece ter sido analisar apenas a aparência do acontecimento. Nota-se que não há um entendimento do Estado capitalista enquanto força, o que faz das construções teóricas uma análise incapaz de apontar os problemas que se estabeleciam como estruturais.

Ainda que o autor (1996; 1948) não realize uma análise totalizante sobre o papel do nacionalismo e do colonialismo na reprodução social do capitalismo, Gouvêa (2012) destaca alguns pontos de convergência entre a obra de Hobson e de Marx. A autora (2012) salienta que o objeto de estudo do autor – a evolução do capitalismo moderno – não se referia às transformações no capitalismo, no último quartel do século XIX. Hobson (1996; 1948) focou nas transformações no capitalismo industrial, em contraposição ao capitalismo existente no “Mundo Antigo” e na Idade Média, partindo

¹⁸ No que se refere, especificamente, à questão colonial, o debate que se seguiu na Segunda Internacional apontava para duas posições antagônicas: de um lado a defesa do anticolonialismo, a partir da perspectiva dos povos oprimidos; de outro, a defesa de uma “política colonial socialista”, interessada nos resultados obtidos pela Europa com a expansão colonial, capazes de acelerar o desenvolvimento do capitalismo. A dependência das potências capitalistas em relação às colônias também alimentava o debate. Autores como Lênin (2012) e Hilferding (1985) apontavam para a direção dada pelo capital financeiro à partilha do mundo entre as grandes potências que, apresentava dimensões capazes de subverter a lógica da política colonial. Kautsky (1914) denotava à independência dos EUA, seu desenvolvimento industrial e a intensificação da concorrência com a Inglaterra, como fatores que teriam transformado as feições da política colonial, levando à necessidade de transformação das colônias em mercados e constituindo uma nova política colonial de caráter imperialista.

do entendimento que o surgimento da manufatura, em larga escala, foi a mola propulsora do desenvolvimento amplo e geral do capitalismo. Os pontos de convergência apontados por Gouvêa (2012) são sintetizados como:

a) o estabelecimento, no capitalismo, da contraposição entre “capital” e “trabalho” – este último como fonte de valor (ao contrário do pregado pela escola neoclássica), apesar de que Hobson empregue o termo “mais-valia” apenas no sentido de produto social excedente, desprovido de sua relação com o tempo de trabalho necessário para a produção, pelo trabalhador, de valor equivalente àquele cujo consumo é necessário à sua subsistência e reprodução social; b) a tendência histórica à concentração do capital, ainda que motivada primordialmente pelas limitações na expansão do mercado, não pelas contradições inerentes à lei geral da acumulação capitalista (ou ao caráter cada vez mais socializado da produção e o caráter cada vez mais privado da apropriação); c) a tendência histórica, associada à concorrência capitalista, à elevação da proporção do “emprego de capital fixo” em relação ao “emprego de mão de obra” – análoga à tendência ao aumento da composição orgânica do capital, ainda que sem distinguir teoricamente as categorias “capital variável” e “capital constante”; d) a visão histórica sobre a revolução industrial e seus pontos de ruptura, na qual Hobson referencia explicitamente Marx. (GOUVÊA, 2012, p. 88)

O que se pode observar é que Hobson (1948) aponta para a expansão e a transformação de mercados locais em mercados nacionais e mundiais como traços fundamentais da evolução do capitalismo moderno, constituindo a raiz econômica do imperialismo. O autor (1948) caracteriza, portanto, o imperialismo como um tipo de política colonial perversa peculiar a conjuntura histórica que se formava posterior à industrialização das potências capitalistas capazes de concorrer com a Inglaterra. O protecionismo seria a força necessária ao processo de expansão e não o processo de concentração. Dessa forma, embora o debate sobre as raízes econômicas do imperialismo conceda elementos fundamentais acerca do surgimento do capital financeiro no processo de evolução do capitalismo moderno, o imperialismo na acepção de Hobson (1948) encontra-se diretamente ligado ao colonialismo, contrapondo os conceitos de nacionalismo genuíno e nacionalismo perverso – esse último considerado imperialismo. Hobson (1948) sinaliza essa contraposição ao concluir que:

o nacionalismo é um caminho simples para o internacionalismo e, se manifestar divergência, podemos suspeitar de uma perversão de sua natureza e de seu propósito. Tal perversão é o imperialismo, no qual as nações que ultrapassam os limites da assimilação fácil transformam a saudável rivalidade estimulante de vários tipos nacionais na luta implacável de impérios concorrentes. (HOBSON, 1948, p. 5)

Nota-se que o autor (1948) defende que as transformações sociais possuem caráter de naturalidade, em uma concepção de linearidade histórica na qual os processos, supostamente, se desenvolveriam sem conflitos, adensando características que sugerem um caminho evolutivo com pouca interferência do indivíduo. A

concorrência entre países é vista como um elemento que indica que aquela determinada relação social se desenvolve por meios saudáveis. Deixa de ser saudável quando os meios legais, por si só, não conseguem obrigar “pacificamente” a subordinação de um país ao outro. A violência nesta análise somente se realiza pela ação militar sob o uso de armas. As outras formas de coerção utilizadas pelo Estado são mencionadas pelo autor (1948) como se fosse parte natural do desenvolvimento da humanidade.

É possível, também, traçar um paralelo com as concepções de Hilferding (1985) e Lênin (2012), no que se refere ao surgimento da “oligarquia financeira”, claramente sem tornar muito evidente as relações de subordinação e de exploração. De acordo com Hobson (1948), a mudança no caráter da propriedade, de uma empresa de propriedade individual para uma de caráter acionário, exigiu a manutenção de uma oligarquia eficiente no controle da empresa, ao mesmo tempo em que requereu uma distribuição mais ampla da propriedade do capital aplicado (HOBSON, 1948). Hobson (1948) considera que a industrialização de outros países que não a Inglaterra foi a determinação central que balizou o desenvolvimento imperialista. De acordo com Gouvêa (2012), o imperialismo, visto como política na acepção de Hobson (1948), consiste em sua adoção por várias nações, nas quais “a competição interestatal entre unidades com nível de desenvolvimento similar [expressão nossa] seria, portanto, o traço distintivo do “imperialismo recente” de Hobson” (GOUVÊA, 2012, p. 120).

Podem-se apontar algumas convergências entre Hobson (1996; 1948) e Kautsky (1986; 1914), sobretudo no que tange à identificação do imperialismo como um elemento do capitalismo; assim como na explicação sobre a questão nacional, na medida em que o imperialismo foi entendido como uma opção de política externa com o objetivo de expandir os grandes Estados industriais a fim de evitar crises cíclicas do capitalismo. Ainda que tenha se oposto a Hobson (1948), já que não caracterizou o imperialismo como uma política necessária ao capitalismo por suas “raízes econômicas”, Kautsky (1914) compreendeu o imperialismo como uma política facultativa, decorrente da concorrência entre os países capitalistas industrializados pela anexação ou submissão de áreas agrárias. Desse modo, Kautsky (1914) relaciona o início do imperialismo com a acentuação da concorrência, como reação imposta pela decadência da hegemonia industrial na Inglaterra e pela política livre-cambista correspondente. De acordo com Gouvêa (2012), Kautsky (1914) identifica o

imperialismo como uma “política de anexação ou submissão de regiões agrárias disputadas por distintos países industriais” (GOUVÊA, 2012, p. 120).

No centro das atenções de Kautsky, encontra-se o problema da relação entre “as perspectivas de independência dos povos coloniais, as fases de seu desenvolvimento econômico e social e a revolução na Europa” (ANDREUCCI, 1984, p. 254). A concepção de Kautsky (1914) acerca do imperialismo encontra-se intimamente associada à sua formulação sobre a questão agrária¹⁹, ao debate sobre a política colonial e a questão nacional. O debate sobre a questão agrária voltava-se, principalmente, para a função das regiões agrárias na acumulação capitalista, sobretudo no que diz respeito a sua caracterização como fontes de matérias-primas e como mercados para a realização de produtos industriais direcionados à subsistência dos trabalhadores.

Em seu livro *A questão Agrária*, Kautsky (1986) defende a tese central de que o principal determinante da crise capitalista estaria fincado na desproporcionalidade do processo de reprodução ampliada do capital, no que tange à relação entre a indústria e a agricultura. As crises cíclicas do capital estariam relacionadas, dessa forma, aos ajustes necessários às proporções da produção, tanto da agricultura quanto da indústria. Para Kautsky (1986), foi a desproporção que levou à necessidade de constante expansão ao capital, em escala ampliada, sendo fundamental para este processo a subordinação de regiões agrícolas. A expansão para territórios agrícolas por parte dos países industrializados, segundo Kautsky (1986), foi o ponto seminal que caracterizou o imperialismo, portanto, identificado pelo autor (1986) como uma opção de política externa. O imperialismo seria uma forma de satisfação da sujeição ininterrupta de zonas agrícolas oriundas da desproporcionalidade entre agricultura e indústria e estaria ligada à reação da Inglaterra diante da perda da hegemonia industrial.

A tendência dos Estados capitalistas, na acepção de Kautsky (1986), a sujeitar ao máximo distintas regiões agrárias, tanto como colônias quanto como esferas de influência, estaria intimamente ligado ao colonialismo e ao nacionalismo. A questão nacional e a política colonial, embora não se refiram ao mesmo objeto, acabam por encontrar confluências, no que tange, principalmente, à subordinação formal. Ambas se encontravam presentes nos debates do movimento operário.

¹⁹ Gouvêa (2012) pontua que o debate sobre a questão agrária no movimento operário ganhou centralidade, a partir do novo quadro político imposto pelo crescimento dos partidos social-democratas e aprofundamento nos setores institucionais, em vários países, que gerou a necessidade do movimento operário formular programas que viabilizassem propostas capazes de integrar as questões imediatas da população do campo e as questões derivadas dos operários. (GOUVÊA, 2012)

O debate que atravessava a questão nacional relacionava-se ao sangrento processo de formação dos Estados Nacionais modernos, realizado a partir da imposição e da legitimação de uma “nação” sobre outra. Isso significa que a língua, os costumes e a estrutura jurídico-política que se estabeleceram em cada unidade político-territorial foram determinadas nas sociedades movidas pelo modo de produção capitalista, pela classe social ou pela fração de classe que possuía o poder econômico sobre as demais classes. O que caracterizava que os interesses de classe ou de determinada fração de classe exerciam o domínio sobre as demais, sendo apresentados como interesses nacionais e evidenciando uma aparente unidade homogênea como produto da sua condição hegemônica.

Cabe lembrar que, naquele período histórico, esse processo se realizou na Europa de modo concomitante à expansão do modo de produção capitalista. O aparente caráter homogêneo escamoteava a insolúvel contradição interna da sociedade que, com a expansão do modo de produção capitalista, “se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se” (ENGELS, 2019, p. 211). O Estado Nacional moderno emerge para que as classes antagônicas, que possuem interesses econômicos contrários, não entrem em luta. Emerge como uma força “que se coloca, aparentemente, acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”” (ENGELS, 2019, p. 211). O Estado Nacional moderno é, portanto, o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes, sendo implantado onde tais antagonismos não podem ser conciliados. Na medida em que o “Estado Nacional” moderno permanecer como uma instituição organizadora das unidades político-territoriais, significa que em tal conjunto social existem contradições de classe inconciliáveis (LÊNIN, 2007).

O controle sobre o aparato burocrático que instrumentaliza o Estado encontra-se nas mãos da classe ou fração de classe que detém a posse do poder econômico, cujos interesses particulares podem se impor e legitimar, universalizando-se para o conjunto da unidade territorial como se fossem interesses coletivos. A questão sobre a tomada desse poder sobre o Estado foi uma problemática que atravessou os debates sobre a questão nacional, apresentando distintas posições descritas por Gouvêa (2012) como:

- i) a contradição entre a tendência à confluência de interesses dos “proletários de todo o mundo” (que aumenta na medida em que o próprio capitalismo se expande social e territorialmente) e a necessidade da tomada do poder em cada unidade territorial constituída nos marcos do próprio capitalismo (frente ao caráter nacional do Estado moderno); ii) a própria contradição entre “nação”, “Estado-Nação” e “classe”, como elementos determinantes, por um

lado, da reprodução capitalista e, por outro, da emergência de condições de superação desse modo de produção, inclusive no que se refere à constituição do sujeito histórico que leve a cabo esse processo; iii) o debate, dados estes elementos, sobre o papel desempenhado, na reprodução social do capital, por regiões politicamente subordinadas, que não contem com uma unidade nacional formalmente constituída cuja universalização identitária encontre eco na população que efetivamente habita tais regiões, bem como o debate sobre as implicações e significado político da defesa do rompimento formal desta relação de subordinação, que em alguns casos aparece sob a consigna da “independência” e, em outros, da “autodeterminação”; iv) a contradição, em última análise, entre a própria reprodução ampliada do capital e sua expansão regional – em termos de subsunção formal e real –, bem como o papel assumido pela unidade nacional e pelo Estado nacional nessa projeção territorial. (GOUVÊA, 2012, p.37)

A importância da questão nacional para o desenvolvimento do capitalismo possui relação direta com a formação de indústrias em territórios anexados, apesar de a maioria deles se dedicarem à agricultura. Lênin (1985) destaca essa questão ao analisar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, combatendo as posições populistas que difundiam a não-existência do capitalismo no Império Russo, apesar do caráter, majoritariamente, agrário. Lênin (1985) identifica a tendência à decadência dos estabelecimentos dos latifundiários e outra tendência, completamente oposta, de transformação das empresas dos comerciantes em fábricas capitalistas. O autor (1985) constata que a autodeterminação nacional e as anexações foram questões fundamentais no processo de desenvolvimento do capitalismo na Rússia e na aceleração do desenvolvimento do capitalismo nas áreas anexadas.

Já a questão colonial encontrava-se relacionada à subordinação formal de territórios e populações das colônias europeias à metrópole capitalista sob a condição de um contrato colonial. O sentido da articulação e da expansão territorial para além das fronteiras “nacionais” e com vistas à reprodução ampliada do capital, realizada a partir da colonização, da anexação ou da divisão do mundo em zonas de influência das associações de capital financeiro, assumiu novos contornos alicerçados no desenvolvimento desigual (LÊNIN, 2012; 1919) e na emergência do imperialismo. De acordo com Kautsky (1986), a nova política colonial, imperialista, constituía-se pela disputa entre os Estados capitalistas pelas regiões colonizadas ou anexadas constituídas como fontes de matéria-prima, de bens de consumo para trabalhadores assalariados e novos mercados para o escoamento do capital. A guerra se realizaria nos marcos de uma redivisão geoeconômica de todo o território.

Gouvêa (2012) sinaliza que a particularidade da concepção de Kautsky, que lhe permite chegar à formulação da categoria ultraimperialismo, volta-se para sua

incapacidade de enxergar a concorrência ininterrupta como um elemento do imperialismo. Segundo a autora (2012), Kautsky considerava que:

as potências imperialistas poderiam efetivamente consolidar um acordo sobre a repartição do mundo, em analogia aos cartéis econômicos, que na sua opinião também poderiam chegar a acordos estáveis. Tal acordo (o ultraimperialismo) poderia levar ao fim da concorrência interestatal e, com ela, ao fim da necessidade da violência para a subordinação das regiões agrárias, ainda que não ao fim da “ânsia expansiva” (ou da necessidade de expansão para as mesmas visando ao processo de valorização do capital). (GOUVÊA, 2012, p. 121)

Seguindo esta lógica explicativa, se é a disputa que caracteriza a especificidade do imperialismo, ao extingui-la, poderíamos acabar com o próprio imperialismo. O imperialismo é considerado, portanto, pelo autor (1986) como uma política externa, prescindível, decorrente da competição entre os países industrializados pela anexação ou submissão de áreas agrárias, imposta pela decadência da hegemonia industrial da Inglaterra e da política livre-cambista correspondente. Ainda pode-se apontar o caráter de legalização da luta, em especial quando o autor (1986) defende acordos jurídico-políticos como possibilidade de enfrentamento às contradições geradas pelo modo pela expansão da acumulação capitalista.

A categoria ultraimperialismo, formulada por Kautsky (1914), centra-se na explicação de uma possível centralização política e econômica²⁰, na qual a aliança entre capitalistas de todos os países faria emergir acordos estáveis pela paz, ao invés da violência da guerra (ultraimperialismo), cujos perigos políticos e econômicos levariam as potências econômicas à outra opção de política externa, abandonando a política imperialista. Kautsky (1914) defendia que a existência de um acordo estável entre as grandes potências faria desaparecer a concorrência dessas pelas áreas agrícolas, já que a sujeição dessas áreas seria fundamental para a acumulação de capital. Nota-se que o autor (1914) explica a nova configuração do capitalismo supondo uma possível supressão da concorrência entre as potências imperialistas mediante um acordo estável entre todas ou do domínio de uma delas, contrariando, dessa forma, suas formulações anteriores²¹.

²⁰ Kautsky (1914) contraria suas formulações anteriores, cuja centralidade se referia à impossibilidade de estabilidade a qualquer aliança capitalista e de paz social, configurando-se como uma arma perigosa contra um inimigo comum.

²¹ Em 1902, Kautsky afirmava no artigo “*La Revolución Social*” que era preciso “reconhecer a possibilidade de uma guerra em um espaço perceptível de tempo e, com ela, também a possibilidade de convulsões políticas que terminarão diretamente em levantes proletários ou, pelo menos, abrirão caminho para eles” (KAUTSKY, 1902, p. 43); que “a guerra também pode ser um meio para acelerar a evolução política do proletariado e entrega do poder. A guerra muitas vezes desempenhou o papel de fator muito

Assim como Hobson e Kautsky, Rudolf Hilferding (1985) também compreendia o imperialismo como um elemento externo. No entanto, para Hilferding (1985), tal política externa era própria do capital financeiro, estruturada diante da necessidade de os países protegerem seus territórios econômicos do livre-cambismo inglês, para levar a cabo o processo de industrialização nacional. Segundo a sua formulação, para que a industrialização e o desenvolvimento capitalista em outras regiões pudessem se realizar, eram necessárias políticas protecionistas de caráter defensivo. A industrialização simultânea de diferentes países levaria, contudo, o novo país industrial a expandir seu território econômico, com vistas a proteger-se, tomando o protecionismo um caráter ofensivo e define, dessa forma, o imperialismo como política externa.

Hilferding (1985) ao evidenciar a importância do protecionismo para o início do desenvolvimento capitalista em um país, em certo sentido, aproximou-se de Kautsky, no entanto, com conclusões diferentes. O surgimento do capital financeiro, na época dos monopólios capitalistas, para o autor (1985), tem seu principal ponto a defesa do protecionismo pelas indústrias mais fortes. Sobretudo, porque estas indústrias possuiriam capacidade ampliada de exportação e de concorrência no mercado internacional, o que as tornariam capazes de incentivar a cartelização e auferir lucros extras, garantindo a manutenção de seus privilégios no mercado interno. Hilferding (1985) busca compreender a função do dinheiro e do crédito no processo de acumulação capitalista, para então expor as especificidades do imperialismo, entendido pelo autor (1985) como a política econômica do capital financeiro.

Embora a acepção de Hobson (1948) acerca do imperialismo também tenha origem no processo produtivo, com vistas a analisar, historicamente, a tendência concentradora, a acepção de Hilferding (1985) parte da análise sobre o crédito e a função dos bancos, para concluir que a concentração é característica intrínseca da reprodução ampliada do capital. Este autor (1985) conclui que o crédito surge das necessidades de reprodução do capital produtivo e do capital comercial, tornando-se autônomo sob a centralização realizada pelos bancos. Hilferding (1985) salienta que o

revolucionário” (KAUTSKY, 1902, p. 42); e que “muitas vezes em tal situação a guerra realiza a tarefa que está acima das forças da classe que tende a subir. Ele faz isso de duas maneiras. Uma guerra é impossível se todas as forças da nação não se envolvam nisso. [...] a guerra obriga a classe dominante a fazer concessões à classe que quer ascender, obriga a interessar-se pelo comum e dar-lhe, assim, o poder que sem a guerra não teria havido” (KAUTSKY, 1902, p. 42). Kautsky (1902) enfatiza em seu texto que a guerra seria um meio para a revolução. Uma tese bastante similar à defendida no congresso de Basileia, em 1914, cujo autor se colocou contrário na ocasião, ao defender que a concorrência imperialista levaria à paz social e não à guerra, com base na afirmação de os capitalistas teriam mais a perder com a guerra do que com a paz.

capital monetário ao se tornar disponível ao empresário da indústria, podendo ser transformado em quaisquer mercadorias, destinadas ou não ao consumo produtivo, confere ao banco sua superioridade em relação à empresa, sobretudo, pelo capital industrial encontrar-se imobilizado como capital de produção ou de mercadorias. Hobson (1948) e Hilferding (1985), cada um à sua maneira, compreenderam que as especificidades fundamentais do desenvolvimento do capitalismo se pautavam na modificação da lógica da expansão colonial e da divisão do mundo entre as grandes potências, incluindo, nessa divisão, as associações de capital financeiro, através da exportação de capitais.

A compreensão da categoria imperialismo, como elemento externo, leva à conclusão de que a luta anti-imperialista pode estar relacionada apenas à eliminação do elemento, não necessitando da superação do capitalismo para sua completa aniquilação. Pode significar que ao banir o elemento externo ou ao identificar os aspectos aparentes de subordinação é possível construir saídas que melhorem as condições de exploração sem modificar as estruturas capitalistas que determinam a condição de exploração. Produz análises que direcionam a luta dos trabalhadores para o campo da disputa pelo Estado. Passa pelo entendimento superficial da categoria imperialismo, considerando, apenas, um ou outro traço característico e traçando estratégias que não rompem com a estrutura social regida pelo capital.

Dessa forma, fraseologias como igualdade, liberdade, participação social e justiça social podem ser utilizada pela burguesia para confundir os trabalhadores, desarticulando as possibilidades de enfrentamento que possam passar pela luta anticapitalista e pela consequente derrubada do Estado capitalista. Daí resultam análises que sugerem o reconhecimento legal, a defesa das instituições democráticas e a concorrência nos espaços de representação formal do Estado como possibilidades possíveis de organização da luta dos trabalhadores.

Reconhecer as diferentes posições sobre a caracterização do imperialismo como tipo de política externa ou fase histórica específica do desenvolvimento do capitalismo foi o caminho que ofereceu a base para a compreensão dos mecanismos que a burguesia vem desenvolvendo, no século XXI, como desdobramento do eixo segurança-manutenção do modo de produção capitalista. Na próxima seção, procurou-se identificar os traços característicos da concepção de imperialismo como fase do desenvolvimento capitalista, na aceção defendida por Rosa Luxemburgo (1984) e por Lênin (2012;

1985; 1972a; 1972b). Objetiva-se uma melhor compreensão dos traços característicos que conferem ao imperialismo a centralidade como última fase histórica do capitalismo, assim como permite o uso dessa categoria de análise como possibilidade de explicação da realidade objetiva, ainda no século XXI, sem a necessidade de qualquer outro qualificante.

1.3 Por uma caracterização do imperialismo como antessala do socialismo

Nesta seção, procura-se realizar alguns apontamentos sobre a acepção acerca da categoria imperialismo defendida por Rosa Luxemburgo (1984) em sua obra *A Acumulação de Capital* e por Lênin (2012; 1985; 1972a; 1972b) em suas obras *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, *Como os amigos do povo são e como eles lutam* e *Uma caracterização do romantismo econômico*. Identifica-se como eixo central de tais análises a proposição do imperialismo como fase de desenvolvimento do capitalismo, como antessala do socialismo ou como o principal elemento de precipitação das condições para a revolução socialista.

Ao contrário dos demais autores mencionados na seção anterior, Luxemburgo (1984) compreendia o imperialismo como uma fase do desenvolvimento capitalista, cuja subordinação de todas as relações não capitalistas seria o movimento contraditório que levaria ao socialismo. Ao tratar da acumulação capitalista, Luxemburgo (1984) defendeu que a reprodução ampliada de capitais não pode ser realizada sem que exista um mercado situado fora dos Estados capitalistas, em outras palavras, a realização da mais-valia requer um círculo de compradores que se localiza fora da sociedade capitalista. A troca entre as formas de produção capitalistas e não capitalistas seria, portanto, essencial tanto para a realização da mais-valia quanto para a obtenção dos elementos do capital constante.

A zona de expansão capitalista de que trata a autora (1984) se referia tanto aos setores da economia interna cujas bases não eram capitalistas – com destaque para os serviços –, mas se submetiam e criavam relações especificamente capitalistas; quanto às regiões onde ainda predominavam relações de produção não capitalistas – com destaque para a política colonial das potências capitalistas e a política de anexação de territórios dos impérios absolutistas. Luxemburgo (1984) entendia que a necessidade expansiva

das relações de produção capitalista levava a métodos operacionais específicos da fase imperialista como os empréstimos, a construção de ferrovias, as guerras e as revoluções. Métodos estes que levariam à destruição progressiva das formações não capitalistas, uma vez que “a acumulação não pode[ria] existir sem as formações não capitalistas, nem permit[iria] que estas sobreviv[essem] a seu lado” (LUXEMBURGO, 1984, p. 285).

Isso significa, de forma resumida, que Luxemburgo (1984) compreendia que a internacionalização do capital e o processo de subordinação formal dos povos e regiões similares ao processo de acumulação primitiva (MARX, 2017) são características inexoráveis à própria acumulação capitalista, não sendo possível prescindir delas e permanecer com o modo de produção capitalista. As relações de produção capitalista, ao serem expandidas, acabam por viabilizar de um lado a sua reprodução social e, de outro lado, as contradições que levariam ao seu fim. Enquanto a acumulação capitalista, progressivamente, destruiu as relações de produção não capitalistas e o modo de produção capitalista fosse constituindo sua supremacia, gradativamente, sua capacidade de acumulação diminuiria, o que originaria a fase imperialista do desenvolvimento capitalista.

A industrialização e a emancipação política das zonas de expansão em disputa – cujas relações sociais não se desenvolviam sob o modo de produção capitalista –, de acordo com Luxemburgo (1984), seriam os pontos de ruptura que marcariam a temporalidade da fase imperialista. Dessa forma, o imperialismo seria decorrente da necessidade de expansão do capital em termos de valor e território. Luxemburgo (1984), assim como Lênin (2012), identificou o movimento imperialista do capital como um processo de superação das crises de 1873 e 1903, cujas relações de produção capitalistas teriam se expandido, espacialmente, em uma proporção qualitativamente ampliada. Pode-se afirmar que o elemento que torna particular²² a construção teórica de Luxemburgo (1984) acerca da caracterização sobre o imperialismo decorre da particularidade de sua caracterização sobre a acumulação capitalista e sua necessidade de expansão, que entende que a valorização do valor tem sua reprodução material nos processos de expansão geográfica das relações de produção.

²² Não foi objetivo desse trabalho, a análise das críticas que a autora (1984) realizou acerca da produção teórica de Marx sobre a circulação de dinheiro. Pode-se apontar que a autora (1984) defendeu teses alternativas às desenvolvidas por Marx, em *O capital*, sobretudo na relação específica com a circulação de dinheiro e a acumulação capitalista.

Na concepção de Lênin (2012), o imperialismo também constitui uma fase particular do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Isso significa dizer que, de acordo com Lênin (2012), o imperialismo tem como sentido o movimento do capitalismo em sua totalidade, ou seja, o imperialismo não é, portanto, um elemento daquele movimento ou parte necessária à totalidade capitalista, imperialismo significa a transformação qualitativa do próprio desenvolvimento capitalista no curso de seu movimento histórico, o que define, precisamente, uma fase. Objetiva-se, nesta seção, apenas ressaltar alguns pontos acerca do significado da caracterização do imperialismo como fase do capitalismo, portanto, não se propõe a uma exposição maçante dos dados apontados por Lênin no conjunto da sua obra a qual tivemos acesso.

Ainda em suas obras iniciais, Lênin (1985; 1972a) parece já deixar claro esse elemento central, sobretudo quando analisa as particularidades do movimento histórico das relações de produção na Rússia e as determinações gerais do movimento histórico do capitalismo, a partir das obras de Marx, descritas na obra “O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” (1985); e quando realiza sua análise fundamentada, historicamente, na unidade contraditória entre a concentração da propriedade, cada vez mais aprofundada, e a socialização da produção, na obra *Quem são os amigos do povo e como lutam os social-democratas* (1972a).

Na obra *O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, Lênin (1985) fundamentou suas formulações sobre o caráter desigual do desenvolvimento capitalista, tanto na relação entre distintos países quanto no interior de cada unidade político-territorial. Em sua análise sobre as particularidades russas do processo de acumulação primitiva de capital, fundada na renda da terra, Lênin (1985) identificou a compra e a venda da força de trabalho, como elemento que conferiu, gradualmente, as condições necessárias para a existência de relações de produção capitalistas na formação social russa.

Já na obra *Quem são os amigos do povo e como lutam os social-democratas*, Lênin (1972a) mencionou que a unidade entre concentração e expropriação constituía a contradição fundamental do próprio desenvolvimento do capitalismo. Na polêmica contra o populismo russo e o marxismo legal, presente nesta obra, Lênin (1972a) apresentou suas conclusões iniciais sobre a inevitabilidade do socialismo, em virtude das próprias leis de desenvolvimento do capitalismo associadas à unidade contraditória entre concentração e o processo de socialização da produção. O imperialismo seria, em

suas obras posteriores, definido pelo autor como a transição, em bases qualitativas, do movimento histórico do capitalismo, por meio do desenvolvimento desigual (LÊNIN, 2012; 1919), o qual oferece base de sustentação.

Na obra *Contribuição à caracterização do romantismo econômico*, Lênin (1972b) deixou claro o que ele quis dizer ao utilizar a expressão fase superior, cujo sentido desejou explicar o desenvolvimento histórico da indústria mecanizada e a relação causal expressa na transformação de todas as condições de vida da população, significando, mais uma vez, o aprofundamento das contradições essenciais e não a sua superação. Gouvêa (2016) chama a atenção que esse entendimento não trata, portanto, de algum tipo de história evolutiva ou da explicação sucessiva deste desenvolvimento, reduzido ao elemento tecnológico. Conforme a autora (2016), Lênin realiza a análise do “movimento das próprias relações capitalistas de produção em sua socialidade histórica, fruto da ação dos homens e mulheres, que fazem a história em condições que não escolhem” (GOUVÊA, 2016, p. 50).

Para Gouvêa (2016), Lênin desenvolve ao longo da sua obra uma interpretação específica sobre o movimento histórico da socialidade capitalista, “cujo eixo é a exposição de Marx em *O Capital* acerca do desenvolvimento histórico dessa socialidade com base na dinâmica entre relações sociais de produção e forças produtivas” (GOUVÊA, 2016, p.47). A autora (2016) menciona que Lênin (1972b) destaca três fases do desenvolvimento da própria sociabilidade capitalista descritas como cooperação, manufatura, seguida do capitalismo industrial, esse último denominado pelo autor (1972b) como a fase superior do capitalismo. O que Gouvêa (2016) chama a atenção é que:

é interessantíssima a relação da última fase com afirmações do Lênin “pré-teoria do imperialismo”. Considerando que não houve, nesses vinte anos, nenhuma mudança expressiva do caráter do próprio capitalismo, é fácil notar que o movimento histórico da própria sociabilidade capitalista (que já era e seguiria sendo apontado na concentração de capital) é o conteúdo central da conceituação do imperialismo em Lênin e não o “aumento da violência” ou mesmo o “surgimento do capital financeiro” e a própria “transferência de valor”, como se costuma apontar (embora esta última esteja intrinsecamente relacionada à generalização das relações sociais de produção capitalistas e ao desenvolvimento desigual das forças produtivas. (GOUVÊA, 2016, p. 48)

O eixo da análise de Lênin (1972a; 1972b; 1985) concentrou-se na tendência histórica do capitalismo apontada por Marx (2017) em *O Capital*, cujo objetivo procurou entender a produção capitalista em seu movimento histórico, para além da verificação empirista da realidade. O reconhecimento do imperialismo como fase do

desenvolvimento do capitalismo, segundo Lênin (2012), estabelece-se na unidade contraditória entre socialização da produção e concentração da apropriação fundado na transformação no caráter de propriedade. O caráter monopolista do capitalismo configurou um salto qualitativo e representou uma nova fase histórica do desenvolvimento do capitalismo, que se identificou com a expansão da indústria moderna.

O processo de investigação empreendido por Lênin (2012), que resultou na definição acerca do imperialismo, concentrou-se além das determinações aparentes, desenvolveu-se em direção às determinações mais essenciais fundadas no movimento histórico da forma como se desenvolvia a reprodução material da vida. Para isso, Lênin partiu de uma motivação prática, relacionada ao objetivo de instrumentalização da luta revolucionária do proletariado, entendida, sobretudo, como a superação do capitalismo e a construção do socialismo. Dessa forma, a necessidade imediata que Lênin (2012) procurou compreender em sua crítica ao imperialismo, presente na obra “O imperialismo, fase superior do capitalismo” (2012), voltou-se para a guerra imperialista e suas determinações essenciais, com vistas a utilizar esse acontecimento – já que não se tinha condições materiais reais para que a guerra não acontecesse – estrategicamente para a práxis revolucionária.

Pode-se apontar que os cinco traços fundamentais, identificados por Lênin (2012), que caracterizam o imperialismo como antessala do socialismo, indicaram um eixo central: a mudança na estrutura de propriedade do capital. Este é o eixo que culmina na produção do monopólio e na concentração da produção em um grau muito elevado do seu desenvolvimento. Mais uma vez, a ideia de fase encontra-se elaborada em Lênin (2012), sobretudo, ao concluir que o monopólio nasce no solo da livre concorrência e a partir dela, configurando-se como a transição do capitalismo para uma ordem econômica e social superior. A organização social que se estabeleceu a partir dos monopólios – ou seja, da concentração da produção ao nível superior ao seu desenvolvimento – acirrou a luta por fontes de matérias-primas; produziu uma rede densa de relações de dependência entre as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa manifestada pela ação dos bancos; acrescentou a disputa pela exportação de capitais e por esferas de transações lucrativas, realizando, em conjunto, a luta pelo território econômico, em geral.

Lênin (2012) desenvolveu a sua tese seguindo a lógica histórica de movimento do capitalismo, como totalidade em movimento, portanto, parte da contradição fundamental, identificada por Marx (2017), em sua teoria geral da acumulação capitalista: a relação antagônica e irreconciliável entre a concentração da apropriação e a socialização da produção. O conjunto da obra de Marx já indicava que a dinâmica, permanentemente, ampliada de reprodução do capital, impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre e, para isso, ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares. Marx não formulou o conceito de imperialismo, até porque, em seu tempo histórico, as condições materiais de existência ainda não se encontravam sob as mesmas condições à época de Lênin. O que se torna importante registrar é que, em o “Capital”, Marx (2017) identificou elementos que vão oferecer a base para as análises empreendidas por Lênin (2012), uma vez que esse último, ao analisar a realidade em sua concretude, demonstrou total apropriação do método histórico-dialético, no que tange, sobretudo, os elementos centrais como o movimento histórico e contraditório em que se desenvolve o capitalismo.

Dito isso, parece relevante identificar, na obra de Lênin, as linhas de continuidade na análise acerca do desenvolvimento histórico do capitalismo, com o objetivo de compreendermos as possíveis transformações na forma em que o imperialismo tem se realizado, no século XXI, em sua totalidade e em suas particularidades relativas aos países no capitalismo dependente. Interessa-nos compreender o caráter do desenvolvimento capitalista, em sua condição desigual (LÊNIN, 2012; 1919), não apenas entre os países, como também no interior das unidades políticas-territoriais em condição de dependência. A caracterização feita por Lênin demonstra sua relevância, sobretudo em seus traços centrais, não perdendo a vigência, ainda assim, sendo importante a problematização dos aspectos que já não correspondem ao momento histórico atual. Assim sendo, como fase histórica, o imperialismo pode reconfigurar-se, sem se desviar das suas determinações essenciais. O imperialismo não é, desse modo, um elemento que emerge indissociável do desenvolvimento capitalista, uma dimensão do capitalismo, um elemento a ele intrínseco, um elemento a ser analisado em determinada dimensão, tão pouco um conjunto de políticas externas. É a transformação qualitativa do próprio desenvolvimento capitalista, no sentido do seu desenvolvimento histórico, definido, precisamente, como uma fase.

Ao analisar a tendência à concentração, descrita por Marx (2017), em sua relação contraditória com o processo de socialização da produção, Lênin (1972a) explica que não é necessário um lugar-comum para que a socialização da produção em condições capitalistas ocorra, isso se reduz apenas a uma parte muito pequena do processo, contudo, a concentração de capital vem acompanhada:

pela especialização do trabalho social, pela diminuição do número de capitalistas em cada ramo da indústria e pelo aumento do número de ramos especiais da indústria; em que múltiplos processos de produção dispersos se fundem em um único processo social de produção (LÊNIN, 1972a, p. 62, tradução da autora).

Gouvêa (2016) defende a tese de que a má compreensão do imperialismo em suas distintas dimensões – que não são, de modo algum, inventadas, e que só podem ser, de fato, compreendidas a partir da sua ontogênese, como fase histórica do desenvolvimento do capitalismo – tem levado a históricos equívocos na práxis revolucionária. A autora (2016) analisa o enredo da organização com base popular que defendeu a aliança com a burguesia, acreditando na possibilidade de incorporação ao seletivo “clube” burguês, ao promoverem, em conjunto, o “milagre do desenvolvimento”. Para a luta contra o capital, no século XXI, a autora (2016) constata, desse modo, que é tarefa urgente superar a influência do desenvolvimentismo no movimento revolucionário latino-americano, evidenciando como um possível caminho a correta caracterização do capitalismo.

Acrescenta-se a essa constatação a compreensão de alguns intelectuais que relacionam o imperialismo, apenas, com questões econômicas, acreditando não ser possível uma análise de outras dimensões da sociedade burguesa, a partir do imperialismo como categoria analítica. Essa última, torna-se totalmente inadequada se nos remetermos ao prefácio escrito por Lênin (2012), em seu livro *Imperialismo, estágio superior do capitalismo* (2012), quando o autor esclareceu que, nessa obra, procurou expor de forma sucinta os laços e as relações econômicas fundamentais do imperialismo, sem se deter sobre o aspecto não econômico do problema, por mais que fosse merecido tal aprofundamento. Lênin (2012) ainda reafirmou essa questão quando expôs, na mesma obra, que a constituição do monopólio e o controle estabelecido por ele, “penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social independente do regime político e de qualquer outra “particularidade”” (LÊNIN, 2012,

p. 87, grifos do autor). Procura-se aprofundar essa problemática nos demais capítulos da tese.

Por hora, expõe-se a necessária compreensão da centralidade do imperialismo como fase histórica de desenvolvimento do capitalismo para a práxis revolucionária e para as análises acerca de todos os aspectos da vida social sob o imperialismo. Para isso, propõem-se algumas considerações acerca do método utilizado por Lênin no conjunto da sua obra, a qual tivemos acesso durante a produção dessa pesquisa. Não se trata, logo, de uma enumeração dos traços fundamentais e suas questões relacionais. Busca-se a compreensão da forma como Lênin demonstrou que tais elementos, em conjunto, determinam as relações sociais na sociedade burguesa, a partir da transformação no caráter de propriedade do capitalismo, configurando a dimensão histórica do capitalismo.

Concorda-se com Gouvêa (2016), no que tange à constatação de que Lênin elaborou três planos para a estrutura do ensaio que pretendia escrever sobre o Imperialismo – cujo produto tornou-se o *Ensaio Popular. Imperialismo, estágio superior do capitalismo* (2012). Todos os planos eram bastante semelhantes entre si e inspiravam-se na estrutura empregada por Marx em *O Capital* e na decisão de não adiantar diretamente a compreensão dos objetivos. A autora (2016) evidencia que Lênin (2012) tanto na definição do imperialismo quanto na sua forma de exposição realizou uma investigação condizente com o materialismo histórico e dialético, uma vez que ele (2012):

parte da guerra e a ela retorna em sua análise. Parte da realidade para cuja compreensão se coloca a tarefa de compreender, partindo, em seu esforço de abstração, de suas determinações mais imediatas. Não se trata de definir como fundamental o surgimento dos monopólios, aprioristicamente, mas, sim, de uma aproximação dialético-materialista que permita identificar, a partir das determinações reais mais imediatas (inclusive em sua aparência empírica), as determinações reais mais essenciais, que permitem ressignificar a compreensão imediata sobre as primeiras. Uma vez realizado este esforço analítico, trata-se de expô-lo ao leitor. A exposição deve partir do traço cujo caráter é mais sobredeterminante. Expostos todos os traços, é possível remontar a definição sintética que expusemos acima, situá-la historicamente em suas tendências e submeter à crítica outras interpretações sobre o mesmo fenômeno. (GOUVÊA, 2016, p.54)

Mais uma vez, torna-se claro que o conjunto da obra de Marx e Lênin parte de motivações práticas “com a finalidade de instrumentalizar a luta revolucionária do proletariado pela superação do capitalismo e pela construção do socialismo/comunismo” (GOUVÊA, 2016, p. 55). A obra de Lênin (2012) *O Imperialismo, fase superior do capitalismo* (2012) parte da necessidade de compreender

a guerra imperialista e o próprio imperialismo para melhor utilizar tais apreensões no curso da práxis revolucionária. No Prefácio às edições francesa e alemã, Lênin (2012) deixa claro essa finalidade quando esclarece que, apesar da censura tsarista, tal obra pretendia ser “um panorama do que era a economia mundial capitalista nas suas relações internacionais nos princípios do século XX, às vésperas da principal guerra imperialista mundial” (LÊNIN, 2012, p.25), com vistas a contribuir com os comunistas dos países capitalistas avançados a “demonstrar toda a mentira das concepções social-pacifistas e das suas esperanças numa “democracia mundial”” (LÊNIN, 2012, p.25).

Dada a cisão da II Internacional e o precipitar da própria guerra, o ponto essencial da crítica do imperialismo foi um problema básico de definição de tática adequada a práxis revolucionária, uma vez que consistiu em saber se era possível reformar as bases do imperialismo, com vistas a modificar a realidade do proletariado. A resposta a esta questão empurrou o movimento operário para duas táticas distintas: deveria o movimento seguir intensificando ou aprofundando ainda mais as contradições que o imperialismo produzia; ou deveria o movimento retroceder atenuando essas contradições? Veja que considerar o imperialismo como fase inevitável do próprio desenvolvimento capitalista, sob a qual o caráter da guerra era determinado, conduz a uma única alternativa possível na qualidade de tática a práxis revolucionária: o aprofundamento das contradições imperialistas na declaração de guerra a guerra para a tomada revolucionária do poder. Lênin (2012) contestou, de imediato, o social-chauvinismo ao denunciar a II Internacional e sua adesão ao social-reformismo e ao pacifismo burguês (LÊNIN, 2012).

Lênin (2012) situou a guerra em suas condições histórico-concretas que derivaram da disputa pela partilha do mundo pelas grandes potências. A política colonial e a partilha política do mundo foram, portanto, os elementos fenomênicos do imperialismo que se encontraram associados aos debates travados na II Internacional sobre o militarismo e sobre a guerra. O imperialismo em sua condição de política expansionista se diferenciava do expansionismo em geral, sobretudo pela dominação exercida pelas associações monopolistas, cuja posse das colônias é capaz de reunir todas as fontes de matérias-primas sobre suas mãos, com completa garantia de êxito. Mesmo a política colonial capitalista das fases anteriores do capitalismo é, essencialmente, diferente da política colonial do capital financeiro.

Nesse ponto, Lênin (2012) apresenta diferenças em relação às análises empreendidas por Luxemburgo (1984) e aproximações com Hilferding (1985), sobretudo no que tange ao surgimento do capital financeiro como novo elemento de dominação, conferindo ao imperialismo novas implicações econômicas e políticas entre países capitalistas e países subordinados, consoante as necessidades de realização do capital financeiro.

Mais uma vez, Lênin (2012) reafirmou a passagem de um capitalismo centrado na propriedade individual e na “livre concorrência”, para um capitalismo cuja principal característica é o monopólio. A tendência histórica da concentração e da centralização do capital, de acordo com Lênin (2012), levou ao surgimento de enormes monopólios,²³ contrapondo-se à chamada “livre-concorrência”, forma histórica anterior na qual se dava o movimento do capital. O mundo encontrava-se repartido, de tal modo, que no futuro só se poderiam efetuar novas partilhas das áreas já divididas (LÊNIN, 2012).

A política expansionista do capital financeiro estava interessada nas fontes de matérias-primas já descobertas, assim como nas fontes em potencial. Os grandes bancos direcionavam seus investimentos para descobrir novas técnicas possíveis de exploração. A tendência histórica do capital financeiro, portanto, de acordo com Lênin (2012), voltava-se para a ampliação do seu território econômico e do seu território em geral. Os meios monopolistas tanto sobre as fontes de matérias-primas, quanto sobre a exportação de capitais, utilizavam-se das colônias para supressão da concorrência, garantia de encomendas e consolidação das relações necessárias. Lênin (2012), mais uma vez, complementa que a “superestrutura extraeconômica que se ergue sobre a base do capital financeiro, a sua política e a sua ideologia, reforça a tendência para as conquistas coloniais” (LÊNIN, 2012).

Conforme descrito pelo autor (2012), o maior interesse do capital financeiro em termos da política colonial voltava-se para a obtenção de matérias-primas, assim como para outras formas de dominação como a exportação de capitais e a inserção em países intermediários, nem colônias, nem potências coloniais politicamente independentes, porém envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática. Lênin (2012) ao tratar da política colonial da época do imperialismo capitalista, afirmou que:

²³ Gouvêa (2016) chama atenção para o duplo significado do termo monopólio explicitado no conjunto da obra de Lênin, evidenciando a diferença em relação ao significado difundido pela economia burguesa. Um dos significados refere-se ao sinônimo de conglomerado ou de unidade capitalista extremamente centralizada, enquanto o outro como sinônimo de controle associativo total ou de açambarcamento de um determinado ramo da economia ou do entrelaçamento entre ramos.

é necessário notar que o capital financeiro e sua correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época, são típicos não só os dois grupos fundamentais de países – os que possuem colônia e as colônias –, mas também as variadas formas de países dependentes que, de um ponto de vista formal, são politicamente independentes, mas que na realidade se encontram enredados nas malhas da dependência financeira e diplomática. (LÊNIN, 2012, p.119)

Lênin (2012) acentuou o caráter histórico do imperialismo, mais uma vez, quando indicou que esse tipo de relação sempre existiu, no entanto, à época do imperialismo capitalista “se torna sistema geral, passa, como um elemento entre tantos outros, a fazer parte do conjunto de relações que regem a “partilha do mundo”, passa a ser elo da cadeia de operações do capital financeiro mundial” (LÊNIN, 2012, p. 120). Lênin (2012) assevera que esta relação, como aspecto mais aparente, é admitida até mesmo pelos imperialistas mais fiéis como Disraeli (LÊNIN, 2012, p. 112); pelas publicações americanas depois da guerra hispano-americana; pelas publicações inglesas depois da guerra anglo-bôer; pelas publicações francesas, de um ponto de vista burguês, como o apresentado pelo historiador Driault (LÊNIN, 2012, p.120). Embora nenhum deles o faça caracterizando o imperialismo como etapa histórica do seu desenvolvimento.

Ao investigar os interesses econômicos envolvidos, Lênin (2012) chegou ao capital financeiro. Como categoria, capital financeiro indicava a fusão entre capital bancário e capital industrial, evidenciada por Hilferding (1985). A existência ou não de um capital financeiro, no entanto, já havia sido apontada por outros intelectuais, como Alexander Bogdanov (1987) em seu livro *Princípios de Economia Política* e John Hobson (1948). Gouvêa (2016) aponta que, independentemente do emprego original realizado por Hilferding, Bukharin, Lenin ou mesmo por Hobson, a acepção de capital financeiro difundida na atualidade é diferente da original, sobretudo por estar associada apenas à esfera da circulação através do sistema financeiro e não ao entrelaçamento de duas formas funcionais, relativamente autonomizadas de capital, formando a única forma funcional do capital, cuja rotação supõe a produção de valor (GOUVÊA, 2016).

Lênin (2012) parte do conceito formulado por Hilferding (1985), apontando a incompletude da sua definição, quando não indica a característica central que determina o imperialismo como fase histórica: o aumento da produção e do capital em níveis tão exacerbados que a sua única possibilidade de manutenção conduz ao monopólio. O capital financeiro em Lênin (2012) aparece como uma forma específica assumida pela

própria concentração de capitais. A supremacia do capital financeiro sobre todas as demais formas de capital, de acordo com Lênin (2012), “implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira; implica uma situação privilegiada de uns poucos Estados financeiramente “poderosos” em relação a todos os restantes” (LÊNIN, 2012, p. 89), ou seja, confirma a tendência histórica geral do capital financeiro em se apoderar das maiores extensões possíveis de território.

O que caracterizava a época do capitalismo “concorrencial” pode-se dizer que era a exportação de mercadorias. Na fase imperialista, a exportação de capitais tem sido a relação predominante orientada pela ação dos monopólios. O capital das associações monopolistas exige a expansão em nova escala, dado o aprofundamento na sua escala de concentração. O surgimento dos monopólios corresponde, portanto, ao movimento histórico das relações sociais no capitalismo, diante da contradição antagônica e irreconciliável entre concentração da apropriação e socialização da produção. Gouvêa (2016) assim descreve esta relação:

em um determinado momento histórico (por volta da década de 1870, com o aumento da produtividade propiciado pela industrialização), essa contradição amplia-se qualitativamente, a ponto de grandes conglomerados industriais (ou monopólios industriais) e grandes conglomerados bancários (ou monopólios bancários) centralizarem seu capital entre si, constituindo imensos conglomerados de capital financeiro, cuja propriedade é detida, por intermédio da participação acionária, por um punhado cada vez menor de sujeitos que constituem a oligarquia financeira. O capital financeiro predomina, portanto, por sua condição monopolista. E é essa condição que lhe confere o seu “lugar na história”, a partir das contradições já descritas anteriormente, a qual implica, ao mesmo tempo: que à época do capital financeiro constituiria, ela mesma, uma etapa superior do capitalismo, na medida em que seu caráter é monopolista; e que o capitalismo seja configurado como capitalismo monopolista. (GOUVÊA, 2016, p. 63)

Considera-se que o entendimento de Lênin (2012) sobre o imperialismo não pode ser reduzido, apenas, ao nível da análise do sistema mundial, assim como, à análise do desenvolvimento do capitalismo em um país ou um conjunto de países, sem estar assentado na unidade capitalista da história universal e na transição do modo de produção capitalista e suas relações sociais decorrentes para uma nova fase. De modo similar ao surgimento da indústria que não configurou o amadurecimento do capitalismo apenas para alguns países, estabelecendo novas determinações na totalidade do modo de produção em expansão, o imperialismo surge ao mesmo tempo como fase do desenvolvimento nos países que passam a ser indicados como imperialistas e, na história mundial, como totalidade em movimento.

É, portanto, fundamental a necessária compreensão da unidade entre o desenvolvimento capitalista em cada região e o desenvolvimento capitalista como totalidade, na medida em que constituem, como fase histórica, a expansão das próprias relações sociais de produção capitalistas, de caráter subordinante, a partir do desigual desenvolvimento das forças produtivas, também na condição de totalidade histórica indissociável.

Já as análises que partem do imperialismo como última fase do desenvolvimento do capitalismo apontam para estratégias que se estruturam por fora da forma política estatal. Sobretudo, por entender que não existe possibilidade concreta e objetiva de qualquer tipo de igualdade, participação social, justiça social e liberdade serem efetivadas no modo de produção capitalista. Somente a organização dos trabalhadores, de caráter revolucionário, pode ser capaz de transformar as condições de vida e a sobrevivência dos trabalhadores. Indica, também, que a história não terminou, que apesar dos homens não escolherem as condições em que fazem a história (MARX, 2011a), a luta de classes ainda é o motor que faz girar a roda da história (ENGELS; MARX, 2005).

Esta questão, aparentemente inofensiva, tem-se configurado, historicamente, como uma disputa política e teórica fundamental na luta contra o capitalismo. As diferentes concepções aqui reproduzidas levaram e – ainda levam, mesmo que não sejam declaradas – a distintas análises sobre a realidade e, portanto, a diferentes posições sobre o caráter da revolução. O debate acerca da caracterização do imperialismo, mais uma vez, associa-se ao debate sobre o caráter da Revolução, uma vez que se trata de compreender as determinações impostas pelo modo de produção capitalista. Dado o papel que a concepção do imperialismo tem cumprido, historicamente, como um conjunto de políticas desenvolvidas por um grupo de países ou um inimigo externo, uma adequada apreensão do fenômeno demonstra que o imperialismo não se constitui em uma parte da formação social da qual possamos prescindir a partir de reformas e projetos “inclusivos”. Não existe lado de fora do capitalismo, não é possível esquivar-se das suas determinações particulares na época histórica na qual vivemos, sem a superação do próprio capitalismo.

A luta por sua superação coloca no lado oposto a classe que luta para manter o capitalismo em seu desenvolvimento imperialista. O desenvolvimento capitalista nacional e autônomo não pode ser ainda o objetivo da práxis revolucionária, sob uma

capa de que é possível “incluir” os que sofrem as distintas opressões determinadas pela estrutura do modo de produção capitalista. Esta constatação não inviabiliza o caráter imediato da luta por sobrevivência empreendida pela classe trabalhadora, apenas chama a atenção para o lugar da práxis revolucionária nos espaços de organização e de formação dos trabalhadores. Entende-se que a Revolução se torna impossível sem uma situação revolucionária e, sobretudo, que nem toda situação revolucionária conduz à revolução. Contudo, analisar a realidade identificando as determinações que a estruturam, em cada tempo histórico, demarca a necessidade de identificarmos as questões referentes ao rigor teórico dos usos acerca do conceito de imperialismo, com vistas à práxis revolucionária.

A caracterização do imperialismo apenas como uma fase de desenvolvimento à qual teriam chegado alguns países leva países dependentes à visão do imperialismo como “um elemento externo com agentes internos”. Tal visão não possui relação com as reais determinações da transferência de valor, fundadas tanto na socialização da produção quanto na concentração da apropriação, que vão determinar o conjunto da reprodução capitalista de maneira inevitável. Da mesma maneira, a caracterização do imperialismo como “elemento externo com agentes internos” pode levar ao entendimento de que com a extirpação dos agentes internos pode-se decidir impedir o elemento externo de sua entrada no país.

Os autores analisados, independentemente da caracterização assumida, compreenderam o imperialismo como um produto do desenvolvimento capitalista, que aprofunda o desenvolvimento desigual e as contradições entre o elemento nacional e o internacional. Apesar desta constatação por todos os autores, somente Lênin e Rosa Luxemburgo o entenderam como produto necessário e inevitável. O caráter concentrador da produção capitalista e as suas contradições internas, independentemente da lógica expansiva assumida, conduz a um caráter desestabilizador.

Dessa forma, admitir a superação do imperialismo, sem a extirpação do próprio capitalismo, significa defender a possibilidade de desmonopolização da economia, o que na fase atual de desenvolvimento do capitalismo torna-se impossível.

Os instrumentos utilizados pela burguesia, ainda no século XXI, na luta de classes, não podem ser entendidos apenas como um elemento externo, com vistas ao desenvolvimento de uma luta inócua para o enfrentamento a um ou outro programa, ou a características pontuais de cada programa, com a intenção, apenas, de amenizar suas

contradições. A compreensão do imperialismo como última fase do desenvolvimento do capitalismo possibilita aos trabalhadores traçarem estratégias de enfrentamento que ultrapassem o âmbito da forma política estatal, sobretudo por reconhecer que somente a aniquilação da forma política estatal e a implementação de uma ditadura do proletariado (LÊNIN, 2007) serão capazes de colocar os interesses dos trabalhadores como possibilidades concretas e objetivas.

Nesta seção, buscou-se destacar o caráter histórico do imperialismo capitalista. Sobretudo, por entender-se que a criação de bancos interestatais tem sido um desdobramento das intervenções da burguesia nos países que não são potências capitalistas, após a Segunda Guerra Mundial. Longe de oferecer uma solução pacífica para conflitos irreconciliáveis entre capital e trabalho, os bancos interestatais, em especial o BID, têm sido instrumentos da burguesia no processo de contenção preventiva da classe trabalhadora. Além disso, buscou-se apresentar os principais traços que configuram a fase imperialista do capitalismo, entendendo que tais elementos ainda encontram-se determinando as relações sociais, no século XXI. A rigorosa caracterização do imperialismo como fase histórica aponta para a compreensão de que não há uma saída possível para a classe trabalhadora, por meio de reformas no capitalismo e que é preciso compreender as formas utilizadas pela burguesia para a intervenção sobre o trabalho no capitalismo dependente.

Na próxima seção, procura-se compreender a estrutura do Estado capitalista na periferia do capitalismo, a partir das análises empreendidas por Fernandes (2020; 2019; 2018; 1981; 1968). Compreende-se que a burguesia empreende o trabalho de fortalecimento das instituições democráticas que compõem a forma política estatal nas unidades políticos-territoriais da periferia do capitalismo, com o objetivo de expandir o capital em termos de valor e território, elementos fundamentais à acumulação capitalista. O Estado capitalista, ao passo que encontra-se como uma força especial de repressão, projetado para atenuar os conflitos entre a classe dominante e os trabalhadores e, assim, manter a acumulação capitalista em constante realização, tem desenvolvido funções específicas na relação com os bancos interestatais, sobretudo após o fim da URSS, quando a burguesia aprofunda o seu trabalho de espraiamento dos imperativos necessários à manutenção do modo de produção capitalista para o interior das unidades políticos-territoriais. O Estado capitalista que se realiza na periferia do capitalismo, na fase imperialista, é atravessado pelo elemento conservador e fascista,

apesar da aparência democrática. Procura-se apontar que a contenção preventiva das revoltas dos trabalhadores explorados é, portanto, uma preocupação da burguesia, cuja realização se materializa através da intervenção no Estado capitalista da periferia do capitalismo. A compreensão das funções do Estado capitalista, em seu caráter dependente, reitera a necessidade de uma precisa caracterização do capitalismo como fase histórica do capitalismo, tornando clara a impossibilidade da disputa política pelo Estado como um fim a ser alcançado para a realização da revolução socialista. Nesta seção, reitera-se o entendimento acerca da importância do Estado capitalista “nacional” para a internacionalização de capitais, reafirmando que não existe a possibilidade de manutenção da dominação imperialista sem o elemento “nacional” (FERNANDES, 2020).

1.4 O estado capitalista na periferia do capitalismo: elos internos da dominação externa

Florestan Fernandes (2020; 2019; 1982; 1981) desenvolveu importantes produções científicas sobre o desenvolvimento brasileiro e a natureza do Estado capitalista na periferia do capitalismo. Suas obras trazem conceitos e categorias fundamentais para a compreensão do processo de revolução burguesa²⁴ em atraso que se desenvolveu no Brasil. Fernandes (2020; 2019; 1982; 1981) parte da precisa caracterização do imperialismo como fase do desenvolvimento do capitalismo, chamando a atenção para a penetração dos imperativos capitalistas “de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independente do regime político e de qualquer outra “particularidade”” (LÊNIN, 2012, p. 87), conforme fora descrito por Lênin (2012). Nessa seção, o esforço de compreensão voltou-se para a obra “*A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*”, publicada pela primeira vez no ano de 1974, pela Editora Zahar; e para a obra “*Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo*”, publicada pela primeira vez no ano de 1979, pela Editora Hucitec. As edições a que se teve acesso para a tentativa de síntese das principais ideias defendidas por Florestan Fernandes acerca do Estado capitalista na periferia foram

²⁴ Na acepção utilizada por Florestan Fernandes (2020), o conceito de revolução burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que apenas se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. (FERNANDES, 2020, p. 207)

impressas, respectivamente, nos anos de 2020 e 2019, pelas Editoras Contracorrente e Expressão Popular.

O livro “A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica” começou a ser escrito pelo autor no ano de 1966, como uma resposta intelectual à ditadura empresarial-militar, que havia sido operacionalizada, em território brasileiro, no ano de 1964. Por ocasião de algumas críticas recebidas sobre a primeira parte do livro, Florestan Fernandes se distanciou da escrita, dedicando seu tempo livre a atividades vinculadas ao ensino e ao movimento universitário. Retomou sua escrita, apenas no ano seguinte ao retorno do exílio no Canadá, estimulado por colegas da universidade, o que deu origem à terceira parte do livro que concentra os capítulos seis e sete.

O livro “*Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo*” reúne a sistematização de anotações das aulas proferidas por Florestan Fernandes para o curso de graduação no Departamento de Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no ano de 1977. A conjuntura política no Brasil encontrava-se sob a ditadura empresarial-militar promovida pela intervenção direta dos EUA, em contraposição às reformas de base propostas pelo governo eleito de João Goulart. Acontecimento categorizado por Fernandes (2019) como contrarrevolução preventiva, referindo-se, sobretudo, à política imperialista de fomento a golpes militares na América Latina, com o objetivo de evitar, preventivamente, o aparecimento de outros processos revolucionários, tal qual o que aconteceu em Cuba, culminando em 1959.

Fernandes (2019) sofreu a repressão autoritária da ditadura empresarial militar por sua posição contrária ao regime em sua atividade de professor de sociologia na Universidade de São Paulo, chegando a ser compulsoriamente aposentado, no ano de 1969, sendo obrigado a exilar-se no Canadá. Retornou ao Brasil, apenas em 1972, reaparecendo em atividades públicas, somente, no ano de 1977. O contexto repressivo foi analisado por Fernandes (2019) ao mesmo tempo que o autor era obrigado a vivenciá-lo. Estas obras fazem parte, portanto, do esforço intelectual feito por Fernandes (2019), no sentido de compreender as transformações do Estado, sob o capitalismo monopolista, nos países do centro do capitalismo e nos países da periferia do capitalismo. Entende-se, neste trabalho, que apontar as contribuições deste autor (2020; 2019) sobre o desenvolvimento do Estado capitalista na periferia é essencial para a compreensão do objeto pesquisado. Sobretudo pelas tentativas capitalistas de

escamotear a dominação burguesa pelos caminhos da participação e da mobilização das massas na defesa da democracia, quase como algo sagrado, e conseqüentemente, no reforço do próprio capitalismo em sua expressão imperialista. Feito este preâmbulo, trazemos nesta seção os apontamentos específicos desenvolvidos por Florestan Fernandes (2020; 2019) no que concerne aos principais apontamentos sobre o Estado capitalista na periferia em sua fase imperialista.

Pode-se dizer que o Estado democrático tem sido o meio utilizado pela burguesia, como a forma mais avançada e refinada de ditadura de classe erguida, sobretudo, após a catástrofe da Segunda Guerra Mundial. A aparência de provedor das liberdades individuais dispostas por meio da ficção jurídica, constitucional e do Estado representativo, compõem, em conjunto, a ilusão da democracia como possibilidade de o trabalhador ter em suas mãos o poder de decidir sobre a sua sobrevivência. Pode-se afirmar, no entanto, que a democracia que se apresenta na sociedade capitalista é uma democracia burguesa, cujos mecanismos de representação se erguem na forma de um Estado constitucional com seu regime eleitoral, partidos e parlamento (FERNANDES, 2019, p.45). Atribui-se à democracia burguesa a conformação da relação entre uma profunda desigualdade e a alta concentração do poder pelas classes dominantes, o que significa que “a liberdade e a igualdade são meramente formais, o que exige, na teoria e, na prática, que o elemento autoritário seja intrinsecamente um componente estrutural e dinâmico da preservação, do fortalecimento e da expansão do sistema democrático capitalista” (FERNANDES, 2019, p.45).

O processo histórico que levou a passagem da burguesia de classe revolucionária à classe dominante, teve como importantes elementos os processos de reificação e mistificação desenvolvidos ainda na fase concorrencial do capitalismo. A passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista pode ser percebida no movimento das mudanças ocorridas a partir da Revolução Russa, do avanço tecnológico no plano da produção e da organização da indústria, do consumo e da comunicação, assim como, no estabelecimento do Estado como comitê executivo da burguesia. Fernandes (2020) salienta que a consequência da transição do capitalismo concorrencial para o monopolista foi sentida na periferia do capitalismo a partir da emergência da revolução burguesa em atraso e a conseqüente crise do poder burguês que vem sendo manejada a partir de então. De acordo com Fernandes (2020), o quadro global pode ser descrito da seguinte maneira:

uma nação que parecia preparar-se e encaminhar-se para revolução burguesa em grande estilo – isto é, segundo o modelo francês de revolução nacional e democrática – atinge subitamente, pelo que se convencionou chamar de "revolução institucional" (um eufemismo típico da falsa consciência burguesa ultraconservadora), um novo patamar histórico. O capitalismo monopolista já estava encubado, é certo, e dispunha uma irradiação interna que vem dos fins do século XIX e dos começos do século XX. No entanto, a mudança no eixo de decisões foi recente e súbita, respondendo aos efeitos econômicos, socioculturais e políticos da mencionada transição. Pois, apesar da penetração das grandes corporações estrangeiras (especialmente intensa durante e após a década de 1950), o ideal de desenvolvimento capitalista e de industrialização, predominantemente nos círculos burgueses e pequeno-burgueses, era fornecido pelo citado modelo francês, que parecia extremamente apropriado às perspectivas do mercado interno e da produção industrial sob o "nosso" capitalismo competitivo. (FERNANDES, 2020, p. 219)

De um lado, Fernandes (2020) aponta a pressão de fora para dentro, nascida das estruturas e dinamismos do capitalismo monopolista mundial; de outro lado, emergiam dois tipos diferentes de pressão interna: uma procedente do proletariado e das massas populares e outra, advinda das proporções assumidas pela intervenção direta do Estado na esfera econômica. Contrariando as justificativas liberais que indicavam a perda de força do Estado como algo fundamental ao desenvolvimento do capitalismo, Fernandes (2019) salienta tal impossibilidade, recorrendo a autores como Engels, Marx e Neumann, para reafirmar a força, cada vez mais aprofundada de um Estado que se “sobrepõe às crises cíclicas, vence os conflitos setoriais das classes possuidoras e gera um mínimo de coalescência entre interesses convergentes das burguesias dominantes das nações capitalistas hegemônicas” (FERNANDES, 2019, p. 72). A defesa desse Estado vai se estruturar a partir de suas funções preventivas direcionadas à contenção tanto do inimigo externo, quanto do inimigo interno, desarticulando as revoltas dos trabalhadores que possam de alguma forma, se transformar, em qualquer tipo de revolução ou contestação ao capitalismo de maneira, minimamente, organizada.

Fernandes (2019) aponta a importância do Estado capitalista “nacional” para a internacionalização de capitais inerente ao capitalismo monopolista, afirmando que não existe a possibilidade de manutenção da dominação imperialista sem o elemento “nacional”. Dito de outra forma, as análises que costumam evidenciar a possibilidade de um Estado supranacional, capaz de conciliar os interesses da burguesia internacional e os interesses das classes dominantes locais, sem a presença do Estado capitalista no interior das unidades políticos-territoriais, incorrem em um balanço que desconsidera o Estado como um produto do antagonismo inconciliável das classes e, portanto, sua presença “nacional” não é passível de eliminação ou sequer de enfraquecimento,

durante o tempo em que houver uma sociedade fundada na exploração de uma classe sobre a outra.

Fernandes (2019) identifica duas funções – construtivas e preventivas – no processo de internacionalização do Estado, necessárias tanto internamente, quanto no âmbito externo. No que tange às funções construtivas, o autor (2019) confere a “adaptação à transformação da tecnologia, da forma de produção, do mercado e dos mecanismos financeiros da empresa multinacional” (FERNANDES, 2019, p. 75); como confere à função preventiva, as ações inerentes ao inimigo interno e a expansão do capitalismo em escala mundial. Fernandes (2019) salienta o deslocamento da função do Estado, anteriormente, voltada para a retaguarda das empresas capitalistas e a defesa da soberania em uma escala limitada, para uma nova forma de intervenção do Estado. Assim, explica Fernandes (2019):

de um lado, várias multinacionais são bastante poderosas para contarem como um Estado dentro do Estado – e se não lutam contra ele, é porque ele é um Estado providencial e essencial para o equilíbrio mundial de que elas necessitam. Mas ao seu poder econômico corresponde um poder político e indireto considerável. De outro, a internacionalização das forças produtivas e das formas comerciais e financeiras do capitalismo exigem novos requisitos políticos para a existência e a sobrevivência da empresa capitalista, bem como uma nova forma de intervenção do estado na área econômica (o complexo industrial-militar e os subsídios ou várias medidas direta ou indiretamente econômicas indicam o caráter dessa transformação). O que quer dizer: tecnoestruturas que surgem dentro do Estado por imposição da evolução do capitalismo e que se traduzem pela ampliação e intensificação do elemento autoritário intrínseco ao Estado burguês, mesmo que ele continue a mostrar-se como *democrático* (isto é, não assumam uma feição, típica do Estado de exceção). (FERNANDES, 2019, p.75, grifos do autor)

A face interna da dinâmica do Estado capitalista desaba na necessidade da burguesia em produzir o que Fernandes (2019) nomeou como aburguesamento da classe trabalhadora, que, em outras palavras, significa proporcionar condições para ser possível ventilar uma melhoria no padrão de vida das classes baixas e médias, mesmo que seja temporário ou que essas condições sejam mínimas (ou, até mesmo, imputadas como responsabilidade individual). Mais uma vez, a questão encontra-se de um lado nas obrigações econômicas do Estado para com as corporações dentro do padrão de acumulação monopolista, cada vez maiores; e, de outro, na necessidade de garantir as suas funções de legitimação junto à sociedade. As contradições que opõem as funções de acumulação e de legitimação, de acordo com Fernandes (2019), desabam na interferência direta sobre o capital social, os investimentos sociais, o consumo social e os gastos sociais. O autor (2019) explica que:

o antigo estado democrático se dilacera e vê-se confrontado com a realidade econômica imposta pelo capitalismo monopolista, que o força absorver novas tecnoestruturas em que a dominação burocrática e vertical se impõem como a única evolução possível. A antiga ótica persiste. Mas ela encobre um *Estado militarista e industrial* compelido a defender suas bases de apoio dentro da Nação e a conter a internacionalização “dentro dos limites” operacionais para a própria reprodução de um Estado nacional. (FERNANDES, 2019, p.78, grifos do autor)

A face externa da dinâmica do Estado capitalista se realiza por meio da ocupação econômica direta dos grandes conglomerados, tendo como proteção o sistema de poder conjugado, operado pelo Estado capitalista das nações ocupadas e das nações hegemônicas. O Estado capitalista desempenha suas funções militares, diplomáticas, políticas e de acumulação a partir da sua posição de retaguarda. Fernandes (2019) aponta para duas inovações centrais: “a criação de uma força de dissuasão (ou de guerra preventiva” permanente) capaz de paralisar ou deprimir a irradiação socialista como estratégia de “ação externa”; segundo uma articulação direta e ativa com as burguesias e os Estados-nacionais da periferia” (FERNANDES, 2019, p.79). Fernandes (2019) esclarece que:

o imperialismo dita as suas próprias normas e a sua legitimidade. Em consequência, a “paz armada” estabelece uma convivência com as Nações socialistas que traumatiza e violenta o *Estado democrático*, convertendo-o em um artifício político e a “interdependência” gera uma tirania dentro do sistema capitalista mundial de poder, da qual as Nações capitalistas dependentes não tem como fugir, mesmo quando a defesa dos “direitos humanos” passa a ser invocada como *ultima ratio*. O que quer dizer que a face mais dura do Estado capitalista atual volta-se para fora, exacerbando o elemento autoritário que, a esse nível, não encontra canais de compensação ou de inibição (o que se compreende: a paz na periferia é, ao mesmo tempo, uma consolidação de fronteiras e uma autodefesa contra a irradiação da contaminação socialista da periferia para o centro). (FERNANDES, 2019, p.80, grifos do autor)

O capitalismo monopolista desaba na periferia e se realiza em sua realidade interna (FERNANDES, 2019, p.81). Trata-se do capitalismo dependente, forma que o capitalismo assume na fase imperialista, em um momento de crise do poder burguês na periferia do capitalismo e como parte da luta pela sobrevivência da dominação burguesa (FERNANDES, 2020, p. 352).

Conforme evidenciado por Fernandes (2020; 1981), o desenvolvimento da América Latina teve como principal elemento a operacionalização da revolução burguesa em atraso, o que significa que o estabelecimento do Estado capitalista moderno na região não destruiu as estruturas econômicas, sociais e de poder coloniais, apenas se adaptou a essas. O desenvolvimento desigual (LÊNIN, 2012; 1919) é o traço

característico desta formação social, que conjuga o “moderno” e o “arcaico” como elementos de consolidação do desenvolvimento capitalista, a partir de dentro.

A possibilidade aventada de realização de uma revolução nacional, a partir do impulso da transformação capitalista, foi solapada pela submissão ao imperialismo, na condição de dependência, ao concentrarem seus esforços no impulso à industrialização operada pela associação das frações de classe dominante locais com o Estado burguês (FERNANDES, 2019). A classe dominante, no capitalismo dependente, luta por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo dependente, conjugando o individualismo, o particularismo agressivo e a violência a um fim específico: “a continuidade do tempo econômico da revolução burguesa, ou seja, em outras palavras, a intensificação da exploração capitalista e da opressão de classe, sem a qual ela é impossível” (FERNANDES, 2020, p.352). Este é o único ponto no qual se coadunam os diferentes interesses das distintas frações da classe dominante e da burguesia internacional. Diante disso, como colocar em prática o idealismo constitucional adjacente à democracia burguesa, como meio político necessário ao Estado capitalista em sua fase monopolista? Como ampliar a participação sem correr os riscos reais de sublevação da ordem?

Fernandes (2019) responde às perguntas acima demonstrando o elemento político característico do Estado capitalista que se desenvolve na periferia: a capacidade de ser um elo mediador das contradições geradas pelos interesses das nações imperialistas, das multinacionais e das frações da classe dominante local. Em relação às alianças com os países de capitalismo central, Fernandes (2019) assevera a mediação necessária para evitar uma possível “regressão colonial” perante a força das multinacionais e das nações imperialistas”. Em relação ao próprio “Estado nacional”, buscou-se à sua neutralização quanto às suas funções universais e à sua adaptação, no que diz respeito à expansão do capitalismo monopolista. Chega-se ao ponto central do debate realizado por Fernandes (2019): esta lógica política apenas pode se desenvolver a partir de contrarrevoluções capazes de suprimir a democracia burguesa do horizonte de formação do Estado capitalista na periferia.

O conceito de autocracia burguesa é, dessa maneira, formulado por Fernandes (2019), para explicar a forma política que o Estado capitalista assume na periferia do capitalismo. O Estado autocrático burguês emerge de “uma contrarrevolução política para garantir a “modernização”, a incorporação e a industrialização maciça, pelo menos

em um certo período e deve funcionar como instrumento político de uma ditadura de classe aberta” (FERNANDES, 2019, p. 86). O autor (2019) esclarece que o Estado autocrático burguês possui três faces contraditórias em substância – a democrática, a autoritária e a fascista – operando em uma conexão inevitável, que pretende enlaçar os interesses privados das diferentes frações de classe, sob a farsa da defesa dos interesses comuns, com o objetivo único de garantir a duração da contrarrevolução.

O fim da ditadura empresarial militar, no Brasil, preservou a autocracia burguesa, mantendo as funções preventivas e construtivas comuns ao Estado capitalista em sua fase monopolista, a partir de diversos meios e estratégias. Pode-se apontar que a institucionalização em estreita ligação com o “Estado de Direito” permitiu que o Estado capitalista burguês, na periferia, mantivesse sua qualificação específica de Estado autocrático burguês, operando a contenção das revoltas populares e enfraquecendo a organização dos trabalhadores. Fernandes (2019) adverte que a “ditadura de classes sem máscara deve ser substituída por uma ditadura de classe eficiente, mas dissimulada” (FERNANDES, 2019, p. 92) contando para isso com a ficção jurídica e a farsa constitucional e representativa.

O avanço “democrático” se desdobra na “necessidade de criar os vínculos orgânicos que deverão entrelaçar os mecanismos da democracia de cooptação com a organização e o funcionamento do Estado autocrático” (FERNANDES, 2020, p. 355). O que está em curso, portanto, leva à consolidação da autocracia burguesa, em um movimento duplo que operacionaliza estratégias de abertura às classes médias e baixas por meio da cooptação, assim como, de definição do poder que deve ser conferido ao Estado autocrático, por meio do arcabouço constitucional e legal. O que as classes dominantes locais buscam não tem relação com a possibilidade de uma democracia burguesa autêntica, uma vez que elas não podem prescindir das vantagens, dos privilégios e do controle a que dispõem tanto sobre si mesmas, quanto sobre as classes trabalhadoras e as estruturas de poder do Estado.

Ao mesmo tempo que a contrarrevolução preventiva vai se desmanchando, novos controles de classe, de caráter estatal, precisam ser estruturados. À classe dominante local, no capitalismo dependente, basta a transição lenta e gradual dos elementos da dominação burguesa, se isso for capaz de assegurar a continuidade da ditadura de classe, mesmo que sob a forma aparente de “democracia burguesa”, no Estado autocrático burguês (FERNANDES, 2020).

Pode-se apontar, ancorados em Fernandes (2020; 2019), que, no Brasil, a tentativa de conciliação iniciada com a abertura democrática tutelada escamoteou as estratégias de fragmentação e de destruição das revoltas, assim como a criação de possíveis organizações revolucionárias. A contrarrevolução preventiva (FERNANDES, 2020) tem sido mantida pelo espraiamento dos imperativos do capital para todos os aspectos sociais. Aponta-se, nesta pesquisa, que o BID na relação com o Brasil, desde a sua criação, tem como eixo central de suas ações o desenvolvimento da função preventiva do Estado capitalista no interior das unidades político-territoriais necessárias à acumulação capitalista. Procura-se demonstrar, no próximo capítulo, a relevância da implementação de um banco internacional, de caráter regional, como instrumento de intervenção da burguesia sobre os países da América Latina, sob a aparente face democrática. Aponta-se a sua emergência no território com a incidência de revoltas fomentadas pelo desenvolvimento da revolução cubana (1959), com a existência de potências socialistas em concorrência com os países do centro do capitalismo e com a necessidade de expansão do capital em termos de valor e território. Aponta-se que o BID é um desdobramento institucional do imperialismo que vai corroborar com as funções construtivas e preventivas inerentes ao Estado capitalista, na fase superior do capitalismo.

2. A EMERGÊNCIA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

O conflito entre países no centro do capitalismo que resultou na Segunda Guerra Mundial determinou a partilha do mundo entre as potências capitalistas, afirmando os EUA como centro hegemônico do capitalismo em sua fase imperialista. As armas utilizadas pelos países de capitalismo central sob a direção dos EUA passaram a contar com processos de desarticulação preventiva do campo socialista, adversário comum dos países capitalistas, potencializando os embargos econômicos, o controle e a manipulação dos serviços secretos dos países adversários, produzindo golpes de Estado e promovendo propaganda contrária à experiência soviética. A nova cara da guerra contou com a implementação de bancos interestatais como desdobramentos institucionais do imperialismo com o objetivo de reunir capitais em fundos como forma de enfrentar o processo de crescimento econômico socialista. Ao mesmo tempo, os bancos interestatais serviram como propaganda positiva acerca do capitalismo, promovendo a penetração do capital no interior dos países da periferia do capitalismo e a desarticulação dos trabalhadores de modo preventivo.

Os capitais oriundos dos Estados capitalistas reunidos em fundos comuns são administrados pelos bancos interestatais de acordo com os fundamentos da concorrência, da propriedade privada e da valorização do valor, a partir da divisão acionária, em proporções desiguais, entre países de capitalismo central e periférico; assim como, por meio da utilização das matérias-primas, da economia e da força de trabalho concentrada nos Estados capitalistas da periferia como mecanismo de captação de recursos para o direcionamento do capital. As políticas externas norte-americanas que se pautavam no endividamento público dos países da região, operacionalizadas por bancos privados estadunidenses, de forma bilateral, passaram a concorrer com a chamada “assistência multilateral”.

Se tomarmos o sentido burguês do conceito de assistência como referência, torna-se mais claro identificar o que os bancos interestatais entendem sobre este mecanismo, em especial, por indicar uma forma de subordinação de quem é assistido àquele que oferece assistência, demandando constante e permanente auxílio e não a

superação da condição do assistido. Pressupõe, portanto, a manutenção da dependência e não a elevação do assistido a graus de autonomia.

Procura-se apontar, neste capítulo, a relação entre a criação do BID, em especial, com a tentativa de neutralização da Revolução que se estabeleceu em Cuba no ano de 1959. A administração de Estados capitalistas localizados na América Latina e Caribe possibilitava sobretudo, a desarticulação preventiva de qualquer perspectiva de integração com Cuba – mesmo que esta alternativa ainda não estivesse no horizonte destes países. Com esse intuito, apresenta-se a estrutura organizacional do BID, evidenciando o modelo de assistência multilateral, entendido nesta pesquisa como estratégia de concorrência entre Estados no capitalismo dependente. O banco empreende seu trabalho em torno da função preventiva do Estado capitalista, expandindo seus tentáculos para todos os setores sociais das unidades subnacionais nos países periféricos. Aponta-se, dessa forma, para a função preventiva desempenhada pelo Estado capitalista, no imperialismo, através do BID, sobre a América Latina, cujos elementos centrais se pautam na relação indissociável entre o endividamento público e as amarras jurídico-políticas como mecanismos de contenção preventiva das revoltas. A “assistência multilateral”, dessa forma, tem proporcionado a penetração no interior destas unidades, agindo diretamente nas funções de acumulação e legitimação dos Estados, no capitalismo dependente. A concorrência e o gerenciamento da administração dos “Estados Nacionais” são os eixos desta estratégia.

2.1 O Banco Interamericano de Desenvolvimento e a função preventiva do Estado no Capitalismo

Logo após a Segunda Guerra Mundial firmou-se no cenário internacional a implementação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. As negociações de caráter informal entre EUA e Reino Unido já haviam sido iniciadas desde 1943, ainda no decorrer do conflito mundial. De um lado, Harry Dexter White²⁵ apresentava as propostas estadunidenses elaboradas desde 1941, nas quais constava o desenho de uma nova arquitetura econômica para os tempos de “paz”; de outro lado,

²⁵ Harry Dexter White, na ocasião, era assessor-chefe do secretário do Tesouro dos EUA, Henry Morgenthau (PEREIRA, 2010, p. 98).

John Maynard Keynes²⁶ levantava argumentos contrários à realização de conferências que permitissem a participação de países considerados menos desenvolvidos na legitimação da implementação de tais instituições (PEREIRA, 2010). Ambos concordavam, no entanto, com a necessidade de construção “de um sistema de cooperação econômica baseado em regras e instituições de caráter multilateral que evitasse o cenário de entre guerras, marcado por políticas comerciais protecionistas e desvalorizações cambiais competitivas” (PEREIRA, 2010, p. 98). Embora divergissem profundamente sobre o conteúdo e os instrumentos que deveriam materializar tais princípios²⁷.

Pereira (2010) aponta que, embora tenha sido realizada a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas²⁸, na cidade de Bretton Woods (EUA), em junho de 1944, a criação dos organismos acima citados deu-se, sobretudo, por meio de negociações formais entre EUA e a Inglaterra. A Conferência teve como função a legitimação dos demais países que dela participaram, uma vez que o planejamento dos princípios e dos instrumentos que seriam utilizados, já haviam sido delimitados no decorrer das negociações entre dois países considerados potências capitalistas. Pode-se inferir, ainda, que a necessidade da aparência democrática foi uma reação ao movimento internacional dos trabalhadores que se estruturava a partir de congressos e conferências, e que como evidenciado no capítulo anterior, foi capaz de organizar uma revolução de caráter socialista.

Estratégia similar foi utilizada na ocasião da criação do BID. As publicações do BID sobre ele mesmo e os estudos da pós-graduação no Brasil²⁹ indicam as Conferências Internacionais Americanas, que aconteciam desde 1889, como espaços responsáveis pela criação do Banco. Apontam que as negociações entre as potências

²⁶ John Maynard Keynes, na ocasião, era assessor principal do Tesouro britânico (PEREIRA, 2010, p. 98).

²⁷ “Na visão dos planejadores, era preciso erigir um sistema que encorajasse a estabilidade econômica, o pleno emprego, o livre comércio e o investimento internacional, vistos como condições para a conquista e a manutenção da paz e da prosperidade entre as nações. Ambos defendiam a autonomia dos Estados para praticarem políticas econômicas que protegessem as economias nacionais de pressões financeiras internacionais. Essa abordagem conformava o *embedded liberalism*, uma reação ao capitalismo liberal (*laissez-faire*) que marcou os anos pré-guerra. Com forte apoio entre industriais, sindicatos de trabalhadores e políticos de orientação keynesiana, esse ideário enfrentava a oposição de grandes banqueiros privados e administradores dos bancos centrais que haviam dominado as políticas financeiras antes de 1931 (Heillener, 1994, p. 49-50).” (PEREIRA, 2010, p. 98-99)

²⁸ A Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas contou com quarenta e quatro delegações aliadas e associadas e um país neutro (Argentina). (PEREIRA, 2010)

²⁹ A produção acadêmica acerca do BID encontra-se detalhada nas referências bibliográficas desta pesquisa.

capitalistas e os países da América Latina e Caribe levaram à criação do BID. Alguns estudos (SOARES, 2021) afirmam que no decorrer das conferências que se seguiram à primeira iniciativa (1889), os debates sobre o formato e a estrutura que tal organização deveria possuir, foram desenvolvidos, de forma gradual, com vistas a “assegurar a cooperação financeira permanente dos Bancos Centrais dos países americanos e de outras instituições afins” (SOARES, 2021, p. 02), com base em um sistema de crédito que facilitasse as operações bancárias interamericanas e oferecesse orientações acerca do desenvolvimento econômico da região pautado na industrialização e na expansão do comércio. O autor (2021), também, aponta uma certa resistência do Congresso dos EUA a tal proposta. Soares (2021) conclui que a criação do BID – que se materializou somente no ano de 1959 – foi fruto de uma ação planejada, que reuniu, de forma democrática, representantes de países de capitalismo central e periférico, desenvolvida por meio de etapas bem definidas entre os países integrantes da conferência, independente das relações de desenvolvimento desiguais entre centro e periferia, nas quais se estabelecia o desenvolvimento do capitalismo.

Os documentos produzidos por estas conferências registraram, de certo modo, o interesse das unidades político-territoriais latino-americanas em introduzir a industrialização na região e se integrar ao sistema de comércio mundial; assim como, uma certa hesitação dos EUA na efetivação desta proposta.

Cabe ressaltar, ainda, que foi em 1889 que teve início a organização internacional dos trabalhadores que ficou conhecida como Segunda Internacional ou Internacional Socialista que reuniu trabalhadores de diversos países. O debate sobre as transformações na estrutura do capitalismo se desenvolvia tanto por intelectuais da burguesia, quanto pelos representantes dos trabalhadores que participavam da Segunda Internacional, conforme descrito no capítulo I. Os problemas relativos à expansão colonial e à questão nacional concentravam-se, de modo geral, na autodeterminação das nações e na necessidade da política colonial para o desenvolvimento do capitalismo. O eixo do debate conduzido pelos trabalhadores reunidos na Segunda Internacional voltava-se para a questão da revolução e a luta contra o reformismo. Os trabalhadores procuravam traçar estratégias de enfrentamento ao capitalismo entendendo a via da democracia burguesa como um meio para alcançar a revolução e não como um fim.

Entre 1900 e 1959, a imprensa burguesa, no Brasil, também noticiou os avanços e retrocessos na negociação realizada nas conferências, apontando a resistência dos

EUA frente à criação de uma agência financiadora, sob a justificativa da existência de preocupações com a precarização das condições de circulação do capital monetário dos bancos privados estadunidenses. Enfatizavam, ainda, o protagonismo do Brasil na condução das negociações com os EUA.

As análises sobre as Conferências Internacionais e as notícias veiculadas pela imprensa burguesa afirmavam, portanto, que a criação do BID foi uma ação negociada em reuniões de cunho diplomático, com o protagonismo do Brasil, na qual países latino-americanos, de forma gradual e etapista, “convenceram” os EUA sobre a importância da formação de um banco de desenvolvimento multilateral na região.

Alguns elementos chamam a atenção neste processo. O primeiro deles se volta para a indicação de que parecia haver uma relação de igualdade política entre os países latino-americanos e caribenhos e os EUA; o segundo, aponta para a existência, já no final do século XIX, de ações fruto de negociações consensuais, cuja violência da concorrência entre países capitalistas parecia ser ponto relevante a ser escamoteado; e por último, traz a aparência de que a implementação do BID teve caráter processual, de construção de uma organização que correspondia aos interesses tanto dos países de capitalismo central, quanto dos países que compunham a região da América Latina e Caribe.

De fato, a maioria dos países do continente latino-americano havia deixado de ser, de modo formal, colônia europeia, assumindo o caráter de independência política, desde os anos iniciais do século XIX. Sabe-se, no entanto, que o processo de descolonização não conferiu igualdade política, sobretudo pela dependência econômica, condição das relações desiguais inerentes ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Sobre essa questão, Fernandes (1981) destaca que o desenvolvimento econômico, político e social das unidades políticas-territoriais que compõem a América Latina e o Caribe foi determinado de forma desigual (LÊNIN, 2012), pela relação entre o desenvolvimento da industrialização nos Estados capitalistas centrais, a sua necessidade de expansão e o movimento histórico das relações sociais produtivas em cada país. Se o desenvolvimento é desigual, não cabe nesta realidade, a possibilidade de igualdade política, uma vez que esta condição passa, necessariamente, pelo desenvolvimento das forças produtivas em condição de igualdade. Além disso, a independência política dos países que compõem a América Latina e o Caribe foi

necessária para o espraiamento das relações capitalistas, cuja condição de colônia dificultava os processos de expropriação imprescindíveis à expansão industrial.

Da mesma forma, as negociações em torno da criação do BID parecem ter sido um tanto quanto prolongadas por demasiado. Veja: se desde a primeira Conferência Interamericana, realizada em 1889, a criação de um banco regional já se encontrava como pauta, por que o BID só foi de fato criado no ano de 1959, aproximadamente setenta anos depois da primeira negociação? Por que demorou tanto para chegar ao suposto consenso?

Entende-se que o que de fato se conseguiu, em um primeiro momento, como um desdobramento da primeira Conferência Internacional Americana (1889-1890), foi a criação da Reunião Internacional das Repúblicas Americanas, retirando a Europa do circuito, a princípio, pela dimensão geográfica. Ayerbe (2002) evidencia, ainda, que a Reunião Internacional das Repúblicas Americanas, serviu aos EUA em seu trabalho de reunir informações econômicas sobre os países da região, fazendo com que as conferências, que passaram a ser periódicas, funcionassem como um instrumento de consulta sobre informações econômicas acerca das unidades político-territoriais latino-americanas e caribenhas. Conteúdo bem diferente dos Congressos Socialistas realizados no mesmo período.

Sabe-se que os EUA tinham a vantagem da proximidade geográfica, além da oferta de aliança com setores emergentes da classe dominante das unidades político-territoriais interessadas em assumir a hegemonia econômica e política local. E que a classe dominante latino-americana e caribenha, de modo geral, buscava a integração ao modo de produção capitalista, mesmo que de forma dependente. Pode-se indicar que a concorrência se estabelecia tanto entre as potências capitalistas pelo controle da América Latina e Caribe, quanto na relação com a organização internacional dos trabalhadores.

O princípio da concentração e da centralização – que compõem a estrutura do capitalismo em sua fase imperialista – se expandiu ou se interligou ao princípio da ampliação da participação de todos, independente, das condições socioeconômicas de cada país. O que na democracia burguesa é, por vezes, entendido como aumento da participação, parece escamotear processos de concorrência e de subordinação, uma vez que sem o capital para adentrar em condições de igualdade na disputa política torna-se, demasiadamente, difícil a autonomia frente aos países capitalistas. Aponta-se que as

conferências e reuniões que agrupavam países em condições econômicas desiguais foram estratégias utilizadas para consolidação da hegemonia dos EUA, por meio da aliança com as classes dominantes locais, sob a aparência da democracia burguesa.

Ainda, sobre o caráter processual de construção de um instrumento capaz de atender aos interesses tanto das potências capitalistas, quanto dos países latino-americanos e caribenhos, a evolução do capitalismo mostra que tais interesses são contraditórios, impossibilitando um processo de construção coletiva em torno de um objetivo comum. O desenvolvimento do capitalismo em sua fase imperialista conduziu a criação de um conjunto regulatório capaz de intervir tanto na comercialização de mercadorias, quanto de capitais; aliado a isso, os países “atrasados” – em relação ao desenvolvimento do modo de produção capitalista – encontravam na debilidade da sua classe dominante, o desejo de acumulação de capitais a partir da expansão do modo de produção capitalista para o interior das unidades políticos-territoriais. A expansão em condição de dependência foi fundamental para a expansão da acumulação de capitais pelas grandes potências. Qualquer instrumento criado para intervir nesse processo de expansão, estaria a serviço de quem detinha a maior força econômica e militar.

Destaca-se, ainda, que esse movimento em torno da organização de Conferências não anulou os processos de intervenção militar exercidos pelos EUA sobre a América Latina e Caribe. Nos anos iniciais do século XX, os EUA produziram a Emenda Platt que estabeleceu a tutela sobre Cuba (1902); instalaram uma base militar em Guantánamo (1903); apoiaram a insurreição separatista do Panamá; assumiram o controle total da zona do Canal do Panamá; e estabeleceram-se na administração das aduanas na República Dominicana, com o objetivo de garantir o pagamento da dívida externa.

Fernandes (1981) identificou esse avanço dos EUA como o início de um novo padrão de dominação, cujos elementos centrais podiam ser encontrados tanto na evolução do capitalismo, quanto na incapacidade dos países latino-americanos em impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, político e cultural das potências capitalistas. A transformação do capitalismo na Europa – o entendimento de que o capitalismo entrou em uma nova fase, o imperialismo – provocou novas formas de articulação das economias periféricas da América Latina, sempre na direção da dinâmica das economias centrais (FERNANDES, 1981). Assim, na mesma medida em que o imperialismo se tornava o novo padrão de dominação externa, emergia o

capitalismo dependente (FERNANDES, 1981) como realidade histórica na América Latina.

A conjuntura que se ergueu, imediatamente, ao segundo pós-guerra foi categorizada por Hobsbawm (1995) como a era de ouro do desenvolvimento capitalista, apresentando cerca de vinte e cinco ou trinta anos de crescimento econômico e consequente transformação social em ritmo acelerado. Nesse período, os EUA direcionaram a reconstrução do mercado externo com vistas à estabilização da economia, por meio da reconversão industrial direcionada à produção de bens de consumo duráveis, restrita ao mercado local como fator de grande dinamização da capacidade produtiva da indústria – apoiados na quantidade de capital acumulado durante os anos de guerra – e da reativação do comércio internacional como fator fundamental para a expansão da capacidade produtiva do país que não podia se apoiar, indefinidamente, no mercado interno. O plano Marshall (1947) aumentou, enormemente, o fluxo de empréstimos em direção à Europa que acelerou seu processo de reconstrução, superando os níveis de produção de antes da guerra (AYERBE, 2002). De acordo com Fajnzylber (1984), a expansão do ritmo de crescimento do setor industrial transformou as demais atividades produtivas quando:

absorveu mão de obra do setor agrícola, devolvendo-lhe insumos e equipamentos para sua modernização; gerou o surgimento de atividades produtoras de serviços requeridos para a produção, comercialização e financiamento dos bens industriais, os quais ao mesmo tempo retroalimentam a expansão industrial; urbanizou e modificou a infraestrutura de transportes e comunicações; e exerceu influência, diretamente e indiretamente, na orientação e crescimento do setor público. (FAJNZYLBER, 1984 *apud in* AYERBE, 2002, p.70)

A chamada era de ouro (HOBSBAWM, 1995) pode ser assim considerada apenas em relação aos países europeus e aos EUA, como destaca Fernandes (1981), quando salienta que:

a Inglaterra, por exemplo, convertia todas as possíveis mudanças econômicas, sociais e culturais em puros negócios – as atividades dos Estados nacionais na construção de uma infraestrutura econômica, a especulação imobiliária em áreas rurais e urbanas, a diferenciação ou a expansão dos sistemas de comércio, de produção, de transporte, de trabalho, de saúde, de educação etc. O controle financeiro das emergentes economias satélites tornou-se tão complexo e tão profundo que o esquema exportação-importação foi refundido para incluir a “integração” do comércio interno, a “proteção” dos interesses rurais ou da modernização da produção rural, a “introdução” das indústrias de bens de consumo, a “intensificação” das operações bancárias etc. Em síntese, as economias dependentes foram transformadas em mercadorias, negociadas à distância, sob condições seguras e ultralucrativas. (FERNANDES, 1981, p. 17)

As formas de funcionamento das unidades políticos-territoriais latino-americanas sofreram transformações que tiveram como produto a criação de uma série de medidas para a penetração do capital estrangeiro a partir da criação de sistemas financeiros internacionais e de organizações de coordenação de decisões políticas e militares. Pereira (2010) conclui que os objetivos ocultos que permearam a criação de tais instrumentos encontravam-se direcionados para a estabilização da economia mundial, a transformação do dólar norte-americano como moeda cambial e o estabelecimento de uma estrutura de reconstrução e desenvolvimento econômicos favoráveis ao desenvolvimento da acumulação de capitais. Tais objetivos foram direcionados a grupos específicos de países em termos muito particulares. Outras economias, seus mercados, suas mãos-de-obra precisavam ser abertos aos capitais ocidentais, sobretudo o norte-americano, e para isso, o desenvolvimento das economias nos países periféricos, estruturalmente, dependentes das condições impostas pelos EUA.

As condições que possibilitaram a industrialização sob o domínio do capitalismo monopolista no interior das unidades políticos-territoriais foram produzidas pelas disputas entre as frações da classe dominante local frente à concorrência estrangeira. Esse movimento possibilitou a instalação de indústrias estrangeiras no interior das economias nacionais por meio de medidas protecionistas que estimularam a entrada de máquinas, na mesma medida em que obstaculizaram a entrada de bens de consumo. As empresas estrangeiras instalaram filiais nos países dependentes, expandindo o centro hegemônico ao resolver o problema da renovação tecnológica das empresas matrizes (BAMBIRRA, 2019).

Nota-se que a forte influência das concepções favoráveis à industrialização acelerada, sob a orientação do Estado, foi concebida, por alguns setores sociais e até mesmo por parte do movimento comunista latino-americano como uma forma eficaz de romper com os laços históricos de dependência em relação às potências imperialistas, no segundo caso como transição para o socialismo. As fragilidades do desenvolvimento da região, sobretudo as que decorreram das fortes desigualdades sociais ampliadas pelo modelo de desenvolvimento pautado na aceleração da industrialização, contribuíram com a aproximação da classe trabalhadora latino-americana e caribenha às políticas e à economia planificada soviética.

Os acordos de Yalta delimitaram, juridicamente, as esferas de influência das duas superpotências – EUA e URSS –, delimitando novos rumos para a política

internacional e a expansão por vias que colocavam o conflito militar direto em segundo plano (WOOD, 2014; LOSURDO, 2004; AYERBE, 2002;). Os EUA submeteram os países da América Latina a outras formas de coerção. Losurdo (2004) salienta que a ameaça militar não deixou de ser um elemento presente, no entanto, as armas utilizadas a princípio foram a ameaça de bloqueio econômico; o controle e a manipulação dos serviços administrativos e policiais dos “Estados nacionais”; e a ação dos setores de comunicação e multimídia.

Na concorrência entre os Estados capitalistas, os EUA se apresentaram sob a aparência de um regime político democrático pautado na liberdade individual em oposição a supostos regimes totalitários, cujo ataque se dirigia à URSS. Esses elementos aumentaram as tensões sob as quais a política dos países socialistas deveria operar, estimulando tendências que vão desembocar na ruptura ou no enfraquecimento do país socialista, assim como vão condicionar os países “independentes”, “livres” do julgo colonial europeu, a se subordinar a uma outra administração (LOSURDO, 2004; AYERBE, 2002).

A aliança entre Estados capitalistas, com o objetivo de assegurar seus mercados, redirecionou o eixo principal do conflito geopolítico e militar para a relação entre o mundo capitalista “desenvolvido” e o “não desenvolvido” até o final da “Guerra Fria”. Sobre o período da História identificado como “Guerra Fria”, concordamos com Losurdo (2004) quando questiona a definição, indicando ser impróprio definir como “fria” uma guerra iniciada, ou que vê sua última fase começar, com Hiroshima e Nagasaki. De acordo com Losurdo (2004):

trata-se de uma guerra que não apenas se transforma periodicamente em quente nas mais diversas regiões do mundo, mas que em determinados momentos corre o risco de se tornar tão quente a ponto de destruir, ou quase, o planeta. Mesmo no que diz respeito ao confronto direto entre os dois principais antagonistas, a frente mais evidente de imediato é a batalha político-diplomática, econômica e de propaganda, mas nem por isso se deve perder de vista o terrível braço de ferro militar que, mesmo sem ter chegado ao combate direto e total, não ficou livre de consequências. Trata-se de uma prova de força agindo em profundidade sobre a economia e a política do país inimigo, sobre sua configuração como um todo; é uma prova de força que tem por objetivo, e consegue, como veremos, triturar as alianças, o “campo” do inimigo. (LOSURDO, 2004, p.33)

A realidade concreta apontou para uma extensa batalha econômica e política na qual a hegemonia estadunidense se consolidou, sob três dimensões coercitivas: a econômica, com o estabelecimento de fronteiras, o processo de reconversão industrial e o controle da estabilização monetária; a militar, com a concepção de segurança norte-

americana; e a política, por meio da aliança dos Estados capitalistas contra mudanças revolucionárias nos países sob o domínio do bloco capitalista (AYERBE, 2002). A relação entre tais ações tiveram como produto a implementação de políticas de contenção aos movimentos de contestação ao capitalismo. Losurdo (2004) indica, ainda, o uso combinado do bloqueio econômico e das tecnologias da comunicação à disposição no período, como as novas armas utilizadas para a desagregação da base social do consenso soviético. Cabe ressaltar que essa nova cara da guerra (LOSURDO, 2004) não eliminou o uso das armas propriamente ditas, com as novas armas, estenderam-se às pressões econômicas, políticas e militares, sob a administração dos EUA, com o objetivo de provocar rupturas em todo e qualquer movimento de descontentamento com a ordem social capitalista.

Losurdo (2004) salienta que desde 1947, George Kennan, teórico que formulou a política de contenção, já enfatizava a necessidade de influenciar os acontecimentos no interior da URSS e do movimento comunista internacional como outra maneira de se aumentar as tensões sob as quais as políticas soviéticas deveriam operar com o objetivo de estimular tendências que, “espontaneamente”, trariam a ruptura ou o enfraquecimento da URSS. Losurdo (2004) aponta, inclusive, que o fim da URSS que costuma ser chamado de “implosão” pode ser definido como uma ruptura:

prevista, programada e ativamente promovida com quarenta anos de antecipação. No plano internacional, as relações de força econômicas, políticas e militares são tais que – prossegue ainda Kennan – permitirão ao Ocidente exercer algo semelhante a um “poder de vida e morte sobre o movimento comunista” e sobre a União Soviética (LOSURDO, 2004, p. 26).

A função preventiva do Estado capitalista pode ser evidenciada nas ações de desestabilização de governos, desempenhadas pelos EUA, nos quais a influência soviética fosse considerada um elemento fundamental. Com a eleição de Kennedy, as reformas econômicas e políticas, também, foram utilizadas como meios que aliaram prevenção e repressão como formas de contenção de qualquer movimento com inclinações anticapitalistas.

Pode-se elencar algumas das ações desestabilizadoras desempenhadas pelos EUA sobre o continente latino-americano e caribenho. Uma delas, desenvolveu-se sobre o peronismo (1946-1955), na Argentina, que desde o início sofreu o boicote dos EUA com uma oposição interna crescente, evidenciando o esgotamento das reformas de caráter distributivista e tendo como desfecho o golpe militar em 1955; a revolução nacionalista na Bolívia (1952) e as desigualdades sociais cada vez mais acentuadas, na

mesma proporção da falta de investimento na industrialização da região; as consequências do golpe de Batista (1952), em Cuba, e a experiência degradante de reformas por vias institucionais; e a administração de Arbenz na Guatemala (1954) que buscou desenvolver o capitalismo, promovendo a reforma agrária e a industrialização, esmorecendo-se frente à intervenção dos EUA. Ressalta-se aqui que a intervenção sobre a Guatemala combinou diferentes ações como a campanha publicitária contra o comunismo patrocinada pela empresa United Fruit que foi afetada pela reforma agrária implementada por Arbenz; o isolamento econômico e político da Guatemala, sob a acusação de adesão ao comunismo, apoiado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela OEA; e o envio de forças paramilitares lideradas por opositores de Arbenz, treinados pela CIA, que iniciaram ações armadas (AYERBE, 2004).

As ações desestabilizadoras dos EUA sobre a América Latina se intensificaram nas décadas seguintes. Em 1963, o presidente eleito da República Dominicana, Juan Bosch, foi deposto por Golpe Militar, mesmo sendo adepto das reformas propostas pela ALPRO³⁰. Após ser reconduzido ao poder, foi destituído novamente, em 1965, pela ação dos EUA que aprovaram na OEA – por meio da legitimação de países do continente – a intervenção armada sobre a região. A República Dominicana foi invadida pelos EUA com a ajuda das tropas brasileiras, hondurenhas e paraguaias.

Ainda em 1963, os presidentes da Guatemala e de Honduras sofreram golpes militares, assim como o presidente do Haiti se autoproclamou presidente vitalício. No ano seguinte, João Goulart, no Brasil, e Victor Paz Estenssoro, na Bolívia, foram retirados do cargo por golpes militares com apoio do governo dos EUA. Veja que, em todos esses casos, os EUA tentaram encobrir a violência sobre a região, sob o argumento de que existia, entre as forças constitucionalistas, a presença de forças comunistas, antes mesmo da possibilidade ínfima de uma revolução socialista ou comunista no país.

Em junho de 1966, o presidente da Argentina Arturo Illia foi retirado do poder por um golpe militar. Neste caso, a questão girou em torno da dificuldade do presidente em realizar a contenção dos movimentos dos trabalhadores no interior do país. As

³⁰ A ALPRO, de modo geral, consistiu em uma série de medidas políticas que visavam a entrada do capital estrangeiro e a integração do continente ao mercado capitalista. O acordo foi formalizado entre os EUA e vinte e duas unidades políticos-territoriais da América Latina e Caribe por meio da assinatura da Carta de Punta del Este. De acordo com o documento, os países latino-americanos deveriam desenvolver políticas de desenvolvimento, garantindo a maioria dos custos dos programas, cabendo aos EUA o restante. Cabia à USAID a administração dos fundos norte-americanos.

greves organizadas pelas centrais sindicais peronistas ameaçavam a ordem social capitalista. Em 1968, no Peru, o governo de Belaúnde Terry sofreu um golpe militar com características peculiares em relação aos anteriores, sobretudo por apresentar como objetivos a reforma agrária e o maior controle estatal do desenvolvimento econômico. Partindo da mesma orientação nacionalista, o general Alfredo Candia, na Bolívia, foi deposto por Juan Torres, em 1970, sob o argumento de retomar a distribuição de terras divulgadas em 1952 e a nacionalização do setor minerador. Torres recebeu apoio de setores populares, organizações de esquerda e movimentos sindicais. A experiência, no entanto, prosseguiu por um período curto, já que apoiados pelo governo brasileiro e pelos EUA, o governo de Torres foi deposto pelo general Hugo Banzer, instaurando o regime militar na região.

Em 1973, o presidente Juan Maria Bordaberry, no Uruguai, operacionalizou um golpe de Estado com o argumento de atuar em defesa da “segurança nacional”. No mesmo ano, Salvador Allende, no Chile, foi deposto por um golpe militar comandado pelo general Augusto Pinochet, interrompendo um processo considerado promissor como experiência de transição democrática ao socialismo (AYERBE, 2004). E, por fim, em 1976, na Argentina, o governo de Maria Estela Perón foi deposto pelo vice-presidente em exercício, Jorge Rafael Videla.

A intervenção sobre Cuba se desenvolveu de forma mais ostensiva. Ayerbe (2004) constata que o não alinhamento de Cuba com os EUA determinou processos de intervenção mais explícita como grandes campanhas de propaganda contra o governo local, apoio interno para atividades de resistência pacíficas e violentas, assim como o desenvolvimento de forças paramilitares, treinadas pelos EUA e compostas por voluntários locais. A operação Mangusto (1961), em Cuba, contemplou programas de ações clandestinas, atentados contra autoridades e guerras econômicas. Os EUA impuseram o bloqueio naval a Cuba, com total apoio da OEA nesta tarefa no decorrer da crise dos mísseis. Os EUA chegaram a recomendar diferentes modalidades de atos terroristas contra o governo de Fidel Castro. Ayerbe (2004) destaca o uso de cubanos exilados para sabotar instalações cubanas, de modo que parecesse uma ação que partiu dos cubanos que viviam em Cuba; a sabotagem do transporte de carga cubano e entre Cuba e a URSS; e a reformulação e transferência da Operação Mangusto para a responsabilidade do Departamento do Estado dos EUA.

A percepção da burguesia de que na América Latina se vivia um momento de luta entre duas classes com objetivos antagônicos, justificou a implementação de medidas extremas de contenção preventiva de qualquer possibilidade de revolução anti-imperialista. Achemos relevante reproduzir um trecho do relato do secretário de Estado no governo de Nixon, Henry Kissinger, apresentado por Ayerbe (2004), por reproduzir, exatamente, tal preocupação com a contenção da luta de classes, naquele período:

nas semanas que se seguiram [à eleição de Allende], nosso governo considerava os acontecimentos chilenos não isoladamente, mas contra o telão de fundo da invasão Síria na Jordânia e dos nossos esforços para forçar a União Soviética a desmantelar suas instalações para a manutenção dos submarinos nucleares no Caribe. A reação deve ser considerada nesse contexto. De qualquer forma, a eleição de Allende era um desafio ao nosso interesse Nacional. Não podíamos nos reconciliar facilmente com um segundo Estado Comunista no Hemisfério Ocidental. Estávamos convencidos de que logo estaria incitando políticas antiamericanas, atacando a solidariedade do Hemisfério, fazendo causa comum com Cuba, antes ou depois, estabelecendo estreitas relações com a União Soviética. O desafio a nossa política e interesses representados por Allende... não era apenas nacionalizar propriedades; ele reconhecia sua consagração ao marxismo-leninismo autoritário. Era um admirador da ditadura cubana e um decidido opositor do "imperialismo norte-americano". Sua meta declarada por mais de uma década antes de ser presidente era minar nossa posição em todo o Hemisfério Ocidental; se necessário, pela violência. Dado que era um país continental, a capacidade do Chile para fazê-lo era muito maior que a de Cuba, e esta já apresentava um desafio substancial. O Chile faz fronteira com Argentina, Peru e Bolívia, países infestados de movimentos radicalizados. O exército de Allende teria tido importância também para o futuro dos partidos comunistas na Europa ocidental cujas políticas inevitavelmente minaram a aliança ocidental. (KISSINGER *apud* in AYERBE, 2004, p. 112)

Ayerbe (2004) acrescenta a esse relato que, claramente, declara a ação desestabilizadora dos EUA sobre a região, a instauração de um foco guerrilheiro na Bolívia e novos movimentos radicais já visíveis em países do Cone Sul, da área Andina e da América Central e Caribe. A preocupação dos EUA em conter o avanço da Revolução Cubana estava, diretamente, ligada a medidas extremas que evitassem quebrar o isolamento de Cuba, ousando transformar a realidade econômica, política e social da América Latina. Boicote econômico, desestabilização política externa e interna e alianças com grupos empresariais privados foram elementos que desempenharam papel decisivo na evolução dos rumos da Revolução Cubana (1959). A Revolução Cubana foi o exemplo emblemático que sustentou a preocupação dos EUA com a mobilização de novos movimentos similares na região e que demonstrou que as políticas intervencionistas estadunidenses poderiam encontrar resistências sistematizadas sob bases anticapitalistas.

Ayerbe (2004) concluiu que em um contexto, mediado pela força, a região latino-americana encontrava poucas opções de transformação da realidade social por vias pacíficas. O autor (2004) mostrou a importância da Revolução Cubana para o processo de radicalização à esquerda na América Latina e Caribe, que teve como resposta da classe dominante local e da burguesia imperialista a radicalização pela violência, de todas as tentativas de mudança implementadas, no período entre 1950 e 1970.

A implementação da ALPRO, de certa forma, pode ser considerada uma ação desarticuladora, como reação aos processos revolucionários desencadeados em Cuba, sobretudo no que tange à contenção das tentativas de reformas políticas distributivas e das revoltas locais que pudessem ser, de alguma forma, conduzidas pelo movimento comunista internacional. Entre os principais objetivos da ALPRO, podemos destacar o Plano Decenal de Desenvolvimento que destinava recursos para o combate ao analfabetismo, a melhoria da produtividade da terra, para o sanitarismo, para a modernização do sistema tributário, para ampliação das oportunidades educacionais e para a regulação da propriedade privada sob estruturas modernizantes. Fazia parte da ALPRO um programa voltado para o comércio livre, intercâmbio científico entre as universidades e ações emergenciais de distribuição de alimentos com vistas a manutenção da paz. Em 1961, Ernesto Che Guevara argumentou, em reunião da OEA, que o eixo da “ajuda econômica” dos EUA não estava no desenvolvimento econômico da região latino-americana e caribenha, pelo contrário, destinava-se a suprir, basicamente, deficiências em educação, alimentação e saneamento básico, oriundos do processo de industrialização/urbanização.

Aponta-se, nesse trabalho de pesquisa, a criação do BID (1959) como um mecanismo institucional da burguesia, cuja função principal se voltou para a desarticulação preventiva de qualquer possibilidade de organização dos trabalhadores que tivesse como objetivo a luta anticapitalista. Parte-se da constatação de que, apesar de constar nas atas das Conferências Interamericanas a criação de um banco regional no continente latino-americano desde 1889, o BID apenas foi implementado no ano em que a Revolução (1959) foi declarada em Cuba. Tornou-se oportuno para as estratégias de desestabilização empreendidas pelos EUA, exatamente em 1959, reunir dezoito países da América Latina e Caribe em torno de dois movimentos importantes para o capital: a expansão da acumulação capitalista e o isolamento de Cuba.

Lênin (2012) chama a atenção para a importância das periferias para as economias centrais quando a exportação de capitais ganha centralidade no desenvolvimento da acumulação capitalista. O autor (2012) salienta que os Estados de capitalismo central, tanto através de suas empresas monopolistas quanto do próprio Estado, expandem os seus tentáculos para as nações periféricas (LÊNIN, 2012). A tendência histórica apontada por Lênin (2012), no imperialismo, é precisamente, a incorporação não apenas das regiões agrárias, mas também das regiões industriais, uma vez que os países de capitalismo central são obrigados a estender suas mãos sobre qualquer tipo de território, em um mundo cuja partilha imperialista já se encontra realizada. A concorrência no imperialismo, em suas intenções de luta pela hegemonia, acaba por incorporar territórios, sobretudo para enfraquecer o adversário e, dessa forma, minar sua hegemonia (LÊNIN, 2012). A implementação de um Banco voltado para a América Latina e para o Caribe representava uma força imperialista sobre a região, com a função de manter as relações de dependência da América Latina e Caribe, através do espraiamento dos imperativos do capital.

Sabe-se que os bancos, no imperialismo, adquirem outras funções (LÊNIN, 2012), já não são apenas intermediários no movimento de circulação de capitais. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o Banco Mundial já demonstrava a capacidade de intervenção nas economias dos países “atrasados” – em relação ao desenvolvimento do capitalismo. A ação da burguesia de organizar um banco regional com estrutura aproximada ao Banco Mundial, voltado, exclusivamente, para a América Latina e Caribe, apenas, configura a necessidade de reação da burguesia frente às constantes revoltas e ao descontentamento da classe dominante local com o processo de integração monopólica. A burguesia não podia permitir novas Cubas ou a penetração de ideias revolucionárias que fossem capazes de fazer com que os trabalhadores se identificassem como classe e ousassem transformar a realidade de escravidão moderna na qual foram submetidos.

O BID – assim como o Banco Mundial (PEREIRA, 2010) – estruturou sua intervenção sobre as unidades político-territoriais da América Latina e Caribe por meio de um formato que conjugava a reunião de capitais de diferentes proprietários e o espraiamento das relações sociais capitalistas. Sob a supremacia dos EUA, ergueu-se um banco regional, a partir da formação de um fundo de capitais que alocava parte do fundo público dos países da América Latina e Caribe como garantia para a captação de

mais capitais no “mercado”; do desenvolvimento de acordos jurídico-políticos que tornavam os países latino-americanos e caribenhos, cada vez mais, amarrados à malha econômica e política necessária ao capital; e da expansão geográfica para o interior das unidades político-territoriais dos imperativos do capital.

Nas próximas seções, pretende-se trazer alguns apontamentos sobre a forma como o BID foi organizado, a partir da identificação dos mecanismos que compõem a sua estrutura permitindo a expansão dos imperativos do capital, na fase superior de desenvolvimento do capitalismo, para todos os âmbitos da ordem social. Assim como, indicar alguns elementos que ocultam essa estrutura de dominação a partir da naturalização de uma face democrática. Parte-se das contribuições de Marx e Engels (2005) que embora, não tenham formulado o conceito de imperialismo, apontaram, desde 1848, que a necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a invadir todo o globo terrestre, fazendo com que a burguesia necessite “estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte” (MARX; ENGELS, 2005, p.43). Assim como, parte-se das conclusões de Lênin (2012) acerca da contradição presente entre a ampliação da concentração da produção e a socialização da base produtiva, sob uma linha organizacional cada vez mais centralizada, de maneira absolutamente inevitável, reafirmando a premissa que o imperialismo não é um elemento externo, constituindo-se em uma fase na qual não se pode mais voltar ao estágio anterior de todos os aspectos da vida social, independentemente, do regime político ou de qualquer outra “particularidade” (LÊNIN, 2012).

2.2 O imperativo da concorrência: estrutura e organização interna do Banco Interamericano de Desenvolvimento

O BID, assim como o Banco Mundial, possui uma estrutura determinada pelo modelo das sociedades organizadas por ações. Isso significa dizer que sua estrutura se encontra alicerçada sobre uma relação jurídica entre possuidores de capitais, que embora conservando cada um à sua independência jurídica, se associam para exercer uma influência monopolizadora no mercado. O capital total da empresa acha-se dividido entre diversos proprietários por meio de acordos jurídicos chamados de ações. As ações se referem a porcentagem de capital que cada proprietário detém acerca de uma

determinada empresa, logo cada ação tem como indicador a quantidade de poder que cada proprietário detém sobre as decisões a serem tomadas acerca da empresa cujos possuidores encontram-se associados.

Essa formatação pode parecer comum às empresas e aos bancos, no século XXI, no entanto, nem sempre essa foi a base em que se desenvolveu a reprodução e a circulação de capitais. A expansão da indústria e o processo acelerado de concentração em empresas cada vez maiores conduziu ao monopólio (LÊNIN, 2012), constituindo-se um fenômeno indicativo de um estágio superior do desenvolvimento do capitalismo. A concentração da produção se desenvolveu a tal ponto que se criou a necessidade dos monopólios, que por sua vez tiveram como uma de suas funções essenciais a capacidade de reunir capitalistas que antes encontravam-se dispersos. Fenômeno diferente da livre concorrência entre capitalistas dispersos, sobretudo no que tange à socialização da produção.

De modo geral, pode-se apontar que ao nível da produção, a concorrência está estreitamente relacionada com a extração de mais-valia; e ao nível da circulação, a concorrência ganha outros contornos por meio do sistema de crédito como força que direciona recursos financeiros para a acumulação e para a mobilidade do capital entre os setores. A substituição gradual da concorrência entre capitalistas dispersos pelo monopólio não foi uma imposição externa, mas uma evolução da própria concorrência. O monopólio surge de dentro da concorrência e deve ser entendido, portanto, como um crescimento gradual da própria concorrência.

O sentido geral em que se estabelece a concorrência no modo de produção capitalista deriva, sobretudo, da batalha entre capitalistas através do barateamento das mercadorias. Uma vez que o preço da mercadoria depende da produtividade do trabalho e, esta última, da escala de produção, a concorrência termina sempre com a ruína de muitos capitalistas pequenos, cujos capitais passam para as mãos dos capitalistas vencedores ou desaparecem (MARX, 2013).

O fato é que a concentração da produção acentua ainda mais a desproporção do capitalismo, aumentando o caos da produção capitalista em todo o seu conjunto (LÊNIN, 2012). O maior grau de desenvolvimento da economia nacional impulsiona a sua internacionalização, ao mesmo tempo em que os progressos da técnica vão implementando desproporções cada vez maiores nos diferentes setores das economias nacionais. Dessa forma, a complexificação dos equipamentos técnicos e da organização,

aliados à extensa malha de capitalistas reunidos, juridicamente, em sociedades por ações, possibilita uma apropriação de capitais de caráter ampliado.

A concentração permite, por exemplo, que um determinado número de capitalistas reunidos concentre em seu poder um inventário de todas as fontes de matéria-prima de vários países, apoderando-se dessas fontes. Lênin (2012) salienta que além de apoderar-se das fontes de matéria-prima, os capitalistas reunidos em monopólios se apoderam da mão-de-obra especializada, dos melhores engenheiros, das melhores vias de transporte e dos meios de comunicação. A produção passa a ser social, no entanto, a apropriação continua a ser privada. Essa nova forma em que se apresenta a propriedade privada determina outras formas de institucionalização e de relações sociais, no entanto, as bases da acumulação são mantidas na relação entre concentração e centralização de capitais.

Nesse novo estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista, os bancos ganharam novas funções, passando de simples intermediários no movimento de circulação do capital, para “monopolistas onipotentes que dispõem de quase todo capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e de pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou muitos países” (LÊNIN, 2012, p.55). Os bancos assumiram caráter universal (LÊNIN, 2012, p.71), constituindo-se em uma densa rede de canais que centraliza todos os capitais e converte “milhares de empresas capitalistas dispersas numa única empresa capitalista” (LÊNIN, 2012, p.59).

A mudança no caráter de propriedade pode ser percebida mediante uma relação jurídica na qual se cria uma espécie de capitalista coletivo representado pela criação das sociedades por ações. Ou seja, representa a reunião de capitais de indivíduos diretamente associados em oposição ao capital de um indivíduo isolado. Na sociedade, a função aparece separada da propriedade do capital por ações, da mesma forma que o trabalho também aparece separado da propriedade dos meios de produção e do mais trabalho. Há aqui uma mudança no caráter da propriedade privada na qual a reconversão do capital em propriedade não mais se caracteriza como propriedade privada de produtores isolados, mas como propriedade dos produtores associados, como propriedade diretamente social (MARX, 2017).

Nas sociedades por ações se estabelece a conversão dos capitalistas em simples gerentes que vão administrar o capital alheio; e dos proprietários de capital em meros

proprietários do capital monetário. O lucro do proprietário é recebido através da forma de juros, o que significa, uma simples remuneração à propriedade do capital, totalmente separada da função que desempenha no processo real de reprodução. Assim como, a pessoa que administra o capital alheio encontra-se separada da propriedade do capital. A direção da exploração permanece nas mesmas mãos, no entanto, o controle dos negócios passa para as mãos de uma direção-geral (MARX, 2017).

Portanto, a estrutura e a organização interna dos bancos interestatais – em especial, o BID – necessariamente terão a sociedade por ações e a especialização de funções como uma característica intrínseca à sua constituição. Nas subseções seguintes procura-se refletir sobre a organização do BID, focando em duas questões específicas: a sociedade entre países por meio de ações e a especialização interna de funções.

2.2.1 A sociedade entre países por meio de ações: autonomia ou subordinação?

A criação do BID, em 1959, foi formalizada a partir da escrita de um acordo jurídico que estabelecia os princípios nos quais se pautariam as operações do banco. O documento ficou conhecido como Convênio Constitutivo do Banco e foi redigido pela Comissão Especial do Conselho Interamericano Econômico e Social da OEA. O acordo jurídico foi assinado, primeiramente, por dezoito países do continente americano: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e República Dominicana. No ano seguinte ratificam o Convênio Constitutivo do Banco, Uruguai e Venezuela; em 1967, Trinidad e Tobago; em 1969, Barbados e Jamaica (BID, 2019a).

Nos últimos trinta anos, o BID tem reunido uma parte dos recursos financeiros de quarenta e oito países, cujo quantitativo de capitais subscritos representa a porcentagem de participação do país nas decisões do banco. O que, aparentemente, se apresenta como uma operação técnica, de caráter natural, comum a todos os bancos interestatais, no imperialismo, encontra-se baseada em uma relação jurídica direcionada a garantir a participação tutelada dos países associados ao Banco nos processos de expansão e acumulação de capitais. Os quarenta e oito países dividem-se em países mutuários – aqueles habilitados a contraírem empréstimos – e não-mutuários – aqueles que não são habilitados a contrair empréstimos. É interessante observar que os países habilitados ao endividamento são precisamente os países reunidos na região latino-americana e caribenha do continente. No Quadro 2, enumeram-se as unidades políticos-

territoriais que fazem parte do quadro de países-acionistas do BID. Registra-se a respectiva porcentagem relativa aos votos em sua relação com a quantidade de capital que o país subscreveu ao banco.

Quadro 2: Porcentagem de votos dos países mutuários e sua respectiva subscrição de capital total (em milhões de dólares dos EUA), agrupados por proximidade geográfica.

Grupo	Países	Subscrição de capitais	% total de votos
Caribe	Jamaica	1.003,0	0,577
	Trinidad e Tobago	751,4	0,433
	Bahamas	362,5	0,209
	Guiana	279,4	0,162
	Barbados	234,0	0,137
	Suriname	154,5	0,089
América Central	México	12.678,4	7,299
	República Dominicana	1.061,3	0,610
	Guatemala	1.005,2	0,578
	Honduras	795,8	0,457
	Costa Rica	794,1	0,457
	Panamá	793,1	0,456
	Nicarágua	792,4	0,456
	Haiti	791,2	0,456
	El Salvador	791,0	0,456
Belize	203,3	0,117	
Andino	Venezuela	5.988,8	3,403
	Colômbia	5.423,0	3,119
	Peru	2.646,3	1,521
	Bolívia	1.588,3	0,913
	Equador	1.056,6	0,608
Cone Sul	Brasil	19.740,9	11,354
	Argentina	19.718,7	11,354
	Chile	5.425,9	3,119
	Uruguai	2.115,9	1,219
	Paraguai	794,9	0,456
	Subtotal	86.990	50,015

Fonte: BID, 2021³¹.

De acordo com o quadro, os países da região da América Latina e Caribe com maior poder de voto são, respectivamente, Argentina (11,354%), Brasil (11,354%) e México (7,299%). Quando agrupados, de acordo com a localização geográfica que orienta a organização da vice-presidência de países, a concentração desse “poder” indica

³¹ Capital social e poder de voto. (BID, 2021).

que: o Grupo Cone Sul, formado por cinco países, possui 27,502% de poder de voto, sendo a Argentina e o Brasil os países com maior poder de voto; o Grupo América Central, formado por 10 países, possui, aproximadamente, 11,342% de poder de voto, sendo o México com maior poder de voto; o Grupo Andino, formado por cinco países, possui 9,564% de poder de voto, sendo a Venezuela e a Colômbia os países com maior subscrição; e o Grupo Caribe, formado por seis países, possui, em seu conjunto, 1,607% de poder decisório, sendo a Jamaica e Trinidad e Tobago, os países com maior subscrição. Somados os percentuais de toda a região da América Latina e Caribe o quantitativo total é de 50,015% de poder de voto. O grupo Cone Sul, embora seja formado por cinco países, possui mais da metade do poder de voto de toda a América Latina.

Mesmo que, hipoteticamente, se os países da América Latina e Caribe tivessem a maioria formal do poder de voto, seria necessário que todos os países votassem em unanimidade para superar o poder de voto dos países não mutuários, isso considerando as decisões em que o poder de veto dos EUA não seja passível de uso. Makino (2015), destaca ainda que em algumas operações são necessários dois terços na votação, por exemplo, aumento de capital, aumento de diretores executivos, suspensão de membros, liquidação do banco e movimentação do Fundo de Operações Especiais. Às duas últimas questões é facultado aos EUA o poder de veto, cuja posição nas operações importantes é decisória, já nas operações ordinárias seu poder de influência ocorre por meio “da ameaça de corte da contribuição ao banco” (MAKINO, 2015, p. 44).

Na história do BID, não foi encontrado durante a pesquisa nenhuma evidência de que os países latino-americanos em seu conjunto possam ter direcionado seus votos a uma determinada política ou mesmo possam ter se posicionado contra alguma iniciativa dos EUA. Encontramos a afirmação de Vivares (2013) de que existem casos raros de votação em conjunto, superando a porcentagem de votos dos EUA, no entanto, sem mencionar quais foram os momentos em que esse fato aconteceu ou a que se referia a votação em questão.

Pode-se identificar que Argentina, Brasil e México apresentam o maior percentual de votos em relação aos demais países mutuários. É comum encontrar esses países como exemplos de operações jurídico-políticas, chamadas de “Boas Práticas” que devem ser seguidas pelos demais países da América Latina. As “Boas Práticas” são utilizadas por bancos interestatais como meios de divulgação das intervenções

consideradas necessárias para a expansão do capital. Fernandes (1981) aponta que estes países se diferenciam por conhecerem, sucessivamente, todas as formas de dominação externa apontadas pelo autor (1981) acerca do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Bambirra (2019) identifica estes países como aqueles de tipo A cuja industrialização foi produto da expansão e da transformação do setor primário-exportador. Não é o objetivo principal, desta subseção, compreender todos os fatores que engendram a relação com estes três países, em específico. Aponta-se, apenas, a relação de concorrência em que as economias destes três países são incitadas a desenvolver constantemente, o que impossibilita qualquer tipo de integração ou, no mínimo, dificulta a construção de alianças, em prol de qualquer rompimento com as forças imperialistas no interior do banco. No capítulo 3, 4 e 5 procura-se trazer alguns apontamentos sobre a relação entre o Banco e um desses países especificamente.

No Quadro 2, também foi possível identificar que Porto Rico, Guiana Francesa e Cuba são os únicos países da América Latina e Caribe que não possuem participação no BID. O domínio “direto” dos EUA na política e economia interna de Porto Rico e a forma política que assumem as duas últimas regiões podem ser considerados questões relevantes para a não intervenção do BID sobre esses países. De acordo com Rivera (2006), Porto Rico encontra-se sob a forma política de Estado Livre Associado, seu governador-geral é indicado pelos EUA e possui sufrágio universal, a cada quatro anos, quando elege vinte e nove representantes para o Senado e cinquenta e um membros para a Câmara de Representantes. Mais de 88% das exportações de Porto Rico se dirigem ao mercado norte-americano. Pode-se encontrar, também, o controle direto dos EUA sob a retenção de capital financeiro pelas corporações transnacionais de serviços e o crescimento das transferências diretas dos EUA às pessoas, representando 20% da arrecadação pessoal.

A Guiana Francesa, de acordo com Nobile (2006), é o último território não independente continental da América Latina. A forma política na qual se conforma a colônia Guiana Francesa encontra-se registrada sob a nomenclatura de Departamento Ultramarino da França. A França detém o controle político e econômico do país: o prefeito é nomeado pela França, internamente, as eleições se voltam para a escolha, a cada seis anos, de um Conselho Geral composto por dezenove representantes e um Conselho Regional Unicameral formado por trinta e um representantes; mais da metade das exportações da Guiana Francesa se remetem à França, recebe auxílio financeiro

francês e um quarto do seu produto interno bruto se refere à base espacial de Kourou administrada pela Agência Espacial Europeia.

Cuba é a única república socialista do continente latino-americano, declarada a partir da Revolução Cubana, em 1959, ano de criação do BID. Desde então, sofre bloqueio econômico e político sistemático dos EUA (AYERBE, 2002). Após o fim da URSS, de acordo com Heredia (2006), a economia nacional vem se desenvolvendo a partir do dinamismo do turismo, da produção e exportação do níquel, de sucos cítricos, rum, tabaco, mel, medicamentos e equipes de saúde. O intercâmbio com a Venezuela abriu caminho para uma integração econômica entre os dois países, assim como vem se desenvolvendo a ampliação das relações de crédito e comércio com a China. Nota-se que a escolha do “Estado livre” em subscrever uma quantidade de capitais no BID não se apresenta como uma possibilidade negociada, com o risco do país que não sofre tal intervenção, sofrer bloqueios econômicos e ameaças militares constantes.

Chama-se a atenção, também, para as alianças do BID com outras organizações financeiras internacionais, sobretudo o FMI e o Banco Mundial. Além das instâncias já citadas, quatro organizações sub-regionais, que não são membros do BID e não têm poder de voto, também são consideradas “elegíveis” ao sistema de crédito: a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Banco Centro-Americano de Integração Econômica, o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata e o Banco Caribenho de Desenvolvimento (MAKINO, 2015). A dinâmica de atuação do BID na América Latina e Caribe pode ser considerada responsivas às das outras organizações financeiras de desenvolvimento, tanto a partir de uma lógica de complementaridade e cooperação em alianças claras e objetivas, quanto no sentido da concorrência.

A relação de complementaridade tem sua expressão na dimensão econômica por meio do desenvolvimento de programas e projetos diretamente relacionados à infraestrutura e energia, às relações cambiais e ao chamado desenvolvimento sustentável e às relações comerciais. Já na dimensão social os bancos de desenvolvimento se complementam realizando tarefas específicas. Aponta-se que o BID tem como principal tarefa, na relação de complementaridade com as demais organizações financeiras internacionais, o fortalecimento das instituições da democracia. Embora, se encontre esse trabalho realizado por outras organizações internacionais, a pesquisa identificou essa característica como elemento central da intervenção do Banco, sobretudo no que tange à função de contenção preventiva

desempenhada pelo BID. Procura-se desenvolver nos próximos capítulos, com maior precisão, esse apontamento.

Os outros vinte e dois países que compõem a relação jurídica de proprietários de ações do banco não fazem parte da região latino-americana e caribenha. Tais países encontram-se divididos em regionais – aqueles que fazem parte do continente americano – e não-regionais – aqueles que constituem outro continente. No Quadro 3, enumeram-se as unidades políticos-territoriais não-regionais que fazem parte do quadro de países-acionistas do BID. Registra-se a respectiva porcentagem relativa aos votos em sua relação com a quantidade de capital que o país subscreveu ao banco.

Quadro 3: Porcentagem de votos dos países não mutuários e sua respectiva subscrição de capital total (em milhões de dólares dos EUA), agrupados em relação ao pertencimento ao continente americano.

Grupo	Países	Subscrição de capitais	% total de votos
Regional	Estados Unidos da América	54.237,1	30,006
	Canadá	7.025,0	4,001
Não-regional	Japão	8.877,5	5,000
	Itália	3.480,1	1,966
	Espanha	3.479,2	1,964
	Alemanha	3.368,7	1,896
	França	3.364,2	1,896
	Reino Unido	1.744,8	0,964
	Suíça	841,6	0,471
	Bélgica	585,1	0,329
	Suécia	580,7	0,327
	Países Baixos	358,9	0,200
	Dinamarca	301,4	0,171
	Noruega	301,1	0,171
	Áustria	284,2	0,161
	Finlândia	283,6	0,161
	Israel	278,3	0,158
	Portugal	96,9	0,055
	Croácia	86,7	0,050
	Eslovênia	52,8	0,031
	China	129,1	0,004
Coréia	6,1	0,004	
	Subtotal	89.763	49,986

Fonte: BID, 2021.

O Quadro 3 evidencia que os países não mutuários regionais – EUA e Canadá – detêm 34,007% do poder de voto, ao mesmo tempo que os países não-mutuários e não-regionais juntos detêm 15,979% do poder de voto, somando as duas categorias

encontramos 49,986%. Comparando com o total dos países da América Latina e Caribe, os países não-mutuários possuem poder de voto equivalente, correspondendo a metade do percentual de votos. Considerando que os votos são examinados em sua unidade, nenhum país mutuário ou não-mutuário, regional ou não-regional ultrapassa o poder de voto dos EUA, ao qual também é facultado o poder de veto. Quanto ao poder dos EUA sobre as decisões, cabe ressaltar que outras estratégias são adensadas, no intuito da sua preservação. Em ocasião do Sétimo aumento de capital (1989), uma das mudanças determinadas pelos EUA foi a possibilidade de adiamento da aprovação de projetos de empréstimos e financiamentos em caso de concordância de, apenas, três países, sendo os EUA e o Canadá, com presença obrigatória e um terceiro, com presença aleatória (ARAÚJO, 1991).

Este modelo organizativo, claramente, indica a desconfortável e necessária “cooperação” entre Estados capitalistas para assegurar seus mercados. Na comparação entre as duas tabelas, o total de capital subscrito dos países mutuários supera o total de capital subscrito dos países não-mutuários. Mesmo assim, o poder decisório não se concentra na mão dos países mutuários. Essa estrutura, chamada pelo banco de cooperativa, na qual o BID se encontra como administrador, parece configurar uma relação de paridade de poder entre os países que compõem a sua organização, difundindo a concepção democrática como elemento intrínseco a sua constituição, sendo inclusive, apontado por muitos autores como elemento democrático diferenciado em relação às demais instituições financeiras internacionais voltadas para o desenvolvimento. O que pode ser questionado, se levarmos em conta algumas questões relativas à forma como o poder, no interior da instituição, costuma ser distribuído: o poder de voto de cada país encontra-se relacionado com o valor de capital subscrito na instituição; o poder de veto cabe aos EUA, o país com maior montante de capital subscrito; os países de capitalismo central, em seu conjunto, possuem, praticamente, a metade dos votos; além, da falta de registros sobre a junção de países latino-americanos para superar os votos das potências imperialistas.

Compreende-se que o “Estado livre” precisa se realizar para que as relações jurídicas de propriedade se materializem sem passar pelo controle colonial direto. Difunde-se uma falsa explicação da realidade que procura ocultar os imperativos do capital invertendo o seu sentido na aparência das relações sociais. A forma como as relações jurídicas de propriedade de ações se configura no BID – e pode-se inferir

acerca dos demais bancos interestatais – apontam para uma tendência do capitalismo, no imperialismo, na relação entre intervenção e incorporação de unidades político-territoriais. Isso significa que as matérias-primas, a mão de obra, os meios de transporte, as possibilidades de venda e a concessão de créditos são direcionadas para os setores cuja diretoria do banco julgar necessária à expansão capitalista, na inter-relação das dimensões econômicas e sociais. As intervenções e incorporações são justificadas sob a aparente participação acionária que não garante participação real nas decisões econômicas e políticas do banco, apenas a legitimação dos países em situação de menor poder acionário. Na próxima subseção, procura-se tratar da relação entre os países acionistas e a especialização de funções do banco, a partir da compreensão de que a fragmentação em diversos campos e setores contribui em maior proporção para a centralização do poder, do que para sua democratização.

2.2.2 A especialização de funções no interior do Banco Interamericano de Desenvolvimento: integração ou fragmentação?

O BID já contava com cento e oitenta e oito funcionários administrativos e de secretaria em seu primeiro ano de trabalho lotados na sede do Banco, em Washington (EUA) (BID, 2023a). No fim do ano 2009, o quadro de funcionários chegava a mil oitocentos e oitenta funcionários ativos divididos em funções de gerência, de escritório, de limpeza e organização BID (2023a). O aumento do quantitativo de trabalhadores de escritório levou à aplicação da gerência científica ao trabalho no escritório, uma tendência comum ao imperialismo (BRAVERMAN, 1974). Os processos de coordenação e controle das mercadorias produzidas – os bens e os serviços – passaram a ser subdivididos em operações mínimas realizadas por trabalhadores distintos.

Pode-se apontar que a divisão técnica do trabalho no Banco tem se materializado em funções de gerência e funções operacionais. Entende-se que as funções de gerência são atribuídas à assembleia de governadores, à direção executiva e à presidência. Já as funções operacionais se estabelecem por uma quantidade ampliada de subdivisões com atribuições específicas ligadas de forma direta às vice-presidências e oficinas. Estas, por sua vez, encontram-se subordinadas à presidência executiva. O Organograma 1 apresenta os setores do BID por ordem de hierarquia. Estes se ramificam em outros departamentos que serão demonstrados nos organogramas seguintes.

Figura 1: Organograma com os setores centrais do Banco Interamericano de Desenvolvimento.



Fonte: BID, 2021.

A Assembleia de Governadores pode ser considerada a instância central do banco, na qual os representantes das unidades políticos-territoriais que possuem parte das ações do Banco têm como tarefa tomar decisões de caráter normativo e resolver questões relativas aos direcionamentos financeiros do banco (MAKINO, 2015). Os governadores se reúnem uma vez por ano ou em reuniões extraordinárias (BID, 2019a). Cada governador detém o poder de voto equivalente ao país-acionista no qual ele representa. Não se encontra clara a forma como esses governadores são direcionados ao cargo. Observa-se, no entanto, que o cargo é preenchido segundo a função empreendida no interior dos governos dos países-acionistas, geralmente ligados a pastas referentes ao Tesouro, ao crescimento econômico, ao comércio internacional, a finanças, ao ministério da economia, à secretaria do Estado, a assuntos acerca do desenvolvimento industrial, ao ministério das relações exteriores, ao ministério da fazenda, ao ministério da defesa e presidência de bancos nacionais. Os Anexos A e B trazem uma descrição detalhada das funções que cada governador exercia em seu país de origem, no ano de 2021.

Nas reuniões anuais são apresentados um conjunto de resoluções que determinam o trabalho dos demais setores nos quais o banco encontra-se dividido, sobretudo, a regulamentação do valor correspondente ao aumento geral de recursos do

banco que depende de movimentações na legislação das unidades políticos-territoriais. Os aumentos de capitais fazem parte, por exemplo, das funções da Assembleia de Governadores. O último aumento de capitais expressivo foi aprovado no ano de 2010, no valor de setenta bilhões de dólares. Esse aumento, corresponde ao nono aumento geral dos recursos do BID, foi pago, pelas unidades políticos-territoriais, em cinco cotas, entre os anos de 2011 e 2015, em dólares dos EUA. O que pode apontar que os países-acionistas transferiram mais recursos dos seus respectivos países para a administração do BID. Esta última significa que o banco vai direcionar o capital administrado por ele para o setor e o país que ele definir como necessário à expansão do capital.

À Assembleia de Governadores cabe direcionar as prioridades do banco, no que tange ao seu objetivo aparente de “acelerar” o desenvolvimento na região latino-americana e caribenha e a sua função oculta de contenção preventiva da sociedade. Na ocasião da assembleia que legitimou a proposta de nono aumento do banco, aponta-se um aprofundamento das estratégias do banco para o “investimento em políticas sociais, em infraestrutura para a competitividade, em apoio às instituições para o crescimento, em integração competitiva, em questões voltadas para o meio ambiente no que tange à mudança climática e à segurança alimentar” (BID, 2019a, p.05). Aqui notam-se as contradições inerentes às funções de acumulação necessárias a manutenção do modo de produção e as funções de legitimação que a autocracia burguesa necessita para elevar a produtividade da força de trabalho mobilizada com projetos e serviços que diminuem os custos da reprodução social, assim como os que se destinam a manter a contenção social.

À Assembleia de Governadores, também, compete a nomeação da direção executiva. De acordo com Makino (2015), a cada três anos são nomeados quatorze diretores executivos com seus respectivos suplentes, sendo o Canadá e os EUA os únicos países que possuem representatividade unitária na direção executiva. A Diretoria Executiva possui como atribuição o gerenciamento das operações do Banco, a partir do que é determinado pela Assembleia de Governadores. De acordo com o BID (2023b), cabe à Diretoria Executiva “a aprovação de propostas de empréstimos e garantias, políticas, estratégias de país, orçamento administrativo, fixação das taxas de juros e tomada de decisões sobre endividamento e outros assuntos financeiros” (BID, 2023b). É interessante observar o agrupamento dos países que se encontram na direção

executiva³², sobretudo o elemento base de que a junção de países não pode ultrapassar a porcentagem de votos dos EUA. O Quadro 4³³ apresenta dados sobre o agrupamento dos países, regionais e não-regionais, em cada cadeira da direção executiva e sua respectiva proporção de votos.

Quadro 4: que ocupam a direção executiva do BID.

Direção Executiva			
Cadeira	Direção Executiva	Suplente	Poder de Voto (%)
Estados Unidos da América	EUA	EUA	30.006
Argentina e Haiti	Argentina	Haiti	11.810
Brasil e Suriname	Brasil	Brasil	11.443
República Dominicana e México	México	República Dominicana	7.909
Croácia, Japão, Coreia, Portugal, Eslovênia e Reino Unido	Japão	Reino Unido	6.104
Bélgica, China, Alemanha, Israel, Itália, Holanda e Suíça	Itália	Alemanha	5.04
Áustria, Dinamarca, Finlândia, França, Noruega, Espanha e Suécia	França	Suécia	4.851
Colômbia e Peru	Colômbia	-	4.639
Canadá	Canadá	Canadá	4.001
Panamá e Venezuela	Venezuela	Panamá	3.859
Chile e Equador	Chile	Equador	3.727
Bolívia, Paraguai e Uruguai	Uruguai	Bolívia	2.588
Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua	Costa Rica	Guatemala	2.521
Bahamas, Barbados, Guiana, Jamaica e Trinidad e Tobago	Trinidad e Tobago	Guiana	1.518

Fonte: BID, 2023.

Não há um agrupamento de países que ultrapasse o poder de voto dos EUA. Argentina, Brasil e México permanecem com a maior porcentagem de votos e são mantidos separados. São acrescentados a esses últimos, respectivamente, Haiti, Suriname e República Dominicana, cujas porcentagens não são as mais expressivas e, portanto,

³² Os critérios para o agrupamento dos países não se encontram claros na descrição informada no sítio eletrônico.

³³ O Quadro 4 refere-se ao ano de 2023. Não se encontrou informações disponíveis que pudessem apresentar essa relação nos primeiros anos após a criação do banco. Sabe-se, no entanto, que a formação da direção executiva do banco tem sua base de distribuição de poder desde a sua criação, mesmo que o agrupamento de países pudesse ser diferente.

ocupam a cadeira de suplência. Os grupos que reúnem países do continente asiático encontram-se com o quantitativo de poder mais elevado dentre os países que não pertencem ao continente latino-americano e caribenho. O Japão possui a cadeira da direção, ao passo que a China nem sequer ocupa as cadeiras de Conselheiros da direção executiva. Os dois últimos grupos, conforme descrito no Quadro 4, mesmo reunindo sete e cinco países, respectivamente, não ultrapassam sequer a porcentagem de votos do Canadá.

Compete, também, aos governadores a decisão acerca do país que alcançará o posto de presidência e vice-presidência do BID. O presidente é o representante legal do banco, tendo poder de voto em caso de empate em algum processo decisório. O Banco (BID, 2019a) acrescenta que o trabalho do presidente se concentra na condução do cotidiano dos negócios, da gerência das operações e dos setores do BID. Ele também tem a função de presidir as reuniões dos países que integram a Assembleia de Governadores e elaborar as propostas sobre as políticas gerais do Banco.

O mandato dos presidentes do banco tem duração de cinco anos, podendo ser reeleito. Até o ano de 2020, a presidência foi sempre ocupada por um latino-americano, ao passo que a vice-presidência, por um norte-americano. O primeiro presidente do Banco era representante do Chile. Felipe Herrera³⁴ permaneceu no cargo entre 1960 e 1970. Nesse período, o Chile passou pelo governo de Jorge Alessandri (1958-1964), considerado independente, eleito pela coalizão de forças políticas liberais e conservadoras; e pelo governo de Eduardo Frei Montalva (1964-1970), do Partido Democrata Cristão. O Chile permaneceu na cadeira da presidência do BID até a eleição de Salvador Allende (1970-1973) do Partido Socialista, considerado por alguns intelectuais como um governo que objetivava a implementação do socialismo pela via pacífica e democrática, que mantinha objetivos políticos próximos de Cuba, mesmo que fossem desenvolvidos por caminhos diferentes. Nota-se a relação do Banco com

³⁴ Felipe Herrera Lane (1922-1996) foi um advogado, economista, acadêmico e político socialista chileno, que atuou brevemente como Ministro de Estado durante o segundo governo do Presidente Carlos Ibanez del Campo (1952-1958). De acordo com Soares e Braga (2017), Felipe Herrera trabalhou para a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), alocado no escritório de Washington. Sua análise sobre o desenvolvimento era baseada nas teses estruturalistas, de inserção internacional (centro-periferia e vulnerabilidade externa), implicando um processo de substituição de importações visando ao aumento da eficiência da indústria na região e, conseqüentemente, permitindo uma maior integração com a economia mundial. Suas ideias políticas tinham a forte influência das ideias bolivarianas, de construção de uma grande nação americana. Sua visão estava fortemente marcada pela influência do processo de integração europeia e os rumos que ali se tomavam. Com isso, ele entendia que, apesar das diferenças tão marcantes entre as duas regiões, seria possível trilhar os mesmos caminhos da integração regional europeia. (SOARES; BRAGA, 2017, p. 181)

políticas voltadas para a conservação do capitalismo, trocando seu presidente quando o Chile elege um presidente de orientação política socialista.

O governo de Jorge Alessandri (1958-1964) aprovou um arcabouço legal alinhado com a ALPRO, sobretudo no que tange ao processo de expropriação de terras mediante indenização com preços de mercado, o que tornou impossível a realização de políticas voltadas para reforma agrária. Jorge Alessandri (1958-1964) tinha como objetivo “mercantilizar a terra e difundir a propriedade privada individual no campo, preservando os mecanismos de reconcentração fundiária. Tais intenções conformaram a substância conservadora de uma política reformista” (HENRY; VASCONCELOS; RAMIRÉZ, 2020, p. 13) que foram interrompidas com a ascensão política de Salvador Allende (1970-1973). Cabe ressaltar que, nesse período, como parte da ALPRO, os EUA entregam à administração do BID o Fundo Fiduciário de Progresso Social, com U\$394 milhões.

Na década de 1960, a estrutura agrária do Chile representava a possibilidade de substituição de importações de alimentos, uma vez que os minérios eram a sua principal fonte exportadora, em especial o salitre e o cobre. Havia um processo de concentração fundiária na qual os trabalhadores da terra não eram proprietários, encontrando-se subordinados a diferentes relações de trabalho com os latifundiários. De acordo com Vasconcelos (2017), em 1964, a reforma agrária foi um dos temas centrais das eleições vencidas por Eduardo Frei Montalva (1964-1970), cuja eleição foi subsidiada em grande parte por empresas estadunidenses. Havia uma preocupação em conter o avanço do socialismo no Chile, mesmo que por vias reformistas.

Entre 1960 e 1970, o BID passou por três aumentos de capital, um realizado em 1964, integralizando um bilhão e trezentos mil dólares do capital ordinário do banco e setenta e três milhões de dólares para o Fundo de Operações Especiais (FOE); o segundo realizado em dois momentos diferentes: em 1967, totalizando um bilhão e duzentos milhões do FOE; e em 1968, acrescentando a quantia aproximada de um milhão de dólares ao capital ordinário; e em 1970, o terceiro aumento de recursos totalizando três bilhões e quinhentos milhões de dólares para o capital ordinário e um bilhão e quinhentos milhões de dólares para o FOE. Em 1965, o BID implementou um aumento complementar de novecentos milhões ao FOE. Foi também nesse mesmo ano que os governadores autorizaram financiamentos diretos do FOE para desenvolvimento social, os quais vinham sendo feitos apenas pelo fundo relacionado a ALPRO.

Sob a direção do Chile, o BID direcionou suas ações para a criação do Banco Centro-americano de Integração Econômica (BCIE), oferecendo um acordo jurídico-político, no ano de 1961, relativo à assistência técnica. Em 1963, o BCIE solicitou ao BID um empréstimo de seis milhões de dólares e em 1968, o BID autorizou o BCIE a utilizar três milhões desse primeiro empréstimo para a construção de um sistema de telecomunicações interligando os países da América Central, do Panamá e do México. Em relação aos países-acionistas que não pertencem ao continente, o BID abriu em Paris o Escritório Especial do Banco na Europa, em 1962, e começa a administrar o Fundo Fiduciário *Populorum Progressio*, propriedade do Vaticano, no ano de 1969, com contribuição inicial destinada a endividar a Colômbia focando nas reformas do setor agrário.

Em relação ao seu território, o Chile possui ligação direta com a Bacia do Pacífico região de grande interesse econômico e militar. Sobretudo, pelo fato de a Bacia do Pacífico oferecer uma rota de comércio direto com a República Popular da China. Notem que a emergência do BID na região, além de inibir a relação econômica e política de Cuba com os países latino-americanos e caribenhos, também, foi precisa no que tange à imposição de limites acerca da relação, de forma direta, entre os países-acionistas da região com países do continente asiático, em especial, a República Popular da China.

O México e a Colômbia, também, são países estratégicos do ponto de vista geopolítico na relação com a Bacia do Pacífico. Essa posição foi considerada na presidência que se seguiu ao Chile. Entre 1971 e 1988, o mexicano Antonio Ortiz Mena³⁵ foi presidente do banco; e, entre 2005 e 2020, o colombiano Luís Alberto Moreno³⁶. Essas duas presidências foram intercaladas pelo assento do Uruguai, entre 1988 e 2005, representado por Enrique Iglesias³⁷. Entre 2020 e 2022, a cadeira da

³⁵ No México, Antonio Ortiz Mena foi diretor do Instituto Mexicano de Segurança Social, diretor do Banco Nacional do México, Secretário da Fazenda e do Crédito Público durante o governo de Adolfo López Mateos e a de Gustavo Díaz Ordaz, ambos do Partido Revolucionário Institucional, além de ter sido presidente do Comitê Permanente de Segurança Social Interamericano, entre 1955 e 1959.

³⁶ Antes de entrar para o Banco, Luis Alberto Moreno foi embaixador da Colômbia nos EUA por sete anos. Foi, também, ministro do desenvolvimento econômico, presidente do Instituto de Fomento Industrial e produtor executivo de TV *Hoy*, além oferecer assessoria a empresas colombianas e investidores estrangeiros.

³⁷ Antes de assumir a presidência do Banco, Enrique Iglesias foi ministro das relações exteriores do Uruguai, em 1985.

presidência foi ocupada por Mauricio Claver-Carone³⁸ oriundo dos EUA. Ele, também, presidiu a diretoria executiva da Corporação de Investimentos Interamericana (CII) ou BIDInvest e a Comissão de Contribuintes do Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN)³⁹ ou BIDLab. Em dezembro de 2022, o Brasil passou a ocupar a cadeira da presidência com a nomeação de Ilan Goldfajn⁴⁰.

Na Assembleia de Governadores e na Direção Executiva os EUA detêm a maior porcentagem dos votos. Nas duas instâncias de maior poder decisório no interior do banco, nenhuma reunião de países tem conseguido ultrapassar o quantitativo de votos relativos aos EUA, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Pode-se apontar a existência de uma certa hierarquia de poderes determinada pela partilha do mundo entre as grandes potências desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Isso também fica claro, quando o Banco, apesar de ter nos quadros de presidência países da América Latina e Caribe, possui nos quadros de vice-presidência representantes dos EUA.

A esses setores da administração encontram-se subordinados outros departamentos do Banco que se subdividem em seções cada vez mais específicas.

³⁸ Antes de sua eleição para a presidência do banco, Mauricio Claver-Carone (EUA) foi assessor sênior para assuntos internacionais no Departamento de Tesouro dos EUA, onde foi assessor principal de políticas do Secretário do Tesouro e do Subsecretário de Relações Internacionais sobre questões geopolíticas, econômicas e de segurança nacional, no governo de Donald Trump, presidente dos EUA entre 2017 e 2021. Foi também Diretor Sênior para Assuntos do Hemisfério Ocidental no Conselho de Segurança Nacional, no mesmo governo. Anteriormente, foi Diretor Executivo do FMI como representante dos EUA na qualidade de maior acionista do fundo. Ele trabalhou com o Departamento de Tesouro dos EUA, a Junta da Reserva Federal e agências dos EUA efetivando políticas sobre práticas de câmbio, transparência da dívida e comércio, à Diretoria Executiva e à administração do FMI. Além do trabalho desenvolvido, diretamente, com a política de Segurança Nacional dos EUA, evidencia-se o histórico profissional de Mauricio Claver-Carone (EUA) que possui a Direção Executiva da “ONG” Cuba Democracy Advocates e do comitê de ação política Súcuba Democracy PAC. Em seu blog, Carone descreveu como objetivo principal do comitê, a transição de Cuba à democracia liberal e ao livre mercado. Ele também defende o embargo à Cuba e a crítica a qualquer tipo de política de abertura ao país.

³⁹ Em 2018, o FUMIN passou a ser denominado como BID Lab. compondo junto com a Corporação de Investimentos Interamericana (CII) - que também passou a ser denominada BIDInvest - o que o BID vem nomeando como Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento (GBID). De acordo com o BID (2021b), estas organizações possuem outro quadro de funcionários, embora apresentem estrutura organizativa interna similar ao do BID e o mesmo presidente. A CII ou o BIDInvest não aparece no organograma do BID como um setor do banco, diferente do FUMIN ou BIDLab que se encontra descrito como uma divisão ligada diretamente a presidência do banco. De modo geral, o FUMIN, criado no ano de 1993, é apresentado pelo banco como um laboratório de inovação que pertence ao GBID e que tem como função desenvolver o setor privado, a partir da influência do BID com os governos e a sociedade civil, a fim de encontrar soluções de investimentos junto à população em situação de pobreza. Já a CII, criada em 1989, se concentra em financiar empréstimos a pequenas e médias empresas (MAKINO, 2015).

⁴⁰ Ilan Goldfajn foi presidente do Banco Central do Brasil, entre 2016 e 2019 e diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental no FMI, entre 2021 e 2022. No Brasil, Ilan Goldfajn foi sócio do Itaú Unibanco, diretor do Centro de Debate sobre Políticas Públicas, economista da Ciano Assessoria Econômica, sócio da Ciano Investimentos, diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica da Casa das Garças, sócio da Gávea Investimentos e professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Chamamos a atenção para quatro repartições ligadas diretamente à presidência do Banco e suas respectivas subdivisões. Sobretudo, pela forma operacional com que o trabalho é realizado nesses departamentos e pelas informações sistematizadas por esses setores que são coletadas pelos departamentos gerenciais. São elas a Oficina de Alianças Estratégicas, a Oficina de Planejamento Estratégico e Eficácia em Desenvolvimento, a vice-presidência de Finanças e Administração subdividida em cinco departamentos e um escritório; a vice-presidência de países subdividida em quatro departamentos agrupados pela localização geográfica e um escritório; e a vice-presidência de Setores e Conhecimento subdividida em um departamento e seis setores, cada um com um quantitativo de especializações.

Segundo o BID (2022b), a Oficina de Alianças Estratégicas tem sido responsável pelas parcerias do Banco com os doadores dos fundos fiduciários, com as contrapartidas oriundas dos empréstimos concedidos e com o setor privado. A ela cabe, também, definir o quadro de trabalho de todas as unidades do BID no que tange às alianças de cada unidade. Ela constitui o braço do Banco que faz a conexão entre o BID e os ministérios e órgãos de desenvolvimento bilateral; organizações da União Europeia e da ONU; instituições que financiam atividades de desenvolvimento na região; fundações filantrópicas; e o setor privado.

A Oficina de Alianças Estratégicas foi criada em 2008 e encontra-se subdividida em Escritório da Europa, Escritório da Ásia e Divisão de Mobilização de Recursos (BID, 2022b). O Escritório da Europa fica localizado em Madri e se destina a formar alianças com organizações que estejam sediadas na Europa. O Escritório da Ásia fica localizado em Tóquio e se destina aos membros não regionais localizados no continente asiático e a captação de capital para os fundos que compõem o Banco. A Divisão de Mobilização de Recursos fica localizada na sede do Banco, em Washington. No Quadro 5 descreve-se a relação de algumas alianças informadas no sítio eletrônico do BID (2022b) desenvolvidas por meio da Oficina de Alianças Estratégicas.

Quadro 5: Relação de alianças desenvolvidas por meio da Oficina de Alianças Estratégicas para cada setor do Banco, entre 2010 e 2021.

Setor	Alianças	Produto da Aliança	Função
Indústria	Danone Ecosystem Fund; Livelihoods Funds.	Desenvolver soluções de negócios para pequenos produtores locais.	Impulsionar o crescimento econômico, a partir da cadeia de valor ligada

			ao gênero alimentício.
Agricultura e Desenvolvimento Rural	Catholic Relief Services; Coalition for Coffee Communities; Ecom Trading; Farmer Brothers; Grameen Foundation; Hanns R. Neumann Stiftung; Hivos; Keurig Mountain Coffee; Rainforest Alliance; Root Capital; S & D Coffee & Tea; Solidaridad; Starbucks; Rede de Assistência a Commodities de Sustentabilidade (SCAN); Comitê de Avaliação de Sustentabilidade.	Plataforma de Agricultura Sustentável, Alimentos e Meio Ambiente.	Incluir pequenos agricultores nas cadeias de valor do café e do cacau.
Mercado Financeiro	Escola de Assuntos Públicos e Internacionais da Universidade de Columbia.	Observação de sete cooperativas de café na região Central da Selva do Peru para a criação de recomendações.	Criar recomendações para o uso de tecnologia pelas cooperativas de café.
Comércio	União Europeia.	Plataforma Digital para o Comércio Centro-Americano.	Desenvolver infraestrutura tecnológica necessária para facilitar os acordos entre sistemas governamentais, simplificar os processos relacionados ao comércio regional e fornecer informações relacionadas à gestão de riscos, alfândega e outros temas importantes.
Integração Regional	CAF; das Relações Exteriores da Noruega; Ministério da Transparência Internacional da Noruega.	Latinobarômetro.	Avaliar as opiniões sobre a integração regional.
Energia	Agência de Cooperação Internacional do Japão.	Acordo jurídico-político de Cofinanciamento para Energia Renovável e Eficiência Energética (CORE).	Gerar economia de energia e mitigar as mudanças climáticas.
Água e Saneamento	The Nature Conservancy; FEMSA Foundation; Global Environment Facility.	Criação de fundos para investimento em Água e Saneamento.	Implementar a política de fundos sobre os serviços de água e saneamento.
Mudanças	Governo do Canadá.	Fundo Climático Canadense.	Direcionar bilhões de investimentos

Climáticas e Sustentabilidade			privados para projetos de baixo carbono e à prova de clima.
Meio Ambiente e Desastres Naturais	Food for the Poor Inc.; Fundación Pies Descalzos; Fundação Social; Habitat for Humanity; Happy Hearts Fund; International Olympic Committee; MasterCard; McKinsey & Company; Microsoft; Nestlé; PepsiCo Foundation; The Coca-Cola Company; W.K. Kellogg Foundation; World Central Kitchen; 3M; CARE; Catholic Relief Services; Clinton Bush Haiti Fund; Clinton Foundation; Federación Nacional de Cafeteros de Colombia; Finn Church Aid; First Citizens Bank Trinidad & Tobago.	Desenvolvimento de acordos de empréstimo e cooperação técnica a partir dos recursos reunidos em um fundo específico de assistência ao Haiti, após o terremoto que ocorreu em 2010.	Captar recursos para a formação de um fundo para acordos jurídico-políticos de reconstrução e de assistência técnica.
Reforma e Modernização do Estado	Governo do Canadá; governo da Itália; governo da Noruega; governo da Suécia; MasterCard.	Fundo de Transparência.	Desenvolver políticas e ferramentas de transparência e anticorrupção.
Pequenas e Médias Empresas	DHL; Facebook; Google; MasterCard; SeaLand.	Plataforma Connect Americas.	Fornecer informações sobre procedimentos e regulamentos para comércio internacional e os conectar a clientes, fornecedores e investidores na região e em todo o mundo.
Mercado de Trabalho	International Youth Foundation; Arcos Dorados; Serviço Social da Indústria (SESI); Caterpillar Foundation; CEMEX; Fondation Forge; Microsoft; Walmart.	Novas Oportunidades de Emprego para Jovens (NEO).	Projetar estratégias de empregabilidade e colocação profissional.
Turismo Sustentável	Airbnb.	Estudo sobre o impacto que o compartilhamento de casas tem nas comunidades locais.	Promover o turismo sustentável, a economia digital e as aplicações da economia compartilhada.
Transporte	Federação Internacional de Automóveis (FIA); MTV América Latina.	Programa de Avaliação de Carros Novos para a América Latina e o Caribe e eventos como o Fórum BID-	Explorar como tornar as estradas da região mais seguras.

		FIA.	
Ciência e Tecnologia	Telefónica	Acordos jurídico-políticos com países mutuários em áreas como Tecnologia da Informação, micro-financeiras, educação, big data, crescimento de pequenas empresas, economia digital, apoio empresarial, cidades inteligentes, acessibilidade à Internet e políticas regulatórias e iniciativas nas áreas de educação, saúde e segurança.	Desenvolver acordos jurídico-políticos cujo produto seja a implementação de um sistema baseado na tecnologia da informação.
Conhecimento e Inovação	Fundación Bancária La Caixa.	Formação em Gestão.	Formar micro e pequenos agricultores na Colômbia, Equador e Peru com vistas a melhorar a gestão dos seus estabelecimentos.
Investimento Social	Fundação FEMSA e Open Society Foundation em nível regional; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) no Brasil.	ECD Innovation Fund.	Estabelecer acordos jurídico-políticos sobre a Primeira Infância.
Saúde	Fundação Bill & Melinda Gates; Fundação Carlos Slim; Governo da Espanha; países da América Central; Estado de Chiapas, no México.	Salud Mesoamérica (SMI).	Acesso à saúde para mulheres e crianças oriundas da Mesoamérica.
Gênero e Diversidade	Unilever. Governo do Japão.	Difusão para El Salvador e Guatemala do modelo indiano de empoderamento feminino (Shakti).	Criar renda por meio da venda de porta em porta de produtos de marca de consumo.
Educação	Google for Education.	Plataforma G-Suite for Education.	Aumentar o acesso à modalidade de Educação à Distância.

Fonte: BID, 2022.

Nota-se que as alianças descritas pelo banco têm como produtos, em sua maioria, a criação de fundos de investimento. Isso significa que empresas privadas, governos, organizações empresariais e o BID direcionam um quantitativo de capitais para um determinado fundo que terá a função de servir como instrumento de crédito

direcionado aos governos locais. Independentemente do tipo de acordo político-jurídico que venha a ser estabelecido com o governo local, os fundos têm como função implementar o endividamento dos países que solicitam empréstimo pelo período que durar o negócio. Outro produto dessas alianças tem sido a criação de plataformas digitais com o objetivo de reunir informações das diferentes áreas dos governos locais para que o Banco direcione com maior precisão o capital do banco que se realizará como crédito aos países mutuários.

Já a Oficina de Planejamento Estratégico e Eficácia em Desenvolvimento encontra-se subdividida em Divisão Estratégica de Eficácia em Desenvolvimento e Divisão de Planificação Estratégica e Monitoramento. De acordo com o BID (2022b), esse departamento tem como função assegurar que a estratégia corporativa do Banco esteja presente em todos os acordos jurídico-políticos desenvolvidos entre o BID e os governos locais. Tem como tarefa monitorar todos os departamentos do banco acerca da adesão ou não às diretrizes de negócios do Banco.

A Vice-presidência de Finanças e Administração conforme demonstrado pelo Organograma 2, encontra-se subdividida em cinco departamentos. Sua atribuição na organização interna do Banco encontra-se ligada aos processos de aquisição e administração do capital do Banco “pela gestão da liquidez, contabilidade e registros financeiros do Banco e pelas relações com os mercados financeiros e intermediários” (BID, 2023a); à administração e desenvolvimento dos recursos humanos do Banco e à coordenação do planejamento de recursos humanos de todas as unidades do Banco (BID, 2023a); à formulação de estratégias relativas à busca de informação e a implementação de tecnologia do Banco; à supervisão da implementação de ferramentas tecnológicas; ao controle de informações, tecnologia, padrões relacionados e gerenciamento de desempenho; ao fornecimento de informações para os cargos de direção e presidência do Banco; à formulação do orçamento e apoio à execução dos acordos entre o Banco e os clientes; à gerência das compras corporativas; à supervisão do trabalho operacional executado pelo Banco; à assessoria legal à Assembleia dos Governadores, à Direção Executiva e à Presidência; e à representação do Banco em procedimentos jurídicos e administrativos.

Figura 2: Organograma com os setores que compõem a Vice-presidência de Finanças e Administração do BID



Fonte: BID, 2023⁴¹.

O Departamento de Finanças encontra-se dividido em Direção de Tesouraria e Direção de Contabilidade; o Departamento de Recursos Humanos, em Direção de Remunerações, Benefícios e Serviços de RH, Direção de Gestão de Talentos, Direção de Liderança e Desenvolvimento dos Colaboradores e Unidade de Políticas e Relações Laborais; o Departamento de Tecnologia da Informação, em Divisão de Arquitetura de Tecnologia da Informação e Divisão de Infraestrutura de Tecnologia da Informação; O Departamento de Orçamento e Serviços Administrativos, em Direção de Orçamento e Compras Corporativas e Direção de Serviços Administrativos; e o Departamento Legal, em Divisão de Assuntos Legais Corporativos e Divisão de Operações com Garantia Soberana.

A Vice-presidência de países conforme demonstrado pelo Organograma 3, encontra-se subdividida em cinco departamentos. Sua atribuição na organização interna do Banco encontra-se ligada aos processos operacionais que envolvem os acordos entre o Banco e os países concentrados em cada grupo conforme a localização geográfica. A equipe de gerência compõe-se do gerente, do assessor econômico regional e dos Representantes nos países. O Departamento de Países do Cone-Sul compreende cinco

⁴¹ Organograma disponível na página do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/noticias/bid-nomeia-novo-vice-presidente-de-financas-e-administracao>. Acesso em: 14 mar. 2023

representações concentradas na Argentina, no Brasil, no Chile, no Paraguai e no Uruguai; o Departamento de Países do Grupo Andino, na Bolívia, na Colômbia, no Equador, no Peru e Venezuela; o Departamento de Países do Caribe, em Bahamas, Barbados, Guiana, Jamaica, Suriname e Trinidad e Tobago; o Departamento de países da América Central em Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e República Dominicana; e o Escritório de Serviços de Gestão Financeira e Aquisições para Operações.

Figura 3: Organograma dos setores que compõem a Vice-presidência de países.



Fonte: BID, 2023.

A Vice-presidência de Setores e Conhecimento conforme demonstrado pelo Organograma 4, encontra-se subdividida em sete departamentos. Sua atribuição na organização interna do Banco encontra-se ligada à condução de pesquisas e análises sobre tendências macro e microeconômicas; à supervisão dos setores responsáveis pelo desenvolvimento das bases de dados quantitativas e analíticas do Banco; à preparação e supervisão de operações jurídico-políticas reunidas nos setores de energia, transporte e água e saneamento; à preparação de políticas setoriais, estratégias, diretrizes operacionais e programas do Banco ligados à infraestrutura, ao meio ambiente, às mudanças climáticas, ao desenvolvimento sustentável, ao gênero e diversidade, à educação, à proteção social e saúde e à ciência e tecnologia; à operacionalização das estratégias de reforma do setor público e descentralização; aos processos de desenvolvimento de mercados de capital, instituições financeiras e competitividade em nível nacional, regional e local; à prestação de serviços para outros setores do Banco em questões-chave que devem estar presentes em todas as operações como a preocupação

com as alterações climáticas e a sustentabilidade; à implementação de formação acerca dos setores do BID; à produção de conhecimento por meio de publicações, bancos de dados, código aberto e *blogs*; à difusão da marca BID difundindo projetos, eventos, produtos de conhecimento, iniciativas da instituição, o uso de mídias tradicionais e sociais; à colaboração com outros setores, com o Escritório da Vice-Presidência para Países e com o Escritório do Vice-Presidente para o Setor Privado e Operações sem Garantia Soberana no planejamento e execução de operações jurídico-políticas que englobem diferentes setores; à operacionalização de estratégias voltadas para a integração e o comércio; e à identificação das melhores práticas voltada para as questões sociais.

Figura 4: Organograma com os setores que compõem a Vice-presidência de Setores e Conhecimento.



Fonte: BID, 2023.

O Departamento de Pesquisa e do Economista Chefe possui uma equipe de pesquisadores com experiência em formulação de políticas e com especialização em diferentes áreas. O Setor de Infraestrutura e Energia encontra-se dividido em Divisão de Energia, Divisão de Transportes e Divisão de Água e Saneamento; o Setor de Instituições para o Desenvolvimento, em Divisão de Gestão Fiscal, Divisão de Inovação para servir ao Cidadão, Divisão de Conectividade, mercados e Finanças e Divisão de Competitividade, Tecnologia e Inovação; o Setor de Conhecimento, Inovação e Comunicação, na Biblioteca Felipe Herrera, no Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Econômico e Social e no Departamento de Aprendizagem; o Setor de Integração e Comércio, em Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe, Sistema de Informação sobre Integração e Comércio, *ConnectAmericas*, Diálogo

Empresarial das Américas, Programa de Capacitação e *Blog Além das Fronteiras*; o Setor Social, em Divisão de Educação, Divisão de Proteção Social e Saúde, Divisão de Gênero e Diversidade e Unidade de Mercados de Trabalho.

A fragmentação em setores com atribuições cada vez mais específicas e instrumentais pode ser considerada uma característica comum aos bancos interestatais, no imperialismo. Isso porque o monopólio condiciona a ampliação, cada vez maior, de trabalhadores em escritórios cujas mercadorias encontram-se sob a forma de bens ou de serviços. Bancos e agências de crédito empreendem o trabalho de escritório como único modo de trabalho. O desenvolvimento da propriedade privada transformou a função do capitalista que de uma atividade pessoal, passou a ser um trabalho de muitas pessoas. O capitalista passa a ter como função representar o capital e buscar sua ampliação (BRAVERMAN, 1974).

De acordo com Braverman (1974), as funções gerenciais de controle e de apropriação tornaram-se, por si mesmas, processos de trabalho, que se mantêm sob o controle do capital de modo similar como à execução dos processos de trabalho no âmbito da produção, uma vez que “com trabalho assalariado comprado em larga escala no mercado de trabalho e organizado em imensas máquinas “de produção” segundo os mesmos princípios que governam a organização do trabalho na fábrica” (BRAVERMAN, 1974, p. 256). Assim, pode-se entender que há uma redução do trabalho mental à mera execução repetitiva da mesma série de funções com um controle rigoroso dos movimentos que levam ao desenvolvimento dos processos necessários à comercialização dos bens e serviços oferecidos pelo Banco.

A explicação aparente tem se apoiado na democracia como forma política a ser implementada como oposição a práticas autoritárias. O que se percebe, no entanto, é que essa forma em que o Banco se estrutura permite a ratificação da divisão entre os países e o controle sobre a organização do trabalho. A concorrência que condiciona a organização do banco se mantém na fragmentação entre setores. É importante ressaltar, no entanto, que esse tipo de estratégia tem sido desenvolvido com maior organização, pela burguesia imperialista, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, como forma de inverter o sentido dos acontecimentos históricos referentes à Revolução Russa. A oposição entre ditadura e democracia utilizada pela ideologia burguesa, sendo a primeira a expressão do autoritarismo e a segunda a expressão da participação social, além de ser uma explicação instrumental, procura ocultar o verdadeiro sentido da

ditadura do proletariado (LÊNIN, 2007) que se pretendeu desenvolver a partir da Revolução da URSS. Na próxima subseção, procura-se compreender o formato pelo qual as intervenções sobre as unidades e subunidades políticos-territoriais são organizadas pelo BID no cumprimento da sua função de contenção social de modo preventivo.

2.3 As marcas invisíveis da propriedade: as operações jurídico-políticas e as estratégias de intervenção

O BID desenvolve suas intervenções por meio de diretrizes operacionais gerais que vão regular os termos e as condições comuns a todas as operações jurídico-políticas realizadas através do Banco independente do departamento. Consoante os termos que regem o Convênio Constitutivo do Banco, as operações consistem em concessões de empréstimos ou oferta de garantias de empréstimos a qualquer país-acionista regional e suas respectivas subdivisões político-administrativas, suas organizações governamentais, suas agências independentes, suas empresas semipúblicas ou privadas, assim como, as organizações regionais compostas pelos países-acionistas.

O Banco reconhece legalmente como setor público dos países-acionistas regionais os Estados, as províncias, os municípios e organizações governamentais descentralizadas, como bancos estatais, empresas de desenvolvimento, empresas de serviços públicos, universidades e organizações de prestação de serviços. Para o Banco, o caráter público concedido a uma empresa se dá pela propriedade do Estado de mais de 50% em determinada sociedade empresarial. O Convênio também garante a concessão de empréstimos a empresas privadas, independentemente da sua forma de organização, desde que se enquadrem nos critérios de elegibilidade definidos por um instrumento jurídico.

Para que uma unidade político-territorial e suas respectivas subunidades, ou uma organização de caráter privado, ou público seja elegível a tomar empréstimos diretamente com o Banco, são acordados judicialmente algumas exigências. A primeira exigência consiste no reconhecimento do poder executivo da unidade ou da subunidade na qual pertence à organização como autoridade necessária a negociar o empréstimo; a assumir e cumprir as obrigações financeiras decorrentes do empréstimo, em especial, as obrigações de administrar fundos em moeda estrangeira incluindo o pagamento de juros

em moeda estrangeira (BID, 2023a); a assumir as obrigações de desempenho da operação estipuladas nos contratos de empréstimo; e a fazer mudanças na organização e estrutura local, em termos jurídicos, conforme for necessário ao programa; a definir tarifas de serviços de utilidade pública. Como segundo critério, as subdivisões políticas e as instituições descentralizadas de direito público do Estado devem ser reconhecidas legalmente como personalidades jurídicas, possuir bem e capital próprio.

As organizações inscritas no âmbito privado devem encontrar-se devidamente registradas de acordo com a legislação da unidade político-territorial; possuir seus próprios ativos e capitais; ser domiciliados no respectivo país-acionista; possuir poderes para celebrar acordos de empréstimos externos; ter autoridade para se submeter aos processos de arbitragem do Banco; demonstrar que seu capital social e sua administração convergem à legislação nacional; possuir autoridade para assumir e cumprir as operações financeiras decorrentes dos contratos de empréstimos em moeda estrangeira; assumir as obrigações de desempenho; e oferecer garantias de que o país-acionista não se opõe à realização do empréstimo. Exceto os países-acionistas regionais e seus bancos centrais, todos que realizarem empréstimos com o Banco deverão demonstrar que dispõem de bens e recursos financeiros adequados; que são capazes de assegurar as contrapartidas locais adequadas para a operação; e que podem realizar o pagamento pontual do serviço de suas dívidas, sobretudo o futuro empréstimo do Banco. Aquelas organizações que não atendem a essas exigências gerais, ainda, podem participar da operação como uma organização executora.

As operações de empréstimo realizadas pelo Banco devem ser elaboradas sob uma base técnica e econômica, assim como devem ocorrer em uma estrutura legal e institucional adequada às exigências do Banco. Ainda, precisa garantir a manutenção do status do Banco como agência financeira de referência no mercado internacional. De modo geral, quatro questões se apresentam no ciclo de execução de tais operações: a realização e difusão de pesquisas sobre aspectos econômicos e sociais acerca dos países-acionistas; a penetração no interior das unidades políticos-territoriais; e a mobilização de recursos internos e externos ao Banco para a realização do endividamento.

O BID realiza uma avaliação inicial que reúne elementos que vão indicar a capacidade econômica e política do país-acionista regional e da agência executora em desenvolver a operação. Trata-se de um acordo jurídico entre o Banco e os países-

acionistas regionais ou suas respectivas subunidades e organizações descentralizadas, com condições específicas para ser de fato realizada a hipoteca do trabalho futuro.

O Banco exige garantias diversas para realizar os empréstimos, além da principal que é a capacidade do tomador de empréstimo ou seu fiador em cumprir as obrigações financeiras e políticas necessárias ao desenvolvimento da intervenção. A garantia do cumprimento das obrigações monetárias inclui o reembolso do principal, o pagamento dos juros e taxas em dólar e a provisão da contribuição local necessária para o projeto. A garantia do cumprimento das obrigações jurídico-políticas inclui a capacidade do “Estado nacional” em implementar as alterações jurídicas necessárias para a execução do acordo. Os empréstimos realizados para as unidades e subunidades dos países-acionistas regionais não carecem de garantia de terceiros. Estes já possuem a responsabilidade do governo do país na qualidade de proprietário de uma ação do Banco. Em relação aos Bancos Centrais dos “Estados Nacionais”, o BID não exige garantia do governo do país para as obrigações financeiras, somente para as obrigações político-jurídicas. Os empréstimos para as agências do setor público ou outros órgãos locais descentralizados têm como exigência central a garantia do “Estado nacional” e subnacional tanto em termos monetários, quanto em termos políticos e jurídicos.

O mesmo ocorre em relação às subunidades políticos-territoriais, exceto quando as unidades políticos-territoriais podem acomodar regimes descentralizados, garantindo a autonomia financeira do órgão descentralizado. Para o Banco, o órgão descentralizado garante a realização da intervenção por sua capacidade em fornecer os recursos monetários para o pagamento da dívida e as alterações jurídicas e políticas necessárias para a garantia da intervenção. A esfera de competência definida pelo arcabouço jurídico conferido a unidades políticos-territoriais garante a concessão e empréstimo direto com o Banco, sem garantias do “Estado Nacional”.

Para as empresas e organizações privadas, o Banco concede crédito sem garantia soberana, exigindo, no entanto, a anuência do país-acionista regional. Não é possível que a empresa ou organização tenha acesso ao endividamento sem o consentimento da unidade político-territorial. O Banco concede empréstimo para a exportação de bens de capital e serviços somente com a garantia de unidades políticos-territoriais exportadoras ou de uma organização financeira do país que esteja dentro das exigências do Banco.

O setor do BID responsável pela execução da operação jurídico-política realiza uma série de procedimentos padronizados que constituem as diretrizes básicas para o

gerenciamento da execução de qualquer operação. Ao gerente de cada departamento cabe garantir que os objetivos descritos no projeto sejam cumpridos. Isso inclui as alterações no arcabouço jurídico do ente nacional ou subnacional tomador de empréstimo; assegurar que os recursos financeiros concedidos pelo banco sejam utilizados conforme os termos e condições do respectivo contrato e com as normas e procedimentos do Banco; verificar o cumprimento pelos países-acionistas regionais e organizações executoras das condições contratuais; assessorar os tomadores de empréstimo na resolução dos possíveis problemas que atrapalhem o desenvolvimento do que foi acordado no contrato; e manter um sistema de informação sobre as operações de crédito e as condições socioeconômicas do “Estado nacional” e subnacional.

O Banco reúne os países-acionistas regionais com base em um índice de desenvolvimento relativo sobre cada país. Não foi possível identificar que índice o Banco utiliza como base para a realização dessa categorização. O que se pode identificar é que quanto menos o Banco considera o país desenvolvido, maior a porcentagem de recursos é concedida ao país. Ou seja, ao país com menor capacidade econômica – dentro da concorrência capitalista – é delegado o direito de endividar-se mais, de demandar mais recursos financeiros do seu fundo público para o reembolso do principal e dos juros, de hipotecar mais trabalho futuro. Tais porcentagens de concessão de crédito dos custos totais da operação de intervenção compõem uma estimativa do que o Banco costuma aplicar de forma regular e consistente. No entanto, caso o país tomador de empréstimo solicite, o BID avalia a possibilidade de ultrapassar esses percentuais desde que não haja uma redução substancial da contrapartida local e uma fonte alternativa de empréstimo. Em nenhum caso, a concessão do Banco ultrapassa o percentual de 90%. Os países que direcionam os acordos à população considerada pelo Banco como pobre recebem um aumento adicional de dez pontos percentuais.

Os grupos de países são divididos, pelo Banco (2023a) da seguinte maneira: o Grupo A refere-se aos países mais avançados em termos de desenvolvimento capitalista. Compreendem a Argentina, o Brasil, o México e a Venezuela. O Banco, geralmente, destina 60% do valor total da operação como crédito, cabendo ao país tomador de empréstimo a contrapartida dos outros 40%; o Grupo B corresponde aos países considerados em desenvolvimento médio. Incluem o Chile, a Colômbia e o Peru, com 70% do valor total da operação como crédito, cabendo ao país tomador de empréstimo a contrapartida dos outros 30%; o Grupo C diz respeito aos países considerados pelo BID

com mercados insuficientes. São eles: Bahamas, Barbados, Costa Rica, Jamaica, Panamá, Suriname, Trinidad e Tobago e Uruguai. A estes o BID, geralmente, destina 80% do valor total da operação como crédito, cabendo ao país tomador de empréstimo a contrapartida dos outros 20%; e o Grupo D refere-se aos países considerados pelo BID como menos desenvolvidos. São eles: Belize, Bolívia, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Nicarágua e Paraguai. O Banco, geralmente, destina 90% do valor total da operação como crédito, cabendo ao país tomador de empréstimo a contrapartida dos outros 10%.

O capital a ser concedido ao país tomador de empréstimo encontra-se concentrado em diferentes fundos administrados pelo banco e em seus fundos próprios, geralmente oriundos do Capital Ordinário e do Fundo para Operações Especiais. As operações são categorizadas pelo Banco como de assistência na obtenção de financiamento externo adicional para atender às necessidades do projeto, de empréstimos e de cooperação técnica. As operações de assistência para a mobilização de outros recursos financeiros consistem em um complemento ao empréstimo concedido, inicialmente, pelo Banco, que funciona como catalisador de fontes externas. O BID orienta os tomadores de empréstimo sob as formas e os meios possíveis destes realizarem endividamento diretamente com agências financeiras dos países considerados em processo avançado de industrialização.

Nesta forma de concessão do crédito, as agências financeiras concedem crédito para a compra de bens e serviços, complementação necessária para a operação na qual o Banco, inicialmente, concedeu empréstimo. O que significa que o país tomador de empréstimo para cumprir as exigências do endividamento contraído com o BID, necessita contrair outra dívida, com outros juros e outros acordos jurídicos. O Banco, ainda, concede crédito em paralelo com instituições financeiras, de caráter público, em âmbito nacional e internacional, mediante acordos de administração conjunta, a partir de estudos realizados em conjunto sobre a operação e seus objetivos; e auxilia os países-acionistas regionais na obtenção de concessões de crédito paralelas a outros bancos e investidores financeiros de países considerados em desenvolvimento avançado.

O Banco fragmenta as operações de empréstimo, em nove subtipos: empréstimo para projetos específicos que se concentra na concessão de empréstimos para uma operação específica e suas respectivas subdivisões; empréstimo para obras múltiplas que se destina a conceder crédito a grupos de obras independentes entre si e cuja viabilidade

encontra-se independentemente da realização de um determinado quantitativo de obras; empréstimo de crédito global concedidos a instituições financeiras intermediárias responsáveis por conceder empréstimos aos tomadores de empréstimo que realizaram o acordo; empréstimo de ajuste setorial que se destina a mudanças institucionais no nível do setor ou do subsetor; empréstimo de investimentos de ajuste periódicos da operação principal; empréstimo para a preparação do projeto facilitando a aprovação da concessão de empréstimo pelo Banco; empréstimo para indivíduos e grupos que geralmente não tem acesso a empréstimos comerciais em condições propostas pelo mercado financeiro – aqui utilizam-se as instituições financeiras intermediárias; empréstimo direto ao setor privado destinados a projetos de infraestrutura e utilidade pública cujos serviços são considerados competências do setor público; e empréstimo para reconstruções de emergência causadas por desastres naturais utilizado logo após a ocorrência do desastre.

As operações identificadas como Cooperação Técnica consistem na transferência dos conhecimentos produzidos pelo Banco acerca dos diferentes setores econômicos, infraestruturais e sociais. O Banco pode conceder empréstimos do tipo Cooperação Técnica para a preparação, a concessão de crédito e a execução de operações, nos diferentes departamentos, incluindo estudos sobre prioridades e desenvolvimento de propostas de empréstimos para projetos específicos de desenvolvimento nacional ou regional. Assim como, para o desenvolvimento e o treinamento, por meio de seminários e outras formas de instrução, de pessoal especializado na formulação e implementação de planos e projetos de desenvolvimento. Elas podem constituir parte de uma operação de empréstimo, na qual a assistência técnica é uma categoria da própria operação de empréstimo; podem ser realizadas paralelas às operações de empréstimo, onde ela é processada em conjunto com um empréstimo do Banco, no entanto, não faz parte do custo da operação de empréstimo; e podem ser operacionalizadas independentemente de um empréstimo.

As operações de tipo Cooperação Técnica sofrem a mesma estimativa percentual apontada acima para os grupos de países A, B, C e D. Os países-acionistas regionais também podem sofrer intervenções em conjunto constituindo operações de empréstimo de tipo cooperação técnicas regionais ou sub-regionais. São elegíveis para a concessão de crédito de tipo Cooperação Técnica os governos das unidades políticos-territoriais, o setor público, OSCs, organizações empresariais e organizações regionais compostas por

países-acionistas. Estes últimos podem solicitar crédito ao Banco para uma operação de tipo cooperação técnica para adquirirem o conhecimento necessário acerca das diversas etapas da preparação dos diferentes tipos de operações.

No geral, ambas as operações possuem caráter jurídico-político e se movem pela garantia dos países capitalistas reunidos em realizar as condições de cada acordo, conforme evidenciado nos capítulos 3 e 4. O que se pretende apontar é que o enfoque de contenção presente nas ações de intervenção BID sobre os Estados capitalistas da periferia do capitalismo – pode-se inferir, também, em relação aos bancos interestatais que possuem estrutura similar – tem suas bases na própria relação jurídico-política que estrutura o banco desde a sua criação. Essa estrutura é a base da dominação e da subsunção aos Estados de capitalismo central, no imperialismo.

A contenção passa pelo endividamento direcionado de determinados países e pela garantia jurídico-política de realização de condições específicas para a expansão do capital, tanto em termos econômicos, quanto geográficos. O crédito implica a troca de um bem ou de um valor no presente por uma promessa de riqueza futura daquele que fez o empréstimo, uma vez que o tomador de empréstimo não apenas devolverá o capital tomado de empréstimo, como também terá acrescido o pagamento de juros ou outras garantias àqueles que detêm o capital para realizar o empréstimo. O acesso à economia e às matérias-primas dos países oferece garantias jurídicas para a realização do crédito público e para a captação de recursos privados. O capital utilizado para o pagamento da dívida pública e os juros provenientes dela pode ser retirado do fundo público desses países, ou seja, da mais-valia acumulada em fundos (MARX, 2017).

Os bancos interestatais, entendidos como um desdobramento institucional do capitalismo em sua fase imperialista, acabam por exercer certo controle sobre os países que realizam empréstimos, sobretudo por tais empréstimos conjugarem um processo de endividamento e um compromisso jurídico. O sistema de crédito necessita de um acordo jurídico entre a parte que concede o crédito e a parte que recebe o recurso. Na economia burguesa essa relação é reconhecida sob a categoria de financiamento. Refere-se, especificamente, a uma operação econômica e jurídica em que um agente econômico recebe recursos com vistas a uma aplicação específica que pode ser a construção de uma unidade produtiva ou a aquisição de equipamentos. Entende-se, nessa pesquisa, que o sistema de crédito e os acordos jurídicos compõem juntos o que chamamos de uma

operação jurídico-política, constituindo-se no principal instrumento de intervenção do banco no interior das unidades políticos-territoriais.

Marx (2017) identifica duas características intrínsecas ao sistema de crédito: de um lado, se apresenta como alavanca para a produção capitalista limitando cada vez mais o número dos poucos indivíduos que enriquecem através da exploração da riqueza social; e de outro lado, se estabelece como uma forma de transição para um novo modo de produção, portanto é um elemento constitutivo de uma fase do desenvolvimento capitalista (LÊNIN, 2012).

O papel do crédito não é um elemento novo do processo global da produção capitalista. Marx (2017) aponta a necessidade do sistema de crédito para que o movimento em torno da equalização da taxa de lucro ou da sua compensação seja realizado, assim como a redução dos custos de circulação. Este último se materializa mediante a exclusão do dinheiro como valor em si de grande parte das transações; a aceleração da circulação do dinheiro diante do aumento da velocidade em que as mercadorias são transformadas; e pela substituição do dinheiro em forma de ouro pelo dinheiro em forma de papel-moeda. O crédito é responsável por regular a velocidade das diferentes fases da circulação, acelerando o processo de reprodução em geral.

Pode-se apontar que o sistema de crédito que conforma a estrutura dos bancos interestatais tem como garantia a exploração sobre o trabalho futuro das unidades e unidades políticos-territoriais reunidas no continente latino-americano e caribenho. Ele desenvolve a mola propulsora da produção e da circulação de capitais através da sua interiorização pelo território local, ou seja, através da exportação das relações sociais capitalistas em sua nova fase. A liberdade política das colônias torna-se necessária, portanto, para que cada “Estado nacional” livre possa escolher entre subordinar-se aos imperativos necessários à expansão do modo de produção capitalista e sofrer com a brutalidade dos bloqueios econômicos e sanções políticas como armas sobre a autonomia nacional encobertas pelo manto da democracia.

Entende-se que a teorização acerca da liberdade, no liberalismo, avança lado a lado com o estabelecimento de cláusulas de exclusão. A democracia e a liberdade são definidas independentemente da “sorte” dos excluídos. A internacionalização dos capitais para os “Estados nacionais” livres realizadas por meio dos bancos interestatais se pauta em operações jurídico-políticas que combinam elementos oriundos do sistema de crédito com acordos jurídicos que vão intervir sobre as instituições políticas das

unidades políticos-territoriais acionistas regionais no caso do BID e clientes no caso de outros bancos interestatais. A forma propriedade é o que fundamenta tais relações, independente, do qualificante que a ela possa ser acrescido. A relação jurídica que rege a associação entre Estados capitalistas “livres” reafirma o direito dos possuidores, torna a igualdade jurídica um elemento indispensável para a expropriação do trabalho e a consequente acumulação nas mãos da classe possuidora.

Isso significa que, no caso do BID, a concessão de recursos administrados pelo banco aos países latino-americanos e caribenhos se estabelece por meio de operações jurídico-políticas entre Estados teoricamente “livres”, sob as condições estabelecidas por aquele que administra o capital de quarenta e dois países, o BID. Portanto, ao realizar um empréstimo, unidades políticos-territoriais encontram-se subordinadas formalmente às exigências definidas pelo Banco.

As exigências possuem caráter financeiro e caráter jurídico-político. Sobretudo, porque se entende que os acordos jurídicos se encontram determinados pela estrutura econômica que sustenta o banco. Logo, torna-se problemática uma análise que possa indicar que a função das operações jurídico-políticas desenvolvidas pelos bancos interestatais se refere apenas a disseminação de ideias e prescrições aos governos locais, delegando à atividade financeira o papel de tornar os governos dos países tomadores de empréstimos mais receptivos às ideias do Banco.

Isso porque cada acordo contém um calendário de pagamento que estipula o período em que o empréstimo deve ser quitado e a taxa de juros que deve ser acrescida ao quantitativo inicial emprestado. Assim como, cada acordo contém as mudanças que cada unidade político-territorial deverá realizar em termos econômicos e jurídicos. As exigências jurídico-políticas intervêm, sobretudo, no arcabouço legal que fundamenta as relações sociais nos Estados capitalistas. Interessa ao Banco introduzir os elementos necessários à expansão do capital por meio de relações formais entre Estados que, aparentemente, tiveram a liberdade de escolher entre subordinar-se aos países do centro do capitalismo ou sucumbir diante das sanções econômicas e ameaças militares.

Há uma relação intrínseca entre o sistema de crédito e os acordos jurídicos entre os países que se estabelece a partir da mudança na forma como a propriedade privada se realiza no imperialismo. A internacionalização dessa transformação é necessária para a expansão de capitais, portanto, não parece ser facultativo aos países acionistas tomadores de empréstimo, cujo banco identifica ser necessária maior aplicação de

recursos, a sua adesão voluntária aos acordos formais do Banco. Logo, pode-se apontar que as operações jurídico-políticas procuram estabelecer, formalmente, por meio do direito entendido como propriedade privada, os interesses da burguesia internacional no interior das unidades políticos-territoriais locais.

O crédito oferece ao capitalista individual ou a quem exerce o papel de dirigente de uma propriedade associada alheia, o poder de dispor da propriedade capital, que se baseia na propriedade sobre trabalhos futuros. Notem que a possibilidade de dispor de capital social – ou seja, de capital oriundo dos capitalistas associados – permite ao capitalista apoderar-se de trabalho social. O próprio capital que se dispõe passa a servir de base para a estruturação do crédito. O que se arrisca, nesse caso, é a propriedade social fruto da associação entre capitalistas e não a propriedade privada individual de cada capitalista (MARX, 2017).

Esse processo de centralização de capitais leva a uma escala mais alta de expropriação que vai desde os produtores diretos até os próprios capitalistas pequenos e médios. Marx (2017) aponta que o sistema de crédito confere a poucos indivíduos que se apresentam associados à apropriação da propriedade social, o que significa que a contradição entre o caráter social da riqueza e a riqueza privada não foi superada, apenas se desenvolveu sob uma nova forma. O ponto de partida se mantém na expropriação, no entanto, busca-se expropriar todos os indivíduos de seus meios de produção que já não são mais privados, uma vez que já se encontram como propriedade social dos capitalistas associados.

Os “empréstimos” oferecidos, somente, aos países da região latino-americana e caribenha possuem a característica de manutenção da dependência, sob o controle dos países capitalistas associados ao banco. Dessa forma, o BID, considerado o segundo maior banco internacional em termos de capital e influência política (MAKINO, 2015), aparece como um exemplo concreto desse sistema de “participação”, do ponto de vista da concentração.

As operações jurídico-políticas entre o BID e os países latino-americanos e caribenhos, se espraiam por uma densa rede de canais que vão garantir a incorporação e a subordinação a um centro único de um número, cada vez maior, de unidades políticos-territoriais que possuíam um caráter estritamente local. Esse movimento tornou-se mais evidente, aproximadamente, a partir da década de 1980. A União, os Estados, as províncias e os municípios, assim como OSCs – com a garantia dos respectivos

governos “nacionais” –, têm sido considerados pelo BID como “elegíveis” para receber os empréstimos do banco.

A União, os Estados, as províncias e os municípios que assinam o acordo jurídico-político com o banco, além das condicionalidades exigidas, em cada operação, assumem o emprego de um quantitativo de capitais oriundos do tesouro de cada unidade político-territorial que, em um número expressivo de operações, mostrou-se superior à quantidade de capitais “emprestada” pelo BID. Esses elementos são abordados nos capítulos 3 e 4 com maiores esclarecimentos. Nos próximos capítulos, procurou-se demonstrar a relação entre os elementos que constituem a estrutura do banco e que se associam ao enfoque de contenção acima mencionados, assim como as estratégias que o BID utiliza para administrar os processos de intervenção para o interior das unidades políticos-territoriais, demonstrando como o BID se constitui como um desdobramento institucional do imperialismo.

3. PANORAMA DAS ESTRATÉGIAS IMPERIALISTAS PARA A EXPANSÃO DO “INTERVENCIONISMO DEMOCRÁTICO” NO BRASIL

A intervenção imperialista sob a América Latina adensou outras estratégias com o fim da Segunda Guerra Mundial. Além da ameaça militar, a política de contenção imperialista tem reunido bloqueio econômico, reformas políticas, estabelecimento de um arcabouço jurídico e controle das informações sobre os aspectos econômicos e sociais dos países. Uma espécie de “intervencionismo democrático” (LOSURDO, 2004) tem sido aprofundado, sobretudo com o fim da experiência socialista, sendo operacionalizado como uma arma potente na guerra não-declarada que se mantém contra os países que não possuem capacidade econômica e bélica para o enfrentamento direto.

Aos bancos interestatais, de modo geral, têm sido destinadas à função social de expandir os imperativos capitalistas por meios que conjugam a dominação econômica e política, estabelecidos através de mecanismos jurídico-políticos que, aparentemente, conjugam de forma pacífica os interesses de expansão do capital dos países no capitalismo central e os interesses de integração ao capitalismo em sua fase monopolista dos países que não se encontram na zona central do desenvolvimento capitalista. O “Estado nacional” longe de ter perdido a sua relevância para o processo de dominação global – conforme bradam os defensores da economia global – continua a desempenhar seu papel essencial na criação e na manutenção das condições necessárias à acumulação de capital. Isso significa que nenhuma agência transnacional pode substituir o “Estado nacional” como garantidor da ordem social, das relações de propriedade, da estabilidade ou previsibilidade contratual, nem como qualquer outra condição básica exigida pelo capital em seu processo de expansão.

Os bancos interestatais, com o fim da URSS, expandiram suas estratégias de intervenção pelos Estados, municípios e províncias conjugando uma mistura de endividamento público, reunião de informações sobre os países concorrentes, *marketing* de venda de serviços chamado de “boas práticas” e ingerência sobre o ordenamento jurídico, preparando as unidades políticos-territoriais para concorrer entre si, a partir da incorporação de um padrão de gestão de cidades que, na aparência, indica a possibilidade de existência de um espaço urbano sem, necessariamente, ter como estruturante a produção industrial. A acumulação do capital global, em sua fase

monopolista, exige a expansão para unidades políticos-territoriais, que vão executar as funções administrativas e coercitivas que sustentam o sistema de propriedade e oferecem o tipo de regularidade, bem como a ordem legal necessária ao capitalismo.

Neste capítulo, procura-se identificar a expansão em termos de território desenvolvido pelo BID no interior do Brasil como um desdobramento institucional do imperialismo. Para tanto, busca-se oferecer um breve panorama acerca das operações jurídico-políticas desenvolvidas entre o BID e o Brasil, no período que compreende os anos entre 1988 e 2022, apontando os imperativos que se encontram subjacentes aos acordos estabelecidos a partir da redemocratização. Propõe-se a identificação das unidades políticos-territoriais que sofreram a intervenção do Banco, indicando os elementos que estruturam as ações do BID no país.

O estudo se desenvolveu a partir dos documentos disponibilizados pelo BID, em seu sítio eletrônico, referentes às operações de empréstimo e de cooperação técnica, implementadas, no Brasil, entre 1988 e 2022. Elencaram-se como fontes os relatórios de avaliação final, os memorandos de doadores, as propostas de empréstimo, os resumos de projeto, os resumos executivos, os planos de operações, os levantamentos descritivos e os relatórios finais de projeto. Convém compreender a permanência da face autoritária do Estado autocrático burguês (FERNANDES, 2020; 2019) que se desenvolve, na periferia, como expressão das relações crônicas de debilidade da revolução burguesa (FERNANDES, 2020) sob o capitalismo dependente (FERNANDES, 1981). Parte-se da caracterização do imperialismo (LÊNIN, 2012) como fase do desenvolvimento do capitalismo, cujo prolongamento se estabelece, também, por meio das relações de intervenção/incorporação desenvolvidas pelos bancos interestatais, em seu caráter universal.

Aponta-se que as intervenções procuraram estabelecer o padrão de acumulação capitalista, em sua fase imperialista, na periferia do capitalismo (FERNANDES, 1981) por meio de ações sistêmicas desempenhadas por bancos interestatais que vão conjugar concessão de crédito e mudanças no arcabouço jurídico-político dos países que sofrem as intervenções, alimentando a dependência econômica e estabelecendo as exigências necessárias para o avanço do capital sobre os países. A incorporação revela, ainda, a debilidade crônica da classe dominante local em conduzir a revolução burguesa (FERNANDES, 2020), necessitando de uma transição lenta e gradual, pautada na

coerção do instrumento jurídico, para a manutenção da autodefesa do Estado capitalista e da contrarrevolução que se mantém sob a aparência democrática.

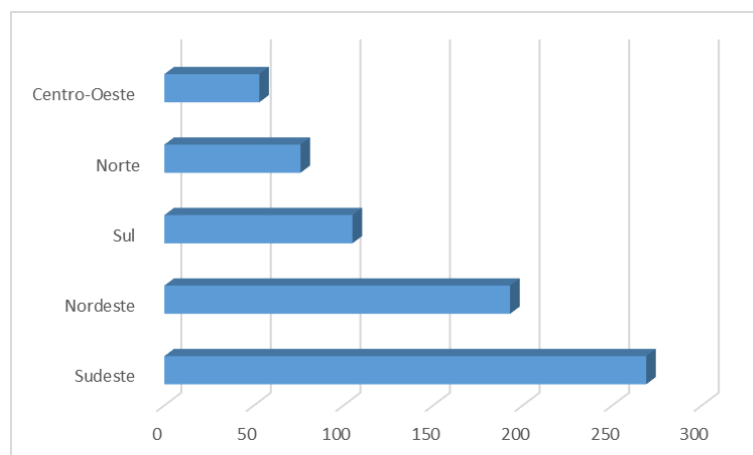
3.1 A questão urbana e a disputa por novos espaços de acumulação

Entre 1988 e 2022, foram identificadas mil, cento e cinquenta e nove operações jurídico-políticas desenvolvidas entre o BID e o Brasil. Cerca de cento e quarenta e nove operações não possuíam nenhum tipo de informação que indicassem com qual instância governamental se dirigia o acordo jurídico-político, o que em termos percentuais se aproxima de 11,7% do quantitativo total⁴². Cerca de trezentas e vinte e quatro operações ou 27,7% indicaram a União como unidade político-territorial principal na condução dos acordos jurídico-políticos⁴³. Sendo destinada às unidades políticos-territoriais locais, de forma direta, seiscentos e noventa e seis, ou 59,6% operações jurídico-políticas. Dividindo este quantitativo em regiões, foi possível identificar que a região Sudeste apresentou o maior número de operações (23%), seguida pela região Nordeste com cerca de 16,5 %, pela região Sul com 8,9%, pela região Norte com 6,5% e pela região Centro-oeste com 4,5%. (Gráfico 01).

⁴² Em seu sítio eletrônico, o BID (2022a) disponibilizou uma relação das operações identificadas por ele como projetos com algumas informações comuns que sugerem uma espécie de levantamento descritivo acerca de cada uma. Em algumas delas, sobretudo após os anos 2000, foram anexados pelo Banco alguns tipos de documentos relativos aos acordos identificados como Proposta de Empréstimo, Plano de Aquisição, Avaliação de Impacto Ambiental, Aviso de Aquisição Específico, Aviso Geral de aquisição, Plano de Operação, Memorando de Doadores, Relatório de Gestão Ambiental e Social, Relatório de Conclusão de Projeto, Relatório de Monitoramento de Desempenho do Projeto e Relatório de Avaliação Final. Cada projeto tem um tipo ou alguns tipos de documentos anexados, enquanto outros não possuem nenhum tipo de anexo. O Levantamento Descritivo, também, apresentou uma série de lacunas nas informações comuns apresentadas pelo Banco, além de siglas que não possuem o devido esclarecimento acerca do seu significado na página eletrônica na qual se encontra inserida. Foram encontradas divergências entre algumas informações presentes no levantamento descritivo e algumas informações presentes nos documentos anexados. O trabalho desenvolvido nesta pesquisa ocupou-se de realizar uma primeira tentativa de organização dessas informações visando identificar a capilaridade do Banco no Brasil em todos os setores que envolvem a manutenção do espaço urbano como mecanismo de contenção das revoltas populares que tenham algum tipo de organização mais sistematizada.

⁴³ Devido à falta de informações que pudessem oferecer com maior precisão o direcionamento da operação jurídico-política desenvolvida pelo BID, aproximadamente, em metade dos projetos não se pode afirmar que não houve extensão para as unidades políticos-territoriais locais. O que se identificou foi que a operação foi negociada de forma direta com o governo federal, podendo-se apontar que os valores referentes aos juros produzidos pela tomada de empréstimo e a contrapartida local ficaram sob responsabilidade da federação. Assim como, as exigências jurídico-políticas contraídas ao se contrair a dívida. O que não significa que, em tais operações, a unidade político-administrativa federal tenha assumido as exigências econômicas e políticas sem extensão para as unidades políticos-territoriais locais (Estados e municípios).

Gráfico 1: Quantitativo de operações jurídico-políticas de acordo com cada região político-administrativa desenvolvidas entre o BID e o Brasil entre 1988 e 2022.



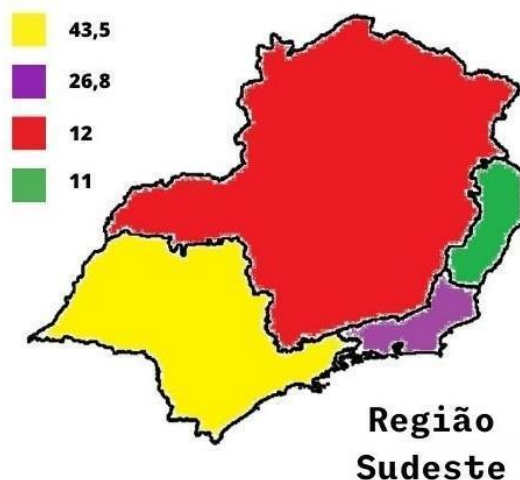
Fonte: Autora, 2022⁴⁴.

Com relação ao quantitativo de operações, pode-se verificar que a propagação para as unidades políticos-territoriais locais (Estados e municípios) sofreu uma ampliação a cada ano até 2016, quando as operações diretas com as unidades locais indicaram uma diminuição, mantendo-se as operações entre o BID e o governo federal com maior destaque. Considera-se que essa retração tenha relação com as mudanças ocorridas na direção do governo federal, uma vez que, no ano de 2016, o governo federal representado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) sofreu um golpe jurídico-político que levou ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff eleita pelo voto direto, cabendo, aqui, uma maior necessidade de aprofundamento, que foge ao tempo estabelecido para o processo de doutoramento em questão.

Algumas questões chamam a atenção quando se considera o quantitativo de operações por região. Nota-se que a região Sudeste – considerada pelo IBGE (2023) como a região mais industrializada do país – apresentou o maior número de operações e quando dividida entre as unidades políticos-territoriais que a compõem, demonstrou um quantitativo de 43,5% de operações destinadas ao Estado de São Paulo, 26,8% ao Estado do Rio de Janeiro, 21,6% ao Estado de Minas Gerais e 8% ao Estado do Espírito Santo (Figura 05), seguindo a constatação aqui apontada de que o BID tem se preocupado em intervir nos espaços urbano-industriais.

⁴⁴ Produzido pela autora a partir do levantamento descritivo das operações jurídico-políticas identificadas no sítio eletrônico do BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2022a). Disponível em: <https://www.iadb.org/pt> Acesso em: 29 jun. 2023.

Figura 5: Quantitativo percentual de operações jurídico-políticas desenvolvidas pelo BID em cada unidade político-territorial que compõe a Região Sudeste entre 1988 e 2022.



Fonte: Autora, 2022.⁴⁵

Os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais concentraram mais operações no período que compreende os anos de 2007 e 2010; já o Estado do Espírito Santo incorporou o maior número de acordos entre 2019 e 2022. Em cada unidade político-territorial, tais operações dividiram-se entre as instâncias referentes ao governo do Estado e aos municípios. Tomando como referência a região Sudeste, foi possível identificar que São Paulo foi o Estado que recebeu o maior número de operações jurídico-políticas. Se comparado com as demais regiões do país, São Paulo também se manteve nesta posição.

Pode-se apontar que São Paulo, como o Estado com o maior PIB do país, tenha grande relevância para a expansão em termos de valor e território necessária à acumulação de capital. Sobretudo, quando se estima que o Estado possui o território com maior concentração urbana da região e do país (IBGE, 2023). Identificou-se, ainda, que o BID realizou intervenções de forma direta sobre diferentes municípios do Estado de São Paulo como Campinas, São Bernardo do Campo, Santo André, São Caetano do Sul, Ribeirão Preto, Santos, São Vicente, Praia Grande, Bertioga, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Guarulhos, Diadema, Paulínia, São José dos Campos, Taubaté,

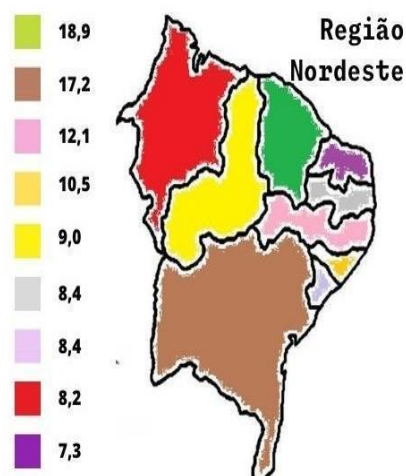
⁴⁵ Produzido pela autora a partir do levantamento descritivo das operações jurídico-políticas identificadas no sítio eletrônico do BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2022a). Disponível em: <https://www.iadb.org/pt> Acesso em: 29 jun. 2023.

Jundiaí, Catanduva, Matão, Piracicaba e São Paulo. Esse último, absorvendo cerca de 60% das operações municipais e estaduais.

Já no Estado do Rio de Janeiro, identificaram-se operações sobre os municípios de Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, São Gonçalo, Rio Bonito e Niterói mediadas pelo governo do Estado. Diretamente com os municípios, foram identificadas operações com as cidades da Região dos Lagos, Niterói, Resende, Volta Redonda, Belford Roxo, São João de Meriti, São José, Cantagalo e Rio de Janeiro. Em Minas Gerais, o BID assinou acordos diretamente com os municípios de Diamantina, Vespasiano, Betim, Ouro Preto, Tiradentes, Belo Horizonte, Cataguases, Araxá, Brumadinho, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim da Alvorada e a região do Vale do Jequitinhonha formada por cerca de cinquenta e cinco municípios. E no Espírito Santo, observaram-se operações do Banco sobre os municípios de Vitória, Vila Velha, Colatina, Cariacica, Serra e Viana.

A região Nordeste foi a segunda região com o maior número de operações, reunindo 16,5% das operações jurídico-políticas, distribuídas entre os Estados que a compõem, sendo o Ceará com 18,2%, seguido pela Bahia com 17,2%, Pernambuco com 12,1%, Alagoas com 10,5%, Piauí com 9%, Paraíba e Sergipe com 8,4%, Maranhão com 8,2% e Rio Grande do Norte com 7,3% (Figura 6). A diferença entre o Estado do Ceará e da Bahia foi de apenas seis operações, atingindo o maior percentual nos períodos entre os anos de 2007 e 2010; e 1999 e 2002, respectivamente.

Figura 6: Quantitativo percentual de operações jurídico-políticas desenvolvidas pelo BID em cada unidade político-territorial que compõe a Região Nordeste entre 1988 e 2022



Fonte: Autora, 2022⁴⁶.

É interessante observar o movimento do Banco pelos Estados da região Nordeste a partir das suas intervenções. Não houve uma constância em relação ao número de operações sobre os Estados da região. No Ceará, o BID avançou por volta de 4,2%, entre 2003 e 2006, a menor taxa encontrada por período⁴⁷; já entre 2007 e 2010, esse número avançou para 24,2%, caindo nos quadriênios subsequentes para 14,2%, 11,4% e 12,8%, respectivamente. Na Bahia, o período entre 2019 e 2022 foi o menor em termos quantitativos, chegando a 6,25% do total, ao passo que o período com maior percentual se concentrou entre 1999 e 2002, com 18,7%; já nos quadriênios posteriores, houve uma baixa de 4 pontos percentuais no quantitativo de operações. Em Pernambuco, o período entre 1999 e 2002 registrou 20% do total de operações, chegando a 2,2% no período entre 2003 e 2006. Em Alagoas, entre 2003 e 2007, foram desenvolvidos 20% das operações, apresentando um decréscimo nos períodos subsequentes de cerca de 5% e 10%, respectivamente. A Paraíba e o Rio Grande do Norte tiveram os maiores quantitativos de operações entre 1999 e 2002 com 25,8% e 26%, retomando a realização de novos acordos, somente, no período entre 2007 e 2010. O BID avançou sobre o

⁴⁶ Produzido pela autora a partir do levantamento descritivo das operações jurídico-políticas identificadas no sítio eletrônico do BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2022a). Disponível em: <https://www.iadb.org/pt> Acesso em: 29 jun. 2023.

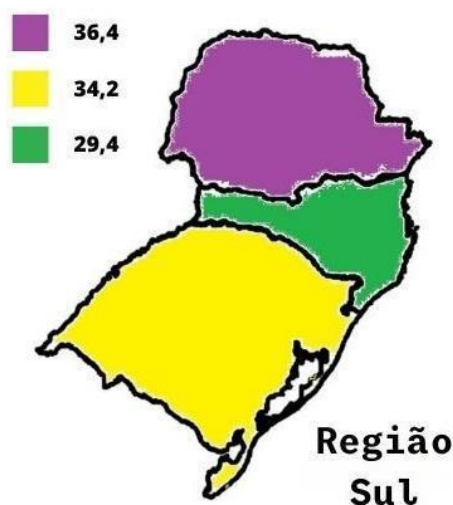
⁴⁷ Com o objetivo de identificar o movimento do BID para o interior das unidades político-territoriais do país os dados foram mensurados a partir do cruzamento entre o quantitativo de operações realizadas pelo BID nas regiões, estados, municípios e os períodos referentes às eleições para presidente do país e governador do Estado.

Maranhão cerca de 23,3% do quantitativo total de operações, mantendo-se nos períodos subsequentes com cerca de 10%. O Sergipe incorporou cerca de 19,3% dos acordos em dois períodos diferentes e relativamente distantes: entre 1999 e 2002; e entre 2019 e 2022. Sergipe apresentou dois períodos sem nenhuma operação: 2003 a 2006 e 2015 a 2018. Piauí manteve com uma quantidade estável entre 1991 e 2002, apresentando índices baixos nos períodos subsequentes, assim como uma retomada no período entre 2019 e 2022 para 15,1%.

Na região Nordeste, pode-se identificar o avanço das operações entre o BID e os municípios de Paripueira, Maceió e no Complexo Lagunar Mundaú-Manguaba, em Alagoas; Salvador, Abrolhos, Valente, Porto Seguro, Mataripe, Simões Filho, Itacaré, Serra, além dos municípios localizados no Sul do Estado da Bahia na Costa dos Coqueiros e na Bacia do Jacuípe; Fortaleza, Sobral, Tauá, Canindé, Jaguaribe, Russas, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Juazeiro, Horizonte, Fortaleza, São Gonçalo, Maracanaú, além dos municípios localizados nos Vales do Jaguaribe e do Acaraú, no Estado do Ceará; São Luís, João Pessoa e Recife, nos Estados do Maranhão, Paraíba e Pernambuco, respectivamente; Teresina e São João do Piauí, no Piauí; Maxaranguape e Natal, no Rio Grande do Norte; e Aracaju, Santa Luzia do Itanhy, Ipojuca e os municípios que compõem a região metropolitana de Sergipe.

A região Sul reuniu 8,9% das intervenções do Banco, sendo distribuídas entre o Paraná cerca de 36,4% das operações, para o Rio Grande do Sul 34,2% e 29,4% para Santa Catarina (Figura 7). A diferença entre as três unidades políticas-territoriais foi muito pequena, sendo a região que teve as operações distribuídas, em termos de quantidade, em proporções próximas. Em relação à região Nordeste, a diferença encontrada foi expressiva, concentrando-se em torno de 49% a menos do número de operações desenvolvidas.

Figura 7: Quantitativo percentual de operações jurídico-políticas desenvolvidas pelo BID em cada unidade político-territorial que compõe a Região Sul entre 1988 e 2022.



Fonte: Autora, 2022⁴⁸.

No Paraná e no Rio Grande do Sul, as intervenções se concentraram, em maior quantidade, entre 2007 e 2010, seguidas pelo período compreendido entre 2011 e 2014. O menor número de intervenções também ocorreu no mesmo período para as duas unidades político-territoriais, sendo o espaço de tempo compreendido entre 2003 e 2006 com 2,2% e 4,6%, respectivamente. Em Santa Catarina, os períodos de 2011 a 2014 e de 2019 a 2022 obtiveram o mesmo quantitativo percentual de operações com 21,6%. O período com menor quantidade de operações compreendeu os anos entre 1999 e 2002 com 2,7% dos acordos.

Identificou-se que o Banco avançou para os municípios de Segredo, Curitiba, Ponta Grossa, Toledo, Maringá, Paranaguá, Cascavel, Londrina e Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná; Vale do Guaiíba, Porto Alegre, Bagé, Serra Gaúcha, Santa Maria, Novo Hamburgo e Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul; e Florianópolis, Joinville, Chapecó, Criciúma, Águas Mornas, Blumenau e São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina.

⁴⁸ Produzido pela autora a partir do levantamento descritivo das operações jurídico-políticas identificadas no sítio eletrônico do BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2022a). Disponível em: <https://www.iadb.org/pt> Acesso em: 29 jun. 2023.

Segundo o IBGE (2023), a região Norte possui o menor percentual de espaço urbano na relação com as demais regiões do país. Ela reuniu 6,5% dos acordos, sendo distribuídos para o Estado do Amazonas cerca de 32,3%, Pará 26,6%, Tocantins 13,4%, Acre 12,3%, Amapá 6,6%, Rondônia e Roraima 4,4% (Figura 8). Entre os Estados do Amazonas e do Pará a diferença percentual foi de apenas 5,7%.

Figura 8: Quantitativo percentual de operações jurídico-políticas desenvolvidas pelo BID em cada unidade político-territorial que compõe a Região Norte entre 1988 e 2022.



Fonte: Autora, 2022⁴⁹.

Entre 2019 e 2022, o BID avançou em relação ao quantitativo de operações por entre cinco Estados da região: Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Rondônia. No Acre, o maior percentual de operações se concentrou entre 1999 e 2022; e, no Tocantins, entre 2003 e 2006. Entre 1991 e 1994, somente nos Estados do Acre e do Pará foram desenvolvidas operações. No Acre, não houve nenhum tipo de intervenção do BID iniciada entre 1995 e 1998, 2003 e 2006, assim como entre 2015 e 2018. No Pará, o menor índice de operações se deu entre 1991 e 1994 e 1999 e 2002; já no Tocantins, neste mesmo espaço de tempo, não houve nenhuma intervenção iniciada. Em Rondônia, a primeira operação do Banco ocorreu entre 2007 e 2010, sendo retomada nos períodos entre 2015 e 2022. Em Roraima, houve operações, somente, a partir de 2015.

Na região Norte, pode-se identificar o avanço das operações entre o BID e os municípios de Assis Brasil, Brasília, Capixaba, Xapuri, Sena Madureira e Rio Branco,

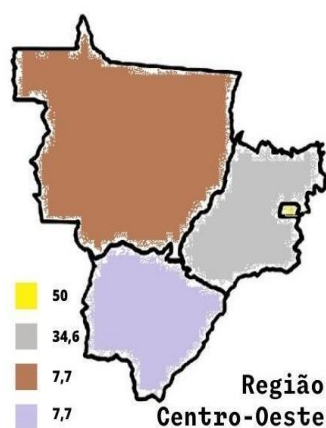
⁴⁹ Produzido pela autora a partir do levantamento descritivo das operações jurídico-políticas identificadas no sítio eletrônico do BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2022a). Disponível em: <https://www.iadb.org/pt> Acesso em: 29 jun. 2023.

localizados no Estado do Acre; os municípios de Manaus, Maués, Coari, Iranduba, Itacoatiara e Parintins, no Estado do Amazonas; Belém, Barbacena e Parauapebas, no Estado do Pará; Buritis, em Rondônia; Boa Vista e Pacaraima, em Roraima; Lajeado, Miracema do Tocantins, Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Tocantins, Fátima, Pium e Colinas, no Tocantins.

O Acre possui 164.123 km² em extensão territorial, sendo que 16,74% da área é ocupada por reservas extrativistas federais, sendo elas: Reserva do Riozinho da Liberdade, Reserva do Alto Juruá, Reserva do Alto Tarauacá, Reserva de Chico Mendes e Reserva de Cazumbá Iracema. Tais reservas encontram-se em diferentes unidades político-territoriais, tanto aquelas reconhecidas juridicamente como municípios quanto as que ainda não sofreram o processo jurídico de institucionalização, como foi o caso das comunidades de São Luís do Remanso, Cachoeira, Santa Quitéria e Porto Dias. Já no Amapá, esse movimento foi direcionado para cinco assentamentos de terras rurais que tinham como garantia a posse da terra e no Amazonas para as regiões rurais cujo sistema energético se baseava, ainda, na queima de diesel.

A região Centro-oeste obteve o menor número de operações, embora não seja identificada pelo IBGE (2023) como a região com menor extensão urbana do país. A região reuniu por volta de 4,5% das operações, sendo 50% destinadas ao Distrito Federal, 34,6% a Goiás e 7,7% aos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul cada um (Figura 9).

Figura 9: Quantitativo percentual de operações jurídico-políticas desenvolvidas pelo BID em cada unidade político-territorial que compõe a Região Centro-oeste entre 1988 e 2022.



Fonte: Autora, 2022⁵⁰.

⁵⁰ Produzido pela autora a partir do levantamento descritivo das operações jurídico-políticas identificadas no sítio eletrônico do BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2022a). Disponível em: <https://www.iadb.org/pt> Acesso em: 29 jun. 2023.

No Estado de Goiás, pode-se perceber que as operações tiveram início a partir de 1995, estendendo-se até o ano de 2010, concentrando no período entre 1995 e 1998 44% das operações. Isso significa que desde 2011 não foram assinados acordos com o BID. Já em Mato Grosso, foram realizados acordos somente entre 2003 e 2010; e em Mato Grosso do Sul nos períodos que foram de 1995 a 1998 e de 2007 a 2010, ambos com o mesmo percentual de operações. Embora tenha desenvolvido um quantitativo pequeno de operações sobre a região Centro-Oeste, o BID avançou pelos municípios de Anápolis, Goiânia, Goiás-velha, Água Limpa, Cavalcante, Minaçu, Colinas do Sul, Campinaçu, Niquelândia, Uruaçu, Barro Alto, Campinorte, Santa Rita do Novo Destino, além do Distrito Federal, onde concentrou 50% das operações.

Aponta-se que as intervenções sobre o Brasil desenvolvidas pelo BID, a partir da promulgação da Constituição Federal (1988), empenharam-se em operacionalizar estratégias que levaram à expansão do capital, tanto em termos de valor quanto em termos de território. Para tanto, o Banco utilizou-se de estruturas administrativas locais para que as intervenções pudessem ser incorporadas de modo satisfatório à entrada do capital internacional e de seus imperativos no país. Na próxima subseção, procura-se indicar os principais elementos cujas operações de intervenção do Banco foram baseadas, para, em seguida, demonstrar de que forma se constituía a conformação e a difusão de um padrão de cidades no Brasil.

3.2 Elementos fundantes das operações jurídico-políticas do BID no Brasil

Devido à diferença de duração da execução das operações⁵¹, optou-se pela análise dos elementos centrais que fundaram as operações jurídico-políticas entre o BID e o Brasil, por meio da divisão por períodos de quatro anos, compreendidos entre 1988 e 2022. Essa forma possibilitou identificar, com maior acuidade, a concentração de um determinado eixo de ação do BID, sem que se percam de vista as legislaturas e os mandatos dos presidentes e governadores dos Estados. Entende-se que a identificação dos elementos mais presentes nos acordos entre o BID e o Brasil, entre 1988 e 2022,

⁵¹ As operações podem ter sido iniciadas em um determinado ano e terem se mantido ativas pelos anos subsequentes. As intervenções costumam passar por etapas que vão desde a preparação até a avaliação ao fim do período proposto para a sua execução, o que só pode ser percebido a partir do estudo das operações em seus conjuntos, uma vez que o BID, em seu sítio eletrônico, não oferece todas as informações de forma clara e objetiva para que qualquer indivíduo possa compreender a totalidade das suas ações.

possibilitou um exame minucioso não apenas da forma em que o Banco opera pelas unidades político-territoriais do país, identificadas na subseção anterior, como também o conteúdo que sustenta suas ações e que não se encontra aparente na propaganda estruturada pelo Banco.

O Quadro 6 foi organizado de modo que fosse possível distribuir as operações jurídico-políticas desenvolvidas entre 1988 e 2022, por quatro temáticas centrais, encontradas nos documentos disponibilizados pelo Banco. Sua leitura se dá na vertical, sendo os totais reveladores da proporção em que estas temáticas se apresentam na relação do Banco com os Estados e municípios do Brasil. Além da concentração dos acordos em alguns temas, como o quadro está organizado permite verificar também os períodos em que cada tema foi mais explorado pelo Banco. Sendo assim, indica-se que elementos referentes à regularização fundiária apareceram em 6,65% das operações; ao fortalecimento institucional em 34,4%; ao desenvolvimento de serviços públicos urbanos em 31,5%; e ao campo da geração de trabalho e renda em torno de 27,3%.

Quadro 6: Elementos presentes nos acordos operacionalizados entre o Banco e o Brasil no período que compreende os anos de 1988 e 2022, divididos em períodos de quatro anos

Período/ Categoria	1988- 1990	1991- 1994	1995- 1998	1999- 2002	2003- 2006	2007- 2010	2011- 2014	2015- 2018	2019- 2022
Regularização fundiária	1	5	7	7	11	44	13	10	13
Fortalecimento institucional	3	28	89	44	47	160	76	59	68
Serviços públicos urbanos	5	22	61	48	45	139	84	62	60
Trabalho e Renda	4	16	70	34	44	116	72	44	56

Fonte: Autora, 2022⁵².

Como regularização fundiária, indicam-se as estratégias que procuraram operacionalizar medidas jurídicas capazes de incidir sobre a questão urbana, sobretudo no que tange aos processos de regularização de terras em bairros e comunidades

⁵² Produzido pela autora a partir do levantamento descritivo das operações jurídico-políticas identificadas no sítio eletrônico do BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2022a). Disponível em: <https://www.iadb.org/pt> Acesso em: 29 jun. 2023.

próximas às regiões centrais e em áreas rurais que servem como locais de abastecimento da cidade e das indústrias. Pode-se perceber que a questão central que mobilizou o Banco e o Brasil na operacionalização de tais acordos voltou-se para o aumento das receitas estaduais e municipais com medidas que procuravam aumentar o recolhimento de taxas e de impostos, além de incidir sobre o ordenamento da ocupação do solo e à titulação de seus ocupantes.

Nos Estados do Acre e do Amazonas – regiões com poucas unidades municipais em comparação com a extensão territorial que ocupam –, o Banco procurou operacionalizar as leis relativas à propriedade, sobretudo aquelas que taxavam trabalhadores pela sua moradia e delimitavam os territórios nos quais a atividade extrativa de pequenos agricultores poderia ser executada. De modo geral, o Banco mediante organizações intermediárias locais operacionalizou a legislação que se apropriou do controle da situação fundiária irregular no Estado; a criação de um padrão de administração para a conservação dos territórios considerados pelo Estado como protegidos da ação do homem, e implementou elementos gerencialistas na estrutura político-administrativa das unidades que compõem tais territórios via programas ambientais estabelecidos pela legislação.

No que diz respeito ao que o Banco chama de fortalecimento institucional, apontam-se as operações que ofereceram subsídios para o aumento da capacidade de arrecadação e de distribuição dos fundos administrados pelas secretarias de governo ligadas às unidades estaduais e, sobretudo, às unidades políticos-territoriais, juridicamente reconhecidas como municípios. De modo geral, tais operações voltaram-se para a implementação de medidas que auxiliaram as unidades estaduais e municipais no trabalho de arrecadação de recursos privados, tanto das empresas locais quanto dos indivíduos categorizados, legalmente, como pessoa jurídica ou pessoa física, para a criação de fundos públicos; e de gerenciamento de serviços públicos operacionalizados por OSCs. Também, possibilitaram o acesso ao crédito externo direto.

As unidades executoras da operação em âmbito local ficavam responsáveis por intermediar as condições exigidas pelo Banco com a unidade político-territorial. Isso pode ser percebido, sobretudo, na exigência de adequação da legislação local para o acesso da unidade ao crédito externo e das OSCs locais ao fundo públicos de cada unidade. Procurou-se dotar as unidades políticos-territoriais de uma estrutura comum para o trabalho de gerenciamento das questões econômicas e sociais locais, essas

últimas consideradas serviços a serem disponibilizados como mercadoria aos indivíduos considerados clientes.

Em todas as regiões do país, o fortalecimento institucional foi o elemento mais presente nos acordos jurídico-políticos, seguido pela prestação de serviços como mercadoria a ser comercializada. Somente na região Centro-Oeste – território que detém a menor quantidade de operações jurídico-políticas –, foi possível encontrar esse elemento em cerca de quarenta e quatro acordos. O Quadro 7 apresenta a relação de unidades executoras e as respectivas unidades de apropriação localizadas na região Centro-oeste.

Quadro 7: Unidades executoras dos acordos entre o BID e a Região Centro-oeste, entre 1988 e 2022.

LOCAL	UNIDADE EXECUTORA
Anápolis (GO)	Confederação das Misericórdias do Brasil.
Brasília	Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE). Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos.
Campo Grande (MS)	Prefeitura Municipal de Campo Grande.
Distrito Federal	Secretaria de Defesa Social. BID. Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE). Secretaria de Infraestrutura e Trabalho do Distrito Federal Governo do Estado. Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. Secretaria da Fazenda (SEFAZ) Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal Junior Achievement Brasil.
Goiânia	Prefeitura Municipal de Goiânia. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento. Agência Goiana de Regulação. Empresa de Saneamento de Goiás S/A. Agência Municipal do Meio Ambiente.
Goiás	CEAPE. Confederação Nacional da Indústria. Cooperativa Mista de Agricultores Familiares do Cerrado. Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (SEFAZ). BID.

Goiás Velha	Confederação das Misericórdias do Brasil.
Mato Grosso	Governo do Estado. Instituto Raoni. SEFAZ. Aegea Saneamento e Participações S.A. (AEGEA).
Mato Grosso do Sul	Associação Aliança Empreendedora. SEFAZ. AEGEA.
Sobradinho (DF)	Centro Espírita Adolfo Bezerra de Menezes (CEABM)

Fonte: Autora, 2022⁵³.

Apontam-se as unidades executoras como instituições públicas e organizações privadas a serem estruturadas pelo acordo jurídico-político, funcionando como intermediárias do Banco ao fundo público das unidades políticos-territoriais locais. Assim, podem-se identificar prefeituras e governos estaduais, secretarias de Estado, empresas privadas direcionadas para a prestação de serviços públicos, associações jurídicas com a denominação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), organizações empresariais, religiosas e indígenas.

Nos anos de 2008, 2013, 2016 e 2020, foi possível encontrar operações cuja unidade executora foi o próprio Banco. Ou seja, parece que o Estado ou o município, além de contrair a dívida com o Banco – e os juros desse acesso ao crédito –, direcionava uma quantia como contrapartida local e, ainda, direcionava ao Banco uma quantia pelo trabalho de executor da operação. Este trabalho se deteve, no entanto, no que estamos chamando de contrapartida jurídico-política, dessa forma, em 2008, a operação jurídico-política procurou implementar um sistema integrado de transporte para o DF, em complementaridade a outro acordo firmado no mesmo ano com a identificação de “Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (BR-L1018)” (BID, 2022a). O Governo do Distrito Federal foi a instituição cuja operação procurou dotar com uma estrutura gerencial para receber crédito externo e administrar a participação privada na oferta de serviços de transportes à população por meio de concessões.

⁵³ Produzido pela autora a partir do levantamento descritivo das operações jurídico-políticas identificadas no sítio eletrônico do BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2022a). Disponível em: <https://www.iadb.org/pt> Acesso em: 29 jun. 2023.

Em 2013, o acordo procurou intervir na logística de exportação das cadeias alimentares não-tradicionais, contribuindo para o acesso ao mercado nacional e internacional dos alimentos produzidos no Estado de Goiás. A unidade a ser “fortalecida” foi o governo do Estado de Goiás com um padrão de gestão empresarial a ser desenvolvido e utilizado como exemplo de boas práticas para outros Estados do país. Em 2016, a operação procurou contribuir para a melhoria da efetividade e da eficiência das políticas e dos projetos de segurança cidadã no Distrito Federal, dotando com uma estrutura gerencial a secretaria de segurança pública do Distrito Federal. E, no ano de 2020, a operação procurou estruturar um padrão gerencialista à Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal através da regulamentação da gestão integrada de recursos hídricos no Distrito Federal, alinhada aos objetivos de desenvolvimento sustentáveis descritos pelo Banco.

No âmbito da implementação de serviços públicos urbanos, indicam-se os acordos que procuraram ampliar a oferta de serviços públicos urbanos aos indivíduos, a partir da participação de empresas e de organizações privadas na divisão do fundo público. Diretamente com o governo do Estado, o BID alinhou operações que incidiram sobre a organização do espaço urbano, ampliando a participação do indivíduo na privatização dos serviços públicos. Os acordos procuraram implementar um padrão gerencial às políticas públicas de infraestrutura social do espaço urbano com elementos que estabeleçam a contenção das revoltas populares pelo direito à cidade. As operações encontravam-se centradas nos municípios localizados na região central dos Estados.

Tomando a região Nordeste como exemplo, podem-se encontrar operações direcionadas ao saneamento, à distribuição de energia, ao abastecimento dos municípios através da distribuição de produtos oriundos da agricultura familiar, ampliação da rede de comunicação entre as cidades e bairros, além do desenvolvimento das vias de transporte entre os Estados e entre o espaço rural e urbano. O que chamou a atenção nessas operações foi a entrada do elemento privado na captação de recursos por meio de concessões estabelecidas legalmente pelas unidades governamentais ao nível estadual e municipal.

As operações que tiveram como elemento a geração de trabalho e renda, voltaram-se para a administração dos processos de produção de mais-valia, a partir do gerenciamento das matérias-primas e da força de trabalho. Buscava-se a obtenção de maior arrecadação por meio do aumento da produtividade e da concorrência entre

trabalhadores, além do direcionamento das fontes de matérias-primas para o abastecimento das grandes indústrias instaladas na região e fora dela. Tais operações procuraram administrar a exploração dos múltiplos recursos naturais das regiões florestais, incidindo sobre os setores extrativistas; a concorrência entre territórios por setores estratégicos para a economia; a oferta de microcrédito individual para empresas locais de pequeno porte e indivíduos, tanto aqueles considerados pessoas jurídicas quanto os considerados pessoas físicas; e a formação para o trabalho no âmbito do setor de serviços.

Tomando a Região Sul como exemplo, foi possível identificar uma ampla gama de operações cujas condições procuraram interferir nas relações no campo do trabalho, podendo ser assim descritas como processos que levaram à instrumentalização gerencial das cooperativas locais; à gestão municipal dos serviços de qualificação para o trabalho no setor de serviços; ao aumento da produtividade e da competitividade das pequenas empresas industriais; ao estabelecimento de um programa comunitário permanente para manejo estuarino; à constituição de uma sociedade de garantia para a oferta de crédito a pequenas e médias empresas; às estratégias de competitividade econômica, através do financiamento de ações destinadas ao desenvolvimento municipal; à implantação de micro franquias; ao desenvolvimento de planos para melhorar a competitividade em clusters prioritários para os municípios; ao fortalecimento dos sistemas regionais de inovação nos Estados; à implantação de uma cadeia de distribuição urbana; ao fornecimento de crédito a mercados de pequeno e médio porte locais, conhecidos como mercearias, cujo trabalho encontra-se voltado para os residentes de baixa renda da região; ao acesso ao crédito, a produtos e aos serviços bancários para a população de baixa renda; à oferta de créditos para empresas consideradas emergentes; à modernização no sistema de distribuição de alta e média tensão; à implementação de programas de voluntariado voltados para serviços sociais; à formação profissional voltada para reparação de pequenos componentes elétricos e automóveis e à distribuição de certificação em tecnologia da informação para população considerada pelo Banco como vulnerável.

Aponta-se para o foco do Banco estar direcionado para o desenvolvimento comercial do turismo. Os municípios e as regiões centrais dos Estados da região foram selecionados, justamente, porque já desenvolviam atividades comerciais em torno do turismo. Portanto, nessas áreas, era importante que houvesse abastecimento de água e de

esgoto, transporte público, proteção e recuperação ambiental, recuperação do patrimônio, gestão de resíduos sólidos, ampliação da capacidade dos aeroportos, assim como formação e estruturação de instituições e organizações privadas voltadas para a defesa de direitos.

Todas as operações, em maior ou menor grau, apresentaram como elementos a regularização fundiária, a estruturação de instituições referência, a prestação de serviços públicos gerenciada pelo Estado e operacionalizada por organizações privadas, a abertura de microcrédito para pequenas empresas de abastecimento e indivíduos tanto aqueles, juridicamente, categorizados como pessoas jurídicas, quanto indivíduos considerados apenas como consumidores dos serviços e a formação para o trabalho no âmbito do setor de prestação de serviços. Fica aparente que as operações procuravam conter qualquer tipo de revolta popular que pudesse emergir das condições precárias de sobrevivência nas quais os indivíduos, os trabalhadores, são submetidos no modo de produção capitalista, assim como oferecer à classe dominante local a possibilidade de acesso ao fundo público para o desenvolvimento dos seus negócios privados. Na próxima subseção, procura-se apresentar como essas categorias se entrecruzam na operacionalização dos acordos jurídico-políticos entre o BID e o Brasil, direcionando a investigação para a região Sudeste, por ser o território que concentra a maior quantidade de indústrias, o maior percentual no PIB do país e a maior quantidade de intervenções do BID.

3.3 Estratégias para operacionalização de um padrão de cidades

Optou-se por demonstrar de que forma os elementos acima descritos encontram-se entrelaçados nos diferentes acordos entre o BID e o Brasil. A investigação aponta para uma espécie de um modelo de cidade que, conforme apresentado pelo Banco em seus documentos, aparece reproduzido em toda a extensão do país. Nesta subseção, procura-se demonstrar o trabalho do Banco de expansão dos imperativos capitalistas para os Estados locais, chamando a atenção para os componentes encontrados em todas as operações, independentemente da área social ou de infraestrutura do local a ser modelada. Procurou-se analisar os acordos operacionalizados nos Estados da região Sudeste, evidenciando aqueles realizados diretamente com os governos do Estado e dos municípios. Parte-se da identificação do quantitativo de intervenções operacionalizadas em cada unidade político-territorial e seu respectivo período de início, procurando identificar a contrapartida jurídico-política exigida pelo acordo.

O Estado com o maior número de acordos foi São Paulo, logo, inicia-se com a descrição das principais intervenções do BID na região e o período no qual ela teve início (Quadro 8). Pode-se indicar que houve um aumento gradativo de intervenções diretas com o Estado de São Paulo, ao longo dos anos, tendo sido realizado maior número de operações entre 2007 e 2010. A ênfase de tais operações concentrou-se na gestão dos serviços públicos oferecidos pelo Estado, assim como na gestão da comercialização da produção local. As intervenções se ocuparam em oferecer um modelo de gerenciamento comercial à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) (BID, 2009a; 2008a), à Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (BID, 2010a; 2009b; 2008b), à Companhia de Trens e Metrô (BID, 2010b; 2008c; 2008d), às companhias que usufruem da administração das rodovias estaduais (BID, 2009c; 2008e), à Secretaria de Defesa Social (BID, 2008f), ao arcabouço fiscal do Estado (BID, 2010c; 2008i; 2008h; 2008g) e à ocupação das terras próximas ao Rio Tietê (2010a). O Banco se ocupou dos serviços públicos oferecidos pelo Estado para a sobrevivência do trabalhador no espaço urbano como saneamento básico, transporte e segurança.

Quadro 8: Intervenções do BID acordadas diretamente com o governo do Estado de São Paulo, entre 1988 e 2022, divididas em períodos de quatro anos delimitados conforme a duração da eleição presidencial.

PERÍODO	INTERVENÇÕES
1991 - 1994	Primeira etapa de descontaminação do rio Tietê. Duplicação da Rodovia Fernão Dias. Gestão do sistema de trens urbanos.
1995 - 1998	Modernização da Rodovia que liga São Paulo à Florianópolis. Suporte ao Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo. Concessão do setor de transportes a empresas privadas. Modernização da Rodovia Castello-Raposo.
1999 - 2002	Suporte ao mecanismo de defesa de direitos do consumidor voltado para o setor de serviços públicos. Introdução de mecanismo <i>Inner Belt</i> de avaliação ambiental. Modernização da rodovia Anhanguera - Bandeirantes. Segunda etapa de descontaminação do rio Tietê. Primeira fase da recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo. Revitalização da área central dos municípios com adequação legal de propriedade para os cortiços. Implementação de modelo matemático para análises ambientais da

	<p>bacia hidrográfica do Alto e Médio Tietê. Ampliação da eficiência energética da SABESP.</p>
2003 - 2006	<p>Gestão da cultura e da cidadania voltada para elementos de inclusão social. Treinamento de mão-de-obra operacional para o trabalho de extração de matéria-prima para as indústrias. Desenvolvimento de Sistema Eletrônico de Aquisição e Distribuição de Autopeças. Gestão da administração fiscal do governo do Estado. Gestão da política social do governo do Estado. Suporte para a gestão da competitividade local a partir da implementação de Arranjos Produtivos Locais. Desenvolvimento de serviços voltados para o ecoturismo da Mata Atlântica. Implementação de um modelo de gestão ambiental voltado para o Ministério Público no Estado. Segunda fase da recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo.</p>
2007 - 2010	<p>Promoção de acesso de pequenas empresas às cadeias de fornecimento de grandes empresas. Modelo de gerenciamento de oficinas mecânicas. Fortalecimento dos Sistemas Produtivos Locais do Estado. Fortalecimento Institucional Local e Desenvolvimento Econômico de Pequenas e Médias Empresas. Fortalecimento da SABESP. Implementação da Linha 4 do Metrô. Suporte gerencial à Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. Introdução de metodologia gerencial para a redução de carbono equivalente no Metrô. Implementação de metodologia gerencial para mudança modal para metrô e metrô leve. Fortalecimento da capacidade institucional da Secretaria de Defesa Social do Estado para o controle das ações individuais e coletivas de infração da legislação. Gestão do transporte metropolitano. Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado. Terceira fase da recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo. Implementação do Programa de Agências de Desenvolvimento Regional. Suporte gerencial à Agência Reguladora de Saneamento e Energia em São Paulo. Aumento da eficiência na produção energética do Estado. Requalificação de cortadores de cana-de-açúcar. Terceira etapa de descontaminação do rio Tietê. Gestão do Rodoanel. Projeto de Extensão da Linha 5 do Metrô.</p>

	<p>Implementação de modelo de gestão fiscal na Secretaria do Estado.</p> <p>Implementação de modelo de tutoria para o ensino de matemática no Ensino Médio.</p> <p>Fortalecimento institucional da Performa Investimentos na gestão do fundo de ações de sementes.</p> <p>Implementação de políticas de recuperação socioambiental de mosaicos na Serra do Mar e na Mata Atlântica.</p> <p>Comercialização de produtos de Quilombos.</p> <p>Ampliação do crédito com o fortalecimento institucional do Mundo Vox Tenda.</p> <p>Recuperação da área de várzea do rio Tietê ocupada irregularmente.</p>
2011- 2014	<p>Implementação de modelo de tutoria para o ensino de matemática no Ensino Médio.</p> <p>Gestão do Rodoanel Mário Covas - Seção Norte.</p> <p>Elaboração de projetos de concessão de crédito.</p> <p>Implementação de fundos de captação de recursos para projetos de impacto socioambiental.</p> <p>Desenvolvimento de estudos de mitigação dos gases causadores do efeito estufa para o Estado.</p> <p>Fortalecimento da gestão em saúde no Estado.</p> <p>Primeira fase da gestão das Rodovias do Estado de São Paulo.</p> <p>Segunda fase da gestão das Rodovias do Estado de São Paulo.</p> <p>Fortalecimento do crédito para pequenas e médias empresas.</p> <p>Ampliação das habilidades técnicas de jovens recém-egressos do Ensino Médio.</p> <p>Gestão de serviços voltados para recuperação e proteção do clima e da biodiversidade.</p> <p>Implementação de modelo de atualização de negócios para micro, pequenas e médias empresas.</p>
2015 - 2018	<p>Suporte à diversificação da matriz energética do Estado.</p> <p>Apoio às agências públicas de desenvolvimento para o financiamento ao setor privado.</p> <p>Fortalecimento da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado.</p> <p>Quarta etapa de descontaminação do rio Tietê.</p> <p>Modernização da Gestão Fiscal do Estado.</p>
2019 - 2022	<p>Suporte às políticas de recuperação do rio Tietê.</p> <p>Treinamento de jovens para o trabalho com tecnologia da informação.</p> <p>Recuperação do rio Tietê.</p> <p>Recuperação dos serviços de Turismo frente aos impactos da pandemia de Covid-19.</p> <p>Aquisição de Tomógrafo por Impedância Elétrica para monitorar pacientes em tratamento intensivo que necessitam de ventilação.</p> <p>Implementação de programas de inovação aberta voltado para a área da saúde.</p> <p>Implementação de crédito para projetos de inovação.</p> <p>Implementação de gestão por meio digital.</p>

	Financiamento de micro, pequenas e médias empresas dos setores da indústria, do comércio e de serviços sediadas no Estado.
--	--

Fonte: Autora, 2022⁵⁴.

Claro está que estes setores são centrais para o desenvolvimento da produção, não apenas no que tange à força de trabalho, mas, sobretudo, no que se refere à troca comercial da produção local. Essa última apresentou como centralidade a absorção pelas grandes empresas e conglomerados. Para tanto, o Banco gerenciou a abertura de crédito aos pequenos produtores (BID, 2010d; 2010e; 2009d; 2007b; 2007a) e o “fortalecimento” de instituições (BID, 2009d; 2009b; 2008j; 2008i; 2008f; 2008b; 2008a; 2007c) cujo Banco necessita como intermediárias locais. Essa última estratégia também pode ser percebida nas operações voltadas para a gestão dos serviços públicos.

Entre 1988 e 2022, grande parte das intervenções esteve voltada para as vias que transportam mercadorias pelo Estado e que fazem a ligação com outros Estados limítrofes (BID, 2014a; 2013; 2008e; 2006; 2001). Assim, deu-se a ampliação da Rodovia Fernão Dias, que percorre cerca de vinte e sete municípios e faz a ligação entre São Paulo e Belo Horizonte (BID, 1996a; 1993a); o alargamento e a modernização do trecho da rodovia federal que liga São Paulo à Curitiba (BID, 1995); a ampliação das Rodovias Castello Branco e Raposo Tavares (BID, 1998b; 1998a); a modernização do sistema Anhanguera-Bandeirante (BID, 1999a) e da seção Norte do Rodoanel Mário Covas (BID, 2011; 2009c).

De modo geral, o sentido do termo modernização encontrado nestas operações incluía: a implementação de um mecanismo de recuperação dos custos com a operação e a participação do setor privado por meio de contratos de concessão. Entende-se aqui que os indivíduos que transitam por estas rodovias seriam obrigados a contribuir com os custos de tal operação. À empresa que teria como propriedade a concessão da rodovia, cabia a responsabilidade de administrar a contribuição dos indivíduos com os custos da operação. Tais operações, ainda, procuravam “fortalecer” o setor administrativo de departamentos e secretarias estaduais, assim como as empresas que recolhiam a contribuição “voluntária” dos indivíduos que transitavam por essas rodovias. Além de

⁵⁴ Produzido pela autora a partir do levantamento descritivo das operações jurídico-políticas identificadas no sítio eletrônico do BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2022a). Disponível em: <https://www.iadb.org/pt> Acesso em: 29 jun. 2023.

alterar legislações que impedissem ou dificultassem a concessão da gestão das vias de transporte público para as empresas privadas.

As operações costumavam ser utilizadas como exemplo de boas práticas para o aumento da competitividade, para que outros Estados da região e de outras regiões do país desenvolvessem estratégias semelhantes. Como um componente das operações, foram previstas ações voltadas para a informação sobre segurança no trânsito, a redução da erosão do solo causada pelo excesso de automóveis e a melhoria dos terminais de ônibus intercidades. Essa última propôs que a gestão dos serviços de transporte de passageiros e mercadorias da rede rodoviária estadual se empenhasse em reduzir os custos do transporte para o gestor e em ampliar a participação do indivíduo no uso desses serviços, tanto referentes à malha rodoviária estadual quanto à malha municipal do Estado de São Paulo.

Chama-se atenção para os convênios entre o governo do Estado de São Paulo e a prefeitura das respectivas cidades, onde tais ações foram operacionalizadas. O Banco realizou o acordo com o governo do Estado que fez a mediação com as prefeituras via um acordo jurídico. O que se exigiu foi que o Estado, juntamente ao município, dividisse os custos da execução da operação, assim como operacionalizassem mudanças no arcabouço legal desses territórios. Encontrou-se certa padronização de estratégias que procuraram dotar os municípios de instrumentos para a captação de crédito externo. O Quadro 9 traz uma relação dos municípios do Estado de São Paulo e as principais abordagens que apareceram nos acordos com o BID.

Quadro 9: Municípios do Estado de São Paulo que sofreram intervenção do BID entre 1988 e 2022.

PERÍODO	MUNICÍPIOS	PRINCIPAIS ABORDAGENS
1991-1994	Campinas	Programa de assistência a crianças de rua.
1995-1998	São Paulo Campinas São Bernardo do Campo Santo André São Caetano do Sul	Programa de reabilitação de favelas. Programa de Controle de Enchentes. Urbanização da Rodovia Fernão Dias. Fortalecimento do CEAPE. Planejamento estratégico do grande ABC. Treinamento de Habilidades de trabalho para jovens urbanos.

1999-2002	Ribeirão Preto Santos São Vicente Praia Grande Bertioga Guarujá Mongaguá Itanhaém Peruíbe	Programa de fortalecimento da arbitragem e da mediação comercial. Implementação da Ecovia do Imigrante.
2003-2006	São Paulo Guarulhos Diadema São Bernardo do Campo Santo André São Caetano do Sul Paulínia Santos	Reabilitação do centro da cidade. Programa de despesas de Capital Bandeirante. Apoio à implementação de uma rede de empreendimentos autogeridos. Programa de Transporte Urbano Programa de Infraestrutura e Administração Municipal Programa de requalificação e desenvolvimento urbano. Programa de serviços de tecnologia e identificação de novas tendências de mercado. Implementação de linha de crédito municipal.
2007-2010	São Caetano do Sul São Bernardo do Campo Santos São José dos Campos Taubaté Jundiaí Campinas São Paulo	Projeto de Biocombustível. Redução de carga regulatória e serviços de apoio para pequenas e médias empresas. Expansão do Porto de Santos. Estudos para a preparação da linha de trem de alta velocidade. Suporte ao sistema de saúde municipal. Programa de estruturação urbana. Gestão de projetos de trens de alta velocidade. Implementação de linha de crédito para população de baixa renda. Apoio à gestão da Empresa Brasileira de Terminais Portuários.
2011-2014	São Bernardo do Campo São Paulo	Programa de modernização da saúde municipal. Programa de transporte urbano. Programa de igualdade racial e inclusão cultural. Implementação de um modelo de atualização de negócios sustentável para micro, pequenas e médias empresas. Fortalecimento do Sistema Único de Saúde.
	Matão Piracicaba São Paulo Santo André	Fortalecimento da AEGEA. Implementação de instrumento de crédito para a população de baixa renda e minorias. Disseminação de produções do Banco sobre

2015-2018	Campinas	Segurança cidadã. Programa de mobilidade urbana sustentável. Programa de reciclagem de óleo de cozinha. Implementação de instrumentos de tecnologia digital. Estudos de pré-viabilidade de trens intermunicipais. Certificação das redes públicas de saúde.
2019-2022	Campinas Ribeirão Preto São Paulo	Criação do Centro Internacional para o Desenvolvimento Sustentável. Implementação da Telemedicina. Inovação e Eficiência para os Sistemas Educacionais.

Fonte: Autora, 2022⁵⁵.

De acordo com os dados do IBGE (2023), o município de São Paulo, em 2010, possuía cerca de onze milhões, duzentos e cinquenta e três mil e quinhentos e três pessoas em uma área territorial urbana de novecentos e quatorze mil quilômetros quadrados. Apesar disso, o IBGE (2023) calculou que apenas 50,3% das vias públicas do município possuíam sistemas de urbanização efetivados. Por ser o primeiro município em arrecadação per capita (2023) em comparação com outros municípios do país e por abarcar grande parte da atividade industrial do Estado, o município de São Paulo tem posição estratégica do ponto de vista econômico e comercial.

Observa-se que as intervenções do Banco sobre o município de São Paulo voltou-se para a implementação de um modelo de gestão de cidades na área central com ênfase na regulamentação de propriedades não legalizadas (BID, 1996b), na reversão da desvalorização imobiliária no centro com a recuperação da função residencial (BID, 2003a), na concessão do sistema de transportes municipal à iniciativa privada, na ampliação do crédito para pequenas e médias empresas, nas questões relativas à segurança pública e na reorientação de postos de trabalho sem proteção do Estado.

Nota-se que, em 1996, a intervenção do BID foi direcionada para a construção de moradias multifamiliares em favelas do município de São Paulo e para a legalização das respectivas titulações dessas propriedades. Nesse período, o Banco tinha como proposta a padronização das ocupações irregulares com a construção de moradias multifamiliares de arranha-céus em favelas, tornando a região central da cidade um

⁵⁵ Produzido pela autora a partir do levantamento descritivo das operações jurídico-políticas identificadas no sítio eletrônico do BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2022a).

espaço com infraestrutura básica urbana, dotados de serviços de saneamento, transporte e educação. Para tanto, foi preciso a promulgação da Lei nº 12.349, de 6 de junho de 1997, que dispôs sobre as operações urbanas nas áreas centrais, conjugando incentivos à produção imobiliária, na forma da concessão de exceções à Legislação de Uso e Ocupação do Solo e ao Código de Edificações. Teve início, o que, em 2003, desdobrou-se em uma única intervenção com diferentes graus de adequação. O BID (2003a) procurou criar condições para atrair e apoiar atividades comerciais compatíveis com o centro metropolitano, promovendo a renovação urbana e a remediação ambiental.

Assim, a intervenção teve como componentes cinco direções de trabalho. A primeira procurou reverter a desvalorização imobiliária do centro a partir da preparação de propostas para estatutos de desenvolvimento urbano, com a preparação de planos diretores para os distritos da Sé e da Mooca, com vistas a fornecer o ambiente regulatório necessário para que os empresários do ramo imobiliário retomassem seus investimentos em edifícios residenciais e não residenciais destinados para serviços e indústrias. As famílias consideradas de baixa renda pelo Banco poderiam arrendar os edifícios abandonados com a “opção” de compra, via crédito, desses imóveis ou de aluguel de baixo custo; as áreas centrais em degradação sofreram obras de revitalização; os indivíduos em situação de rua receberam moradia temporária até encontrarem por si próprios uma solução de habitação permanente; e os moradores de favelas foram reassentados em moradias multifamiliares de arranha-céus. Pretendia-se, também, com essas estratégias, o estabelecimento de novos moradores ocupando o centro da cidade como local de moradia.

O segundo componente buscou a transformação do perfil econômico, a partir da atração de empresas de serviços de alta tecnologia, da criação de mecanismos de coordenação pelo setor privado, da publicidade sobre o programa e seus resultados e da institucionalização do trabalho informal. Aliado a esse componente, encontrava-se a recuperação do ambiente urbano que contava com instrumentos de gerenciamento de equipamentos, infraestrutura e espaços urbanos públicos. O quarto componente procurou estabelecer controle sobre a circulação urbana com a criação de órgãos reguladores do sistema de transporte público e a implementação de banco de dados sobre transporte público.

Como último e sempre presente componente, a intervenção buscou aumentar a capacidade de arrecadação das instituições do município, realocando as agências

municipais para a área central da cidade. Notem que esse componente também se encontrava presente na operação realizada em 1996, descrita acima. Duas instituições foram as unidades executoras da operação no espaço municipal, sendo também elencadas como instituições a serem referenciadas como espaços dotados de capacidade gerencial voltados para a urbanização. Em 1996, o Banco elegeu a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do município de São Paulo e, em 2003, a Empresa Municipal de Urbanização. Ambas previstas na Lei nº 12.349/1997 como representantes da comissão executiva da operação⁵⁶.

Identificaram-se outras operações que continham esses mesmos componentes, sob outras denominações. Como parte do componente que previa a reversão da desvalorização imobiliária, o Banco desenvolveu a operação sobre a segurança pública, no ano de 2016 (BID, 2016), que indicava a implementação de metodologias comuns para a gestão pública dos instrumentos de contenção das revoltas, utilizados pelo Estado capitalista e o seu respectivo monitoramento. A operação (BID, 2016) teve como uma de suas ações a produção de informativos de propaganda com as experiências de políticas desenvolvidas em outros Estados, sobretudo no Paraná, a partir do Programa Paraná Seguro; no Rio Grande do Sul, com o Programa de Oportunidades e Direitos; no Espírito Santo, com o Programa de Segurança Cidadã; e em Minas Gerais, com o Programa de Fortalecimento da Segurança Cidadã. Vale destacar que essa operação foi classificada como uma Cooperação Técnica de complementação aos projetos de Segurança Cidadã que já haviam sido iniciados em períodos anteriores. O Fundo do qual o crédito foi operacionalizado partiu do capital ordinário do Banco e o setor responsável foi o de Investimento Social.

Essa operação, em específico, que teve o BID como unidade executora, indicou que outros governos subnacionais – além dos que foram descritos acima com relação a uma operação específica – foram beneficiários, sendo eles: Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Distrito Federal e Rio de Janeiro. Notem que o contrato, embora tenha sido operacionalizado com o município de São Paulo, foi

⁵⁶ Foram designadas como parte a comissão executiva da operação urbana no centro, de acordo com a Lei nº 12.349/1997: a Empresa Municipal de Urbanização; a Secretaria da Habitação e do Desenvolvimento Urbano; a Secretaria Municipal de Cultura; a Secretaria Municipal de Planejamento; a Câmara Municipal de São Paulo; a Associação Comercial de São Paulo; a Associação dos Bancos no Estado de São Paulo; a Associação Viva o Centro - Sociedade Pró-Revalorização do Centro de São Paulo; o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos; o Movimento Defenda São Paulo; o Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo. o Instituto de Engenharia de São Paulo; o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região; e o Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo.

direcionado para outros governos subnacionais de regiões político-administrativas diferentes que, segundo o BID, demonstraram interesse em conter as revoltas individuais consideradas pela legislação burguesa como crime.

Como política de segurança cidadã, o BID (2016) compreendia que eram necessárias medidas de caráter preventivo que visassem coibir as revoltas como o aumento da produtividade da polícia, a ressocialização da população jovem considerada infratora e a participação da comunidade no trabalho de monitoramento. Os produtos dessa operação jurídico-político se voltaram para a produção de diagnósticos socioeconômicos, demográficos e criminais dos territórios; e para a implementação de núcleos juvenis que prestavam serviços às comunidades beneficiadas pelas operações de segurança cidadã do Banco no formato de relação de trabalho informal pautado no voluntariado. O único risco à execução da operação evidenciado pelo BID foi a possível falta de articulação entre os governos estaduais e municipais que se propuseram a desenvolver a política, tendo o Banco como órgão executor responsável pelas compras e contratações, bem como a definição antecipada de quais Estados e municípios seriam beneficiários de cada produto.

No que diz respeito ao componente relativo à transformação do perfil econômico da região central, aponta-se o processo de desarticulação preventiva incorporada pelo Estado capitalista na periferia, que tem como uma das características o endividamento dos trabalhadores e pequenos proprietários organizados pelo Estado. Pode-se identificar esse elemento nas operações jurídico-políticas que se voltaram para a implementação de CEAPES (BID, 1997a; 1997b), que não esteve restrita ao município de São Paulo ou à região Sudeste. Os registros indicam que houve operações de “fortalecimento” dos CEAPES na região sudeste compreendendo os Estados do Espírito Santo e São Paulo, nos anos de 1991 e 1997; na região Nordeste compreendendo os Estados de Sergipe⁵⁷ e Pernambuco⁵⁸, entre 1994 e 1996, Piauí⁵⁹, Pernambuco, Paraíba e Bahia⁶⁰ em 1997 e

⁵⁷ Em Sergipe, identificou-se uma agência do CEAPE em Aracaju. (<https://ceapese.org.br/#>)

⁵⁸ O CEAPE-PE foi criado em julho de 1992 através da ONG Ação Internacional. Ao longo dos anos fechou acordos com o Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (1993), o BID (1994;1996), o BNDES (1997), a OIKOCREDIT (2007) e o Rotary Clube (2016). Possui agências em Caruaru, Recife e Santa Cruz do Capibaribe. (<http://ceape-pe.org.br/home/linha-do-tempo/>)

⁵⁹ O CEAPE-PI foi criado no ano de 1996 através da ESSOR - ONG de Desenvolvimento Francesa - em parceria com o CEAPE nacional e com o apoio de várias entidades empresariais locais. No ano de 2023, as entidades que fazem parte do CEAPE-PI são: Associação Industrial do Piauí; Federação das Indústrias do Estado do Piauí; Câmara dos Dirigentes Lojistas de Teresina; Federação das Câmaras dos Dirigentes Lojistas; Federação do Comércio do Estado do Piauí; e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresa do Piauí. Identificaram-se agências do CEAPE nos seguintes locais de Piauí: Teresina, Parque Piauí,

Maranhão⁶¹ em 2009; na região Sul, direcionado para o Rio Grande do Sul, em 1997; na Região Norte, abarcando o Rio Grande do Norte e o Pará, em 1997; e na região Centro-Oeste, voltado para o Distrito Federal e Goiás em 1994 e 1997, respectivamente.

Organizações de microcrédito chamadas de CEAPE passaram a ampliar sua área de atuação a partir de 1987, com um experiência-piloto realizada em Porto Alegre, orientada pela *Acción Internacional* (RUAS *et al*, 2015). Foram operacionalizadas como desdobramento de uma intervenção gerada pela ação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) – que implementou organizações chamadas de ADIM com o objetivo de endividar mulheres através da oferta de microcrédito – e pela ação da *Acción Internacional* que orientou a criação da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações. O foco estava no trabalho de mulheres com filhos que possuíam pequenos empreendimentos. Em 1993, a ADIM se tornou CEAPE e ampliou a oferta de crédito para o gênero masculino. Em 1999, o CEAPE passou a ser reconhecido, juridicamente, como uma OSCIP, a partir da promulgação da Lei nº 9.790, em 23 de março de 1999.

O acordo com o município de São Paulo – estendido aos demais Estados descritos acima – previa a transformação desta OSCIP em referência para a oferta de microcrédito aos indivíduos que não possuem empregos formais e se classificam, juridicamente, como empreendedores. A ocupação do centro de São Paulo foi estimulada a partir da oferta de crédito a indivíduos de baixa renda elegíveis ao cadastro como pessoa jurídica ou microempreendedor individual – nomenclatura disponível a partir da lei complementar 128, de 19 de dezembro de 2008 –.

O CEAPE trabalha com a metodologia de microcrédito orientado que se caracteriza por ser uma modalidade de crédito de pequenos valores orientada aos indivíduos que não possuem renda suficiente para serem elegíveis ao sistema de crédito convencional. Ruas (2015) afirma que o trabalho de oferta de microcrédito – ou de endividamento de trabalhadores informais, ou de baixa renda – teve início com a ação da OSC a partir do ano de 1970 e teve maior adesão quando conseguiu implementar no âmbito governamental a legislação que regulamentou a atividade de comércio de

Parnaíba, Água Branca, Pico, Campo Maior, Esperantina, Floriano, Barras, Piripiri e União. (<http://ceapepi.org.br/novo/sobre.html>)

⁶⁰ O CEAPE-BA fica localizado em Feira de Santana. (<http://ceapeba.org.br/sobre/>)

⁶¹ No Maranhão, o CEAPE encontra-se em quarenta e oito municípios. Identificou-se o trabalho conjunto com o BID, o SEBRAE, a Oikocredit, o Banco de Boston e o BNDES. (https://www.bcb.gov.br/pre/SeMicro5/Palestras/11_2_Claudia.pdf)

dinheiro para a população de baixa renda e a entrada de dinheiro público na operacionalização de instituições de microcrédito.

Cabe ressaltar que, em 2005, o governo federal lançou o Programa Nacional de Microcrédito Orientado por meio da Lei n.º 11.110, de 25 de abril de 2005, considerando microcrédito produtivo, orientado o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas jurídicas que realizassem atividades produtivas de pequeno porte, utilizando-se metodologia baseada no relacionamento com os empreendedores, permitida o uso de tecnologias digitais no processo de orientação. As ações do programa foram alteradas pela Lei n. 13.636, de 20 de março de 2018, com a permissão do uso de tecnologias digitais no processo de orientação dos tomadores de crédito. Em 2020, foi promulgada a Lei n. 13.999, de 18 de maio de 2020, que permitiu que o processo de orientação fosse realizado de forma não presencial. A Lei complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 estabeleceu o tamanho da renda que o indivíduo com representação jurídica deve apresentar para tornar-se elegível ao crédito.

Seguindo o mesmo objetivo de recuperação da região central e transformação do perfil econômico local, o BID desenvolveu mais três acordos jurídico-políticos. O primeiro deles foi assinado no ano de 2008 e tinha como principal objetivo intervir nos planos diretores de desenvolvimento de cinco municípios. O Plano de Operações (BID, 2008j) indicou que a condição para a autorização do crédito esteve ligada às alterações no Plano Diretor com adequações no que diz respeito à promoção da exportação, ao fundo de desenvolvimento industrial e ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas locais de abastecimento global.

Esse último elemento esteve presente na segunda operação intitulada Programa Valor em Cadeia (BID, 2014b), que foi dirigida ao setor da construção civil e de confecções. Os Relatórios de Monitoramento de Desempenho do Projeto (2014b) indicaram que as empresas Cyrela e C&A foram as principais empresas âncoras do projeto e tinham como função captar empresas pequenas e médias como satélites em torno do seu núcleo de comercialização. A unidade executora dessa operação foi o Uniethos, uma OSCIP voltada para o desenvolvimento de estudos, pesquisas e capacitação em responsabilidade social empresarial. Objetivava, ainda, o acesso aos trabalhadores de baixa renda que consumiam produtos de lojas de departamentos e aqueles que realizavam trabalhos manuais no ramo da construção civil.

O terceiro acordo que foi assinado no ano de 2015 teve como objeto a diversidade como valor competitivo e foi intitulado de “Instrumento Financeiro para Promover a Diversidade e a Inclusão do Setor Privado” (BID, 2015a). Segundo o BID (2015a), a operação foi baseada no Fórum São Paulo Diverso, lançado pela prefeitura de São Paulo em conjunto com o BID e mais de cem empresas privadas no ano de 2014. O que o BID (2015a) chamou de instrumento de promoção da diversidade consistia em concessões em termos de valor às empresas de grande porte para a contratação de indivíduos classificados conforme a sua origem étnica minoritária. As empresas-alvo deveriam ser escolhidas caso fossem empresas fornecedoras de empresas multinacionais maiores. Na aparência, a empresa recebia um atestado de grande contribuição social por aderir a projetos intitulados no setor de inclusão social. Aos indivíduos ocupantes da região central da cidade, abria-se a oportunidade de ser contratado tendo sua origem racial como atributo de valor concorrencial. O Banco adensava a sua justificativa de redução sustentável da pobreza e da desigualdade, com redistribuição de renda e promoção do aumento da produtividade do trabalho.

Em 2016, o BID aparece como unidade executora de forma pontual em uma operação direta com o município de São Paulo e com o município de Campinas em 2017 e 2019. No município de Campinas, no ano de 2017, o interesse do Banco pareceu estar voltado para a competitividade do município no que tange ao setor de tecnologia, sobretudo pelo reconhecimento de Campinas como o Vale do Silício do Brasil. Além das empresas Samsung, IBM, John Deere, Ambev, Valeo, 3M, Bosch e Dell possuírem escritórios no município, o Banco atribui a outras instituições o poder de inovação conferido ao território, são elas a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)⁶², mais cinco parques tecnológicos e centros de inovação como o Centro Nacional de Pesquisas Energéticas e Materiais (CNPEM)⁶³ e o setor público que, em 2013, criou a Aceleradora Campinas, a primeira aceleradora municipal do país em conjunto com o

⁶² De acordo com o Banco (2017), a UNICAMP desde sua fundação, em 1966, está alinhada às demandas do setor produtivo por meio de um estreito relacionamento com o setor empresarial, permitindo-lhe contribuir para o desenvolvimento econômico e industrial da região. Isso explica por que é a universidade com mais patentes no Brasil, com uma carteira de 1.042 patentes em 2016. Essa abordagem tem levado ao florescimento do empreendedorismo na universidade, do qual surgiram cerca de 434 *spin-offs*, gerando 22.000 empregos e faturando um trilhão de dólares (dados de 2016). (BID, 2017, p. 02)

⁶³ O CNPEM abriga quatro laboratórios de renome mundial, sendo um deles o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, responsável pela construção do novo projeto de alta frequência chamado de tecnologia “Sirius”, que consiste em uma fonte de luz síncrotron de quarta geração, única no mundo, e que terá aplicações em áreas como ciência dos materiais, nanotecnologia, biotecnologia, física e ciências ambientais. (BID, 2017, p. 02)

Núcleo Campinas Softex, que “promove o desenvolvimento de empresas de TIC nas áreas de qualidade, exportação, capacitação e formação de capital humano” (BID, 2017, p.02); assim como o “compromisso do governo em gerar as regras do jogo necessárias para que os atores do ecossistema floresçam em suas iniciativas” (BID, 2017, p. 02) com a promulgação da Lei 14.920, de 24 de novembro de 2014 que concede incentivos fiscais às empresas *e-commerce*, chegando a beneficiar em 2015 cerca de mil oitocentas e quarenta empresas (BID, 2017).

A prefeitura de Campinas, ainda, constituiu, em 2014, o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, do qual participa a Prefeitura de Campinas, por meio de sua Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo, assim como vários representantes do setor universitário, associações empresariais, institutos de pesquisa, centros e polos tecnológicos, bem como representantes da sociedade civil. Em 2015, a prefeitura desenvolveu o Plano Estratégico de Ciência, Tecnologia e Inovação (2015-2025) com um conjunto de metas que se voltam para a captação de investimentos em setores baseados na produção de conhecimento tecnológico e na inovação; na atração e na retenção de empresas inovadoras em Campinas; no uso da gestão urbana para atrair empresas e estimular o empreendedorismo inovador na cidade; no uso intensivo da tecnologia da informação nos serviços públicos; e na promoção do que o Banco classifica como empreendedorismo inovador, inclusivo e social.

Os componentes da operação incluíam: estudos diagnósticos acerca do setor de tecnologia e inovação da prefeitura municipal de Campinas; consultorias voltadas para a aplicação dos planos nacionais e municipais; oficinas de validação voltadas à pactuação da estratégia; evento nacional para compartilhar os resultados e disseminar o conhecimento gerado para outras cidades brasileiras. O resultado esperado foi que governo, *startups* e indivíduos considerados empreendedores adequassem os serviços e a produção a modelos digitais com projeção global. No que diz respeito à gestão municipal, a operação propôs a implementação de inteligência artificial e a computação cognitiva em determinados postos de trabalho, sobretudo aqueles voltados para as Compras Públicas de Inovação.

Em 2019, o município de Campinas continuou o trabalho de transformação digital dos serviços para a competitividade, no entanto, voltou-se para a criação do Centro Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, cuja coordenação foi

desenvolvida pela UNICAMP e pela prefeitura municipal, tendo como unidade executora o BID (BID, 2019b). Aqui Estado e município desenvolveram ações em conjunto, embora a operação tenha sido solicitada pelo município para oferecer suporte à operação acima descrita, iniciada no ano de 2017. Aponta-se para o objetivo, por vezes, secundarizado pelo texto desenvolvido pelo Banco, voltado para tornar a cidade de Campinas mais competitiva em relação às demais cidades do Estado de São Paulo e de outros Estados a partir do fechamento de postos de trabalho com o uso da inteligência artificial e ferramentas de transformação digital da produção e do comércio.

Estenderam-se para os municípios os componentes que permitiam as intervenções diretas realizadas pelo Banco. Procurou-se ampliar a capacidade de crédito por parte dos governos municipais, das pequenas e médias empresas e dos indivíduos que fazem parte da população considerada de baixa renda. Encontrou-se nessas operações um percurso de implementação de um modelo de cidade capaz de desenvolver relações comerciais que estimulem o crédito e a concorrência entre as cidades. Ao tornar a cidade atrativa para o desenvolvimento de atividades comerciais em uma proporção ampliada, o BID dava a entender que seria possível desenvolver modelos de cidade que prescindissem da produção industrial.

Os componentes de tais acordos propuseram implementar ou ampliar as condições de saneamento da região, o controle das crianças em situação de rua, a regularização das propriedades, a implementação de práticas de empreendedorismo, a educação para o voluntariado, o treinamento de jovens recém-saídos dos sistemas públicos de educação para atividades não regulamentadas, a ampliação da capacidade de transportar mercadorias e da oferta de serviços de transporte, saúde e educação gerenciados pelo setor privado. Notem que há um esforço em tornar os serviços direcionados à população local como propriedade de empresas que, possivelmente, receberam alguma recompensa financeira com tal ação. Nos outros Estados da região Sudeste, observou-se que as operações se pautaram pelo mesmo eixo de ação, no entanto, com focos mais acentuados em outras demandas necessárias à implementação do modelo de cidades operacionalizado pelo Banco.

O Rio de Janeiro concentrou 26,8% das operações jurídicas entre o BID e a região Sudeste. Diretamente com o governo do Estado, o BID alinhou operações que incidiram sobre o saneamento básico do Estado, com especial atenção para as comunidades do entorno da Baía de Guanabara. Conforme demonstra o Quadro 10, esta

preocupação já se encontrava presente desde a primeira operação jurídico-política desenvolvida entre o BID e o Estado do Rio de Janeiro. Tal operação contou com a articulação entre o governo federal e estadual, estendendo-se aos municípios do entorno da Baía de Guanabara.

Quadro 10: Intervenções do BID acordadas diretamente com o governo do Estado do Rio de Janeiro e o seu respectivo período de início.

PERÍODO	INTERVENÇÕES
1988-1994	Saneamento Básico no entorno da Baía de Guanabara.
1995-1998	Fortalecimento da empresa pública Financiadora de Estudos e Projetos. Desenvolvimento de tecnologias para o setor privado. Concessão para o setor privado da Linha Amarela. Urbanização da Baixada Fluminense. Estrada com portagem. Institucionalização de instrumentos de avaliação nas políticas sociais. Fortalecimento de OSCs com trabalho voltado para os direitos sociais de adolescentes e jovens.
1999-2002	Suporte ao mecanismo de defesa de direitos do consumidor voltado para o setor de serviços públicos. Concessão da Linha Amarela para o setor privado. Estratégias de desenvolvimento do turismo. Implementação de modelo de negócios pautado em polos de tecnologia da informação em comunidades e assentamentos.
2003-2006	Fortalecimento de microempresas agro familiares produtoras de cogumelos.
2007-2010	Ampliação da eficiência das operações comerciais da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE). Fornecimento de recursos para a população afetada pelos desabamentos. Treinamento para lideranças femininas oriundas de Organizações não-governamentais (ONGs). Implementação de um sistema de inteligência competitiva para o setor de construção. Estudo de viabilidade de desenvolvimento industrial e logístico local no Arco Metropolitano. Estudos de conclusão sobre a estruturação do transporte coletivo do BRT. Aquisição dos documentos para a licitação do componente de infraestrutura no âmbito do setor privado para a concessão dos serviços de transporte coletivo do BRT. Fortalecimento da capacidade institucional do governo do Estado para

	<p>o combate às ações consideradas crime e violência pela legislação do Estado.</p> <p>Suporte à mudança modal de sistemas motorizados para não motorizados.</p> <p>Elaboração de estudos técnicos para a definição de uma estratégia de gestão ambiental para a Baía de Sepetiba.</p> <p>Desenvolvimento empresarial da indústria criativa musical e de videogames.</p> <p>Acesso ao crédito para micro e pequenas empresas de propriedade de afro-brasileiros.</p> <p>Modernização da Gestão Fiscal do Estado.</p> <p>Assistência pós-inundação e deslizamento de terra.</p> <p>Gestão estratégica do Estado.</p> <p>Aumento da atividade turística no Estado.</p>
2011-2014	<p>Saneamento Ambiental para os municípios do entorno da Baía de Guanabara.</p> <p>Fortalecimento da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH).</p> <p>Construção de política de desenvolvimento econômico local.</p> <p>Elaboração de proposta para a recuperação e proteção dos serviços climáticos e de biodiversidade na Bacia Paraíba do Sul da Mata Atlântica.</p> <p>Estratégias de empoderamento para a população de baixa renda.</p> <p>Gestão Integrada da Baía de Guanabara.</p> <p>Extração de árvores da Mata Atlântica.</p> <p>Metodologia de cadeias de valor para micro e pequenas empresas.</p>
2015-2018	<p>Gestão de resíduos sólidos na Baía de Guanabara.</p> <p>Disseminação do conhecimento em segurança cidadã.</p>
2019-2022	<p>Certificação em tecnologia da informação da empresa Google para jovens de comunidades de baixa renda através da educação online.</p>

Fonte: Autora, 2022.

A operação que teve seu início no mês de novembro do ano de 1993 apresentou como descrição que essa seria uma primeira fase, exigindo operações complementares ao longo dos anos que se seguiram (BID, 1993d). Em 1993, a Baía de Guanabara já era considerada uma parte importante da economia do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, com aproximadamente seis mil indústrias em seu entorno, um porto e uma das maiores refinarias de petróleo do país. Conforme aponta o BID (1993d), a área era responsável por 87% do PIB do Estado e 10% do PIB do país. A área definida pela topografia da região como sua bacia incluía trinta e cinco rios tributários e quase quatro mil quilômetros de área de terra. Em 1991, o BID (1993d) estimava que cerca de sete milhões de pessoas habitavam a área da bacia, que era quase 70% da população da área metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. O crescimento populacional no entorno da

Baía de Guanabara crescia em ritmo acelerado e o Banco considerava importante conter o que limitava a terra disponível para o assentamento urbano, gerando moradias irregulares conforme a legislação acerca da propriedade de terras no espaço urbano.

A Baía de Guanabara compreende a maior parte do município do Rio de Janeiro, seguido pelos municípios de Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, São Gonçalo e parte dos Municípios de Rio Bonito e Niterói. O município do Rio de Janeiro, em 1993, era a área mais densamente povoada, com cerca de quatro mil e quinhentos habitantes por quilômetro quadrado, seguido pelos municípios com maior facilidade de acesso ao Rio de Janeiro: Niterói, São Gonçalo, São João de Meriti e Duque de Caxias.

A operação do BID sobre a Baía de Guanabara, em 1993, teve como componentes a coleta e o tratamento do esgoto, o abastecimento de água potável, a coleta e a eliminação de resíduos sólidos, a drenagem de canais e rios, a implementação de programas ambientais complementares sobre controle de poluição industrial, o monitoramento ambiental e a educação ambiental, o mapeamento digital e o desenvolvimento institucional municipal. A CEDAE foi a unidade executora escolhida para desenvolver as ações previstas no ato da contratação. Outras organizações ao nível federal e municipal foram incorporadas como coexecutoras, liberando um trabalhador do seu corpo técnico, em tempo integral, para formar uma comissão coordenadora da Baía de Guanabara cujo trabalho se ocupou do tratamento das principais questões políticas e interministeriais que pudessem de alguma forma dificultar a execução da operação.

Chama-se a atenção para o componente relativo ao desenvolvimento institucional do município, sobretudo por ser um item presente na maioria das intervenções até o momento analisadas, independentemente do setor a que ela se dirige. Neste acordo, em específico, o Banco descreveu como intervenções locais a implementação de modelos de planejamento urbano e ambiental nos governos locais; o aumento das receitas de imposto predial arrecadadas por esses governos em uma média de 10% ao ano, durante os primeiros três anos após a instalação de novos sistemas cadastrais, e a criação da fundação Centro de Informações do Rio de Janeiro cuja função seria armazenar, processar e analisar informações geográficas digitalizadas, para fins de assessoria no planejamento físico e ambiental dos municípios ligados à Baía de Guanabara.

Outras operações foram desenvolvidas nos anos que se seguiram, apresentando componentes próximos ou complementares aos descritos acima. Entre 1995 e 1998, as intervenções foram direcionadas para o aumento de receitas com o processo de urbanização dos assentamentos populares no Estado, com especial atenção para os municípios que compõem a região metropolitana – região que recebe as águas da Baía de Guanabara e seus afluentes. O modelo de gestão dos espaços urbanos do BID consistiu, ainda, a implementação de um modelo descentralizado capaz de direcionar aos municípios responsabilidades com os custos da manutenção da limpeza da Baía de Guanabara, sobretudo no que diz respeito aos dejetos lançados pelas indústrias localizadas no entorno.

Entre 2007 e 2010, as intervenções se ocuparam em ampliar a capacidade da CEDAE em desenvolver operações comerciais sobre a rede de esgoto e abastecimento de água do Estado do Rio de Janeiro; assim como a ampliação do modelo de gestão urbana e ambiental para os municípios perpassados pela Baía de Sepetiba. A CEDAE atendia sessenta e dois dos noventa e um municípios do Estado, cerca de quatorze milhões de habitantes. A maioria dos municípios concentrava-se na região metropolitana, que compreendia a cidade do Rio de Janeiro e outros nove municípios. Segundo o Banco (2007e), a CEDAE enfrentava problemas, principalmente nos municípios atendidos pelo aqueduto da Baixada Fluminense, a saber: Nova Iguaçu, Belford Roxo, Duque de Caxias e São João do Meriti. A intervenção do Banco para mitigar os problemas – identificados por ele próprio – foi a implementação de um modelo de gestão comercial que incluiu a formulação de projetos sob a forma de “parcerias público-privadas”, projetos de relacionamento com os usuários, programa de informação comercial, programa sistemático de substituição de medidores, programas de diferenciação das categorias sociais de usuários, programa de promoção do uso racional da água, projetos de recuperação e fidelização de grandes clientes, além de outros programas de melhoria da eficiência comercial da empresa. Aqui, a unidade executora responsável pelo planejamento das ações de intervenção foi o BID com a coexecução da própria CEDAE.

Entre 2011 e 2014, mais operações se concentraram sobre os municípios do entorno da Baía de Guanabara, propondo o que o Banco chama de gestão integrada entre governo federal, estadual e municipal da Baía de Guanabara. O resultado dessas operações promoveu a implementação da “parceria público-privada” como elemento

central, cujas mudanças nos marcos regulatórios acerca das responsabilidades dos municípios do entorno com a Baía de Guanabara foram essenciais para a sua efetivação. Notem que a estrutura descrita pelos documentos acerca das operações entre o Banco e o Estado do Rio de Janeiro manteve o padrão de preparar os municípios para receber as intervenções realizando modificações nos marcos regulatório e transformando o município em uma unidade político-territorial tomadora de empréstimo, ou seja, com os meios legais para participar do endividamento público proposto pelo crédito oferecido pelo BID.

Entre 2015 e 2018, o BID desenvolveu uma operação específica de gestão ambiental de resíduos sólidos na Baía de Guanabara, como um pré-requisito determinado pelo Comitê Olímpico Internacional para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016. De modo geral, a operação teve como proposta organizar um espaço de articulação entre as ações que vêm sendo implementadas por entidades públicas e privadas para diminuir os níveis de poluição da Baía por resíduos sólidos, através da designação de responsabilidades para os municípios, a fim de criar negócios, promover a educação ambiental e desenvolver o sentimento de pertencimento frente à baía, sob o conceito de “Baía de Guanabara para Todos” (BID, 2015b; 2015c). Esta operação teve como unidade executora o Instituto Brasileiro de Administração Municipal, categorizada pelas leis do país como associação civil de direito privado, considerada pelo Banco (2015) como organização referência para a gestão integrada dos resíduos sólidos da Baía de Guanabara.

Os convênios entre o governo do Estado do Rio de Janeiro e os municípios foram formalizados com as prefeituras do Rio de Janeiro, da Região dos Lagos, de Niterói, Resende, Volta Redonda, Belford Roxo, São João de Meriti, Arraial do Cabo, São José e Cantagalo. Identificou-se um padrão de estratégias que procuravam dotar os municípios de instrumentos para a captação de crédito externo, assim como procuravam estabelecer OSCs como organizações intermediárias entre o Banco e a unidade político-territorial na prestação de serviços e captação de recursos. O Quadro 11 reúne as operações realizadas diretamente com os municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Quadro 11: Municípios do Estado do Rio de Janeiro que sofreram intervenção do BID entre 1988 e 2022

PERÍODO	MUNICÍPIOS	PRINCIPAIS ABORDAGENS
1988-1990	Rio de Janeiro	Desenvolvimento Social da favela do Jacarezinho.

1991-1994	Rio de Janeiro	Programa de assistência para menores.
1995-1998	Rio de Janeiro Região dos Lagos	Drenagem da Baía de Guanabara. Suporte à prefeitura municipal do Rio de Janeiro. Programa de urbanização de assentamentos populares do Rio de Janeiro. Suporte à ONG Viva Rio. Acesso ao crédito para microempreendedores em favelas e comunidades de baixa renda. Estrada com portagem.
1999-2002	Rio de Janeiro	Formação de Jovens mulheres em atividades como guias turísticos e preservação de obras de arte. Legalização de propriedade em favelas e assentamentos. Oferta de serviços para moradores de comunidades.
2003-2006	Rio de Janeiro (bairro Glória) Niterói	Restauração do bairro da Glória. Criação de linhas de crédito para o município.
2007- 2010	Rio de Janeiro Resende Volta Redonda Belford Roxo São João de Meriti Arraial do Cabo São José Cantagalo Vila Parque Cidade	Renovação do centro histórico do centro do Rio de Janeiro. Estudos de preparação da linha de trem de alta velocidade entre Rio de Janeiro e São Paulo. Urbanização do município de Belford Roxo. Estudo para implementação da concepção de município do Banco. Regularização imobiliária de assentamentos populares. Criação de postos de trabalho informal voltados para a reciclagem de lixo e óleo de cozinha usado. Consolidação do modelo de formação e colocação profissional da ONG Galpão Aplauso. Treinamento profissional em empreendedorismo para organizações não-governamentais da comunidade. Realização de estudos para conclusão da estruturação do corredor BRT-T5 com vistas à infraestrutura e a concessões para o setor privado de componentes de serviços de transporte. Participação da comunidade na prevenção da violência urbana. Suporte à ANTT para a Gestão de Projetos de Trens de Alta Velocidade. Suporte às estratégias de mobilidade urbana. Programa de Desenvolvimento Urbano de Bairros de Baixa Renda.

2011-2014	Rio de Janeiro Vila Olímpica Carlos Castilho Niterói	Ampliação da oferta de serviços sociais para a população de 0 aos 6 anos. Desenvolvimento de um modelo de parceria privada para educação financeira de jovens mulheres na Vila Olímpica Carlos Castilho. Renovação urbana de Niterói.
2015-2018	Rio de Janeiro Região dos Lagos	Estratégias de desestímulo de jovens em atividades ilegais. Consolidação do modelo de formação e colocação profissional da ONG Galpão Aplauso. Empréstimo Corporativo para AEGEA. Acesso à creche para crianças entre 0 e 3 anos. Testagem de que tipo de informação terá mais envolvimento no processo de engajamento dos pais com a educação infantil.

Fonte: Autora, 2022⁶⁴.

Notem que os municípios foram preparados para receber o crédito externo. O próprio Banco (2007d) informa que, até abril de 2007, vinte e oito municípios⁶⁵ no país já haviam solicitado empréstimos ao BID para financiar programas em preparação no valor total de cerca de US\$654 milhões, o que indicava uma mudança na demanda por recursos do BID, dos níveis federal e estadual para os níveis municipais. O BID (2007d) abriu em outubro de 2006 uma linha de crédito direta para atender aos municípios, dinamizando as atividades do Banco no Brasil no nível municipal e agilizando os procedimentos de preparação e de aprovação de projetos por meio da descentralização das operações.

Com a descentralização, os municípios passaram a ser explorados pelo Banco como mercados para o acesso ao crédito externo e dotá-los de serviços padronizados oferecia vantagens na concorrência entre mercados. No entanto, para tornarem-se elegíveis, o Banco exigia que o município apresentasse dados que indicassem o funcionamento e a viabilidade técnica de investimentos em infraestruturas básicas como sistema de água potável, sistema de saúde, sistema de esgotos, estradas, iluminação

⁶⁴ Produzido pela autora a partir do levantamento descritivo das operações jurídico-políticas identificadas no sítio eletrônico do BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2022a). Disponível em: <https://www.iadb.org/pt> Acesso em: 29 jun. 2023.

⁶⁵ O BID (2008) cita os municípios de Niterói (BR-L1055), Vitória (BR-L1057), Nova Iguaçu (BR-L1058), Natal (BR-L1056), Toledo (BR-L1085), Belford Roxo (BR-L1077), Campo Grande (BR-L1104), Maringá (BR-L1087), Curitiba (BR-L1083), Aracaju (BR-L1084), Ponta Grossa (BR-L1099), Colombo (BR-L1100), Duque de Caxias (BR-L1075), João Pessoa (BR-L1080), Piracicaba (BR-L1086), Manaus (BR-L1088), Londrina (BR-L1094), Araucária (BR-L1095), Itajaí (BR-L1096), GDF (BR-L1076), São Gonçalo (BR-L1097), São João de Meriti (BR-L1098), Santa Maria (BR-L1105), São Luís (BR-L1117), Recife, Guarapuava, Serra e Tame Bar. Estes quatro últimos o Banco (2007d) não ofereceu número da operação.

pública, urbanização de bairros degradados e reabilitação urbana. Além disso, os municípios deveriam aceitar que empresas de consultoria, escolhidas pela unidade executora, utilizassem indicadores e mecanismos para o monitoramento e avaliação dos empréstimos de desenvolvimento municipal.

O Banco exigia ainda que o município garantisse a sustentabilidade financeira dos projetos, com a implementação de possíveis estruturas financeiras a serem adotadas para financiar os investimentos para reduzir as intervenções financeiras públicas ao longo do tempo, bem como atrair recursos financeiros privados de investidores nacionais e internacionais. Como uma terceira exigência, o Banco indicava a formulação de políticas de intervenção que pudessem produzir desenvolvimento social e econômico nas áreas-alvo e melhoria das condições de vida da população de baixa renda (moradia, apoio a grupos vulneráveis, promoção de atividades econômicas etc.). Sobretudo, na oferta de soluções sociais e econômicas alternativas chamadas pelo Banco de urbanização de favelas, reassentamento, moradia, realocação e compensação em dinheiro.

Já o Estado de Minas Gerais concentrou 21,6% das operações entre o Banco e a região Sudeste. O período entre 2007 e 2010 apresentou o maior número de operações, correspondendo a 30,6% do total de operações entre o BID e o Estado de Minas Gerais. Diretamente com o governo do Estado, o BID alinhou operações que incidiram sobre diferentes setores de infraestrutura econômica e social. Sobre as atividades industriais, as operações se voltaram para empresas com base tecnológica e biotecnológica, para o setor de aço, a captação de carbono e a industrialização da macaúba. Chama-se a atenção para as operações que pretendiam incidir sobre a produtividade industrial e sobre a concorrência entre clusters como elementos que, embora estejam categorizados em operações exclusivas para este fim, também encontravam-se presentes nas operações voltadas para o setor industrial.

As operações voltaram-se para o setor de comércio⁶⁶ quando procuraram organizar o sistema de crédito individual da população de baixa renda e os serviços de infraestrutura social necessários à reprodução da força de trabalho na cidade, sem a possibilidade de que esses assumam a propriedade dos meios de produção. Notem que as operações incidiram sobre a formação de uma rede de pequenas empresas de turismo,

⁶⁶ Aqui entende-se que os serviços que garantem a infraestrutura econômica e social, no capitalismo, podem ser considerados mercadorias que serão trocadas em processos de valorização do valor explicitados por Marx e Engels (2017; 2014; 2013).

a mobilidade dos indivíduos e das mercadorias para o trânsito entre os municípios do Estado, a possibilidade de imigrantes e a população considerada de baixa renda realizarem procedimentos bancários, à responsabilização dos municípios na produção e à destinação dos resíduos sólidos, a comercialização de mercadorias de pequenos produtores, a oferta de serviços ambientais aos trabalhadores do campo, a ampliação do sistema de energia elétrica para locais mais afastados da cidade, a concessão das rodovias estaduais à iniciativa privada, a cobrança de tributos aos indivíduos no trânsito nas rodovias estaduais, a concessão dos serviços de saneamento e energia às empresas privadas, a certificação on-line da educação da força de trabalho, a avaliação a partir de competências básicas de aprendizagem e a contenção das revoltas populares por meio da formação em segurança cidadã (Quadro 12).

Quadro 12: Intervenções do BID acordadas diretamente com o governo do Estado de Minas Gerais e o seu respectivo período de início

PERÍODO	INTERVENÇÕES
1988-1990	Modernização das estradas estaduais.
1991-1994	Duplicação da Rodovia Fernão Dias.
1995-1998	Concessão de estradas. Certificação de competências básicas de aprendizagem. Mobilização da sociedade civil para financiamento de projetos comunitários para a população de baixa renda. Suporte ao desenvolvimento de pequenas empresas de base tecnológica. Suporte ao desenvolvimento de pequenas empresas de biotecnologia.
1999-2002	Suporte ao plano estratégico de desenvolvimento do turismo.
2003-2006	Ampliação da oferta de serviços públicos por meio da iniciativa privada. Suporte ao desenvolvimento de um modelo de plano estratégico para competitividade em clusters. Suporte à organização de uma rede de pequenas e médias empresas de turismo localizadas ao longo da Estrada Real. Suporte à acessibilidade dos moradores de pequenos municípios não interligados à malha rodoviária federal ou estadual aos serviços urbanos de outros municípios. Suporte à expansão do uso de serviços bancários por migrantes brasileiros e seus familiares e inclusão no sistema financeiro do Brasil.
	Suporte ao desenvolvimento de estratégias para o uso da terra e produção de serviços ambientais relacionados à floresta. Instalação de novo equipamento de lingotamento contínuo de placas

2007-2010	<p>para produção de placas para produção de aços planos da empresa Gerdau Açominas.</p> <p>Fortalecimento da capacidade institucional do governo do Estado para o combate às ações consideradas crime e violência pela legislação do Estado.</p> <p>Estudo para viabilização de empresas para captação de carbono.</p> <p>Desenvolvimento de estratégias para o aumento da competitividade de Clusters.</p> <p>Gestão integrada de resíduos sólidos.</p> <p>Suporte ao desenvolvimento de redes de comercialização de pequenos produtores agroecológicos.</p> <p>Fortalecimento dos sistemas regionais de inovação.</p> <p>Ampliação da eletrificação do noroeste de Minas Gerais.</p> <p>Desenvolvimento de estratégias de gestão fiscal no governo do Estado.</p> <p>Suporte à acessibilidade dos moradores de pequenos municípios não interligados à malha rodoviária federal ou estadual aos serviços urbanos de outros municípios.</p> <p>Fortalecimento da infraestrutura de transporte e do setor logístico para aumentar o alcance econômico das regiões de pequenos recursos econômicos e o aumento da competitividade</p> <p>Apoio à Companhia Energética de Minas Gerais para a realização de diagnósticos de mercado.</p>
2011-2014	<p>Gestão integral de resíduos sólidos urbanos para a região metropolitana.</p> <p>Oferta de crédito para a população de baixa renda.</p> <p>Suporte ao financiamento de projetos e equipamentos municipais de infraestrutura e serviços básicos.</p> <p>Desenvolvimento de estratégias de serviços de recuperação e proteção do clima e da biodiversidade.</p>
2015-2018	<p>Apoio à inovação e melhoria da produtividade industrial.</p> <p>Disseminação do conhecimento em segurança cidadã.</p> <p>Desenvolvimento de um sistema silvipastoril e cadeia de valor Baseado em Macaúba.</p>
2019-2022	<p>Certificação em tecnologia da informação da empresa Google para jovens de comunidades de baixa renda através da educação online.</p> <p>Instalação de preparação de projeto de parceria público-privada em água, saneamento e resíduos sólidos.</p> <p>Fortalecimento da cadeia de valor em torno da mineração.</p> <p>Suporte emergencial às inundações.</p>

Fonte: Autora, 2022⁶⁷.

O BID assinou acordos diretamente com os municípios de Diamantina, Vespasiano, Betim, Ouro Preto, Tiradentes, Belo Horizonte, Cataguases, Araxá,

⁶⁷ Produzido pela autora a partir do levantamento descritivo das operações jurídico-políticas identificadas no sítio eletrônico do BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2022a). Disponível em: <https://www.iadb.org/pt> Acesso em: 29 jun. 2023.

Brumadinho, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim da Alvorada e a região do Vale do Jequitinhonha formada por cerca de cinquenta e cinco municípios. Identificou-se como elemento presente em todas as operações desenvolvidas com os respectivos municípios o componente dedicado ao fortalecimento institucional do município a partir dos imperativos do capital: concorrência, aumento da produtividade e acumulação (Quadro 13).

Quadro 13: Municípios do Estado de Minas Gerais que sofreram intervenção do BID entre 1988 e 2022

PERÍODO	MUNICÍPIOS	PRINCIPAIS ABORDAGENS
1988-1990	Diamantina	Suporte para a gestão da cooperativa de sapatos.
1991-1994	Vespasiano Betim	Fortalecimento institucional da ONG Salão do Encontro.
1995-1998	Ouro Preto Barbacena	Fortalecimento institucional da Fundação de Apoio à Arte de Ouro Preto. Programa de Modelos de Atenção à Saúde Materno-Infantil.
1999-2002	Tiradentes Ouro Preto	Adoção de padrões internacionais e obtenção de certificações sobre o Turismo.
2003-2006	Belo Horizonte	Despoluição dos cursos de água.
2007-2010	Vale do Jequitinhonha Cataguases Araxá Belo Horizonte Itaituba	Suporte ao desenvolvimento de um sistema de comercialização de apoio à arte do Vale do Jequitinhonha. Reestruturação da dívida da Energisa SA. Suporte ao planejamento de competências e soluções gerenciais por meio da tecnologia da informação para o setor de saúde. Suporte ao desenvolvimento de um modelo de plano estratégico para competitividade em clusters. Aumento da competitividade das empresas de açúcar e etanol. Planejamento de estratégias de turismo de negócios para aumentar a competitividade territorial.
2011-2014	Belo Horizonte	Reabilitação ambiental e urbana.
	Brumadinho Belo Horizonte Conceição do	Fortalecimento do Instituto Inhotim. Implementação de modelo de distribuição das Kiteiras como fonte de oportunidade de negócios

2015-2018	Mato Dentro Serro Dom Joaquim Alvorada	para mulheres na base da pirâmide. Apoio às comunidades de extração de recursos naturais. Ampliação do acesso aos serviços de saúde em Belo Horizonte.
-----------	---	--

Fonte: Autora, 2022⁶⁸.

O BID (2009e) informa que, entre abril de 2007 e maio de 2008, mais dez municípios solicitaram empréstimos oficialmente dentro da instalação da linha de crédito do PROCIDADES, perfazendo um total de um milhão e trezentos e trinta e seis mil dólares. O BID (2009e) anunciou que os municípios, em sua maioria, contavam com bastantes recursos para financiar os estudos de viabilidade e outras avaliações setoriais necessárias para a preparação do empréstimo. Àqueles que não possuíam recursos e capacidade técnica, o BID oferecia um crédito específico para avançar no processo de preparação da solicitação do empréstimo.

O Estado do Espírito Santo alcançou a faixa de 8% no que diz respeito à quantidade de intervenções do Banco sobre a região Sudeste. Foi o único Estado da região que desenvolveu mais acordos com o Banco no período entre 2019 e 2002, alcançando 30,4% do total de operações. Nesse período, as operações procuraram incidir sobre a gestão fiscal do Estado, assim como o desenvolvimento da educação em formato on-line, a organização logística das atividades de produção e circulação mediadas pelo Estado e a gestão gerencial da segurança pública (Quadro 14).

Quadro 14: Intervenções do BID acordadas diretamente com o governo do Estado do Espírito Santo e o seu respectivo período de início.

PERÍODO	INTERVENÇÕES
1991-1994	Fortalecimento do Departamento de Estradas e Rodagens nas áreas de Gestão e Técnica.
1995-1998	CEAPE.
2007-2010	Fortalecimento da capacidade institucional do governo do Estado para o combate às ações consideradas crime e violência pela legislação do Estado. Apoio à iniciativa de competitividade local em atividades com rochas ornamentais.

⁶⁸ Produzido pela autora a partir do levantamento descritivo das operações jurídico-políticas identificadas no sítio eletrônico do BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2022a). Disponível em: <https://www.iadb.org/pt> Acesso em: 29 jun. 2023.

	Plano de desenvolvimento de administração financeira do governo do Estado.
2011-2014	Disseminação do conhecimento em segurança cidadã.
2019-2022	Modernização da gestão fiscal do governo do Estado. Intercâmbio de conhecimento para compartilhar experiências sobre engajamento da comunidade e melhorar a qualidade da educação. Certificação em tecnologia da informação da empresa Google para jovens de comunidades de baixa renda através da educação online. Desenvolvimento de estratégias de eficiência logística para aumento da competitividade. Ampliação e modernização do sistema penitenciário. Gestão e governança da segurança pública.

Fonte: Autora, 2022⁶⁹.

Entre 1999 e 2006, o Banco não deu início a nenhuma intervenção direta com o governo do Estado do Espírito Santo, o que aconteceu, também, no período entre 2011 e 2014. Os municípios do Estado do Espírito Santo, nos quais o BID operacionalizou operações jurídico-políticas foram Vitória, Vila Velha, Colatina, Cariacica, Serra e Viana. Vitória foi a cidade que mais sofreu intervenções do Banco, incidindo sobre a implementação de instrumentos de planejamento urbano voltados para a facilitação do crédito pelo município, o acesso de OSCs aos serviços considerados mercadorias a serem trocadas, a contenção das revoltas individuais e a aplicação do modelo de cidades inteligentes.

Quadro 15: Municípios do Estado do Espírito Santo que sofreram intervenção do BID entre 1988 e 2022.

PERÍODO	MUNICÍPIOS	PRINCIPAIS ABORDAGENS
2007-2010	Vitória Vila Velha	Desenvolvimento de instrumentos de planejamento urbano. Fortalecimento do Fundo Comunitário Verde Vida.
2011-2014	Colatina Cariacica Serra Viana Vila Velha Vitória	Apoio à gestão do município. Diminuição dos índices de criminalidade.

2015-2018	Vitória	Planejamento de Urbanização
2019-2022	Vitória	Apoio aos governos locais para implementação do modelo de cidades inteligentes.

Fonte: Autora, 2022.

Os governos locais se empenharam em implementar o modelo de cidades necessário à concessão de empréstimos ao Banco. Nota-se que Vitória – a capital do Estado – recebeu o maior número de intervenções que se concentraram na gestão do município, na implementação de instrumentos de planejamento urbano e na diminuição dos índices de violência. Nos demais municípios, os acordos apresentaram características semelhantes, acrescentando a formação de fundos comunitários para a execução de políticas voltadas para a questão social urbana.

Pode-se notar que o Banco operacionaliza suas intervenções exigindo uma contrapartida local e uma unidade executora do projeto. A contrapartida local indica que a unidade político-territorial além de arcar com os custos dos juros adensados à relação comercial de crédito tem a obrigação de retirar do fundo público uma porcentagem do valor total da operação que sofre variações conforme o tipo de operação. As informações sobre esse elemento comum nas operações jurídico-políticas não se encontram disponíveis de forma clara e consistente no sítio eletrônico do Banco. Entre os quantitativos apresentados na breve relação que o banco apresenta sobre as suas operações com o Brasil e os valores contrastados em alguns documentos, foi possível notar divergências que precisam ser mais aprofundadas, demandando um tempo de pesquisa que ultrapassa o regulamentado para o processo de doutoramento.

Os valores, quando indicados pelo Banco, sugerem que a unidade político-territorial efetuou, além da contrapartida econômica, uma contrapartida política e jurídica. Para a execução dos acordos, o Banco definiu unidades executoras locais que podiam ser OSCs, empresas ou departamentos e secretarias dos órgãos estaduais ou municipais. O termo fortalecimento foi utilizado pelo banco para descrever as ações que visavam tornar a OSC ou instituição governamental um mecanismo de referência acerca de determinado setor. As unidades executoras pareciam ser o braço do Banco no território estadual ou municipal, com a função de ajustar as exigências do Banco para que situações fiscais e legais estaduais e municipais não limitassem a disponibilidade da contrapartida local, atrasando assim a conclusão dos acordos.

Apona-se que o BID seguiu com a política de implementação dos imperativos do capital sem uma ocupação direta sobre o território, ao mesmo tempo em que garantiu, institucionalmente, por meio do Estado democrático, os instrumentos necessários à acumulação de capital. O BID procurou reunir elementos que caracterizam a ação do Banco na implementação de um modelo de cidades que recebeu diferentes denominações pelo Banco, sendo chamado por vezes de cidades inteligentes, autogeridas, planejadas ou com modelos de urbanização. Independentemente da nomenclatura que o Banco pretendeu utilizar, assim, aponta-se que as suas operações com o Brasil deixaram pistas dos elementos necessários à aplicação desse modelo. No próximo capítulo, procura-se identificar nas análises desenvolvidas pelos pesquisadores inseridos na pós-graduação, no Brasil, em diferentes áreas de conhecimento, as ações desenvolvidas pelo BID nas regiões político-administrativas do país, destacando os processos de expansão territorial, as principais tendências de análise e a possível relação com a criação de um padrão de cidades concorrentes.

4. A RELAÇÃO ENTRE O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO E O BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS ACADÊMICAS

A “implosão” do socialismo (LOSURDO, 2004) construída pelos países do centro do capitalismo sob a direção dos EUA, durante a “Guerra Fria”, teve desdobramentos em todos os campos da vida social, sobretudo nos países localizados na periferia do capitalismo. A burguesia imperialista alinhou ofensivas democráticas às pressões econômicas e militares funcionando como propaganda para um novo mundo, em que os antagonismos de classe não mais existiam e todos eram convocados a “disputar a arena política” como a única possibilidade de autonomia sobre os processos de “transformação social”. Assentou-se a forma política democrática como ideal e objetivo final a ser alcançado por capitalistas e trabalhadores, assim como palavras de ordem que expressavam a luta dos trabalhadores foram apropriadas pela burguesia e esvaziadas em seu sentido político e revolucionário. À experiência socialista, impingiu-se o estigma do autoritarismo e do totalitarismo como forma comum à ideologia burguesa no trabalho de inversão de sentidos.

Tal embate ideológico e multimidiático contemplava a decisão sobre o estado de exceção nos países latino-americanos e caribenhos pelo ocidente liberal, capitalista e imperialista propagandeado como necessário à democracia e à paz ocidental. Os promotores do “golpe” asseguravam que suas intenções procuravam enfrentar a situação de perigo que ameaçava a unidade e a independência dos países, para tanto, recorria-se aos poderes previstos pelo ordenamento constitucional para o estado de exceção. A saída tutelada (FERNANDES, 1982) do estado de exceção, no Brasil, foi assegurada pela retomada do ordenamento constitucional liberal que, apesar dos esforços de articulação e de enfrentamento empenhados pelo movimento político contrário ao golpe (1964), manteve o direcionamento imposto durante a ditadura militar-empresarial.

Nessa conjuntura, o BID manteve suas estratégias de intervenção sobre o Brasil, que foram ampliadas tanto em relação ao quantitativo de operações quanto no que tange às estratégias de penetração nas unidades políticos-territoriais. Na tentativa de compreender como essa relação se realizou no Brasil, parte-se da leitura atenta das produções acadêmicas desenvolvidas pela pós-graduação, no Brasil, nas diferentes áreas do conhecimento, entre 1988 e 2020. Sobretudo porque se entende, nesta pesquisa, que

a luta pela hegemonia (GRAMSCI, 2014) compreende a assimilação de categorias, avaliações e, até mesmo, recorrências históricas produzidas pela ideologia dominante. Dessa forma, a compreensão sobre as intervenções do Banco não pode ter como referência as análises desenvolvidas pelo próprio BID.

As produções indicaram que as intervenções do Banco sobre o Brasil incidiram sobre a infraestrutura social que garante a produção de valor para as cidades sob a forma de mercadoria. Para a cidade-mercadoria, é direcionado um modelo de gestão cuja concepção e planejamentos são desenvolvidos pelo BID, ao mesmo tempo em que os custos e o trabalho de execução são desempenhados pelas cidades que tomam empréstimo com o BID. Aponta-se que os imperativos da concorrência, da produtividade e da acumulação direcionados pela burguesia imperialista e incorporados pela classe dominante dos países em situação de dependência encontram-se presentes nas operações jurídico-políticas, independentemente do setor social ao qual ela foi direcionada.

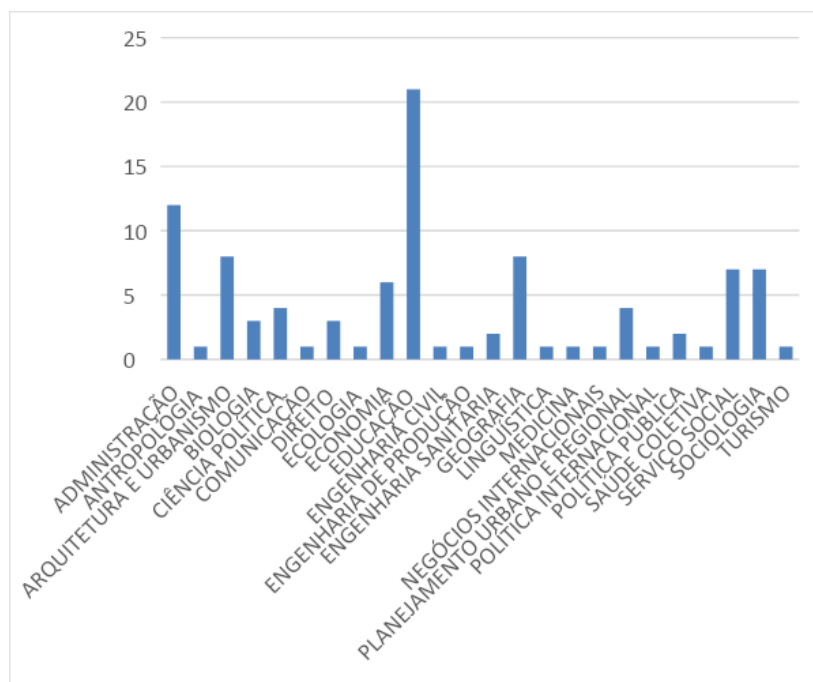
4.1 Processos de expansão territorial na periferia do capitalismo: elementos comuns nas diferentes áreas de conhecimento.

A extensão territorial do Brasil, comparada a outros países da América Latina e Caribe, tem sido uma questão tratada pelo Banco pelos diversos setores que fazem parte da sua organização interna. Os pesquisadores, concentrados nas Universidades, por mais que façam um esforço hercúleo para compreender as intervenções e as incorporações proporcionadas pelos acordos jurídico-políticos entre o Banco e as unidades político-territoriais, encontram-se em desvantagem. Em especial, porque o Banco, conforme demonstrado no capítulo três, possui uma estrutura e organização interna capaz de desenvolver operações jurídico-políticas ao mesmo tempo em diferentes setores sociais e sobre diferentes territórios. Às tentativas de sufocamento da produção acadêmica autônoma – tanto internas às instituições de pesquisa quanto externas – emergem a resistência.

Identificou-se cento e três trabalhos de pesquisa divididos entre vinte e duas teses e oitenta e uma dissertações, sendo nove referentes a cursos de Mestrado Profissional. Refinamos a nossa pesquisa de acordo com as áreas de conhecimento nas quais os trabalhos se encontravam vinculados com o objetivo de identificar o

movimento de pesquisa em torno do BID nas diferentes áreas. Utilizamos as áreas de conhecimento descritas pelo portal CAPES, totalizando vinte e quatro áreas de conhecimento. No gráfico abaixo, trazemos uma descrição das pesquisas por área de conhecimento.

Gráfico 2: Quantitativo de pesquisa por área de conhecimento

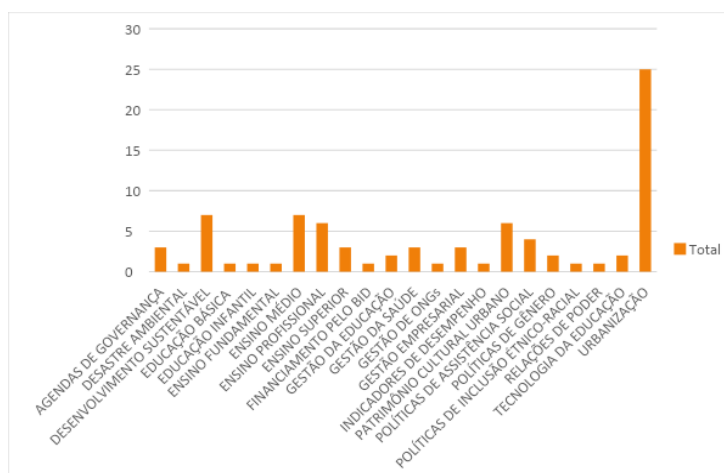


Fonte: CAPES, 2023⁷⁰.

Pode-se identificar que a Educação foi a área de conhecimento em que se desenvolveu mais trabalhos de pesquisa. As produções focaram nas políticas para o Ensino Médio e Profissional, evidenciando o alinhamento com as condicionalidades exigidas para a concessão do empréstimo ao Estado ou município. A área de conhecimento da Administração apresentou um quantitativo de produção ampliado em relação às outras áreas. Identificou-se como objeto de estudo a Reforma do Estado e a Modernização da Administração Pública, demarcando referência ao BID como principal elemento. Os trabalhos produzidos em Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Planejamento Urbano e Regional, Sociologia e Serviço Social procuraram analisar os impactos sofridos pelos Estados e municípios no Brasil ao implementarem a infraestrutura social necessária à penetração do Banco. O gráfico 3 apresenta um panorama dos temas presentes nos trabalhos de pesquisa.

⁷⁰ Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>> Acesso em: 29 jun. 2023.

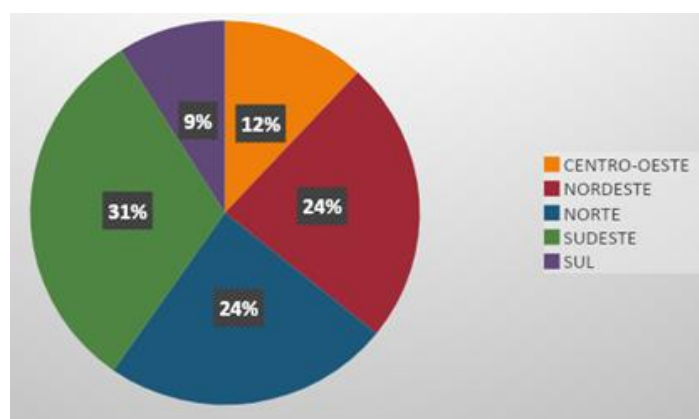
Gráfico 3: Temas presentes nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos pela pós-graduação no Brasil, entre 1988 e 2020, que indicam a relação do BID e do Brasil



Fonte: CAPES, 2023⁷¹.

É possível perceber que o foco das intervenções do BID sobre o Brasil voltou-se, principalmente, para as questões relativas à urbanização. Os trabalhos indicaram que as operações jurídico-políticas procuraram implementar um modelo de gestão de cidades, com estratégias dirigidas aos diferentes setores da sociedade. Ao dividirmos os trabalhos produzidos por região administrativa, como demonstra o Gráfico 4, identificou-se que a região Sudeste possui o maior quantitativo de estudos, seguido pelas regiões Norte e Nordeste, ambas com o mesmo quantitativo percentual. As regiões Centro-Oeste e Sul possuem as menores taxas de produção do conhecimento sobre a relação entre o BID e o Brasil, sendo os valores relativos a 12% e 9%, respectivamente.

Gráfico 4: Valor percentual relativo à relação entre os temas estudados e a divisão administrativa do Brasil.

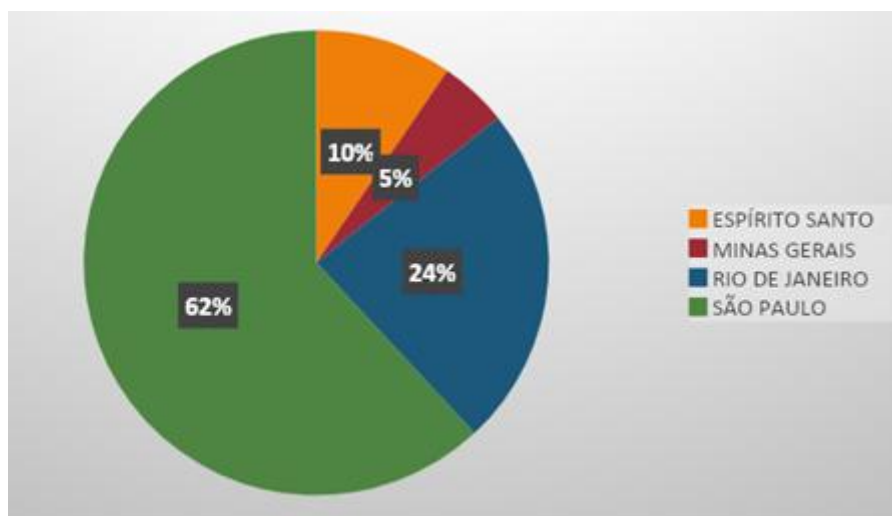


Fonte: CAPES, 2023.

⁷¹ Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, 2023. Disponível em, [https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/) Acesso em: 29 jun. 2023.

Na região Sudeste, conforme demonstra o gráfico 5, o Estado de São Paulo possui o maior número de produções acadêmicas com 62% do quantitativo percentual. Seguido pelo Rio de Janeiro com 24%, Espírito Santo com 10% e Minas Gerais com 5%. Identificaram-se pesquisas sobre operações do BID realizadas, diretamente, com os governos estaduais e municípios com pouca ou nenhuma interferência do governo federal. Da mesma maneira, pode-se observar a análise de operações entre o BID e organizações empresariais.

Gráfico 5: Quantitativo percentual com a distribuição dos temas pela Região Sudeste.



Fonte: CAPES, 2023.

Pode-se apontar que, de modo geral, os estudos indicaram que na Região Sudeste as intervenções se direcionaram para a adequação da administração pública aos pressupostos da gestão por resultados; a contenção dos trabalhadores no que diz respeito ao fluxo migratório, ao ordenamento social e às relações entre capital e trabalho; e à formação de um novo tipo de trabalhador adaptado às mudanças determinadas por tais operações. Em relação ao Estado de São Paulo, as análises se concentraram em torno de três áreas de conhecimento: Administração, Ecologia e Educação. Conforme demonstra o Quadro 16, no âmbito da Administração, as produções procuraram compreender a Reforma da Administração Tributária, por meio da Secretaria de Negócios da Fazenda do Estado de São Paulo; no campo da Ecologia, as pesquisas apontaram para o planejamento dos projetos voltados para a construção de rodovias no Estado de São Paulo; e, na área da Educação, as pesquisas se direcionaram para o Ensino Médio e a Educação Profissional na rede Estadual de São Paulo.

Quadro 16: Relação entre o BID e a Região Sudeste a partir das áreas de conhecimento e temas estudados

Área de Conhecimento	Localidade	Temas estudados
Administração	São Paulo (Estado)	Reforma da Administração Tributária a partir da Secretaria de Negócios da Fazenda do Estado de São Paulo.
	São Paulo (município)	Programa de Revitalização do Centro de São Paulo (PROCENTRO).
	Vitória (ES)	Programa Iniciativa de Cidades Emergentes e Sustentáveis.
	Minas Gerais	Programa Estado para Resultados.
	Minas Gerais	Programa Choque de Gestão e Estado para Resultados.
Arquitetura e Urbanismo	São Paulo (município)	Reabilitação do Programa Ação Centro (2001-2004).
	Rio de Janeiro (Estado)	Propostas de urbanização integrada por meio dos Programas Baixada Viva e Nova Baixada.
	Rio de Janeiro (município)	Programa Monumenta.
	Bairro da Portuguesa, na Ilha do Governador (RJ)	Programa Favela Bairro.
	Minas Gerais (MG)	Programa MEC/BID III e a Universidade Federal de Juiz de Fora.
Biologia	Baía de Guanabara (RJ)	Gestão dos Riscos Ambientais do Programa de Despoluição da Baía Guanabara.
	Baía de Guanabara (RJ)	Plano de Controle Ambiental das Indústrias Prioritárias do Programa de Despoluição da Baía Guanabara.
Direito	São José dos Campos (SP)	O papel da Defensoria Pública no controle das políticas públicas relacionadas aos Direitos Fundamentais à Cidade e à Moradia Digna.
Ecologia	São Paulo (Estado)	Incorporação da variável ambiental em projetos rodoviários e sistemas de gestão ambiental.
Economia	Baía de Guanabara (RJ)	Programa de Saneamento do entorno da Baía de Guanabara.
	Minas Gerais	Programa Estadual de Cidades Intermediárias (PROECI).
Educação	São Paulo (Estado)	Programa Ensino Médio em Rede.
	São Paulo (Estado)	PROEP
	São José dos Campos	PROEP

	(SP)	
Geografia	São Paulo (município)	Programa Cingapura.
Planejamento Urbano e Regional	Vila Velha (ES)	Programa de Urbanização das favelas. Implantação do Conjunto Ewerton Montenegro Guimarães, em Vila Velha, no Espírito Santo.

Fonte: CAPES, 2023.

Os trabalhos apontaram a descentralização, a racionalização, a flexibilização, o desempenho e a produtividade como principais questões trazidas pela Reforma da Administração Tributária, tendo como referencial os intelectuais da teoria da Nova Administração Pública; a função das organizações financeiras internacionais como produtoras de conhecimento acerca da introdução das variáveis ambientais, concluindo que os aspectos técnicos contribuíam para organizar a sociedade civil em torno do direito à cidade; e a articulação entre fundações empresariais e a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo formalizadas por acordos que unificavam a concessão de crédito e a intervenção política.

Os estudos voltados para os municípios de São Paulo concentraram-se na região central da cidade e no município de São José dos Campos. Estudou-se o PROCENTRO, nas áreas de conhecimento Administração e Arquitetura e Urbanismo; assim como o Projeto Cingapura, em Geografia. Ambas as operações procuraram tornar o centro da cidade de São Paulo uma área com condições de infraestrutura, contribuindo para o assentamento da população de classe média baixa nestas áreas. Os trabalhos constataram que o BID exige um conjunto de procedimentos gerenciais para que a contrapartida monetária do Banco seja realizada; assim como a preocupação acentuada da agência executora em atender as obrigações contratuais, colocando as exigências acima das questões ambientais e da qualidade de vida da população. Chama-se atenção para a defesa das exigências do BID acerca das questões ambientais que se encontravam na operação jurídico-política. O que os levou a concluir que o problema do insucesso dos Programas devia-se à falta de responsabilização do Estado e da participação popular na execução dos projetos.

O papel da defensoria pública no controle das políticas públicas relacionadas ao direito à moradia, em São José dos Campos, foi objeto de investigação na área de conhecimento do Direito. Souza (2015) se concentrou no estudo de caso dos moradores da Vila Nova Tatetuba, popularmente chamado de Morro do Regaço, que sofreram a intervenção do BID. O autor (2015) defendeu o uso do Direito como instrumento de

transformação social, concluindo que as operações jurídico-políticas do Banco são positivas desde que dialoguem com o direito institucional local.

O direcionamento das operações jurídico-políticas do Banco na relação com o Estado de São Paulo procurou realizar mudanças gerenciais na forma de captação dos impostos em um Estado, cujo Produto Interno Bruto (PIB), em comparação com os outros Estados da região, tem sido registrado com um valor percentual acima de 50%. Ao mesmo tempo em que a burguesia nacional em aliança com a classe dominante local se preocupou com a arrecadação dos impostos da população, procurou tal qual proporcionar a infraestrutura econômica necessária para o transporte da produção. O currículo das escolas estaduais se voltou para o ensino profissionalizante e a instrução das disciplinas elementares respondendo à demanda da produção capitalista relativa tanto para os trabalhos manuais quanto para os serviços complementares à industrialização da região.

No âmbito dos municípios, as intervenções dirigiram-se para a infraestrutura social com a organização do saneamento básico das moradias da região central do Estado capazes de garantir o acesso do trabalhador ao emprego, tanto pelas vias da manutenção da saúde quanto pela facilidade de deslocamento, além de garantir mercado para a especulação imobiliária. Já em São José dos Campos, a pesquisa indicou a intervenção do Banco sobre a defensoria pública, uma instituição da democracia que representa aqueles que não possuem condições de pagar pelo serviço de um advogado privado. Considerando que São José dos Campos possui uma importante refinaria⁷² que é responsável pelo abastecimento do mercado paulista e da região centro-oeste do país; e que os registros sobre os conflitos nas relações entre capital e trabalho, sobretudo no setor automobilístico são recorrentes, logo pode-se apontar que uma intervenção na instituição responsável pela defesa do trabalhador constitui-se um elemento importante para a função de contenção preventiva desempenhada pelo Banco.

Já no Estado do Rio de Janeiro, o eixo de ação pautou-se nos problemas ambientais que atingem as cidades. Na área da Biologia, o foco foi a revitalização da Baía de Guanabara, apontando como saída a intervenção do Banco no que tange ao gerenciamento dos riscos ambientais e no desenvolvimento do plano de controle ambiental das indústrias prioritárias localizadas no entorno. Na área da Arquitetura e

⁷² A Refinaria Henrique Lage (Revap) está localizada na Rodovia Presidente Dutra, em São José dos Campos, no Vale do Paraíba. Ocupa uma área de 10.000.000 m². Iniciou suas atividades em março de 1980.

Urbanismo, a questão pode ser encontrada nos programas direcionados à Baixada Fluminense, ao centro da cidade do Rio de Janeiro e ao Bairro da Portuguesa, na Ilha do Governador (RJ). Na área de Economia, o Banco realizou a sua intervenção a partir da realização de metodologias que dividiam as responsabilidades administrativas e financeiras com os problemas ambientais entre os municípios do entorno da Baía de Guanabara.

As intervenções se concentraram em tornar propícia às condições necessárias à urbanização e à conseqüente exploração econômica de áreas centrais para a economia. A operação voltada para as condições sanitárias e ambientais do Centro da cidade do Rio de Janeiro além de proporcionar a ocupação do centro pela especulação imobiliária se inseriu na economia gerada pelo Turismo. Considerando que a região metropolitana do Rio de Janeiro abriga uma das maiores refinarias do Brasil – a Refinaria de Duque de Caxias – no que tange à capacidade instalada de refino de petróleo, cuja produção é responsável por 80% da produção de lubrificantes e pelo maior processamento de gás natural do Brasil, torna-se importante para o Banco desenvolver intervenções sobre a infraestrutura social dessas regiões. Assim como a despoluição da Baía de Guanabara, cuja importância para a economia se dá pelas vias do turismo, do transporte e da indústria.

No Espírito Santo, os municípios de Vitória e Vila Velha as análises se concentraram sobre as intervenções do Banco sobre a infraestrutura social necessária ao desenvolvimento dos mercados nacionais. Os estudos identificaram como objetivo das operações a garantia de características comuns aos centros urbanos, indispensáveis ao modo de produção capitalista. A conclusão a que se chegou foi que tais operações eram necessárias, sendo seu estudo uma oportunidade de contribuir para o aumento da racionalidade, maximizando a eficiência e a eficácia, subsidiando as decisões tomadas em novas operações. Os estudos apontaram que a ineficácia da operação, no entanto, devia-se ao tempo de execução e a eficiência aos recursos monetários disponibilizados para sua execução. O direito à cidade foi um componente do projeto considerado satisfatório, apesar do déficit habitacional se manter recorrente na região (MACAYA, 2017).

Já o Estado de Minas Gerais foi destacado pelas pesquisas como um modelo para a efetuação das reformas da administração pública, sobretudo no que tange às práticas de gerenciamento de resultados aplicadas no setor público. É interessante

observar que os trabalhos foram realizados por escolas da Fundação Getúlio Vargas que se dedicam à formação do administrador da propriedade considerada pública. Os estudos (2010; 2009), de modo geral, procuraram identificar a relação do Estado de Minas Gerais com os bancos interestaduais, no que tange à administração do setor público, por meio do Programa Estado para Resultados.

Moretzsohn (2010) identificou a participação do Banco Mundial e do BID na reforma do setor público conduzida pelo Governo de Minas Gerais iniciada em 2003. Ele indicou que ambas as instituições, nas últimas duas décadas, ampliaram seu escopo de atuação para as unidades subnacionais, elencando como principais ações o fortalecimento institucional, a ampliação da participação público-privada e a administração por meio de resultados. Essa última estratégia foi objeto de investigação de Lemos (2009), que procurou identificar se a administração pública do Estado de Minas Gerais tinha como pressuposto os padrões da gestão orientada por resultados. Para tanto, a autora (2009) realizou a aplicação do instrumento de avaliação do modelo desenvolvido pelo BID, que vem sendo aplicado em diversos países e em suas unidades subnacionais.

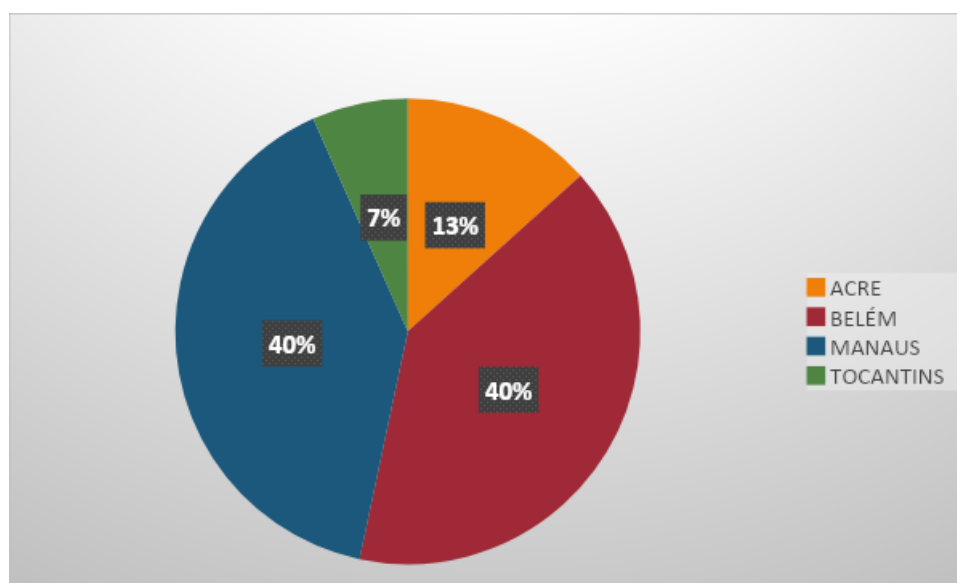
O Banco foi considerado, pela autora (2009), uma referência na criação de métodos capazes de quantificar o grau de comprometimento da administração pública com o modelo de gestão por resultados. A ênfase estaria na produção de conhecimento, que, segundo a autora (2009), proporciona a consumação de instrumentos como a prestação de contas e órgãos de controle, por meio da descentralização de objetivos e de responsabilidades com instrumentos de incentivos e sanções econômicas. A autora (2009) concluiu que Minas Gerais se encontrava em processo de implantação do modelo de gestão por resultados, o que ela compreendia como uma questão positiva, apresentando potencialidades e limitações. Quanto às potencialidades, a autora (2009) destaca o foco na entrega dos serviços, a criação de mecanismos de responsabilização, a integração planejamento-orçamento-gestão e o processo de aprendizagem de uma nova cultura de gestão. Como limitações, a autora destacou a falta de integração entre os instrumentos de gestão, a pequena cobertura, uma vez que o modelo não chegou no interior do Estado, assim, há a dificuldade de mensuração e de gerenciamento de certos indicadores, além da resistência por parte dos trabalhadores do setor público.

Ainda em Minas Gerais, as análises se ocuparam das intervenções que deram origem ao Programa Estadual de Centros Intermediários (PROECI) que, basicamente,

tinha como tarefa a realização de uma série de subprogramas vinculados em diferentes áreas econômicas e sociais de geração de renda por meio de microunidades de produção e de condições infraestruturais para as cidades. O Programa realizou intervenções direcionadas ao ingresso da população dos bairros periféricos da cidade em setores de trabalho não assegurados pelas leis trabalhistas. Assim como na contenção do fluxo migratório da população para outras regiões urbanas com maiores condições infraestruturais de subsistência a partir de ações sobre a infraestrutura social.

As regiões Norte e Nordeste concentraram 24% das produções acadêmicas. Conforme demonstra o gráfico 6, as produções científicas sinalizaram que os Estados que receberam análises científicas sobre as intervenções do Banco foram o Amazonas e o Pará com 40%, o Acre com 13% e o Tocantins com 7%. O Quadro 17 reúne as unidades político-territoriais e as subunidades que receberam a atenção dos estudos acadêmicos, apresentando uma descrição geral das áreas de conhecimento e os temas ou programas estudados.

Gráfico 6: Quantitativo percentual com a distribuição dos temas na Região Norte.



Fonte: CAPES, 2023.

No Estado do Amazonas, os estudos se concentraram sobre o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), que foi analisado por diferentes áreas de conhecimento: Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Comunicação, Geografia e Sociologia. O estudo desenvolvido em Arquitetura e Urbanismo procurou analisar os efeitos segregativos relativos aos projetos de urbanização intensificados nas grandes metrópoles amazônicas a partir do golpe militar. De acordo com Cruz (2012), Manaus

possui uma rede hidrográfica de grande complexidade, com muitos igarapés, que tiveram suas margens ocupadas por contingentes populacionais migrantes e de baixa renda, sem que houvesse qualquer intervenção pública no sentido de ordenar e controlar tais processos.

Quadro 17: Relação entre o BID e a Região Norte a partir das áreas de conhecimento e temas estudados

Área de Conhecimento	Localidade	Temas estudados
Arquitetura e Urbanismo	Natividade (TO)	Programa Monumenta.
	Belém (PA)	Projeto Portal da Amazônia.
	Manaus (AM)	PROSAMIM
Biologia	Manaus (AM)	PROSAMIM
	Amapá (AP)	Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque.
	Pará (PA)	Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque.
Comunicação	Manaus (AM)	PROSAMIM
Direito	Acre (AC)	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre.
Educação	Manaus (AM)	Programa de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública de Manaus (PROEMEM)
Engenharia Civil	Belém (PA)	Programa de Recuperação Urbano-Industrial da Bacia da Estrada Nova (PROMABEM).
Geografia	Manaus (AM)	PROSAMIM
Planejamento Urbano e Regional	Belém (PA)	PROMABEM
Serviço Social	Belém (PA)	Modelo de Gestão de Cidades.
	Belém (PA)	PROMABEM.
Sociologia	Manaus (AM)	PROSAMIM.
	Acre (AC)	Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: CAPES, 2023.

No ano de 2006, o Estado do Amazonas deu início ao PROSAMIM a partir da concessão de crédito pelo BID. Cruz (2012) esclareceu que o BID direcionou sua intervenção para os igarapés ocupados demograficamente e que compõem as bacias hidrográficas de Educandos e de São Raimundo. O programa deu início às suas ações pelos igarapés que compõem a bacia de Educandos, dentre os quais se destacam os igarapés de Passarinho, dos Franceses, de Manaus, de Cachoeirinha, de Bittencourt, de Quarenta e de Mestre Chico (CRUZ, 2012, p. 259). De acordo com Cruz (2012), os

objetivos principais do programa eram a drenagem dos igarapés, que seriam “transformados em canais com o uso da técnica de aterramento e a extinção das moradias consideradas favelização, que se localizavam em toda a extensão dos igarapés, destacando-se, entre outras ações, os processos de remanejamento ou reassentamento” (CRUZ, 2012, p. 260).

Como o BID em aliança com o governo do Estado lidou com as questões relativas à moradia produziu uma série de divisões no interior das comunidades, sobretudo no que tange à propriedade das casas e de apartamentos dos assentamentos organizados pelo programa. Os moradores consideravam o projeto importante em termos de infraestrutura, no entanto, não aceitavam pacificamente as determinações impostas pelo acordo jurídico-político feito entre o Banco e o Estado. Uma das reações foi o boicote aos cursos de Etiqueta Urbana que os moradores considerados proprietários do imóvel eram obrigados a fazer e a instalação de pequenos comércios nos apartamentos. À medida que a população reagia, as equipes sociais, de engenharia e jurídica do programa eram pressionadas a conter a população, o que gerava novas restrições às demandas pelo Programa (CRUZ, 2012). Cruz (2012) concluiu que as intervenções urbanísticas realizadas através do PROSAMIM reproduziram:

a perspectiva política que tem a cidade como mercadoria, tornando-a campo de competitividade, e, assim, propagando uma das ideias-força do planejamento estratégico que é a competitividade urbana, segundo a qual as cidades devem competir pelos investimentos de capital, tecnologia e competência gerencial e atrair novas indústrias, negócios e força de trabalho qualificada. Nessa perspectiva, a cidade é em si mesma mercadoria vendida em um mercado externo bastante competitivo e complexo, para o qual as dimensões simbólicas inscritas em sua história, sua cultura e identidades são apropriadas pelo circuito mercantil. Estas medidas reforçam a natureza de cidade dividida, que deixa para as massas trabalhadoras as áreas periféricas produzidas pelo Estado em parceria com os agentes do mercado, como solução para atender a demanda da moradia social em Belém e Manaus. O acesso à terra urbana, ao trabalho e à moradia continua sendo pautado como bandeira de luta dos movimentos que reivindicam o Direito à Vida Urbana. (CRUZ, 2012, p. 262)

Na área da Biologia, os estudos se concentraram na compreensão das questões necessárias à aplicação da rede de esgoto em áreas nas quais as famílias que ocupavam os igarapés foram remanejadas. Na Comunicação, os estudos indicaram o PROSAMIM como um fenômeno comunicativo que produz novas relações culturais ao deslocarem os moradores para outros locais de moradia fora dos Igarapés. Os estudos na área de Geografia concluíram que o Programa apresentou fragilidades quanto a adequação dos modelos do Banco às especificidades de uma cidade sob as águas, o que impactou

diretamente as relações sociais que se estabeleceram a partir da sua execução. E na área da Sociologia, os estudos chegaram à conclusão de que o PROSAMIM foi uma política que contribuiu para a urbanização da cidade de Manaus e para a educação ambiental da população dos Igarapés reunida nos conjuntos habitacionais com novos hábitos civilizatórios.

No Estado do Amazonas também foram desenvolvidos estudos sobre o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROEMEM), na área de conhecimento da Educação. Aranha (2017) identificou como objetivo do Programa a concretização das chamadas “parcerias público-privadas” na rede municipal de Manaus, na aliança do Banco com a Fundação Itaú Social, o Instituto Águila e o Instituto Ayrton Senna. O primeiro procurou formar professores tutores, o segundo através da GIDE formou os gestores e o último se concentrou na correção de fluxo. A autora (2017) concluiu que a prefeitura de Manaus incorporou os elementos que compõem o que ela chama de lógica do mercado, em que a prestação de serviços por organizações empresariais corresponde à forma como esse elemento vem sendo desenvolvido. A autora (2017) defendeu a ampliação dos estudos sobre o PROEMEM para que o campo crítico tenha conhecimento produzido necessário para oferecer alternativas à dominação imposta pelas relações mercantis orientadas pela lógica do mercado, indicando que essas não são a única possibilidade de se conduzir as políticas no modo de produção capitalista.

No Estado do Pará, as intervenções se dirigiram para a prática de um modelo padrão de gestão de cidades. A principal justificativa da aliança foi o estabelecimento de condições sociais dignas para os trabalhadores que usufruíam do espaço urbano, reduzindo o impacto que a pobreza dessa região demandava sobre o desenvolvimento econômico. A produção acadêmica apontou, ainda, que as intervenções não conseguiram suprir os objetivos aparentes e a metodologia aplicada contribuiu para objetivos que se encontravam encobertos por fraseologias que propagavam a inclusão social.

Entende-se que os pressupostos defendidos pelo Banco acerca do modelo de gestão das cidades se estabeleceram sob a premissa da concorrência e da produtividade. Isso significa que os municípios estão sendo preparados para concorrer entre si a partir de requisitos que garantam o controle sobre o fluxo migratório, a ampliação de mercados e a contenção das revoltas dos trabalhadores, por meio de um processo de

desarticulação preventiva. De modo geral, pode-se indicar que o modelo padrão de gestão de cidades negociado pelo Banco com o Estado do Pará consistiu na: responsabilização do administrador local pela aplicação de recursos nos serviços urbanos de infraestrutura econômica e social – transporte, energia, telecomunicação, saúde, educação e saneamento; incentivo aos processos de privatização; e mobilização social em torno das políticas sociais.

Os pesquisadores, também, debruçaram-se sobre o Programa de Recuperação urbano-industrial da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), no município de Belém. Das treze bacias hidrográficas de Belém, a Bacia da Estrada Nova foi considerada uma das cinco bacias mais críticas, no que tange às inundações frequentes que afetam mais de 35% da área e ao número de habitantes com cerca de 220.000 moradores, estando cerca de cinco mil famílias em áreas de inundação (MAIA, 2014). Para desenvolver o saneamento desta Bacia, a Prefeitura dividiu a área em quatro Sub-bacias, tendo o PROMABEN como responsável pela execução das obras da Sub-bacia um através do acordo entre o município de Belém e o BID (MAIA, 2014). Foi previsto no programa o reassentamento de aproximadamente mil e cem famílias e cento e cinquenta microempresas familiares. Essa demanda esteve atrelada à condição exigida pelo Banco de que todos os moradores reassentados assinassem previamente um instrumento denominado carta de adesão, no qual declaravam que estavam de acordo com as modificações na área e possíveis desapropriações com indenização por parte da Prefeitura Municipal de Belém (MAIA, 2014).

A área de Planejamento Urbano e Regional desenvolveu estudos que indicaram a influência do BID nas ações de concepção e planejamento do Projeto, ficando a cargo da prefeitura municipal a responsabilidade em executar o que fora planejado pelo Banco. O autor (2014) concluiu que o PROMABEN possuiu uma inclinação para a reestruturação do urbano, de modo a contemplar a economia proporcionada pelo Turismo. Dessa forma, a orla da Bacia foi redesenhada para atender padrões de cidades turísticas, priorizando apenas o campo físico e estilístico em detrimento das transformações sociais que incidiam sobre a segregação socioeconômica da região.

A área de Engenharia Civil se ocupou da criação de uma metodologia para o Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos produzidos na região. Para tanto, os estudos buscaram desenvolver um modelo padrão que tivesse como formato principal o envolvimento de diferentes órgãos da administração pública e da sociedade civil para

realizar a limpeza urbana, a coleta, o tratamento e a disposição final do lixo; e a instalação de alternativas tecnológicas necessárias para reduzir os impactos ambientais decorrentes da geração de resíduos. Os estudos tinham como objetivo contribuir com a execução do PROSAMIN na região.

Na área de Serviço Social, o objetivo central do estudo (OLIVEIRA, 2017) voltou-se para a análise dos impactos socioeconômicos na vida das famílias reassentadas no residencial Antonio Vinagre, no município de Belém como etapa do PROMABEN. As análises partiram da identificação das precárias condições de moradias populares que se materializaram em áreas insalubres e inadequadas para a moradia e que, historicamente, foram alvos de políticas sanitárias que priorizaram a infraestrutura do espaço, em detrimento das condições de reprodução social das famílias removidas. Oliveira (2017) concluiu que o redirecionamento das famílias para o Residencial Antônio Vinagre não alterou a condição de subalternidade do morador trabalhador, inclusive provocou a desarticulação dos moradores no que diz respeito às suas estratégias de sobrevivência. Isso porque o morador trabalhador ou mantiveram as condições de renda, ou pioraram de modo significativo, já que não conseguiram utilizar no novo espaço residencial as mesmas estratégias de sobrevivência que usavam no assentamento (OLIVEIRA, 2017).

Cruz (2012)⁷³ trouxe alguns apontamentos sobre o desenvolvimento do Portal da Amazônia, em Belém, identificando os efeitos segregativos sentidos pelos projetos urbanos que se concretizaram por meio de acordos jurídico-políticos com o Banco. Mais uma vez, coloca-se o problema de o programa não ter alcançado seus objetivos de alívio da pobreza, provocando, ao contrário, o aprofundamento de condições sociais precárias.

Na área de conhecimento de Biologia, o Amapá e o Pará foram regiões nas quais se endereçaram os estudos referentes à criação de uma estimativa de alocação de recursos em um patamar mínimo para a consolidação e conservação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Aqui se aponta o uso do Sistema Computacional Micosys, que tem suas bases conceituais fundamentadas nos princípios de análise de investimento do BID. Os pesquisadores utilizam como base metodológica uma ferramenta tecnológica produzida pelo Banco para quantificar o valor mínimo de investimento que uma área de conservação ambiental necessita para ser mantida.

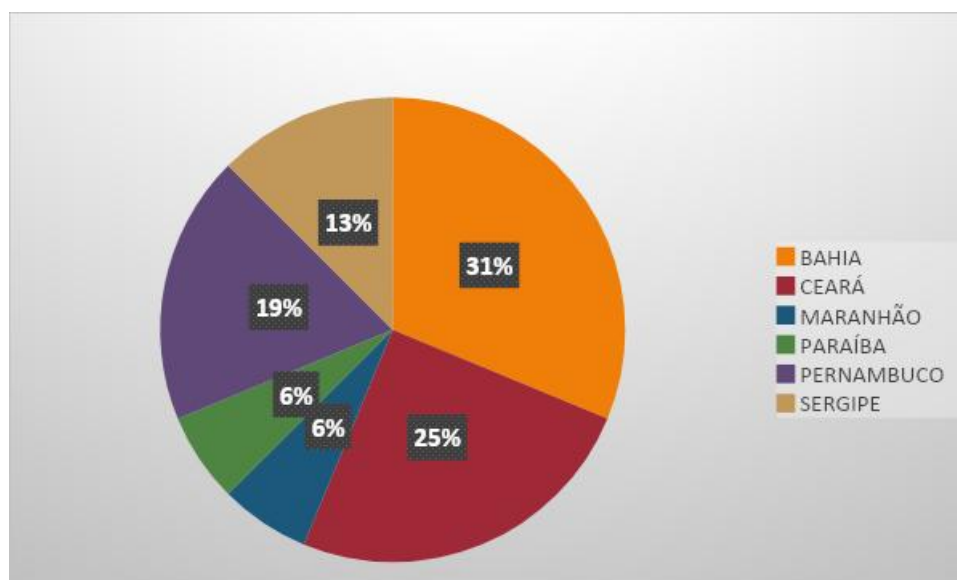
⁷³ Estudo inserido na área de conhecimento de Arquitetura e Urbanismo.

No Acre, os estudos se concentraram sobre o chamado desenvolvimento sustentável, focando no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, nas áreas de Direito e Sociologia, desenvolvidos pela Universidade Federal de Santa Catarina. Os estudos (FREITAS, 2016; SOUZA, 2008) apontaram que o desenvolvimento sustentável condicionado pelo acordo do governo do Estado do Acre com o BID se pautou no pressuposto de mercantilização do meio ambiente presente nas políticas coloniais imperialistas. O Programa torna-se um importante canal de inserção da burguesia na Amazônia brasileira determinando a exploração e a dominação dos indígenas e seringueiros que habitam a região.

Pode-se apontar que, de modo geral, os estudos indicaram que na Região Norte as intervenções se direcionaram para a adequação das cidades ao padrão de gestão de cidades difundido pelo Banco. Os acordos jurídico-políticos estabeleceram as condições exigidas para que o crédito fosse direcionado, diretamente, aos Estados e municípios da região. As exigências determinaram as relações sociais urbanas em regiões com pouca ou nenhuma urbanização, contando com alterações na dinâmica espacial da população pobre, mantendo-se inalteradas os elementos de segregação social; a contenção dos trabalhadores no que diz respeito ao fluxo migratório, ao ordenamento social e às relações entre as formas de sobrevivência dos trabalhadores.

Conforme demonstra o gráfico 7, a região Nordeste concentrou as produções científicas apenas em seis Estados: Bahia, com 31%; Ceará, com 25%; Pernambuco com 19%; Sergipe com 13%; Maranhão e Paraíba com 6%.

Gráfico 7: Quantitativo percentual com a distribuição dos temas na Região Nordeste



Fonte: CAPES, 2023.

O Quadro 18 reúne as unidades político-territoriais que receberam a atenção dos estudos acadêmicos, apresentando uma descrição geral das áreas de conhecimento e os temas ou programas estudados. Pode-se observar que os programas analisados se articulavam diretamente com municípios, em sua maioria, assim como se concentravam em analisar programas específicos propostos pelo desenvolvimento das operações jurídico-políticas com o Banco. O Programa Habitar Brasil foi direcionado para o município de Coroa do Meio, em Sergipe; Alagados e Lauro de Freitas, na Bahia; Lauro de Freitas; e Recife, em Pernambuco. O Programa Monumenta foi direcionado para os municípios de Lençóis, na Bahia; Alcântara, no Maranhão; e Olinda, em Pernambuco. O Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) foi direcionado para as regiões da Costa do Descobrimento que inclui quatro municípios e Costa dos Coqueiros que inclui oito municípios, a primeira ao sul da Bahia e a segunda ao norte; Costa dos Coqueirais que comporta treze municípios, no Sergipe; e nos Estados de Pernambuco e Ceará. O Estado do Ceará incorporou o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados (PNAGE) e a Comunidade Boa Vista, também, no Ceará, incorporou o Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social (PREURBIS).

Quadro 18: Relação entre o BID e a Região Nordeste a partir das áreas de conhecimento e temas estudados

Área de Conhecimento	Localidade	Temas estudados
Arquitetura e Urbanismo	Coroa do Meio (SE)	Programa Habitar Brasil.
	Alagados (BA)	Programa Habitar Brasil.
	Lençóis (BA)	Programa Monumenta.
	Alcântara (MA)	Programa Monumenta.
Economia	Ceará (CE)	PNAGE
	Olinda (PE)	Programa Monumenta.
	Costa do Descobrimento (BA)	PRODETUR
Engenharia Sanitária	Camará (PA)	Desastre da Barragem de Camará.
Geografia	Costa dos Coqueirais (SE)	PRODETUR
	Costa dos Coqueiros (BA)	Papel do setor imobiliário-turístico para o desenvolvimento.
	Ceará (CE)	PRODETUR
	Pernambuco (PE)	PRODETUR
Planejamento	Lauro de Freitas (BA)	Programa Habitar Brasil.

Urbano e Regional	Recife (PE)	Programa Habitar Brasil.
Política Pública	Comunidade Boa Vista (CE)	PREURBIS

Fonte: CAPES, 2023.

As áreas de conhecimento em Arquitetura e Urbanismo e Planejamento Urbano e Regional se ocuparam em analisar a incorporação do Programa Habitar Brasil nos municípios da Região Nordeste. Foram analisadas as intervenções realizadas nos municípios de Coroa do Meio (SE), Alagados (BA), Lauro de Freitas (BA) e Recife. Os estudos (RAMOS, 2010; ALVES, 2007; PORDEUS, 2006) procuraram compreender os processos que preponderaram na tomada de decisão sobre a situação fundiária das famílias moradoras em Áreas de Preservação Permanente (APP) à margem de corpos d'água, considerando as tensões existentes entre as questões referentes às dimensões urbana e ambiental. Em Alagados e em Coroa do Meio, a permanência das famílias foi uma condição imposta pela luta dessas famílias por sua permanência no local de moradia, enquanto a intervenção associava-se à venda de uma imagem urbana que disputasse o turista. O reassentamento das famílias foi mediado por instrumentos jurídicos como Termo de Ajustamento de Conduta, em que os moradores trabalhadores eram realocados em imóveis ociosos. Concluiu-se que o insucesso do programa quanto aos seus objetivos aparentes tinha como responsáveis o Estado no que tange à sua estrutura administrativa desarticulada e a inexistência de leis locais que garantissem a relação entre as dimensões urbanas e ambientais; e a desarticulação dos indivíduos em torno de estratégias de pressão sobre os órgãos de poder do Estado.

Em Lauro de Freitas (BA) e Recife (PE), os estudos (RAMOS, 2010; PORDEUS, 2006) procuraram identificar os benefícios do Programa para os moradores trabalhadores em termos de qualidade de vida e aumento da liberdade. As exigências do Banco incluíam o fortalecimento administrativo do município, em especial para tornar obrigatórias a capacitação da comunidade na dimensão urbana e a promoção de renda para as famílias reassentadas no próprio município. Concluiu-se que o programa possuía dificuldades de sustentar seus objetivos aparentes, uma vez que não promoveu alterações reais sobre as formas de subsistência dos beneficiários do programa que não apresentavam condições de arcar com os gastos permanentes de manutenção de uma propriedade. Sendo assim, o Programa não atingiu os objetivos divulgados de suprir a deficiência de acesso à educação e ao desemprego.

O Programa Monumenta foi analisado pelas áreas de conhecimento em Arquitetura e Urbanismo e Economia, dirigindo-se aos municípios de Lençóis (BA), Alcântara (MA) e de Olinda (PE). Em 1999, o Ministério da Cultura e o BID firmaram um acordo jurídico-político que previa a recuperação e a preservação do patrimônio histórico conjugado a políticas de desenvolvimento econômico com intervenções programadas para vinte e seis estados, com cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O Programa envolvia a promoção de obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. Além de atividades de capacitação de mão de obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos.

Os municípios selecionados⁷⁴ precisavam cumprir uma série de exigências para que pudessem incorporar o programa, dentre elas deveriam apresentar um documento jurídico denominado Carta Consulta e outro complementar denominado Perfil de Projeto com informações detalhadas sobre a área de projeto, os edifícios e áreas urbanas nela existentes e seus respectivos estados de conservação. O estudo (FERREIRA, 2011) desenvolveu uma avaliação de acessibilidade do patrimônio cultural a partir das exigências do Programa Monumenta. Ferreira (2011) apontou a inviabilidade de acesso universal com condições de visita em segurança e autonomia para qualquer outro visitante do local, ou a efetuação de rotas alternativas, ou novos acessos nos quais todos pudessem fazer uso. Ferreira (2011) concluiu que a normativa local desrespeitou a igualdade de direitos quando sugeriu a disponibilização de alternativas de acesso apenas às pessoas com deficiência e permitiu aos demais usuários o uso livre do espaço. O autor (2011) sugeriu como solução para o problema identificado durante a pesquisa a readequação da legislação local em convergência com as normativas do programa.

⁷⁴ “A lista elaborada inicialmente foi bastante abrangente, contendo mais de 100 sítios históricos urbanos ou conjuntos de monumentos nacionais. Por sítios históricos urbanos devemos entender as áreas tombadas conforme o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e, por conjunto de monumentos nacionais deve-se compreender um grupo de monumentos nacionais (no mínimo dois) situados em um mesmo perímetro urbano protegido por legislação estadual e/ou municipal e guardam certa distância entre si. Neste caso os monumentos são tomados individualmente e a área onde se encontram reúne também edificações novas. Destes, 20 sítios ou conjuntos foram selecionados para investimentos do programa. Ao final, 26 sítios ou conjuntos compuseram a lista: Alcântara (MA), Belém (PA), Cachoeira (BA), Congonhas (MG), Corumbá (MS), Diamantina (MG), Goiás (GO), Icó (CE), Laranjeiras (SE), Lençóis (BA), Manaus (MA), Mariana (MG), Natividade (TO), Oeiras (PI), Olinda (PE), Ouro Preto (MG), Pelotas (RS), Penedo (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Cristóvão (SE), São Francisco do Sul (SC), São Paulo (SP) e Serro (MG).” (FERREIRA, 2011, p. 92)

Na área da Economia, o estudo (MATHIEU, 2000) procurou desenvolver um método de valoração indireta do patrimônio histórico incluído no Programa Monumenta, entendendo-o como bem e serviço, cujo preço não é determinado por mecanismos de mercados próprios. Mathieu (2000) explica que os valores de tais bens e serviços não podem ser observados diretamente, sendo avaliados por meio de métodos indiretos capazes de mensurar valores cuja expressão não seja definida pelo uso propriamente dito e valores de uso cuja expressão monetária não apareça de modo isolado, em mercados específicos. Como exemplo desse modelo, a autora (2000) apresentou a beleza cênica de alguns sítios históricos que não expressavam valores diretos, no entanto, os imóveis em seu entorno agregavam valores a eles.

O PREURBIS, incorporado pela Comunidade de Boa Vista, no Ceará, teve analisado seu objetivo aparente de melhoria da qualidade de vida. Rangel (2016) identificou que o Banco não definiu o que seria “melhorar” a qualidade de vida da comunidade sob a perspectiva da própria comunidade, padronizando o processo de distribuição de casas sem considerar as questões subjetivas dos moradores trabalhadores da região. O autor (2016) apontou que o Banco encerrou o acordo devido a uma alteração no decorrer da execução do programa. As casas construídas para o reassentamento da Comunidade Boa Vista foram ocupadas por trabalhadores de outras comunidades. O governo local decidiu não retirar estes trabalhadores das casas, iniciando a construção de novas moradias para os moradores trabalhadores da Comunidade Boa Vista. Rangel (2016) não mencionou o custo dessa rescisão para o governo do Ceará.

As áreas de conhecimento de Economia e Geografia se ocuparam em analisar o desenvolvimento do PRODETUR na Costa do Descobrimento (BA), na Costa dos Coqueiros (BA), na Costa dos Coqueirais (SE) e nos Estados de Ceará e Pernambuco. Na área de Economia, o estudo (SANTOS, 2014) se voltou para a avaliação do Programa de Capacitação de Empresários para o desenvolvimento de serviços de Turismo. Santos (2014) concluiu que o programa atingiu seus objetivos de forma satisfatória, uma vez que seu interesse principal era fazer com que os empresários de prestação de serviços locais incorporassem um modelo padronizado de gestão de negócios por meio do associativismo e da criação de uma central de negócios, controlando os processos de concorrência entre os comerciantes locais e com outras áreas turísticas do entorno.

Na área de conhecimento da Geografia, de modo geral, as análises (SILVA, 2012; MENDES, 2012) pretenderam compreender o padrão de gestão de cidades determinado pelo PRODETUR em relação à organização espacial da intervenção, às questões imobiliárias que conferem valor à natureza e à democratização da informação. Quanto à organização espacial, os estudos (SILVA, 2012; MENDES, 2012) identificaram que o Programa se concentrou nas áreas próximas à Capital, encaminhando poucos recursos para as áreas mais afastadas e promoveu a mercantilização da natureza com interlocução reduzida com os moradores locais, desconsiderando, em especial, a história de constituição da região. Quanto às questões imobiliárias, levantou-se a problemática do turismo imobiliário que reforça a segregação socioespacial. E no que diz respeito à democratização da informação, procurou-se identificar a relação dessa ação com a democratização da gestão dos processos de desenvolvimento via turismo. Mendes (2012) concluiu que faltou vontade política para estabelecer metodologias participativas capazes de gerar a permeabilidade dos projetos pela sociedade civil, defendendo dessa forma como principal luta da sociedade civil a busca pela difusão da informação acerca dos gastos públicos com o Projeto.

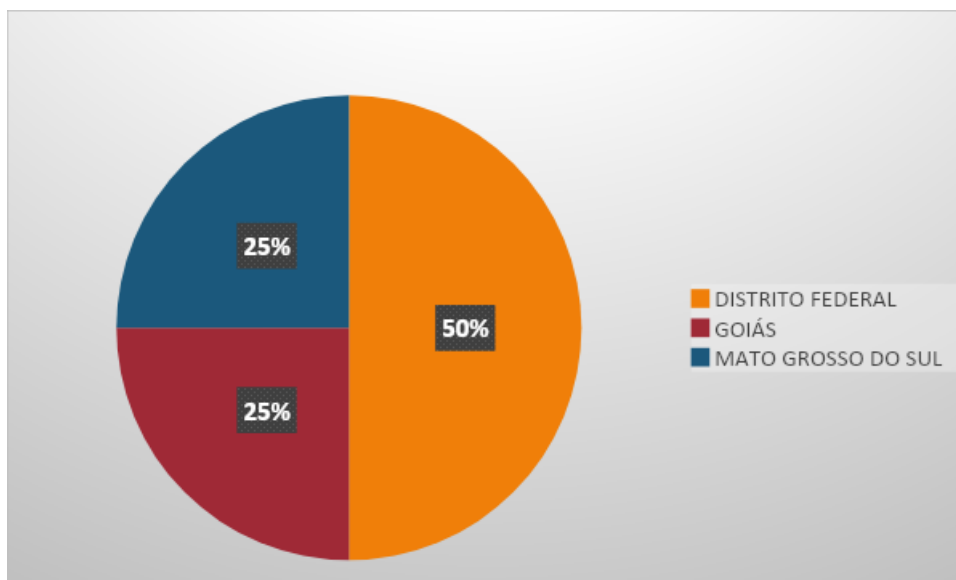
O PNAGE teve estudado a sua incorporação pelo governo do Estado do Ceará. Basicamente, o PNAGE tinha duas linhas de ação: a difusão de informações sobre as administrações públicas dos Estados e o direcionamento dos gastos públicos para questões da economia. A análise (COSTA JÚNIOR, 2014) concluiu que o Programa proporcionou as bases técnicas e materiais para a concretização de uma administração pública gerencial centrada na efetividade dos gastos públicos e na transparência das políticas públicas. Também indicaram que os objetivos específicos foram parcialmente atingidos, o que não influenciou no objetivo geral do projeto.

Pode-se indicar que as intervenções sobre a Região Nordeste se direcionaram para a adequação das cidades ao padrão de gestão de cidades autossustentadas difundido pelo Banco que concentra nos serviços de Turismo a possibilidade aparente de manutenção urbana da região sem, necessariamente, passar pela produção. De modo geral, as exigências do Banco incidiram sobre a organização espacial das atividades econômicas, a retirada dos moradores trabalhadores das áreas ambientais importantes para a especulação imobiliária, a valoração dos patrimônios históricos em termos de troca mercantil e a padronização da gestão pública. Para tanto, a contenção dos

trabalhadores se desenvolveu na direção do atendimento ao direito de moradia – mesmo que parcial ou superficial –, no direcionamento da luta social para a concessão de informações acerca das políticas e dos gastos públicos como direito dos trabalhadores à informação, assim como, na reunião dos empresários locais para a gestão das relações entre capital e trabalho na prestação de serviços.

Para a Região Centro-Oeste, foram destinados 12% dos estudos realizados pela pós-graduação no Brasil, sendo direcionados 50% para o Distrito Federal e 25% para Goiás e Mato Grosso, conforme indicado no Gráfico 8. O Quadro 19 indica que as áreas de Educação e de Economia foram predominantes nos estudos sobre a relação do BID com o Distrito Federal; a área de Arquitetura e Urbanismo no que diz respeito ao Estado de Goiás; e Educação e Geografia relativas ao Mato Grosso do Sul.

Gráfico 8: Quantitativo percentual com a distribuição dos temas na Região Centro-Oeste.



Fonte: CAPES, 2023.

O Distrito Federal concentrou diferentes estudos sobre as operações jurídico-políticas do BID sobre o Ensino Médio e o Ensino Profissional. Os estudos (LIMA JÚNIOR, 2011; SOUZA, 2007) evidenciaram a intervenção do BID na gestão do Ensino Médio e Profissional, indicando como caminho para a sua materialização a condição do provimento da descentralização administrativa entre a federação, os Estados e os municípios.

Na área da Economia, o estudo (MOTTA, 2005) procurou oferecer alternativas de captação de recursos para a conservação dos recursos naturais em unidades de conservação, a partir do estudo de caso da Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESECAE), localizada em Planaltina (DF). A ESECAE abriga duas grandes

bacias hidrográficas: a Bacia Amazônica e a Platina e a sua manutenção vêm sendo financiada por meio de empréstimos com o BID, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e com o Banco de Reconstrução da Alemanha.

Motta (2005) identificou como que a unidade possuía uma infraestrutura adequada e um número elevado de servidores, sendo a principal ameaça à manutenção da ESECAE às pressões no entorno da Unidade, tais como a expansão urbana e a cultura agrícola de soja. Como solução para minimizar as pressões identificadas, Motta (2005) sugeriu a aproximação com OSCs, a responsabilização do indivíduo tanto no campo do comportamento quanto no campo da captação de recursos por meio de doações e a tomada de empréstimo com organizações financeiras internacionais.

Quadro 19: Relação entre o BID e a Região Centro-Oeste a partir das áreas de conhecimento e temas estudados

Área de Conhecimento	Localidade	Temas estudados
Arquitetura e Urbanismo	Cidade Ocidental (GO)	Programa Habitar Brasil.
	Cidade de Goiás (GO)	Programa Monumenta.
Economia	Planaltina (DF)	Gestão de Unidades de Conservação Ecológica.
Educação	Distrito Federal (DF)	Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio.
	Distrito Federal (DF)	PROEP
	Mato Grosso do Sul (MS)	Programa Melhoria e Expansão do Ensino Médio.
Geografia	Mato Grosso do Sul (MS)	Projeto Rotas Oceânicas.

Fonte: BID, 2023.

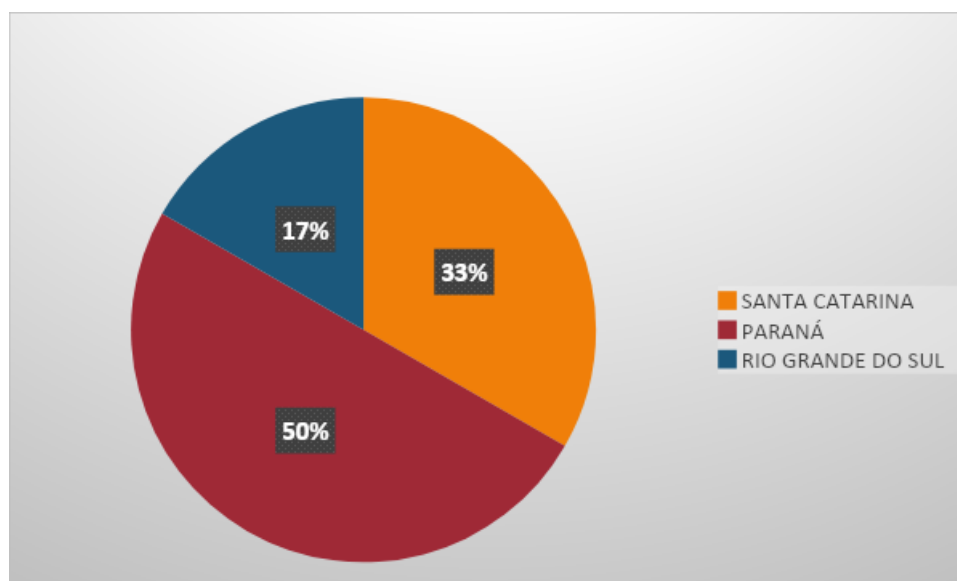
Em Mato Grosso do Sul, o estudo (OBARA, 2009) identificou que a reforma do Ensino Médio proposta pelo Estado encontrava-se alinhada com as condicionalidades exigidas pelo BID. Já na área da Geografia, o estudo (OLIVEIRA, 2010) ocupou-se em analisar o projeto Rotas Bioceânicas que consistiu na alocação de recursos de diferentes governos nacionais e de bancos interestatais na instalação de rodovias, de ferrovias e de hidrovias que estabelecessem a integração comercial entre diferentes países do continente americano. Em Goiás, os estudos (FERREIRA, 2011; ALVES, 2007) se ocuparam em analisar o Programa Monumenta a partir do estudo de caso do Centro de Educação Profissional da Cidade de Goiás (GO) e da Casa da Cora Coralina (GO),

ambos localizados na cidade de Goiás, e o Programa Habitar Brasil direcionado para a Cidade Ocidental (GO).

Pode-se indicar que as intervenções sobre a Região Centro-Oeste foram direcionadas para a integração comercial, a valoração dos patrimônios históricos em termos de troca mercantil, a retirada dos moradores trabalhadores das áreas ambientais importantes para a especulação imobiliária e a formação profissional técnica para o aumento da concorrência entre os trabalhadores por vagas de emprego nas indústrias e comércios da região. O direito à cidade, à educação e ao emprego foram utilizados como justificativas para a efetivação das exigências oriundas de operações financeiras, sendo indicado como propriedade do trabalhador.

Para a Região Sul, foram destinados 9% dos estudos realizados pela pós-graduação no Brasil, sendo direcionado 50% para o Paraná, 33% para Santa Catarina e 17% para o Rio Grande do Sul, conforme indicado no Gráfico 9.

Gráfico 9: Quantitativo percentual com a distribuição dos temas na Região Sul.



Fonte: CAPES, 2023.

O Quadro 20 indica que na área da Educação os estudos voltaram-se para programas direcionados à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, sendo direcionados para os Estados de Florianópolis, Paraná, Santa Catarina e Curitiba. Aponta-se o direcionamento do Banco para a instalação da gestão gerencial da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, questão que não foi indicada pelos estudos nas outras regiões brasileiras.

No Rio Grande do Sul, o estudo (ROSA, 2013) apontou para os desafios encontrados pelas OSC em relação à sua manutenção administrativa e financeira, indicando como fragilidade principal o mecanismo de prestação de contas e transparência. A autora (2013) analisou o processo desenvolvido pela OSC Parceiros Voluntários (RS) cujo objetivo volta-se para organização do formato de trabalho não remunerado conhecido popularmente como voluntariado. Rosa (2013) concluiu que os princípios de transparência e de prestação de contas que compõem o documento-base do BID possibilitou que a OSC Parceiros Voluntários (RS) conseguisse materializar o seu objetivo principal.

Quadro 20: Relação entre o BID e a Região Sul a partir das áreas de conhecimento e temas estudados.

Área de Conhecimento	Localidade	Temas estudados
Administração	Rio Grande do Sul (RS)	Desenvolvimento de Princípios de Prestação de Contas e Transparência em Organizações da Sociedade Civil.
Ciência Política	Porto Alegre (RS)	Orçamento Participativo.
Educação	Florianópolis (SC)	Projeto de Expansão e Melhoria da Qualidade da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.
	Paraná (PR)	Programa Paraná Digital
	Paraná (PR)	Gestão Democrática.
	Paraná (PR)	Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná.
	Santa Catarina (SC)	PROEP
	Curitiba (PR)	Ensino Técnico-profissionalizante.
Serviço Social	Florianópolis (SC)	Programa Habitar Brasil.
Sociologia	Toledo (PR)	Orçamento Participativo.

Fonte: CAPES, 2023.

A Prefeitura de Florianópolis executou a operação jurídico-política que aplicou o Programa Habitar-Brasil, analisado por Silva (2008), na área de Serviço Social. O estudo (SILVA, 2008) focou na apropriação e direção da participação social identificada como um dos itens da operação. Silva (2008) apontou para o modelo de gestão de cidades como uma das condicionalidades do BID para a concessão de crédito, concluindo que ele contribui para a legitimação de um projeto de encolhimento radical do espaço público e para a manutenção da governabilidade.

A Sociologia também se ocupou em pensar a participação social no orçamento participativo do município de Toledo (PR). A intervenção do BID no município se deu a partir do modelo de gestão de cidades que indicava a participação social no orçamento como uma estratégia. Voidelo (2014) concluiu que o orçamento participativo proposto se relacionava à legitimação social compatível com o que o estudo (VOIDELO, 2014) conceituou como modelo neoliberal de democracia.

Podem-se apontar alguns elementos comuns identificados nos trabalhos analisados. O primeiro elemento deve-se à constante avaliação de que os projetos ou programas propostos pelo Banco não conseguiram atender os objetivos descritos na ocasião da tomada de empréstimo pela unidade político-territorial. Sinaliza-se aqui que tais objetivos correspondem, na maioria das vezes, às questões relativas ao alívio da pobreza que se encontram categorizadas pelo Banco como questões sociais separadas das questões econômicas. A explicação para o não atendimento desses objetivos de modo satisfatório, na maioria das vezes, teve como justificativa a responsabilização do Estado ou do indivíduo, ao mesmo tempo em que se assegurava a capacidade técnica do Banco em desenvolver a gestão do Estado.

O segundo elemento indica a penetração do Banco no interior das unidades políticos-territoriais, sobretudo na implementação de um modelo de gestão de cidades. Para isso, o Banco precisa de uma sólida base jurídica de descentralização administrativa e política. O Banco direcionou as intervenções nas cidades para os serviços, para a exploração econômica da natureza relacionada ao turismo, para o redirecionamento dos moradores trabalhadores assentados em regiões centrais e para a formação profissional. As cidades tornam-se concorrentes entre si, sendo direcionadas à constante corrida para a captação de recursos, a fim de aumentar a sua capacidade em competir com outras cidades, elevando-se às demais e subsumindo as cidades de pequeno porte.

A contrapartida do município ou do Estado que toma o empréstimo, o pagamento desses empréstimos e os juros cobrados, embora não tenha sido objeto de discussão das pesquisas, são pontos relevantes que podem indicar que as intervenções políticas do Banco são subsidiadas pelo Estado e/ou pelo município. Foi possível identificar a divisão do trabalho proposta pelas operações jurídico-políticas em que o Banco ocupa a posição de planejador e o Estado e/ou município de executor, mantendo a concepção da política nas mãos do Banco e o trabalho de reproduzidor dessas

concepções para as unidades políticos-territoriais. A próxima seção se concentra na área de conhecimento da Educação. Procurou-se identificar as contribuições das análises desenvolvidas pelos pesquisadores da pós-graduação, no Brasil, acerca das intervenções do BID no Brasil, propondo elementos para o debate acerca da forma como a luta de classes tem sido entendida pelos pesquisadores inseridos nessa área de conhecimento.

4.2 Educação e luta de classes no Brasil: tendências das pesquisas em Educação

As pesquisas circunscritas na área de conhecimento da Educação se concentraram, em sua maioria, em analisar a relação entre as operações jurídico-políticas do BID e as políticas para a Educação Profissional e para o Ensino Médio. Os pesquisadores identificaram os acordos em torno do Programa de Expansão Profissional (PROEP) e do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED) como estratégias de acesso às subunidades políticos-territoriais. O PROEP foi incorporado pelo Distrito Federal, Santa Catarina, Curitiba, São Paulo e São José dos Campos. Já o PROMED concentrou-se no Distrito Federal, no Mato Grosso do Sul e no Paraná.

O BID vem investindo em formação profissional na América Latina, desde 1967, na ocasião da aprovação da primeira operação jurídico-política voltada para esse segmento, destinada ao Brasil e ao Chile. Desde então, o banco direcionou, aproximadamente, seiscentos e noventa milhões para a Educação Profissional, representando cerca de 17% de sua carteira para a educação. Souza (2007) identificou três linhas de ação do Banco sobre a Educação Profissional no Brasil: a implementação de Escolas Técnicas Federais, a difusão de formação convergente com aquelas oferecidas pelas escolas que compõem o sistema S e a implementação de capacitação de curto prazo.

Souza (2007) atribui ao PROEP a responsabilidade pela separação entre educação de nível médio e educação profissional (SOUZA, 2007). O Contrato firmado entre o governo brasileiro e o BID, de nº 1052/ OC-BR, estabeleceu como objetivo geral criar um sistema de educação profissional (educação para o trabalho) separado do ensino médio e do ensino universitário. Como condições para a concessão do crédito, o BID exigiu a separação entre educação geral (propedêutica) e educação profissional; o incentivo ao autoempredimento; estímulo aos cursos básicos voltados para o setor de serviços; a constituição de um mercado de capacitação profissional; e a

responsabilização do Estado para a adequação jurídica desses elementos com o gerenciamento desse sistema segundo as diretrizes da burguesia internacional (SOUZA, 2007).

O BID apresentou como objetivo principal do PROMED a melhoria da qualidade e da eficiência do Ensino Médio, concentrando-se na expansão da cobertura e na garantia de maior equidade social. Metade de seu orçamento veio da concessão contratual de crédito firmado com o BID e a outra metade, relativo à contrapartida nacional, veio do Tesouro Nacional e das unidades políticos-territoriais. Ele foi nomeado no Brasil como Programa Escola Jovem e teve como objetivo oferecer apoio ao planejamento da reforma do Ensino Médio, tanto no que tange à qualidade de ensino quanto ao grau de cobertura.

Como elemento comum presente nas análises, pode-se identificar a proximidade do Banco com a teoria do capital humano, sobretudo na separação entre formação geral e formação técnica e no direcionamento para a formação dos jovens conforme as demandas econômicas de cada localidade. Embasados pela teoria do capital humano, o Banco procurou justificar os baixos níveis de produtividade e de renda da população, atribuindo este fato aos baixos níveis de escolaridade e à falta de um ensino técnico nos países cujo capitalismo ainda não se encontrava plenamente desenvolvido. Notem que o Banco identifica que existe um desenvolvimento desigual entre as unidades políticos-territoriais e entre os indivíduos de classes sociais distintas. No entanto, ele não propõe acabar com esse problema, sobretudo porque isso significaria eliminar o que produz a desigualdade: a propriedade privada dos meios e instrumentos de produção pela burguesia ou classe capitalista e a compra, numa relação desigual, da única mercadoria que os trabalhadores possuem para proverem os seus meios de vida e de seus filhos – a venda de sua força de trabalho.

O BID procurou relacionar crescimento econômico aos níveis educacionais no país, responsabilizando a falta de escolarização dos trabalhadores como elemento fundamental para o “atraso” do país em relação aos países de capitalismo central. Trata-se, portanto, da produção de uma forma específica de conceber a educação como uma base objetiva e uma função real no interior das relações capitalistas de onde se manifesta. A responsabilização da educação pelos baixos índices de produtividade escamoteia as reais determinações do modo de produção capitalista que estabelecem as relações sociais, ao mesmo tempo em que naturaliza o mérito e o esforço individual

como formas de reprodução social. Aponta-se, aqui, a ratificação da concorrência como imperativo para a formação do trabalhador.

O Banco apresenta como alternativa para mitigar as desigualdades de acesso à educação à introdução da tecnologia da informação focando na formação dos professores. Indicam-se as análises que procuraram compreender o Programa Ensino Médio em Rede, em São Paulo; e o Programa Paraná Digital, no Paraná. O primeiro foi direcionado para a formação dos professores em leitura e produção de textos; e o segundo foi direcionado para a compra de computadores, que deveriam ser disponibilizados às escolas, ao mesmo tempo em que a oferta de formação aos professores voltada para o uso instrumental do computador era implementada. Ambos foram considerados desdobramentos do PROMED. O trabalho do Banco voltou-se para a responsabilização do professor pelo que ele chama de baixa qualidade da Educação. Sendo assim, o BID identifica que o problema é a formação do professor no que diz respeito ao que ele considera necessidades básicas de aprendizagem – Linguagem e Matemática –, demandando como alternativa para o problema indicado por ele mesmo o uso instrumental do computador. Ou seja, o Banco assegura que o problema é a técnica de ensino e que para a melhoria da qualidade da educação torna-se necessário que o professor se responsabilize por essa adequação na sua formação.

Outra alternativa apontada pelo Banco e apontada pelas pesquisas foi a intervenção sobre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, em Florianópolis e Manaus, com a implementação do Projeto de Expansão e Melhoria da Qualidade da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. As análises apontaram que o Programa tinha como condição a substituição da formação universitária do professor por certificações em curto período, voltadas para áreas específicas e desenvolvidas por profissionais chamados de *coachings*; a ampliação da avaliação em larga escala como medida de controle sobre o currículo e sobre o trabalho docente; a flexibilização da gestão; a implementação de políticas meritocráticas para a definição da remuneração; o fomento aos *vouchers* e a terceirização da gestão das escolas públicas. O direito à educação ganhava centralidade sendo difundido como “propriedade” do trabalhador e, portanto, responsabilidade dele a luta pela sua garantia.

Foi possível identificar duas tendências nas análises desenvolvidas. Uma delas procurava compreender a relação do Banco e a formação do trabalhador flexível adaptado às mudanças na forma de organizar o modo de produção decorrente da crise

iniciada na década de 1970. A outra tendência se concentrava sobre a relação do Banco com o Direito à Educação, sobretudo após os acordos firmados na ocasião da Conferência Mundial de Educação Para Todos (1990). Considera-se que essa inclinação das pesquisas foi condicionada pelo movimento histórico da sociedade, no capitalismo dependente, determinado pela penetração do capital internacional e seus desdobramentos na realidade social concreta.

Acredita-se que a primeira tendência possui relação com as mudanças na organização do modo de produção capitalista, evidenciando a função de legitimação desempenhada pelo Estado capitalista na periferia do capitalismo, pautada na conformação de um tipo de trabalhador adequado às exigências da reestruturação produtiva em curso, desde a década de 1970. Tal tendência tem sido utilizada pelo campo crítico como forma de apontar a penetração da ideologia burguesa no comportamento dos trabalhadores. Por vezes, tem-se aproximado do campo da psicologia na tentativa de compreender como se forma a subjetividade dos trabalhadores.

Já a segunda tendência apresenta pontos de contato com a conjuntura política da redemocratização, no Brasil, na qual o direito constitucional foi acionado pela classe dominante como forma de manter-se na direção do Estado, ao mesmo tempo em que a ilusão jurídica se projetava por meio da forma política do Estado democrático. A saída da ditadura empresarial-militar negociada pelo alto previa a contenção das forças políticas contrárias ao regime militar e procurava se antecipar a qualquer tipo de organização popular que questionasse a direção do Estado capitalista. Essa tendência, geralmente, encontra-se ligada a uma perspectiva reformista, na qual se entendem as instituições da democracia burguesa, como possibilidades para inclusão dos trabalhadores à ordem e não o rompimento destes com o Estado.

As pesquisas desenvolvidas sobre a relação do BID com o Brasil e a formação do trabalhador buscaram identificar o conjunto de organizações difusoras da ideologia de construção de um trabalhador de novo tipo, voltado para as mudanças na forma de organização do trabalho como uma política pública de formação do trabalhador; reconhecer os elementos de confluência do gerenciamento fabril com a gestão do sistema público de educação; apontar as formas mais interiorizadas e mais complexificadas da alienação conferidas pela expansão do Toyotismo para o campo

social e compreender o projeto de educação orientado pela burguesia, a partir das transformações no campo da produção, para o século XXI.

Os apontamentos dos pesquisadores sugerem que a principal função do BID na relação com o Brasil tem sido inculcar os pressupostos do gerencialismo nas práticas educativas e na relação com os trabalhadores de modo geral (MELGAREJO, 2017). Sendo assim, as operações jurídico-políticas, de modo geral, tiveram como condicionalidades o barateamento da formação docente, a introdução de *coachings* para a formação de competências socioemocionais, o controle sobre o trabalho docente, a terceirização da gestão, o desmonte da carreira do magistério por meio da meritocracia aliada à remuneração, a operacionalização de estratégias de responsabilização do campo empresarial como a *accountability*, a aplicação de *vouchers*; o desenvolvimento de habilidades socioemocionais nos estudantes e a captura da subjetividade das novas gerações por meio de ações de modelagem do comportamento.

As pesquisas indicaram a presença de duas OSCs locais atuando sobre o Ensino Fundamental e a Educação Infantil com programas de tutoria educacional desenvolvidos pela Fundação Itaú Social e os programas Se Liga e Acelera Brasil desenvolvidos pelo Instituto Ayrton Senna. Ambas possuem relação com bancos privados locais (ARANHA, 2017). Tal constatação levou à conclusão de que a noção de qualidade implícita nas exigências consolidava a privatização dos processos pedagógicos mediante a abertura de novos nichos de exploração econômica, opondo-se à afirmação de que a Educação deveria inserir-se como um direito social.

As análises apontaram, ainda, a relação do BID com as reformas do Ensino Médio e do Ensino Profissional realizadas após a redemocratização, evidenciando o afastamento de tais políticas da realidade concreta do mercado de trabalho no Brasil (DEITOS, 2005; 2000). Os programas indicaram que foram os responsáveis por reduzir a quantidade de matrículas nas instituições públicas de Ensino Profissional, pela separação entre ensino de formação geral e ensino de formação técnica, pelo direcionamento dos estudantes para cursos básicos voltados para o setor de serviços, para a ampliação da adesão ao empreendedorismo e pelo financiamento das escolas privadas (SOUZA, 2007). A noção de empregabilidade foi apontada como parte integrante do currículo do Ensino Profissional difundindo a responsabilização do indivíduo por sua formação e retirando do Estado a tarefa de implementar políticas públicas para atender as reais necessidades do trabalhador.

Os pesquisadores assinalaram que uma das estratégias do banco se relacionava com a formação do trabalhador de novo tipo ajustado às demandas do mercado de trabalho flexível, tanto no interior da escola pública quanto no que diz respeito a uma educação de amplitude maior capaz de abarcar o trabalhador nos espaços em que se desenvolvem as relações sociais (ROMAGMANI, 2002; BORDIGNON, 2012). Nota-se que o eixo dos estudos se voltou para a formação do trabalhador, mediante a introdução, no campo da educação, dos elementos gerenciais desenvolvidos nas empresas privadas, assim como a privatização da gestão e das práticas pedagógicas determinadas pelos acordos jurídico-políticos entre um banco internacional e o Estado capitalista no Brasil.

As pesquisas encontravam-se alinhadas com perspectivas da psicologia, no que tange aos estudos sobre os comportamentos dos trabalhadores; da administração, no que se refere aos processos gerencialistas incorporados pela educação; e da sociologia, quando realizou tentativas de aproximação às transformações no campo da produção com a Educação. Assinalava, sobretudo, a subjetividade do trabalhador como o objetivo da relação entre a burguesia e a classe dominante local, diante das modificações na estrutura de produção necessárias ao desenvolvimento do capitalismo.

Aponta-se que as análises, embora não mencionem o imperialismo como categoria, passaram pela identificação de que a extirpação dos elementos internos de incorporação poderia levar à eliminação da intervenção externa, como se fosse apenas uma questão de eliminar a relação política. Diante das conclusões, pode-se indicar que as pesquisas sugeriam enfrentar a política em âmbito local, por dentro da ordem, com pouca ou nenhuma menção sobre a realização do trabalho de organização da classe trabalhadora como classe para si.

Entende-se que o trabalho desenvolvido pelo banco é um elemento do movimento do capital ou parte necessária à totalidade capitalista. O reconhecimento de que a política educacional, no Brasil, forma trabalhadores de novo tipo, adequados às exigências do desenvolvimento capitalista, no século XXI, embora mencione a relação entre estrutura e superestrutura, não deixa clara a compreensão de que esse movimento se estabelece como fruto da última fase de desenvolvimento histórico das forças produtivas e que só pode ser eliminado, de fato, com a superação do próprio capitalismo.

O Direito à Educação como outra tendência das produções, de modo geral, foi explicado a partir de operações específicas desenvolvidas pelo BID, em regiões do

Brasil, modalidade e nível de Ensino determinadas. Apresentaram questões como a participação da comunidade escolar como forma de reconhecimento do poder popular dos indivíduos; a legislação educacional como produto das lutas por educação, capaz de garantir a gestão democrática da educação; essa última, sendo vista como estratégia possível de rompimento com as operações político-jurídicas entre os bancos interestaduais e o Brasil; a compreensão formal de democracia, cuja Educação é um direito conquistado pelos movimentos sociais, em prol das liberdades; o emprego dos conceitos de participação e mobilização social como sinônimo; e a responsabilização do indivíduo como eixo das políticas públicas para a Educação.

As produções do BID se aproximaram desta tendência, sobretudo, a partir de 1970. O direito à Educação passou a ser uma fraseologia utilizada pelo banco para referir-se à ampliação da oferta de vagas nas unidades escolares dos países com níveis de analfabetismo acentuados; à retirada da centralidade da instituição escolar pública como único espaço de educação formal; à penetração de instrumentos padronizados para estabelecer índices e métricas sobre a formação humana; à introdução de tecnologia como recurso para a substituição dos gastos com recursos humanos e à interiorização dos imperativos da concorrência, da produtividade e da responsabilização na institucionalização da Educação e na formação do trabalhador.

Os pesquisadores no Brasil se concentraram em apontar as dissonâncias entre o que se encontra descrito na legislação educacional e o que de fato se materializa como política pública de educação. Assim, Lima Júnior (2011) pontuou que os princípios democráticos da gestão presentes na Constituição Federal (1988) e na LDB 9394/96 não se encontravam convergentes com as exigências do BID para o Ensino Médio; Obara (2009) identificou que o Plano Estadual de Educação elaborado no primeiro mandato do governo do PT no Estado de Mato Grosso do Sul sofreu alterações após a incorporação das exigências do Banco no segundo mandato do governo do PT; e Figueiredo (2006) concluiu que as exigências do Banco que deram o tom das reformas na Educação e na Saúde no Brasil foram produtos da globalização, que pretendia a estabilidade política e social, com vistas à contenção das revoltas dos trabalhadores colocados em situação de pobreza.

A intensa disputa entre a sociedade civil e o Estado, no Brasil, voltada para efetivação da legislação considerada democrática foi outro ponto evidenciado pelas pesquisas. Lima Júnior (2011) identificou a presença de disputas entre duas forças

sociais, em que uma estava subordinada aos ditames do mercado e outra reafirmava a educação pública como direito social, separando, dessa forma, os interesses do capital dos interesses da sociedade. O autor (2011) cita os movimentos políticos das Diretas Já e da Constituinte e os movimentos de resistência protagonizados pela Sociedade Civil nas ações da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A reivindicação de maior democracia na gestão da educação, segundo o autor (2011), nos anos 1990, passou a ser a bandeira de luta dos movimentos sociais que assumiram a ampla defesa do direito à escolarização para todos, do direito à universalização do ensino e do direito à participação da comunidade na gestão da escola.

Obara (2009) se concentrou em analisar a mudança de perfil no desenvolvimento das políticas públicas para o Ensino Médio durante o governo do PT, considerado uma força política de ruptura com os governos que, até então, haviam passado pelo Estado do Mato Grosso Sul. O governo que se elegeu no ano de 1999 pautava o seu trabalho na democracia participativa que, segundo a autora (2009), advogava a ampla participação da população nas decisões do governo, sendo denominado como governo popular. As bases do projeto de educação do governo popular pautavam-se nos princípios de integração e de participação considerados essenciais para a construção de uma escola pública democrática e de qualidade. Os princípios do Projeto de Educação do primeiro mandato rejeitavam a exclusão dos indivíduos do mundo do trabalho, da participação nas riquezas, do acesso aos bens culturais, referendando a Educação como um direito de todos. O Plano Estadual de Educação elaborado no primeiro mandato do PT, a partir da participação social, considerou as necessidades da comunidade sul-mato-grossense e propôs um compromisso com os direitos e interesses da população, legitimado pela comunidade escolar e pelos movimentos sociais.

Embora o acordo jurídico-político tenha sido realizado ainda no primeiro período de governo do PT, a autora (2009) concluiu que os princípios da participação popular, da democratização do ensino e da qualidade social da educação foram respeitados somente no primeiro período de governo. Cabe ressaltar que estes princípios foram desenvolvidos no âmbito formal de reafirmação das instituições da democracia como o fortalecimento dos conselhos e da construção de planos de educação. A autora (2009) sinalizou que os princípios e os pressupostos da política educacional foram

alterados a partir do segundo governo do PT, excluindo a participação da comunidade escolar na construção do Projeto Político Pedagógico, do Referencial Curricular e demarcando o distanciamento do projeto de educação iniciado na primeira gestão. As exigências do acordo jurídico-político entre o BID e o estado do Mato Grosso do Sul não foram evidenciadas pela autora como fator decisivo nas alterações do projeto de educação indicadas por ela que pareceu acreditar que as alterações ficaram restritas às disputas políticas no interior do Partido dos Trabalhadores (PT).

As pesquisas ainda levantaram a satisfação das “exigências demandadas pela democracia” como um elemento relevante acerca da intervenção do Banco sobre o Brasil. Marques (2000) partiu do pressuposto de que a democratização do acesso e a permanência na escola – entendida como dívidas sociais na relação com uma parcela da sociedade –, na qual este direito, historicamente, foi negado – são objetivos a serem alcançados, com vistas a transformar o quadro de desigualdades educacionais no qual o Brasil encontra-se inserido. Cerqueira (2010) apontou os Centros de Educação Profissional como representações da sociedade civil essenciais para a implementação das políticas reformistas sobre a Educação Profissional; Basniak (2014) concluiu que a inclusão digital proposta pelo Banco contribui para a diminuição da desigualdade social. E Gouvêa (2007) indicou a mobilização das mulheres nas esferas de representação do Estado como possibilidade de transformação social.

Como estratégias de enfrentamento, os pesquisadores indicaram o cumprimento da legislação vigente sobre a educação, a responsabilização do indivíduo pela implementação do direito à educação e o fortalecimento das instâncias democráticas de “participação social”. Lima Júnior (2011) apontou o aumento da participação social, organizada em movimentos sociais, direcionado para reivindicações acerca dos pontos na legislação que indicam a gestão democrática nos estabelecimentos escolares públicos e na construção dos sistemas públicos de Educação. O autor (2011) concluiu que a gestão democrática pode ser considerada a via necessária para o desenvolvimento da cidadania nos indivíduos, por meio dos processos educativos, vislumbrando a prática social de efetiva participação e aprendizado do jogo democrático, no enfrentamento das estruturas de poder pautadas no autoritarismo.

Marques (2000), Cerqueira (2010) e Gouvêa (2007) concluíram que a mobilização social era a principal possibilidade para a minimização das desigualdades educacionais e ponto fundamental do sucesso no cumprimento do acordo com o Banco.

Cerqueira (2010) apontou a criação de equipes de trabalho com diferentes segmentos da comunidade escolar, de conselhos escolares e a programação de planejamentos escolares estratégicos pela direção da instituição escolar. Basniak (2014) concluiu como elementos fundamentais de enfrentamento a criação do Portal Dia a Dia Educação, a implantação de laboratórios de informática com conexão à internet em todas as escolas do Estado do Paraná e a capacitação dos professores para o uso destas tecnologias através da ampliação dos Núcleos de Tecnologia (NTE).

O ponto comum que se pretendeu evidenciar nas análises acerca da relação entre o BID e as políticas para a Educação pública encontra-se na dimensão do direito à educação como possibilidade real de materialização da inclusão da classe trabalhadora no modo de produção capitalista. Procurou-se apontar o entendimento de que as reformas políticas na Educação brasileira são caminhos possíveis de rompimento com a desigualdade social, caso sejam materializadas sob o viés da participação política, entendida, por vezes, como mobilização social. O que significa que combatendo a política no âmbito local, poder-se-ia combater a entrada do elemento externo no país. Nota-se que mesmo não utilizando imperialismo, como categoria de análise, os trabalhos, de certo modo, em nossa interpretação, defenderam a ação do BID como um elemento externo com agentes internos, sendo passível a extirpação do BID, apenas com o combate à política interna.

Nota-se que a responsabilização dos indivíduos foi o eixo comum encontrado nas produções. Por vezes entendidas como estratégia de resistência às exigências dos acordos jurídico-políticos com o Banco, outras como causa do fracasso dos objetivos aparentes circunscritos nos acordos jurídico-políticos. Chegou-se ao entendimento, inclusive, de que centrar o sucesso do programa na mobilização social é um fator preocupante, tendo em vista a situação econômica e social da maioria da população, no Brasil, já que, de acordo com o autor (2000), a população não possui condições de cobrar e fiscalizar a qualidade do ensino (MARQUES, 2000). Mobilização social entendida como sinônimo de fiscalização das práticas políticas pela sociedade civil organizada. O autor (2000) concluiu que a mobilização social não foi realizada de forma eficiente de modo a resolver os problemas crônicos do sistema educacional, já que isso se deve à falta de capacidade de organização e preparação da população para zelar pela qualidade da educação, devido às desigualdades sociais. Nota-se, mais uma vez, a tendência à responsabilização individual pela efetivação da propriedade inscrita em lei –

ou seja, não é uma propriedade real – assim como, a estratégia de enfrentamento por dentro da ordem.

Pode-se dizer que o impulso em direção à democracia tem sido uma motivação comum, nos últimos trinta anos, que une diferentes grupos sociais – frações da classe dominante, intelectuais, movimentos sociais, sindicatos, partidos. Resta saber se todos querem dizer a mesma coisa quando falam de democracia e se possuem acordo no que tange às condições necessárias para a sua plena efetivação. As produções expressam a tendência que se cristalizou em explicar a Educação a partir do pressuposto de que ela é um direito social – uma propriedade fictícia do indivíduo – que deve ser garantido pelo Estado. E para ser de fato considerada democrática necessita que a sociedade participe da sua elaboração e execução como uma política pública.

As análises buscaram evidenciar como estratégia para a luta de classes, o aprofundamento de diferentes formatos associativos no qual uma parcela do campo científico convencionou nomear como “fortalecimento da sociedade civil” – entendida em seu sentido liberal como instância que se opõe ao Estado – e, portanto, categorias como classes sociais podem ser substituídas, uma vez que “não se trata de indivíduos isolados, membros somente de uma dada classe social. A participação seria considerada por meio do caráter plural em termos de classes, camadas sociais e perfis político-ideológicos” (GOHN, 2019, p.7). Os formatos de organização da sociedade civil sofrem alterações, uma vez que não mais se orientam pela categoria de classe em sua centralidade.

Aponta-se aqui uma confusão comum com a categoria de mobilização social. Entende-se por mobilização social, a capacidade que determinado formato associativo demonstra conseguir gerenciar no processo de difusão dos programas e projetos da classe dominante. Mobilizar significa mover outro indivíduo em uma determinada direção que se almeja. É, portanto, uma estratégia ligada a questões de direcionamento, gerenciamento, liderança e não a questões relativas à participação. Encontra-se ligada a processos de legitimação, quando gerenciam os indivíduos em sua atuação nos espaços de “participação social”, direcionando-os ao apoio à determinada pauta ou ação. Assim como, a processos de implementação das políticas, quando mobilizam outras organizações locais, representantes técnicos das secretarias de educação e de professores das escolas para serem multiplicadores da operacionalização de diretrizes, planos e programas políticos.

A mobilização social fundamenta as atividades de um quantitativo ampliado de formatos associativos que se aprofundaram no âmbito da “sociedade civil” na conjuntura que se seguiu ao final da Segunda Guerra Mundial. A mobilização social estava presente como elemento estruturante do projeto de Educação para Todos – produto dos acordos firmados entre a burguesia internacional e a classe dominante dos países no capitalismo dependente – na ocasião da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, ocorrida em 1990, assim como, no Plano de Desenvolvimento da Educação, formulado no ano de 2007, como um de seus pilares de sustentação. A responsabilização do indivíduo é um dos fundamentos presentes tanto nas questões relativas à participação social, quanto nas questões relativas à mobilização social.

No próximo capítulo, propõe-se analisar a relação do BID com o movimento Colabora Educação como expressão da contenção preventiva no âmbito da educação que se orienta através da efetiva implementação do regime de colaboração nas estruturas político-administrativas municipais. Procura-se identificar na aliança entre o Banco e o Movimento Todos pela Educação, a expansão do capital em termos de valor e território, evidenciando as estratégias de penetração utilizadas pelo Banco sob o eixo da descentralização.

5. A INTERVENÇÃO IMPERIALISTA NO BRASIL E A FUNÇÃO PREVENTIVA DO ESTADO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

A transição lenta e gradual do regime ditatorial no Brasil imposta pelo trabalho articulado entre a burguesia imperialista e a classe dominante local (FERNANDES, 2020) tem sido operacionalizada a partir de intervenções de caráter permanente, cuja função tem se desenvolvido sob a dimensão preventiva e tem servido à desarticulação de qualquer tipo de organização popular que possa trazer algum tipo de instabilidade à expansão do modo de produção capitalista ou, minimamente trazer à tona algum tipo de consciência sobre as relações de expropriação e exploração dos trabalhadores. A permanência do elemento autoritário intrínseco ao Estado autocrático burguês (FERNANDES, 2020; 2019) pode ser identificada na organização do arcabouço constitucional e jurídico que condiciona as relações sociais no modo de produção capitalista. A Constituição Federal, promulgada em 1988, foi utilizada como representação da ilusão democrática que pretendeu forjar uma ruptura com o elemento autoritário do Estado capitalista burguês, delegando ao regime político ditatorial a propriedade sobre o elemento.

O endurecimento da ditadura empresarial-militar (DREIFUSS, 1989) foi “suavizado” com a instrumentalização de mecanismos de segurança específicos, a partir de dentro, em favor das classes capitalistas, concentrados em certas funções do Estado autocrático burgueses (FERNANDES, 2020; 2019), sem que a forma política de governo assumisse o caráter explícito de uma ditadura aberta. A Constituição Federal, promulgada em 1988, não apenas garantiu que a dupla dimensão das ações de intervenção dos bancos interestatais fosse incorporada pelas unidades político-territoriais sob o controle da federação, como conservou elementos da política de segurança presentes na legislação promulgada durante o período da ditadura empresarial-militar.

Entende-se que o Estado capitalista, no Brasil, mantém o elemento autoritário e fascista sob uma face democrática que ao ser confrontado revela sua essência coercitiva. Como foi visto no capítulo anterior, o BID vem se utilizando do instrumento jurídico como forma de conjugar a face autoritária, democrática e fascista que compõe o Estado capitalista, sobretudo na periferia do capitalismo, a partir de intervenções que reúnem contrapartida local tanto em termos de valor, quanto em termos de território. O Brasil

vem incorporando os imperativos da produtividade, da concorrência e da acumulação não apenas nas atividades econômicas que mantêm a função construtiva do Estado capitalista, mas também, por meio das políticas sociais como forma de contenção dos trabalhadores no processo de tomada de consciência da exploração no qual é submetido.

Neste capítulo, procura-se compreender como o Banco, por instrumentos jurídico-políticos, empreende a contenção preventiva das revoltas populares, identificando suas estratégias e apontando os principais fundamentos. Pretende-se, ainda, oferecer um panorama da incorporação das políticas educacionais pelo Brasil como medida complementar a construção do padrão de cidades concorrentes necessária à acumulação de capitais. Parte-se da compreensão de que os processos que culminaram na redemocratização do país foram estabelecidos, como desdobramentos do capitalismo em sua fase imperialista (LÊNIN, 2012; 2007), para garantir a permanência da implementação de um padrão de desenvolvimento (LOSURDO, 2004) que promove a contenção da luta de classes de modo preventivo (FERNANDES, 2020; 2019; 1982), espalhando-se pelos Estados e municípios do Brasil através da operacionalização por organizações empresariais da política de colaboração, imposta pela Constituição Federal,

Para tanto, buscam-se os documentos produzidos pelo BID e disponibilizados em seu sítio eletrônico referentes às operações jurídico-políticas desenvolvidas pelo Banco, entre 1988 e 2022, no setor da Educação; as fontes encontradas no sítio eletrônico do Movimento Colabora Educação como os resumos dos programas, os organogramas de divisão de responsabilidades e de fluxo de trabalho; assim como, o conjunto de legislação produzida pelos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Maranhão, Ceará, Amapá, Paraná e Mato Grosso do Sul. Aponta-se que o BID, como um desdobramento institucional do imperialismo, tem operacionalizado estratégias econômicas e políticas que visam à contenção preventiva das revoltas populares, utilizando para esse fim a aliança com organizações empresariais em prol do regime de colaboração, disposto na Constituição Federal. Ao instrumentalizar os Estados e municípios a partir da gestão por resultados, amplia-se o número de fundos no qual o BID e a classe dominante local têm acesso. Dividem-se as responsabilidades, mas, sobretudo, organizam-se os Estados e municípios para a entrada do capital estrangeiro e para o aumento da captação de recursos, além da penetração dos

imperativos do capital – produtividade, concorrência e acumulação – na formação dos trabalhadores desde as séries iniciais.

5.1. A autocracia burguesa e a contenção da luta de classes: o legado autoritário dos acordos jurídico-políticos

Quando se volta o olhar para o processo histórico que compreende a relação entre os países de capitalismo central e a América Latina, tem-se uma noção de como as revoltas populares organizadas ou não por forças anticapitalistas, comunistas ou socialistas têm sido continuamente combatidas sob a dimensão preventiva, nem sempre de modo aparente com armas e guerras declaradas. De forma breve, toma-se como exemplo o modo pelo qual o imperialismo conseguiu engolir a Nicarágua, em uma espécie de “intervencionismo democrático” (LOSURDO, 2004). A Nicarágua foi submetida a uma guerra não declarada – bloqueio econômico e militar, controle e manipulação dos seus serviços secretos, colocação de minas nos portos, entre outras questões – o que não a impediu de ser, igualmente, sanguinolenta e contrária ao que estava escrito nas regras democráticas preconizadas pelo direito internacional.

Diante deste ataque não assumido como uma guerra, o governo sandinista se viu obrigado a tomar medidas de defesa – mesmo que de forma limitada, devido às condições econômicas e militares do país – tanto no que diz respeito à agressão externa, quanto no que tange à reação interna. Os países de capitalismo central, então, responderam à defesa dos governos nacionais apresentando-se como arautos dos direitos democráticos, os únicos capazes de “restaurar” a paz social, ao mesmo tempo em que justificaram a reação do governo sandinista como uma ação de política totalitária. O resultado dessa ação de intervenção sobre a Nicarágua desembocou na operacionalização de eleições, nas quais o imperialismo fez valer o seu poder financeiro e jurídico-político, demonstrando que o povo decidiu “livremente” ceder a seus agressores.

O mito apologético do combate ao comunismo foi uma estratégia utilizada pelo imperialismo como tentativa de confundir os regimes de transição socialista – ou que apresentavam elementos convergentes com o socialismo, mesmo que fossem poucos – com posições totalitárias. Foi utilizado, amplamente, como meio de estabelecer confusões sistemáticas, nas quais regimes autoritários e democracia forte tornavam-se

correlatos – ao menos na ideologia burguesa – assim como os regimes socialistas eram relacionados a posições totalitárias. Como toda ideologia burguesa, procurava-se ocultar o principal desta forma de operar do imperialismo: a coerção econômica e jurídico-política encaminhada, de forma vil, sobre os “Estados nacionais” formalmente independentes. Não foi diferente da tática que tem sido operacionalizada contra Cuba.

Muito embora, no Brasil, a conjuntura política que antecedeu ao golpe de 1964 passasse bem longe de qualquer tipo de revolução do tipo sandinista ou cubana, havia uma conjuntura de instabilidade que poderia atrapalhar a expansão capitalista para o interior do país. As Ligas Camponesas⁷⁵ começavam a se mobilizar contra o crescimento urbano e a rápida industrialização (1950-1964) que levaram a uma alteração nas questões relativas à propriedade da terra e à sua utilização. Os possuidores das terras expulsaram posseiros das suas terras, retirando-lhes às condições de trabalho e as migrações aproximaram campo e cidade no sentido da compreensão da situação de extrema submissão no qual se encontravam os trabalhadores do campo.

As Ligas camponesas organizavam os pequenos proprietários de terra – arrendatários, meeiros, entre outros – deixando de fora os trabalhadores assalariados do campo. Pode-se apontar que, ao nível local, duas correntes disputavam a direção desse formato organizativo. De um lado, os líderes das ligas defendiam a expropriação de terras sem indenização prévia e os dirigentes socialistas e comunistas defendiam a promoção da sindicalização rural e a extensão da legislação trabalhista no campo. Em março de 1963, João Goulart sancionou uma lei que dispunha sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, instituindo a carteira profissional para o trabalhador do campo, regulando a duração do trabalho e a observância do salário-mínimo e prescrevendo direitos como repouso semanal e férias remuneradas (FAUSTO, 2019).

⁷⁵ As Ligas Camponesas começaram a surgir em fins de 1955, propondo-se entre outros pontos defender os camponeses contra a expulsão da terra, a elevação do preço dos arrendamentos, a prática do "cambão", pela qual o colono - chamado no Nordeste de morador - deveria trabalhar um dia por semana de graça para o dono da terra. Surgiram Ligas Camponesas em vários pontos do país, sobretudo no Nordeste. A luta simbolicamente mais importante se deu em Pernambuco, pela posse do Engenho Galileia, situado no município de Vitória de Santo Antão. A propriedade era um engenho de “fogo morto”, isto é, já não funcionava para produzir açúcar e tinha sido arrendado aos camponeses, na forma de pequenos sítios. Sob ameaça de expulsão das terras, porque os proprietários queriam retomá-las, aparentemente para destiná-las a pecuária, os posseiros resistiram para um porquê o proprietário queria retomá-las, aparentemente para destiná-las à pecuária, os posseiros resistiram por meios legais durante mais de 5 anos, quando a propriedade foi desapropriada pelo Governo Federal. Na Paraíba, a primeira liga foi fundada em Sapé por João Pedro Teixeira, que tinha sido expulso sem indenização da terra que ocupava e passou a organizar arrendatários e pequenos proprietários ameaçados de expulsão pelos grandes usineiros. (FAUSTO, 2019, p. 378)

No governo de João Goulart, também se aprofundou a mobilização dos Estudantes, através da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da Juventude Universitária Católica (JUC). A Ação Popular (AP) que se organizou no interior da igreja católica derivada da JUC participou ativamente das lutas políticas da época, reprimida após 1964. A direção dada pela igreja católica ajudou na promoção da sindicalização dos trabalhadores rurais, por meio de uma linha reformista não condizente com o conservadorismo defendido pela igreja. A ala mais forte da CNBB, inclusive, passava a defender, publicamente, as reformas sociais “para enfrentar os problemas brutais da miséria e da mortalidade prematura das massas populares” (FAUSTO, 2019, p. 380).

As reformas de base propostas pelo governo de João Goulart atravessaram o estatuto da propriedade privada, tanto no âmbito rural, com o parcelamento da indenização aos proprietários de terra, quanto no âmbito urbano, com a possibilidade de os inquilinos tornarem-se proprietários das casas alugadas. As reformas de base incluíram, sobretudo, medidas nacionalistas, no que tange à intervenção do Estado sobre a nacionalização das empresas de serviço público, da indústria farmacêutica e dos frigoríficos; a regulamentação mais estreita da remessa de lucros para o exterior; e o monopólio da Petrobrás. No campo político, também, preocupava a ampliação do direito de voto aos analfabetos e aos estratos inferiores das Forças Armadas, assim como, o controle do Estado sob as greves no setor industrial e no setor ligado aos serviços.

Pode-se apontar que a intervenção direta sobre o Estado no Brasil operacionalizada entre a burguesia e a classe dominante local procurou “refrear e controlar o ascenso do movimento operário” (HARDMAN *apud in* LÊNIN, 1978, p.17), mesmo, no Brasil, onde os movimentos se configuraram sob bases reformistas, focados na legalização da classe trabalhadora. O problema enfrentado pela ditadura, após a conclusão primária da sua tarefa elementar – a militarização global da condução do Estado – voltou-se para desenvolver mecanismos específicos de segurança e permanência da contrarrevolução, por meio de certas funções do Estado – em favor das frações da classe dominante e da burguesia – sem o caráter explícito da violência (FERNANDES, 1982). A classe dominante local dependia da república institucional para deter um excedente de poder capaz de exercer o controle da mudança social estrutural em curso, sob a aparência “democrática”. A mudança social estruturava-se, na

mesma medida, em que a fase monopolista do capitalismo exigia avanços no interior das estruturas “nacionais”. Isso significa que o avanço imperialista levava ao aprofundamento da capacidade coletiva dos proletários em se desenvolverem de forma independente, em escala nacional, assim como levava as classes trabalhadoras a tentarem garantias econômicas, sociais e jurídico-políticas que, até então, encontravam-se restritas aos interesses privados da burguesia ou apresentando-se sob a dimensão formal apenas (FERNANDES, 1982).

Fernandes (1982) atentou-se para o fato de que apesar da existência de uma crise no seio do regime ditatorial, que evidenciou conflitos entre posições divergentes entre o bloco no poder, ela não abalou a dinâmica da ditadura que consiste na:

proclamação de intenções, inicialmente, que tem o objetivo de soldar articulações políticas em declínio, nas hostes de sua base de poder, e de fomentar esperanças no seio da população (ou de certos setores desta). A partir de um certo momento, por assim dizer, "a máscara cai", justificando-se a evolução regressiva com os acontecimentos inexoráveis e com a necessidade de se garantirem objetivos futuros mais amplos, como, por exemplo uma certa taxa de crescimento da indústria e do número de empregos, uma suposta "democratização da renda" e, ainda, a estabilidade política indispensável para que a democracia não seja comprometida, etc. (FERNANDES, 1982, p. 13)

As pressões externas advindas do imperialismo começaram a solapar a aparente aliança do bloco no poder, no entanto, não provocaram rupturas com o poder autocrático. Diferente do que se pode pensar, o apoio popular à ditadura não foi o elemento de força para a sobrevivência da contrarrevolução, diante da crise interna. O que de fato garantiu sua permanência encontra-se ligado às pressões externas e internas da sua base política; e à falta de um movimento capaz de aglutinar os trabalhadores contra o capitalismo. O autor (1982) pontua que a crise apenas serviu de indicador de que a questão central que movia o regime militar naquele momento – como passar da república institucional para uma democracia forte? – não havia conseguido, ainda, ser respondida.

A promulgação da nova Constituição, em 1988, além de manter uma de suas partes idêntica à Constituição de 1967 e à sua emenda de 1969 (ZAVERUCHA, 2010) – no que tange às cláusulas relacionadas às Forças Armadas, às polícias militares, ao sistema judiciário militar e de segurança pública, em geral – buscou a descentralização dos poderes e o reconhecimento de direitos para os indivíduos identificados sob o termo demasiadamente amplo de cidadãos – direito ao trabalho, direito de possuir um salário,

direito à educação, direito à previdência social, direito à licença do trabalho às mães para os cuidados iniciais com seus filhos, entre outros.

De fato, a palavra “direito” aparece com maior frequência na redação da Constituição Federal de 1988 do que nos textos das Constituições anteriores. Este fator costuma ser amplamente utilizado, pelos intelectuais burgueses, em afirmação à ideia de que a Constituição Federal, promulgada em 1988, como resultado da transição tutelada, pode ser considerada um marco democrático. O direito é nela apresentado como algo sagrado, canonizado, uma espécie de razão, no sentido comum, e no sentido jurídico, encontra-se relacionado com o ato de “dar o que é justo” (MARX; ENGELS, 2007). Ligada à ficção jurídica encontra-se a ideia de estabelecimento de poder àquele cujo direito é dirigido. O indivíduo tem, portanto, a garantia que sua vontade individual expressa na vontade geral seja respeitada pelo simples reconhecimento desta como um direito.

Sabe-se, no entanto, que o direito é dependente das relações de produção e, portanto, encontra-se reduzido a um poder bem determinado, o poder dos proprietários privados (MARX; ENGELS, 2007). O direito e a lei não representam o domínio de uma vontade universal independente, o que significa que a vida material dos indivíduos – que não depende da sua mera “vontade” – assim como seu modo de produção e as formas de intercâmbio que se condicionam de maneira recíproca são o que dão sustentação real a forma política estatal, em todos os níveis em que a divisão do trabalho e a propriedade privada ainda se mantêm de forma independente da vontade dos indivíduos. Os indivíduos que dominam sob essas condições reais, têm de conferir à sua vontade uma expressão geral como vontade do Estado. A expressão dessa vontade condicionada por seu interesse comum é a lei, cujo conteúdo sempre é dado pelas condições da classe que domina (MARX; ENGELS, 2007). Dessa forma, as vontades individuais não estão de forma alguma amarradas pela vontade geral expressa pela lei, a não ser quando a análise reafirma uma visão idealista do Estado.

Esclarecidas estas questões, torna-se mais fácil compreender as advertências levantadas por Luiz Carlos Prestes referentes a todo o processo de organização e de trabalho na Assembleia Constituinte, no que tange à manutenção da contrarrevolução no país. Sabe-se que o processo de promulgação da nova Constituição (1988) foi tutelado pelas forças políticas militares, que procuraram manter o ordenamento social constituído no decorrer da intervenção ditatorial no país, em aliança com as forças

políticas que pretendiam assumir a liderança deste processo (ZAVERRUCHA, 2010). Isto torna-se aparente na descrição do trabalho de redação da Constituição com a divisão em oito grandes comissões e várias subcomissões, além da Comissão de Sistematização responsável por organizar os relatórios finais das oito comissões e seus respectivos líderes no governo.

Os políticos que presidiram as oito comissões cumpriram mandatos como aliados da base governista durante o período da ditadura, mantendo-se nos governos posteriores à promulgação da Constituição Federal (1988). O presidente da Comissão de Sistematização, por exemplo, foi o deputado Bernardo Cabral que, posteriormente, assumiu o cargo de Ministro da Justiça no governo de Fernando Collor de Mello. Fernandes (1982) afirma que as frações de classe dependiam da ditadura militar e seu desaparecimento precisa de uma transição forjada nos padrões burgueses de transformação democrática – lenta, gradual e segura. Conforme apontado por Fernandes (1982), a dinâmica da contrarrevolução se manteve, sobretudo quando o núcleo burguês, ao afirmar-se e ao avançar sobre os processos de políticos de manutenção, apoiou-se “na estática da reprodução da ordem, funcionando como contrapeso perfeito do impulso a estabilidade procedente da burguesia externa e dos centros de poder que encarnam a dominação imperialista” (FERNANDES, 1982, p. 15).

As forças sociais que possuem domínio sobre a sociedade civil – entendida como sociedade burguesa em sua acepção histórica – tiveram conflitos entre si não apenas referentes às questões relativas à descolonização, à revolução nacional e à revolução democrática, como foram estes conflitos que levaram à implementação da contrarrevolução, cujo produto principal foi a emersão planejada do Estado autocrático burguês (FERNANDES, 1982). Dessa forma, Fernandes (1982) conclui que “o mesmo elo que liga determinados estratos sociais da burguesia com a implantação da república institucional vincula-os, ainda que de modo diferente, ao prolongamento da contrarrevolução” (FERNANDES, 1982, p.16), inclusive, com seus prepostos gerenciando a estrutura do Estado.

Aponta-se, ainda, a divisão dos assuntos tratados por cada comissão e suas subdivisões como elementos que conferem à legislação máxima do país a centralidade da manutenção da ordem. Mais do que a permanência do bloco no poder na condução da liberalização outorgada (FERNANDES, 1982), tem-se a inseparabilidade do direito e a perpetuação da exploração capitalista, sendo impossível conceber qualquer direito de

natureza diversa ao capitalismo, ou sequer conservar algo do aparato jurídico e institucional burguês em uma sociedade que não seja, necessariamente, capitalista (PACHUKANIS, 2017).

O direito, assim como a troca, é um meio de ligação entre elementos dissociados. Para a burguesia e as classes dominantes locais, o Estado jurídico que se ergueu no Brasil pós-regime ditatorial substituiu, de certa forma, a ideologia quase que “religiosa” que justificava os atos militares, assim como escondeu das massas o domínio da burguesia. O Estado jurídico é uma ideologia burguesa, mais conveniente e proveitosa, uma vez que “a autoridade como “vontade geral”, como “força do direito”, ao se realizar na sociedade burguesa representa um mercado” (PACHUKANIS, 2017, p. 148). A legislação é, portanto, a representação textual de acordos entre possuidores.

Pachukanis (2017) aponta que a relação jurídica não pressupõe, por sua própria natureza, um estado de paz, interligando direito e arbítrio. Marx (2011A) assim se colocou em relação às relações jurídicas burguesas de forma precisa “o direito do mais forte também é um direito” (MARX, 2011a, p. 43). As relações jurídicas surgem da necessidade de se regular interesses particulares, de modo que o estado de paz se torna necessário em ocasião da regularidade em que a troca se realiza, ou seja em que relações privadas por excelência se estabelecem. Assim, Pachukanis (2017) conclui:

a sociedade de classes não é apenas um mercado, no qual se encontram os possuidores de mercadorias, mas é, ao mesmo tempo, arena de uma feroz guerra de classes, na qual o aparato do Estado é uma arma poderosa. Nessa arena, as relações se formam longe da definição Kantiana de direito como a delimitação da liberdade pessoal dentro de limites mínimos necessários para convivência. Aqui, Gumpowicz tem total razão quando declara que "tal gênero de direito nunca existiu, pois como a medida da liberdade está condicionada apenas à medida de domínio do outro, a norma de convivência dita não há possibilidade de convivência, mas a possibilidade de domínio". O estado como fator de força tanto na política interna quanto na externa foi a correção que a burguesia se viu obrigada a fazer em sua teoria e prática do “Estado de direito”. Quanto mais a dominação burguesa for ameaçada, mais comprometedoras se mostrarão essas correções e mais rapidamente o "Estado de direito" se converterá em sombra incorpórea, até que que, por fim, ou agravamento excepcional da luta de classes force a burguesia a deixar completamente de lado a máscara do Estado de direito e a revelar a essência do Poder como a violência organizada de uma classe sobre a outra. (PACHUKANIS, 2017, p.151)

As relações jurídicas não estabelecem regras de convivência entre iguais, sobretudo porque em uma sociedade de classes não existe igualdade entre possuidores e possuídos. As relações jurídicas que são administradas pela burguesia por meio do Estado, portanto, se estabelecem como uma força sobre a classe não possuidora. Conter maior quantidade do termo “direito” ou acrescentar o qualificante “social” não muda o

fator coercitivo entranhado na redação da Constituição Federal (1988), tampouco pode ser considerada uma garantia de que tais “direitos” se materializarão na realidade concreta.

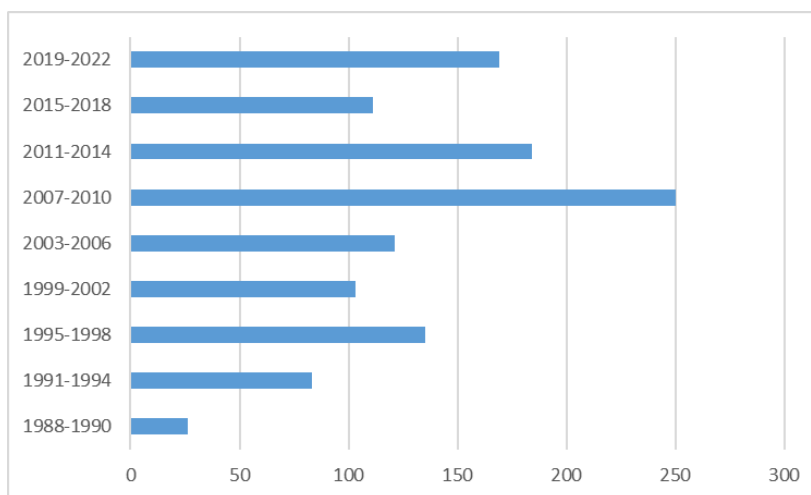
A relação entre Estados, pelo mundo, opera, na contemporaneidade, sob os referenciais do direito internacional. Cada Estado, tomado como uma subjetividade pública internacional encontra-se pautado por um conjunto de regulações jurídicas que se assentam sob o ideal burguês de igualdade e respeito à soberania. Por meio do ordenamento jurídico se instauram alianças entre Estados no âmbito militar, comercial, tecnológico ou político. O direito internacional é, portanto, uma expressão direta das relações de força que se estabelecem por vias militares, econômicas e sociais. É produto de relações estabelecidas de forma desigual e, portanto, precisam de uma forma específica, no caso a jurídica, para ser garantida a força – econômica e/ou militar – de determinado Estado sobre outro. As formas políticas e jurídicas antes de serem formas de contenção da exploração, são exatamente formas que estabelecem e outorgam a exploração capitalista no plano mundial e local.

As intervenções desenvolvidas entre os bancos interestatais e os governos locais são amparadas por garantias políticas estabelecidas por meio de relações jurídicas. No entanto, para que o Banco penetre no interior das unidades políticos-territoriais juridicamente reconhecidas, entende-se que tem sido necessária a instrumentalização de organizações da sociedade civil e de instituições de aparência democrática no interior do Estado, forjando uma espécie de contenção preventiva ao se tornarem intermediárias nas estratégias de expansão do capital. O BID, conforme demonstrado no capítulo anterior, vem operacionalizando esse trabalho no Brasil com maior intensidade após a transição democrática.

Em termos quantitativos, entre 1988 e 2022, o BID desenvolveu cerca de mil cento e sessenta e nove operações jurídico-políticas. Se comparado com o período em que o Brasil esteve sob intervenção militar direta, em que se identificaram duzentos e seis operações, assim como houve um aumento significativo de intervenções sobre o Brasil, mesmo estando em um regime de governo democrático. Considerando o período de duração dos governos federais eleitos a partir da redemocratização, encontra-se um quantitativo de trinta e sete operações durante o governo de Fernando Collor de Mello – representante do Partido da Reconstrução Nacional; e quarenta e seis operações durante o governo de Itamar Franco; cento e trinta e quatro no primeiro mandato do Governo de

Fernando Henrique Cardoso – representante do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) – e cento e oito no segundo mandato. Esse quantitativo começa a crescer, consideravelmente, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Durante a forma política “democrática”, foram realizadas mais operações de troca com garantias jurídico-políticas do que no período em que a intervenção autoritária imperialista se realizou de forma direta e sem subterfúgios calcados na relação entre “democracia”, federalismo e descentralização. O gráfico 10 demonstra a ascendência do quantitativo de operações desenvolvidas pelo BID no Brasil, entre 1988 e 2022.

Gráfico 10: Quantidade de operações jurídico-políticas realizadas entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Brasil, por período de duração dos governos federais eleitos, entre 1988 e 2022



Fonte: Autora, 2022⁷⁶.

Cerca de 74% das operações entre o BID e o Brasil foram realizadas durante a forma política democrática, com considerável aumento durante os governos considerados progressistas⁷⁷. O quantitativo mais alto de operações entre o Banco e o

⁷⁶ Produzido pela autora a partir do levantamento descritivo das operações jurídico-políticas identificadas no sítio eletrônico do BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2022a). Disponível em: <https://www.iadb.org/pt> Acesso em: 29 jun. 2023.

⁷⁷ A transição para o século XXI, na América Latina e Caribe, foi marcada pela ascensão política de governos considerados progressistas. Tal processo esteve marcado, sobretudo, pelos desdobramentos da crise que se abateu sobre os partidos comunistas com o fim da URSS; do fim do regime sandinista; e da adesão dos reformismos clássicos - populismo, nacionalismo e social-democracia - às políticas de expansão do capital para o interior das unidades político-territoriais na periferia do capitalismo. Longe de uma análise que coloque todas as experiências políticas progressistas latino-americanas, dos últimos vinte anos, sob uma mesma categoria de análise, procura-se apenas identificar que, em maior ou menor grau, com aspectos anti-imperialistas ou de mobilização popular, tais governos desenvolveram projetos políticos reformistas que buscaram servir aos interesses da burguesia. As políticas reformistas, não sendo revolucionárias, defendem melhorias e incrementos por meio da luta por dentro das formas sociais do capitalismo. Assim, as lutas se voltam para a defesa do Estado que passa a ser reconhecido pelo

Brasil se deu entre 2007 e 2010, seguido do período entre 2019 e 2022 como segundo percentual em termos de quantidade de operações iniciadas. Esse elemento pode indicar que as relações com o Banco não sofreram diminuição no período em que um partido político da extrema-direita assumiu o governo da União.

Esses dados parecem corroborar para a defesa de que a expansão do capital não prescinde do “Estado nacional”, na qualidade de unidade institucional de controle e contenção, tampouco em sua função construtiva de adaptação às transformações tecnológicas, das formas de produção, do mercado, dos mecanismos financeiros das multinacionais. De uma intervenção direta sobre a atividade político-administrativa do “Estado nacional”, com a chamada redemocratização, tal intervenção parece se manter por meio das instituições financeiras de caráter internacional, a partir da base material que vai alinhar endividamento público e os acordos jurídicos e políticos que lhes dão sustentação.

Em termos qualitativos, se tomarmos como referência, apenas, o período entre 1988 e 1994, fica aparente o aumento das intervenções do Banco em setores específicos da infraestrutura social. Os setores que contaram com maior número de operações de intervenção sobre o Brasil foram agricultura e desenvolvimento rural, meio ambiente e desastres naturais, indústria, desenvolvimento de pequenas e médias empresas, transporte, reforma e modernização do Estado e investimento social, totalizando mais da metade das intervenções.

Entre os anos de 1991 e 1992, as intervenções do banco foram direcionadas, em sua maioria, para a introdução de políticas gerencialistas na administração pública e na mediação do conflito entre capital e trabalho, em âmbito local. Todos os setores produtivos e sociais que sofreram a intervenção do banco, de alguma forma, tiveram

acréscimo de qualificantes tais como democrático, participativo e inclusivo; um Estado que tem como eixo central o respeito à legalidade e, portanto, as demandas por mais direitos se transformam em bandeiras reformistas capitalistas contra as revoluções socialistas. No caso do Brasil, os direitos sociais incorporados pela burguesia, com a função de salários indiretos destinados à manutenção da sobrevivência dos trabalhadores, ao se tornarem eixo da política reformista dos governos progressistas confundem a classe trabalhadora, sobretudo ao serem utilizados como justificativa da circulação do homem como mercadoria, ou melhor dizendo, como proprietário que negocia a si como mercadoria. O direito assegura que o indivíduo seja negociado na condição de propriedade e de proprietário que aliena a si próprio, em troca da garantia da sua sobrevivência. A classe trabalhadora tem suas lutas orientadas para o terreno jurídico seja pela reivindicação de igualdade com a alteração de um direito existente; seja pela elaboração de um novo direito, que quanto mais próximo da construção de uma sociedade utópica, mais distante se torna a possibilidade da sua efetiva materialização. Em ambos os casos, a ilusão jurídica mantém toda a sua força.

elementos das políticas gerencialistas incorporados ao Estado com vistas a conciliar os conflitos entre capital e trabalho. Embora divididos em setores, o olhar para o conjunto das unidades de intervenção proporciona essa compreensão, sobretudo quando as operações estão voltadas para a reunião de capitais locais gerenciados no formato de fundos, a criação de organizações identificadas como representantes da sociedade civil – entendida neste trabalho como sociedade burguesa (MARX, 2007) – que reúnem indivíduos em torno de determinadas atividades produtivas e a administração dos recursos naturais a partir dos imperativos da eficiência e da produtividade.

A instrumentalização de organizações da sociedade civil para o trabalho sobre a defesa de direitos e interesses pode ser percebido no recôncavo baiano e no litoral norte da Bahia, com a operação intitulada “Apoio à Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras Artesanais (FUNDIPESCA)⁷⁸” que mantinha suas atividades voltadas para geração de renda a agricultores e pescadores enquadrados na categoria de produção familiar, ou seja, trabalhadores que vem sendo alijados da sua sobrevivência pela exploração predatória dos recursos naturais em prol da produtividade industrial; no Estado de Piauí, com o fortalecimento institucional da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM)⁷⁹ que ficava localizada no Parque Nacional Serra da Capivara – região que sofria constante exploração do agronegócio com desmatamentos, extração de madeira, hidrelétricas e mineração – e se classificava juridicamente como uma organização da sociedade civil de interesse público que desenvolve atividades de caráter científico, cultural e social; e as operações voltadas para a instrumentalização em território nacional dos CEAPes, já demonstrado no capítulo anterior, que tem como uma das características o endividamento dos trabalhadores e pequenos proprietários, organizado pelo Estado.

Entre 1991 e 1992, foram destinados oitenta milhões de dólares do capital ordinário do banco para o desenvolvimento do “Programa de Modernização

⁷⁸ TC-9008112: Aconselhamento ao FUNDIPESCA, custo total informado no valor de vinte e seis mil dólares, sem informação do setor e subsetor responsável. (BID, 1991a); BR-L1463: aconselhamento ao FUNDIPESCA, custo total informado no valor de quinhentos mil dólares, sem informação do setor e subsetor responsável. (BID, 1993b); SP-9106255: Apoio ao FUNDIPESCA, custo total informado no valor de cento e quarenta mil dólares, inserido no setor Agricultura e Desenvolvimento Rural. (BID, 1992a).

⁷⁹ BR-L1458: Apoio ao FUMDHAM, custo total informado no valor de quinhentos mil dólares, inserido no setor Agricultura e Desenvolvimento Rural, subsetor Políticas para Agricultura. (BID, 1992b); SP-8903222: Apoio ao FUMDHAM, custo total informado no valor de cento e quarenta mil dólares, inserido no setor Agricultura e Desenvolvimento Rural, subsetor Políticas para Agricultura. (BID, 1992c).

Tecnológica da Agropecuária na Região Centro-Sul do Brasil”⁸⁰ (PROMOAGRO), que, com a contrapartida local, totalizou cento e trinta e cinco milhões de dólares. O sítio eletrônico do banco não disponibiliza informações mais precisas sobre o movimento do dinheiro público empregado, tampouco sobre os acordos jurídico-políticos firmados. O que se pode apreender das poucas informações disponibilizadas pelo banco foi que esse contrato procurou aplicar recursos tecnológicos à agricultura local em articulação com a fração da classe possuidora dos meios de produção no âmbito rural.

Ao mesmo tempo em que se intensificava a exploração tecnológica da terra, aponta-se o direcionamento do Banco para operações de intervenção sobre os recursos naturais, especialmente, os recursos hídricos. Para tanto, o Banco operacionalizou a política de fundos com o aparelhamento do Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado no ano de 1989 que, segundo o sítio eletrônico do governo federal (2022), vem desenvolvendo até os dias atuais operações com recursos do Tesouro Nacional, de contratos de empréstimo com o BID e de acordos internacionais. Pode-se perceber que operações entre o BID e o Brasil, nos anos de 1991 e 1992, buscaram operacionalizar o ajustamento dos marcos jurídico-políticos à necessária abertura de capitais.

Cabe ressaltar que as questões emergentes com a abertura da economia não se encontravam condizentes com a ficção jurídica descrita no texto da Constituição Federal, concluída em 1988, que versa, sobretudo, sobre os direitos sociais. A pobreza e a desigualdade social eram cada vez mais crescentes, assim, uma das partes dessa relação jurídica de troca – no caso, os despossuídos – não tiveram as “garantias” que foram acordadas durante o processo de liberalização consentida, cujo produto foi a Constituição Federal, concretizadas no plano das suas reais necessidades. Isso fica mais aparente quando se identifica apenas duas operações referentes à saúde⁸¹ e à educação⁸², realizadas sobre o formato de cooperação técnica, totalizando um valor referente a um

⁸⁰ BR-0062: Modernização da Agricultura, custo total informado no valor de cento e trinta e cinco milhões de dólares, inserido no setor Agricultura e Desenvolvimento Rural, subsetor Desenvolvimento da Agricultura sustentável. (BID, 1992d).

⁸¹ As operações se referem à instrumentalização do Instituto Materno de Pernambuco e ao desenvolvimento de políticas de assistência à primeira infância. (BID, 2022a) O Instituto Materno de Pernambuco é considerado, juridicamente, uma OSCIP, com o trabalho classificado em luta por direitos e interesses. O Instituto presta serviços de assistência médica, desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão e operacionaliza políticas focalizadas na intervenção precoce e nos cuidados primários de saúde, visando diminuir o número de internações no sistema público de saúde.

⁸² O BID realizou, apenas, uma operação de troca, de tipo cooperação técnica, sobre a organização da Educação Básica em Porto Alegre, empenhando um milhão e quatrocentos e dezesseis mil dólares. (BID, 2022a)

milhão, setecentos e dezenove mil dólares, duas delas solicitando contrapartida financeira da unidade político-territorial.

Entre os anos de 1993 e 1994, houve um aumento no que tange ao quantitativo de operações de endividamento, comparando com o governo de Fernando Collor de Mello – no qual Itamar Franco era seu vice, ou seja, também fazia parte deste governo – foram acordadas mais nove operações. Considerando, ainda, a possibilidade de que as operações de endividamento, iniciadas em 1991 e 1992, não tivessem ainda sido quitadas no decorrer das novas contratações, pode-se inferir que havia cerca de oitenta e três operações financeiras em desenvolvimento no país, sem contar as operações com outros bancos interestatais que não foram investigadas nesta pesquisa.

Nesse período, o Banco direcionou os acordos para a organização dos tributos pagos ao Estado pelos indivíduos, com intervenções que recaíram sobre a vigilância do trabalhador, sobretudo na produção de informações estatísticas e censitárias que correspondem a um maior recolhimento para os fundos públicos. Como a instituição Estado surgiu para refrear os antagonismos de classe, no próprio conflito de classes e o poder público encontra-se separado da sociedade e situado acima dela, necessita-se da organização de mecanismos de cobrança de impostos e de dívida pública (LÊNIN, 2007). O imperialismo e o reinado dos bancos, na democracia, têm operacionalizado a burocracia e o endividamento público com maior segurança, agindo de forma indireta por meio de relações jurídico-políticas que servem como uma requintada crosta para o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

O Brasil seguiu a adequação dos marcos regulatórios do país aos interesses da burguesia que ainda contou com adequações no sistema de previdência social da classe trabalhadora. Mais uma vez, os CEAPes aparecem como organizações intermediárias a serem instrumentalizadas. A preocupação com a força de trabalho feminina também se encontra presente nas operações entre o banco e o Brasil que se voltam para a criação de um “sistema de crédito” direcionado para operacionalizar o endividamento das mulheres⁸³, assim como, com os recursos produzidos pelas minas em território brasileiro. Foram realizadas duas operações de endividamento junto ao banco para

⁸³ TC-9308455: Programa de Avaliação do Crédito Bancário Feminino, custo total informado no valor de trinta mil dólares, inserido no setor Mercado Financeiro, subsetor Desenvolvimento do Mercado Bancário. (BID, 1993c).

garantir o funcionamento de um fundo de capitais que fosse responsável pelas questões econômicas e pelos acordos jurídico-políticos em torno da exploração das minas⁸⁴.

Entre 1993 e 1994, o Banco também direcionou suas ações para o setor que ele categoriza como investimento social, sobretudo no que se refere às questões relativas à infância que não era controlada pela família, chamada pelo Banco de infância de rua. Essa infância era considerada um problema para o desenvolvimento comercial das cidades. Para o controle da infância de rua, os acordos foram firmados entre o BID e os municípios do Rio de Janeiro (RJ), Campinas (SP), Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE) e São Luís (MA), cidades cujo turismo tem sido instrumentalizado como um setor comercial que compõe a economia. Os municípios foram as instituições a serem instrumentalizadas. Já, no município de Sobradinho, em Brasília, o Banco procurou instrumentalizar o CEABM, cujas atividades incluíam a operacionalização de uma creche, de uma escola de ensino fundamental, de um curso profissionalizante e de um albergue.

Chama-se atenção para o processo de desarticulação preventiva incorporado pelo Estado capitalista, no Brasil, que segue alinhando descentralização, implementação de fundos setoriais e instrumentalização de organizações como instituições da democracia. A próxima seção ocupa-se em desenvolver alguns apontamentos sobre a concepção burguesa acerca da questão social na periferia do capitalismo e sua aproximação com o elemento autoritário característico de regimes autocráticos.

5.2 A defesa de direitos e interesses: mercadorias necessárias à expansão do Capital?

Segundo a CNAE (IPEA, 2018), a defesa de direitos e interesses pode ser considerada uma atividade econômica, ou seja, uma atividade comercial que pode ser trocada por algum tipo de remuneração. Pode-se entender que as organizações da sociedade civil registradas sobre essa categoria jurídica tratam a luta por direitos como um serviço comercial que cumpre uma função no processo de circulação de capital. De simples espaços associativos que representavam, nas décadas de 1950 e 1960, no Brasil,

⁸⁴ BR-L1467: Fundo de Comercialização de Mãos de Minas, custo total informado no valor de quinhentos mil dólares, sem informações sobre o setor disponível. (BID, 1994a); SP-9406332: Fundo de Comercialização de Minas, custo total informado no valor de cento e sessenta mil dólares, inserido no setor da Indústria. (BID, 1994b).

o movimento dos trabalhadores em prol do direito ao espaço urbano, os centros pró-melhoramentos que mais tarde começam a ser reconhecidos como associações de moradores, torna-se um espaço associativo que pode intermediar o processo de expansão de capital, em âmbito local.

Seria leviano, contudo, apontar que todas as duzentas e setenta e cinco mil oitocentas e noventa e cinco⁸⁵ OSCs que realizam atividades voltadas para a defesa de direitos e interesses, juridicamente, cumprem a função de intermediárias da burguesia imperialista no processo de expansão do capital. Parte-se da constatação de que diante da precarização das condições de vida dos trabalhadores empurrados para o espaço urbano e daqueles que foram expropriados da terra no espaço rural, a reação popular que se apresentou, inicialmente, por meio de revoltas espontâneas, teve um esforço de organização, ainda que sob as bases do direito subjetivo, quando a carência passou a ser o ponto comum na luta pela sobrevivência em loteamentos irregulares, com escassez de transporte público urbano, saneamento básico, iluminação, saúde e educação pública. As associações de moradores, as sociedades de amigos do bairro, os centros pró-melhoramentos – ou outra denominação que indique a associação de trabalhadores devido à localização geográfica – traziam uma concepção de organização que se movia paripassu a luta pela democracia que movimentava os partidos políticos e sindicatos ligados ao campo do trabalho (MENDONÇA; FONTES, 1996).

A apropriação dessa luta, que é legítima e necessária à sobrevivência dos indivíduos em determinado espaço, pela classe dominante local, num primeiro momento e, em seguida, pela burguesia, se solidifica pós-redemocratização, com a disseminação da luta por direitos como concepção formal embutida nessas instâncias associativas. Veja que a carência continua ser a força motriz, no entanto, as associações não ficam mais restritas a determinadas localidades menores, elas passam a aglutinar trabalhadores e capitalistas em causas comuns que somente são possíveis quando movidas pela concepção burguesa de direito, ou seja, quando se mantém a forma social jurídica necessária à conciliação de interesses contraditórios entre classes sociais diferentes.

A reprodução do capitalismo se estrutura por meio de formas sociais necessárias e específicas que vão constituir o núcleo da sua própria sociabilidade. O valor, a mercadoria e a subjetividade jurídica são formas sociais específicas e necessárias às sociedades de acumulação do capital com antagonismo entre capital e trabalho. A forma

⁸⁵ Levantamento realizado pelo IPEA, no ano de 2012.

social valor é conferida a tudo e a todos, que se relacionam por meio de um processo de troca, na qual ao tornarem-se mercadorias, passam a se relacionar por meio de vínculos contratuais. O contrato vai se constituir como elemento que amarra aqueles que trocam mercadorias – incluindo aqui a força de trabalho. O vínculo contratual – que nas análises acerca das sociedades democráticas não costuma ser entendido como imposição por meio da força bruta, tão pouco de mando unilateral – necessita que sejam constituídas formas específicas no campo político e jurídico. Assim, os indivíduos são tomados como sujeitos de direito, na esfera jurídica. Já no âmbito político, faz-se necessário assegurar o reconhecimento da qualidade jurídica que vai garantir o cumprimento dos vínculos, do capital e dos direitos subjetivos.

As formas sociais consolidam, cristalizam e determinam práticas que permitem o fluxo contínuo das relações sociais e não se constituem de modo aparente, visível aos olhos dos indivíduos. Elas exercem ações coercitivas nas relações sociais para além de sua anunciação, de sua declaração ou de sua aceitação. As formas sociais se apresentam no mundo como algo já estabelecido e não dependem da vontade ou da total consciência dos indivíduos, pelo contrário, operam, justamente, através da inconsciência de seus agentes, estabelecendo processos coercitivos para além dos interesses imediatos e individuais.

Direito e Estado se apoiam mutuamente. Isso significa dizer que existe um nexo íntimo entre a forma política e a forma jurídica, constituem, ao mesmo tempo, termos conjuntos, pelo fato de ambas remanescerem das formas sociais mercantis capitalistas, ao mesmo tempo em que são pilares estruturais da reprodução econômica capitalista. Mascaró (2013) salienta que o núcleo que configura a forma jurídica reside em um complexo que envolve o sujeito de direito, o direito subjetivo, o dever, a obrigação, atrelados aos seus respectivos corolários como à vontade autônoma e à igualdade formal no contrato. O Estado configura-se no núcleo da forma política capitalista que vai se constituir como elemento necessário de constituição e garantia da dinâmica da acumulação capitalista e da relação entre capital e trabalho. “A república democrática é a melhor crosta possível do capitalismo” (LÊNIN, 2007, p. 33). No capitalismo, a forma política do Estado democrática está entranhada à forma jurídica, no entanto, essa relação se apresenta em nuances, o que acaba por dificultar a interpretação a seu respeito. Mascaró (2013) explica essa relação quando salienta que:

os agentes econômicos são tornados sujeitos de direito e, como extensão dessa subjetividade para o plano político, cidadãos. Tal qualificação dos

direitos políticos granjeia o acesso ao Estado segundo direitos, deveres, garantias, poderes e obrigações estatuídos juridicamente. Trata-se de um investimento à vida política nos termos da atribuição jurídica para tanto. Seu lócus fundamental é o direito desdobrado no plano eleitoral e no plano da constituição e do resguardo da subjetividade mínima suficiente à reprodução do capital. Sendo cidadãos, os sujeitos de direitos se tornam aptos a votar e a serem votados. Na amarra jurídica necessária ao capital, a liberdade negocial, a igualdade formal e a propriedade privada constituem também o esteio da ação política. Costuma-se chamar por democracia, nas sociedades contemporâneas, a forma política estatal que tenha por núcleos o plano eleitoral e o plano da constituição e da garantia da subjetividade jurídica. Nessa estrutura, que arma o Esteio das próprias condições para a reprodução do capital, identifica-se o qualificativo de democrático ao campo político. (MASCARO, 2013, p.85)

Parte-se da compreensão de que a forma social mercadoria estabelece os parâmetros pelos quais as relações sociais se apresentam no capitalismo, formando o núcleo da estrutura social capitalista através da troca da mercadoria e do trabalho assalariado – força de trabalho transformada em mercadoria. A propriedade privada, a circulação intermediada monetariamente, a constituição de sujeitos de direito e a separação entre o político e o econômico formam um complexo medular da expansão e reprodução capitalista. Entende-se que tais elementos encontram-se presentes nas intervenções do BID sobre as políticas sociais, no Brasil, em especial, sobre a Educação pública, após a chamada redemocratização, como fios invisíveis que garantem o eixo segurança e manutenção do modo de produção capitalista, por meio da inexorável relação entre as formas estruturais do capitalismo: a forma mercadoria, a forma política estatal e a forma jurídica.

Os acordos jurídico-políticos firmados entre o BID e os Estados capitalistas que se encontram no capitalismo dependente possuem como eixo amarras jurídicas necessárias ao capital – igualdade formal, propriedade privada, liberdade para negociar – que não ultrapassam o âmbito formal do Estado. O direcionamento da luta de classes para o âmbito da luta entre governo e sociedade civil, para a construção de arcabouços legais e a institucionalização de novas representações sociais, procura direcionar a luta de classes a partir de dentro das estruturas do Estado, retirando a dimensão revolucionária do espectro de ação da classe trabalhadora. O direito subjetivo à educação não é uma propriedade real do trabalhador, direcionar a organização política dos trabalhadores para a efetivação de direitos sociais, compõe uma estratégia de desarticulação preventiva dos trabalhadores, por meio da sua fragmentação, dificultando o exercício de reconhecimento como classe para si.

Durante longos períodos da história, as narrativas políticas tiveram como pressupostos aspectos teleológicos. Os aparatos políticos foram tratados como elementos da vontade divina e ratificaram a ordem social como se estivesse voltada para a vontade de todos, em prol do bem comum. Não havia uma separação estrutural entre aqueles que dominavam economicamente e aqueles que dominavam politicamente, dito de outra forma, usualmente, as mesmas classes, grupos e indivíduos controlavam tanto os setores econômicos, quanto os setores políticos da sua localidade. Na modernidade, a ascensão da burguesia ao poder pautou-se, de certa forma, no descolamento dos processos teológicos de explicação da realidade e manutenção da ordem social, assim como na separação entre o domínio econômico e político. Contudo, o pensamento moderno burguês, mesmo que não tenha sido pautado em questões teleológicas, tem sido construído em bases idealistas, no sentido da noção de legitimidade racional do poder, ainda em favor da manutenção da ordem social existente e das classes dominantes, a partir da forma política do Estado.

O Estado, como um fenômeno especificamente capitalista (MASCARO, 2013), apresenta-se como um mecanismo necessário à reprodução capitalista, uma vez que ele assegura a troca de mercadorias e a exploração da força de trabalho sob a forma assalariada. O sujeito de direito, a garantia do contrato e a autonomia da vontade – instituições jurídicas capitalistas – possibilitam a presença de aparatos separados dos exploradores e explorados. As relações sociais pautadas em parâmetros de troca colocam o Estado como necessário à própria reprodução capitalista, mediando a dinâmica entre capital e trabalho. Talvez seja essa a origem da dificuldade em se compreender, à primeira vista, a conexão entre capitalismo e Estado, visto que ao funcionar, aparentemente, apartado de todas as classes e indivíduos, o aparato estatal torna-se capaz de garantir a mercadoria, a propriedade privada e os vínculos jurídicos que garantem a exploração do trabalho pelo capital.

A ideia positivista generalizada pela burguesia acerca do conceito de direito, resulta neste como a expressão do interesse geral da sociedade. De modo geral, a ideia positivista de sociedade representada pela forma política estatal tem, nas regras que compõem o seu ordenamento legal, a expressão da racionalidade em contraposição aos aspectos morais da religiosidade; da vontade geral em contraposição à vontade particular; da liberdade em contraposição à submissão. A família e a sociedade civil são concebidas, no sentido acima descrito, como esferas ideais do Estado, cujo arbítrio e a

própria escolha individual do seu destino constituem o Estado. A constituição representa a racionalidade desenvolvida, a base sólida do Estado, a confiança e a devoção que os indivíduos lhe devotam. A alma da família existe nesta como amor e da sociedade civil como reino da igualdade.

Há que se reafirmar, ainda no século XXI, que o idealismo que funda tal concepção se encontra presente nas ações políticas dos governos constituídos sob a forma política democrática. Estes, geralmente, garantem sua posição na organização política do Estado pela sua função de contenção do inimigo interno – os trabalhadores – por meio de estratégias atravessadas por relações jurídico-políticas. A realidade é que a racionalidade legal se fundamenta em aspectos moralizantes; o interesse geral existente em si não é de fato geral e o interesse geral empírico real não é mais do que formal; e que a forma jurídica se estabelece onde existem interesses contraditórios a serem conciliados com base em termos que garantam a submissão de uma parte à outra.

O direito supervaloriza o individualismo, ao mesmo tempo que nega o indivíduo quando este não é reconhecido como uma pessoa e sim como uma fonte geradora de riqueza. O meu direito é uma espécie particular de propriedade privada, logo a constituição é a constituição da propriedade privada. A forma propriedade é a categoria fundamental, o vínculo geral do Estado, até mesmo em suas funções gerais que são propriedade privada de corporações e de uma classe. O comércio e a indústria são propriedade privada de corporações particulares; os cargos que ocupam os poderes do Estado são propriedade privada de classes particulares; os diferentes “Estados nacionais” são propriedade privada da burguesia; e o espírito é propriedade privada da cúria; a atividade de um indivíduo segundo o dever estabelecido externamente a ele, é propriedade privada de outra pessoa, assim como o direito de um indivíduo é sua propriedade privada particular. A forma propriedade é o que fundamenta os direitos, independente, do qualificante a ele acrescido (MASCARO, 2013).

Na Idade Média, as formas de existência social que representavam algum tipo de liberdade ou direito apareciam como uma exceção à regra e, portanto, eram consideradas privilégios. A propriedade privada era a forma na qual estes privilégios surgiam. A concepção de mundo era, essencialmente, teológica e determinada pela força da propriedade fundiária que se encontrava sobre as mãos da Igreja. Esta se constituía “no verdadeiro vínculo entre os vários países; sua organização feudal conferia consagração religiosa à ordem secular” (ENGELS; KAUTSKY, 2012). O poder do

príncipe era baseado na propriedade privada do poder sobre o “Estado”. A burguesia nascente era lesada em sua propriedade privada, uma vez que o príncipe ao defender a sua propriedade privada, lesava a propriedade das corporações, em vez de lesar, somente, a propriedade dos indivíduos. O direito à propriedade privada era entendido como o direito de dispor arbitrariamente das coisas.

Os romanos foram os primeiros a desenvolver o direito à propriedade privada, o direito abstrato, o direito da pessoa abstrata (MARX, 1968). Pode-se considerar o direito privado romano como o direito privado em seu desenvolvimento clássico, no entanto, os romanos não mistificavam o direito da propriedade privada ou o transformavam em direito público (MARX, 1968). O direito privado romano garantia o homem na qualidade de escravo, como objeto da propriedade privada e os países conquistados eram tratados como propriedade privada. A escravidão era justificada, dessa forma, pelo direito de guerra, pelo direito de dispor arbitrariamente do homem como um objeto.

Marx (1968) ao historicizar a relação entre a forma propriedade privada e a forma jurídica salienta a mistificação realizada pela burguesia em seu Estado constitucional. A concepção jurídica de mundo (ENGELS; KAUTSKY, 2012) substituiu o dogma e o direito divino, pelo direito humano, assim como a Igreja, pelo Estado. A mesma burguesia que procurou superar a visão teológica tradicional de mundo, conduzindo o intercâmbio de mercadorias em escala social por meio da concessão de incentivos e créditos, produziu o proletariado. Este tentou voltar contra a burguesia sua própria concepção jurídica de mundo que se erguia. Engels e Kautsky (2012) apontam que as primeiras formações partidárias proletárias reivindicavam a igualdade, relacionando a igualdade jurídica com a igualdade social; e o direito dos trabalhadores ao produto integral do trabalho. Os autores (2012) salientam que:

a reivindicação da igualdade, assim como do produto integral do trabalho, perdia-se em contradições insolúveis tão logo se buscava formular seus pormenores jurídicos, e deixava mais ou menos intacto o cerne do problema, a transformação do modo de produção. [...] ambas as concepções abstraíram a base histórica à qual deviam a existência; as duas apelavam para o sentimento, uma para o sentimento jurídico, outra para o sentimento de humanidade. Ambas formulavam suas reivindicações como votos piedosos, dos quais era impossível dizer por que deviam se realizar justamente agora, e não mil anos antes ou depois. (ENGELS; KAUTSKY, 2012, p. 20)

O Estado capitalista que se formou com a revolução burguesa tem em sua composição a forma jurídica determinada pela propriedade privada. A relação jurídica que rege o Estado reafirma o direito dos produtores de mercadoria, o direito dos

possuidores, torna a igualdade jurídica um elemento indispensável para a expropriação do trabalho e a conseqüente acumulação nas mãos da classe possuidora. Ora, reivindicar o direito ao produto integral do trabalho é muito diferente da reivindicação da propriedade sobre os meios de produção para a classe trabalhadora. O sentido da luta atravessada pelo viés jurídico não ultrapassa os limites estabelecidos pela burguesia; não coloca em xeque a apropriação do trabalho alheio pelos capitalistas; e não direciona para uma transformação real da sociedade, sobretudo por não questionar o estatuto da propriedade privada.

A forma jurídica reflete as condições econômicas de determinada sociedade. Em uma sociedade cuja exploração e a apropriação do produto do trabalho são a força motriz do desenvolvimento social, a forma jurídica serve para legitimar o controle sobre tal “desenvolvimento”. A lei confere poder aos possuidores e realiza a mais importante tarefa de controle quando contribui para que as modificações da ordem social se efetuem por meio de reformas, aparentemente pacíficas. Sobretudo, quando as pautas socialistas são convertidas em princípios jurídicos, quando os interesses dos trabalhadores são apropriados pela ordem jurídica e quando a sobrevivência dos que não detém a propriedade dos meios de produção encontra-se justificada por meio de direitos fundamentais. Há uma clara intenção em despistar as pautas socialistas do seu elemento histórico e econômico, em escamotear o que de fato a forma jurídica defende quando impõe os direitos fundamentais como propriedades daqueles que não possuem os meios de produção, em reduzir as necessidades de sobrevivência diante da intensificação da exploração à uma disputa pelas migalhas deixadas pela burguesia no decorrer da apropriação indevida do produto do trabalho.

O ponto a que se quer chegar nesta breve exposição é a relação em que se estabelece a forma propriedade e a forma jurídico no Estado autocrático burguês (FERNANDES, 2020; 2019), que se desenvolve no imperialismo, sobretudo em sua face democrática que “aparece como contraparte de uma oligarquia perfeita (os oponentes reais estão desqualificados ou neutralizados; a maioria, mesmo eleitoral, não tem influência concreta; mas a sociedade civil abrange os setores que suportam e legitimam a ditadura de classes aberta e seu Estado” (FERNANDES, 2019, p.88). Os direitos fundamentais que representam a propriedade dos despossuídos não estão em condições de produzir qualquer transformação real na vida dos trabalhadores, uma vez que não determinam, tampouco realizam o desenvolvimento social, mas são

determinados e realizados por este. A questão que se coloca é: por que o esforço em reduzir as pautas do movimento socialista a direitos fundamentais? O que a burguesia ganha ao realizar esse esforço de transformação das ideias socialistas em conceitos jurídicos? O que de fato se realiza ao estimular a disputa entre trabalhadores por um elemento que não vai modificar a realidade de exploração na qual o trabalhador é colocado, tampouco vai ajudar a tornar compreensível as contradições desse sistema de acumulação?

A legalização da classe trabalhadora, longe de ser uma “conquista”, é na realidade, uma derrota política (EDELMAN, 2016). A jornada de trabalho, as férias remuneradas, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre outras questões que, em algumas análises, são consideradas “conquistas”, refletem a captura e a neutralização da classe trabalhadora. O direito serve aqui como instrumento privilegiado do compromisso que se queria afirmar na aliança entre capital e trabalho. Muitas dessas “vitórias” refletiram o interesse burguês pela saúde do trabalhador, pela manutenção em boas condições do capital humano a ser utilizado para a produção de mais valor. O que dizer, então, quando essas “conquistas” já não são suportadas pelas mais recentes necessidades de acumulação da burguesia?

O ajuste permanente da relação entre capital e trabalho se organiza por meio da forma jurídica e se estabelece mediante uma relação de responsabilização individual. O “poder” jurídico de participação política “conquistado” pela classe trabalhadora tem sua natureza atrelada à concepção de mundo burguesa. O direito burguês não pode dar nada além do que o poder burguês, isto é uma forma específica de organização e representação que mantenha a divisão social em classes, até mesmo quando se destina a organizar os trabalhadores “beneficiados” por tal “concessão” burguesa. Ao regular a participação política dos trabalhadores a burguesia controla as massas, seus movimentos organizados, outorgando-lhe um poder que reproduza o seu próprio poder, tão somente enquanto tais movimentos existam dentro da legalidade, dentro do que é aceitável.

Isto se torna aparente quando a burguesia em aliança com a classe dominante se propõe a evidenciar elementos que conferem ao Estado capitalista a aparência da sua face democrática. Reivindica-se aquilo que não se tem: a inclusão dos trabalhadores na divisão do poder do Estado. Ora, para isso, a burguesia escamoteia a função primeira do Estado capitalista que se concentra em servir como comitê executivo da burguesia (MARX; ENGELS, 2005) e, portanto, na luta entre as classes sociais só poderia de fato

ser ocupado pelos trabalhadores com a aniquilação do caráter capitalista do modo de produção. Tal transformação levaria, necessariamente, ao definhamento da forma política estatal, visto que ela se estabelece nas sociedades divididas em classe e cuja exploração do homem precisa ser regulada pela força militar e burocrática (ENGELS, 2019; LÊNIN, 2007).

Toma-se a aparência da coisa por sua essência. Toda desigualdade social e política é derivada das diferenças de classe. É impossível incluir os despossuídos em uma relação cuja forma estrutural se pauta na propriedade privada. A troca pressupõe protagonistas que se reconheçam como proprietários privados. Toda relação jurídica que se estabelece a partir deste fundamento, necessariamente, está de acordo com os interesses burgueses de dominação de classes.

É, portanto, uma ilusão jurídica apontar os direitos fundamentais como propriedade dos indivíduos que não possuem os meios de produção. Dobram-se os desafios impostos à classe trabalhadora, quando se vê diante do enfrentamento à classe dominante em âmbito local – que se encontra em aliança com a burguesia – e a política internacional manejada pelos bancos interestatais representantes dos Estados de capitalismo central. Desse modo, as organizações intermediárias do capital, ao pautarem seu trabalho sobre essa concepção burguesa, acaba por contribuir com o trabalho de desorganização dos trabalhadores como classe, que passam a ter como horizonte final da luta de classes a inclusão social pela via jurídica. Se o direito é uma ilusão propagada pela burguesia, logo a organização da luta dos trabalhadores em torno da defesa de direitos como instância máxima da organização de classe – ou a disputa pela inclusão social na legislação como propriedade a ser disputada pelo trabalhador por dentro do Estado – também pode ser considerada uma ilusão.

Cabe ressaltar que esse apontamento não pretende invalidar como a luta de classes tem se realizado no Brasil. Pelo contrário, acredita-se que a identificação desse elemento pode contribuir para a superação da ilusão da forma política estatal como instância da democracia, sendo sua disputa a única luta possível para os trabalhadores e não o seu definhamento. Interessa a esta pesquisa compreender o que a burguesia pretende escamotear com esse trabalho de mobilização da classe trabalhadora por meio da luta por direitos como propriedade do trabalhador. Na próxima seção, pretende-se aprofundar um dos elementos que se encontra na essência do trabalho do BID, no Brasil, identificado a partir da redemocratização.

5.3 O Banco Interamericano de Desenvolvimento e os Processos de Descentralização das políticas sociais no Brasil

Pode-se indicar que a partir da Constituição Federal de 1988, a descentralização tem sido o eixo orientador da organização das políticas públicas no Brasil (ARRETCHE, 2002; ALMEIDA, 1995; AFFONSO; SILVA, 1996). Isso parece apontar para a centralidade que as unidades políticos-territoriais, juridicamente, reconhecidas como municípios ganharam no movimento de expansão do capital. Assim como, o aumento exponencial de organizações da sociedade civil como espaço associativo dos trabalhadores na defesa de bens e interesses. A relação entre democracia e políticas descentralizadas tem sido explorada como justificativa para a entrada do capital estrangeiro, o aumento da captação de recursos públicos e a transferência de recursos para empresas privadas, movimentando os processos de expansão do capital. Os efeitos desse conjunto de estratégias do capital para as políticas públicas na periferia do capitalismo ampliam as desigualdades sociais tornando a sobrevivência do trabalhador cada vez mais impossível de se realizar. Aqui se estabelece uma das funções complementares do BID que procurou ser apontada neste trabalho de pesquisa: a contenção preventiva das revoltas populares.

Entende-se que a efetiva inclusão da descentralização nos marcos regulatórios, a partir da constituição Federal (1988), não foi suficiente para que, de fato, esse elemento se tornasse uma realidade em toda extensão do país (ARRETCHE, 2002; ALMEIDA, 1995; AFFONSO; SILVA, 1996). A inclusão na legislação foi um primeiro passo para que as condições conjunturais da política local iniciassem um processo de remodelamento. Aliado a isso, era preciso que as políticas de descentralização se tornassem uma pauta comum entre trabalhadores e classe dominante. O ponto de contato foi, portanto, a defesa de direitos e interesses. Pelo direito à cidade, à saúde, ao trabalho, à segurança e à educação, trabalhadores e capitalistas, parecem estar alinhados pelo mesmo interesse.

Parte-se do fato de que, na década de 1990, as bases das instituições federativas encontravam-se consolidadas no Brasil, contudo a distribuição das competências demonstrava que a descentralização efetiva havia sido insuficiente, caótica ou até mesmo inexistente (ARRETCHE, 2002; ALMEIDA, 1995; AFFONSO; SILVA, 1996). Partia-se da concepção de que o estabelecimento da descentralização fiscal,

juridicamente, seria suficiente para que a descentralização das políticas sociais ocorresse de forma satisfatória às intenções privatistas da classe dominante. As evidências de que havia ocorrido descentralização do gasto social pareciam indicar que havia também ocorrido descentralização das políticas sociais (MÉDICI, 1994). A descentralização das políticas sociais começou a ser operacionalizada quando o governo federal reuniu condições institucionais para formular e implementar programas de transferência de atribuições para os governos locais, intervindo na gestão e no financiamento dessas políticas.

Entre 1995 e 2002, o governo central empenhou-se na aprovação de emendas à Constituição, portarias ministeriais, no estabelecimento de exigências para a efetivação das transferências federais e no “desfinanciamento” das empresas públicas como expressão desse movimento de intervenção sobre os Estados e municípios. As operações entre o BID e o Brasil, neste período, apresentaram um crescimento considerável, se comparado aos períodos anteriores. Aqui, também, a distribuição de competências entre a União, os Estados e os municípios para a provisão de serviços foram consideravelmente modificada. Das quarenta e quatro companhias municipais criadas pelo Banco Nacional de Habitação, doze foram fechadas e vinte direcionaram suas atividades para a área de desenvolvimento urbano. A política social de habitação deixou de ser produzida por intermédio de companhias municipais de habitação e passou a operar segundo linhas de crédito ao mutuário final. As privatizações das companhias estaduais de saneamento, em conjunto com as mudanças no setor de habitação, apontavam para a desestatização dos serviços habitacionais e de saneamento e para a municipalização dos serviços de atenção básica, assim como a oferta de matrículas no Ensino Fundamental (ARRETCHE, 2002).

A agenda de reformas procurou descentralizar a alocação dos recursos federais e introduzir princípios de mercado para a provisão de serviços. A este último, pode-se apontar a abertura à participação do setor privado na provisão de serviços e introdução de política de crédito ao mutuário final. A justificativa burguesa para a descentralização encontrava coro na avaliação de que a burocracia federal estava viciada pelos padrões administrativos da ditadura, sendo necessária a desconcentração do poder da esfera federal para que o autoritarismo fosse abolido das práticas políticas. A democracia burguesa foi apresentada como um regime político que não tinha como elemento central o autoritarismo delegado ao regime ditatorial e o regime de colaboração foi apontado

como a saída negociada capaz de conter os avanços do movimento dos trabalhadores organizados de forma preventiva. A adesão dos governos estaduais e municipais às políticas de descentralização esteve atrelada a uma estrutura de incentivos que tornou atraente a adesão dos governadores ao programa federal de descentralização e procurou alinhar-se às pautas de luta contra o autoritarismo empreendido pelo movimento de caráter progressista.

O avanço da descentralização, também, pode ser percebido de forma explícita no âmbito das políticas públicas de proteção à saúde. O governo federal realizou a transferência de responsabilidades pela gestão da atenção básica à saúde para os municípios. O texto da Constituição Federal (1988) estabelecia a descentralização e a universalização da política de saúde e a consequente construção do Sistema Único de Saúde (SUS). A municipalização do serviço de saúde implicou um processo de adequação da estrutura do Estado à gestão dos serviços públicos, cuja responsabilidade foi transferida – ao menos na letra da lei – do âmbito do governo federal para o âmbito dos municípios. O modelo proposto estaria assentado na separação entre financiamento e provisão de serviços, ficando o financiamento a cargo das três esferas de governo e a provisão de serviços a cargo dos municípios (ARRETCHE, 2002).

No ano de 2000, 99% dos municípios já se encontravam habilitados no SUS, incorporando as normas da política de descentralização estabelecidas pelo governo federal (ARRETCHE, 2002). Esse movimento de incorporação pode ser sentido já no governo de Fernando Collor de Melo, subvencionado pela edição de Normas Operacionais Básicas (NOB) que deram início à municipalização da gestão dos serviços de saúde. A NOB/91 e a NOB/92 “introduzi[ram] o princípio da habilitação ao SUS, mecanismo pelo qual os Estados e municípios puderam aderir à política federal de descentralização, subordinando-se às regras federais e capacitando-se a receber as transferências oriundas daquele nível de governo” (ARRETCHE, 2002, p. 43). Notem que este conjunto de normatizações possibilitou a regulamentação de um sistema de transferência de recursos aos Estados e municípios, no âmbito das políticas sociais de saúde.

O segundo impulso às políticas de descentralização ocorreu sob a vigência da NOB/93. Essa portaria do Ministério da Saúde possibilitou a incorporação do município a partir de três modalidades distintas de habilitação, que estariam relacionadas diretamente ao maior ou menor grau de capacidade administrativa do município,

recebendo recursos federais segundo as funções de gestão assumidas. Nesse período, cerca de 63% dos municípios brasileiros “aderiram” ao SUS (ARRETCHE, 2002). Já a NOB/96, cuja implantação ocorreu, a partir de 1998, conseguiu implementar a incorporação de 99% dos municípios, tendo ultrapassado a meta estipulada pelo governo federal em relação à porcentagem de adesão. O texto da NOB/96 estabeleceu novas regras para as transferências de recursos federais, acrescentando cerca de 66% de recursos aos fundos públicos dos municípios brasileiros, além do trabalho do Ministério da Saúde em garantir que a letra da lei fosse efetivamente realizada

Nota-se a preocupação em recompensar os empresários locais pelos serviços de saúde que seriam prestados aos indivíduos por meio de ações consideradas filantrópicas. A filantropia aqui entendida como um serviço prestado e, portanto, um serviço a ser remunerado pelo prestador. A relação de troca aqui se encontra explícita: a mercadoria saúde é vendida para os capitalistas em troca de um aumento nos valores de reembolso desses capitalistas. Essa preocupação se estende para o planejamento em médio prazo do contrato, sobretudo quando os capitalistas precisam ser recompensados por seus serviços dedicados à manutenção do indivíduo em sua condição de precariedade, assim como, para a implementação de um programa que trabalharia na limitação do número de “clientes” atendidos pelos serviços de saúde através da estruturação da venda de seguro privado de saúde.

No plano internacional, o programa de recuperação de custos previa a cobrança aos pacientes pelos serviços de saúde no âmbito da saúde pública. No Brasil, concentrou-se sobre a venda de seguro privado e sobre o controle dos orçamentos dos Estados e municípios com os serviços de saúde, estabelecendo como alvos quatro campos prioritários: saúde materno-infantil; atenção de urgência e emergência; rede de bancos de sangue; e laboratórios de saúde pública (BID, 1999b).

Dentro da organização interna do BID, conforme evidenciado no capítulo 2, existe um setor voltado para as questões sociais, nomeado de Investimento Social. Para o BID, investir no setor social de um país, tem o sentido de estabelecer relações jurídicas de troca entre mercadorias que interfiram, direta ou indiretamente, na manutenção da força de trabalho. As mercadorias negociadas com os governos das unidades políticos-territoriais que estão incluídas na categoria Investimento Sociais são as políticas públicas para o trabalho, a educação, a saúde e a segurança, conformando a defesa do direito à cidade como mercadoria a ser comercializada. O banco elabora

“projetos” que possam intervir nas instituições que conformam o Estado na periferia do capitalismo, de modo a inserir a participação privada como um elemento essencial para o desenvolvimento social. Isto significa que o BID procura direcionar um montante de capital – independente do fundo do qual esse volume é movimentado – para áreas da sociedade que possam interferir no eixo segurança/manutenção do modo de produção capitalista.

As estratégias listadas pelo BID (2003b) para os projetos inseridos na categoria Investimento Social foram, basicamente, a expansão de políticas reformistas sobre a estrutura do Estado capitalista; o acesso à produção realizada no Brasil; o desenvolvimento de estratégias de concorrência entre os indivíduos; o atendimento focalizado nos problemas ambientais que possam afetar os recursos naturais entendidos como matéria-prima; o fomento a políticas sociais de distribuição de renda; e a integração da América Latina ao comércio de capitais, ao nível mundial. Este conjunto de estratégias – que deveria ser adotada por toda relação jurídica de troca instituída pelo setor de Investimento Social – guarda em seu conteúdo a desarticulação preventiva da classe trabalhadora ao tratar as condições necessárias à sobrevivência dos trabalhadores como elementos de troca a serem utilizados pelos possuidores no trabalho de contenção das revoltas locais contra a desigualdade social. Articula-se aqui, em âmbito local, o endividamento, a concorrência e a responsabilização do trabalhador pela sua condição de exploração, com o estímulo a outros espaços de conciliação entre capital e trabalho – fora do circuito convencional representado pelos sindicatos – cujas pautas de luta são tratadas como relações jurídicas de troca.

Entre 1995 e 2002, por exemplo, o BID destinou as operações jurídico-políticas, localizadas no setor social, ao trabalho de reorganização do marco jurídico e regulatório do país, no que tange à institucionalização de OSCs voltadas para o desenvolvimento de interesses e direitos”; a estruturação de coleta de informações sobre os trabalhadores do país; e a organização do trabalho sem remuneração nomeado de “voluntariado” como expressão das relações jurídicas entre trabalhadores e Estado na prestação de serviços sociais. Encontram-se esses elementos em todas as operações entre o Banco e o Brasil, realizadas entre 1995 e 2002. Evidencia-se o acordo que procurou instrumentalizar o Programa Comunidade Solidária (PCS), cujo objetivo declarado no Plano de Operações (BID, 1996c) voltou-se para “melhorar e regulamentar o quadro legal que promove o

trabalho voluntário e associativo entre o governo federal e o setor privado” (BID, 1996c, p. 07).

Cabe ressaltar que a estratégia do banco para o Brasil, entre 1996 e 1998, conjugava a promoção da reforma do setor público, o apoio ao processo de abertura econômica com a redução do “Risco Brasil” e a redução de gastos com políticas sociais pelo Estado. O que significou um aprofundamento da desigualdade social determinada pelo avanço imperialista sobre os Estados e municípios do Brasil. As políticas sociais estruturadas nesse período voltavam-se, portanto, para atender a uma demanda determinada por esse avanço sobre o território brasileiro: a contenção da revolta dos trabalhadores diante da exacerbação da expropriação que deterioraram, ainda mais, suas condições de sobrevivência.

O governo de Fernando Henrique Cardoso extinguiu o Ministério de Ação Social, a Legião Brasileira de Assistência e o Conselho Brasileiro da Infância e da Adolescência, que nos governos anteriores foram responsáveis pelo direcionamento das políticas de assistência destinada aos trabalhadores sobrantes e àqueles cujo salário não cobria o quantitativo de gastos com a sua sobrevivência. A justificativa para a extinção desses órgãos e organizações voltados para a assistência social foi descrita no Plano de Operações (BID,1996) como uma necessidade de se estruturar um órgão capaz de reduzir os gastos do Estado com as políticas sociais, regulamentando, legalmente, a responsabilidade de garantir a sua sobrevivência aos indivíduos que vivem do trabalho, com a mínima utilização dos recursos oriundos dos impostos que compõem os fundos públicos.

Chama atenção para a apropriação ou o uso burguês dos formatos organizativos encontrados pelos trabalhadores para garantir a sua sobrevivência no espaço urbano na condição de expropriados. O BID constata, ao ter acesso aos dados da Receita Federal que, em 1991, no Brasil, já existiam mais de duzentos e vinte mil organizações de caráter filantrópico e mais de cinquenta mil organizações de caráter caritativo e assistencialista. O próprio banco faz essa diferenciação entre filantropia e caridade, sendo que a esta última é atribuído o mesmo significado do termo assistência. Os capitalistas expropriam os trabalhadores da sua capacidade de produzir os elementos necessários à sua própria sobrevivência e nomeiam, de forma imoral, as políticas estatais voltadas para esta garantia como caridade ou assistência.

Como todo e qualquer ato de “caridade” pode ser travestido como uma benesse, como um ato de fraternidade, igualdade, equidade ou qualquer outro termo que justifique um modo de produção que se utiliza da força de trabalho do indivíduo – única possibilidade de troca que a ele é imposta – para concentrar capital nas mãos daqueles que possuem a propriedade dos meios de produção. Dito de outra forma, os capitalistas expropriam os trabalhadores e ainda os responsabilizam pelo fornecimento dos meios de mantê-los vivos para serem expropriados.

O sentido das associações forjadas pelas necessidades dos trabalhadores, em âmbito local, foi instrumentalizado pela burguesia, sobretudo a solidariedade de classe e a força contida nos movimentos associativos, a fim de engendrar, por meio de relações jurídicas, o ordenamento necessário à expansão do capital. O PCS era entendido pelo banco como “mais um canal pelo qual o Banco continuaria a trabalhar com as organizações da sociedade civil” (BID, 1996, p. 12, tradução feita pela autora). Um elo de “dentro para fora”, amparado por relações jurídicas, que cumpria com as funções construtivas e preventivas do Estado capitalista em sua face externa. Nota-se que esta operação identifica os direitos/garantias dos trabalhadores com serviços a serem transferidos do plano de ação e destinação dos fundos públicos às políticas de caráter universal para a conta do trabalhador. As relações jurídicas estabelecem, acima de tudo, a possibilidade dos capitalistas se apropriarem, de forma direta, do fundo público e da força de trabalho do trabalhador “individualizado” diante da sua necessidade de sobrevivência. O PCS tinha como organismo executor do país a Fundação Banco do Brasil que gerenciava, a “partir de dentro”, as alianças entre as frações da classe dominante e a burguesia, no que tange à materialização das relações de troca concernentes à operação.

O BID e o Brasil realizaram, ainda, acordo voltado para a Reforma do Setor Social, no ano de 1999, identificado como uma operação de empréstimo, no valor total de três bilhões e duzentos e dez milhões de dólares (1999c). Chama atenção a descrição da relação jurídica que estabelece a reforma social imbricada com as transformações exigidas pela fase monopolista do capitalismo, assim descrita pelo BID (BID, 1999d), com ênfase em três componentes (Apêndice B). As mercadorias aqui negociadas foram o emprego, a saúde e a educação como condição para se manter outro acordo traçado com o FMI que garantiu a “liberalização econômica e a redução dos custos domésticos que afetam a competitividade e/ou aumentam os custos de importação (referidos como a

iniciativa Redução do Custo Brasil)” (BID, 1999d, p. 03). Foi condição, inclusive, para que o Brasil mantivesse o processo de endividamento público, de forma crescente, com organizações internacionais como o Banco Mundial, o FMI e o BID. O emprego, a saúde e a educação foram reconhecidos, nesta reforma, como serviços que deveriam ser prestados ao indivíduo (cliente) em outra relação jurídica de troca, que deveria ser custeada pelo trabalhador (individual) e não mais como tarefa conciliadora do Estado.

Os sindicatos, em especial, sua função de conciliação entre capital e trabalho, também, foram incluídos nas relações jurídicas estabelecidas entre o BID e o Brasil. Categorizado pelo banco como um investimento social, o acordo jurídico foi desenvolvido com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e teve como objetivo específico “desenvolver um sistema de treinamento descentralizado que proporcionará treinamento e atualização contínua de habilidades para líderes e negociadores trabalhistas no Brasil e outros países da região do Mercosul” (BID, 2000a, p. 01). As condições estabelecidas no contrato entre o banco e o DIEESE foram descritas no documento chamado pelo Banco de Memorando de Doadores, indicando que ao beneficiário – o Ministério do Trabalho – ficava imputado a “concessão de uma licença irrevogável, livre de royalties, para uso por tempo indeterminado e com direito a concessão de sublicenças, com respeito a todos os materiais protegidos pelos direitos autorais de propriedade do beneficiário e afins com os instrumentos e procedimentos para a formação de dirigentes sindicais, existentes antes do programa” (BID, 2000a, p. 13). O Banco, em reciprocidade, ficou a benevolente tarefa de conceder ao beneficiário uma licença semelhante no que diz respeito ao uso dos materiais produzidos pelo Banco que estivessem relacionados com os instrumentos e procedimentos para a formação de líderes sindicais que se originassem durante o programa (BID, 2000a, p. 14).

De um lado, o banco organiza e controla, por meio da relação jurídica com o Estado autocrático burguesa, os movimentos surgidos, a partir da reunião de revoltas acerca das condições de sobrevivência impostas aos trabalhadores de uma determinada localidade; de outro, o banco controla como a negociação entre capital e trabalho mediado pelos sindicatos deve ser realizado. No relatório final da operação de troca acima citada, foi apresentado alguns dados que, segundo o BID, “permitem, de forma indireta, quantificar a importância e as mudanças que o projeto propiciou quanto à atuação do DIEESE” (BID, 2000a) (Anexo C).

O banco “ensina” aos trabalhadores como negociar suas reivindicações salariais, como negociar o pagamento pela servidão moderna, pelo trabalho explorado “consentido”. A via judicial passa pela formação de comissões de conciliação que evitam gastos maiores dos empresários acionados na justiça. Há a criação de um conjunto de ações que conformam o Sistema de Negociação Permanente (SINP) implementados por diferentes Estados e municípios. Nota-se que os elementos de conflito recaem sobre o pagamento da mercadoria força de trabalho e seus custos ao “patrão”, em especial na relação com a segurança que a manutenção do emprego significa para o trabalhador; sobre o endividamento do trabalhador, com a remuneração por seu trabalho, diretamente, abocanhado na sua fonte de pagamento; sobre o recolhimento de parte da remuneração do trabalhador para compor o fundo público e o fundo de pensão administrado por sindicatos; e a mudança nas negociações trabalhistas segundo as relações de trabalho determinadas pelo avanço imperialista.

No período entre 2003 e 2016 as mercadorias negociadas mantiveram o foco na previdência, saúde e educação dos recursos humanos necessários à expansão do capital: os trabalhadores. Seguindo o definido na Constituição Federal (1988), os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff empenharam-se no desenvolvimento da economia social, ou seja, na manutenção e expansão de políticas que tinham como palavra de ordem a inclusão social. A fraseologia repetida como sinônimo de democracia almejava promover a inclusão dos trabalhadores remanescentes na economia capitalista, quer como consumidores, ou como empreendedores. Dito de outro modo, a inclusão social constituiu-se em políticas reformistas que procuraram afirmar a descentralização dos poderes, a garantia de condições mínimas de sobrevivência aos que não foram permitidos sequer vender sua força de trabalho e o fomento do consumo da classe trabalhadora. Reafirmou, sobretudo, a função do Estado no capitalismo como comitê executivo da burguesia (MARX; ENGELS, 2005) sob uma aparente face democrática.

Podem-se identificar dois aspectos principais nos acordos jurídico-políticos realizados neste período e reunidos no setor de Investimento Social, que fundamentaram as relações de troca cujos produtos foram as políticas sociais locais. O primeiro deles foi a ampliação da oferta de crédito aos trabalhadores, fragmentados pelo gênero e pela raça. Os programas garantidos por tais acordos, por sua vez, submetiam os trabalhadores a condições de trabalho cada vez mais degradantes, uma vez que para pagar a dívida contraída e os juros acrescidos a ela, era necessário manter-se em um

trabalho remunerado. Tais operações de troca entre o BID e o Brasil procuraram instituir, sobretudo, o acesso da população considerada de baixa renda – que não tem sob sua propriedade quantidade expressiva de capital para oferecer como garantia às instituições bancárias – aos serviços do sistema financeiro, mediante pequenos empréstimos com parcelas pagas em curto espaço de tempo. Estes pequenos empréstimos aos trabalhadores tinham como objetivo a geração de renda como responsabilidade dos próprios trabalhadores, mediante a aplicação de crédito na atividade profissional de micro e pequenos empreendimentos, gerenciados por pessoas cuja renda era considerada baixa pelos índices do sistema financeiro.

Em 2003 foi implementada um conjunto de medidas cujo objetivo foi ampliar a oferta de serviços financeiros às populações de baixa renda, conhecido como “pacote do microcrédito” (BARONE; SADER, 2008). Tais medidas tiveram como principais fundamentos a “massificação de contas simplificadas (bancarização); o estímulo à oferta de crédito por meio da destinação de parte dos recursos do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista e a formação de cooperativas de crédito de livre associação” (BARONE; SADER, 2008, p. 1251). Para tanto, foram necessárias mudanças no arcabouço legal, a fim de proteger os bancos da possibilidade de não recebimento dos valores concedidos e dos juros. A Lei n.º 10.735, de 11 de dezembro de 2003, estabeleceu as regras sobre os valores a serem concedidos, os prazos de parcelamento do crédito, a fixação das taxas de juros e a regulamentação da profissão de técnico em crédito. E a Lei n.º 11.110, de 25 de abril de 2005, implementada através da Medida Provisória n.º 122, de 25 de junho de 2003 e regulamentada pela Lei 10.735/2003, conferiu ao Conselho Monetário Nacional a função de regulamentar as aplicações dos bancos comerciais, dos bancos múltiplos com carteira comercial, da Caixa Econômica Federal, bem como das cooperativas de crédito em operações de microfinanças destinadas à população de baixa renda, que deveriam ser fundamentadas nos recursos oriundos dos depósitos à vista.

Os formatos organizativos locais funcionavam como intermediárias para a operacionalização dos processos de oferta de crédito para a produção. O BID justifica tais operações de troca relacionando-as com a estratégia para o Brasil, em relação às questões sociais, voltada para promover a “igualdade socioeconômica para grupos raciais e étnicos vulneráveis” (BID, 2015a). Cabe aqui perguntar a que realidade social e econômica o BID espera igualar os indivíduos atendidos por tais operações? Como

toda fraseologia, a igualdade socioeconômica a que se refere o banco não tem base material concreta. Estabelece-se visando ocultar as verdadeiras ações executadas por tais operações e naturalizar relações de troca entre a burguesia e a classe dominante local como expressão da luta pelos interesses comuns da sociedade. Há, portanto, uma grande diferença entre possuir os meios para produzir a própria existência em condição de igualdade e ter como única alternativa que alguém escolha a sua força de trabalho e não outra, para que você possa sobreviver.

Outro aspecto identificado nas operações de troca entre o BID e o Brasil, foi o interesse pela formação do trabalhador, em outras palavras, mão de obra orientada pelas demandas das empresas privadas e para a “autossobrevivência”. Dessa forma, o banco em conjunto com a União, Estados e Municípios procurou desenvolver programas que pudessem ser replicados em outras regiões como mercadorias a serem comercializadas, focando na força de trabalho como mercadoria a ser trocada. Observa-se uma linha de ação desenvolvida pelo banco com operações que procuraram prover a estruturação de organizações locais como espaços de referência para o tratamento das necessidades básicas dos trabalhadores que ocupam as cidades; gerar informações atualizadas sobre o número de trabalhadores disponíveis para o trabalho produtivo; estimular a concorrência entre trabalhadores por espaços de trabalho; oferecer formações rápidas e direcionadas ao trabalho manual e instrumental; e controlar preventivamente possíveis revoltas de jovens alijados dos bens culturais (Apêndice C).

O desenvolvimento capitalista determina e, ao mesmo tempo, necessita para poder funcionar, que exista sempre no mercado de trabalho certa quantidade de trabalhadores disponíveis para as necessidades de mão de obra que a classe dominante possa ter. Marx (2013) chamou a estes trabalhadores, em contínua mudança de uma indústria para outra, de exército industrial de reserva. No capitalismo dependente, esta massa de trabalhadores vê-se engrossado por um número crescente de disponíveis originado pela introdução de tecnologia dos países avançados, que em lugar de produzir um desenvolvimento tecnológico gradual capaz de absorver os disponíveis em outras indústrias produtoras de máquinas, acaba por deixar um enorme setor da população sem possibilidade de conseguir um trabalho.

Entendido isso, há uma diferença em mobilizar trabalhadores em prol de uma demanda externa e fazer com que estes trabalhadores tenham acesso concreto à produção da sua existência. O que se pode identificar nas operações jurídico-políticas

do período foi que estes jovens precisaram encontrar por si a solução para um problema gerado pelo modo de produção capitalista, ou seja, no qual eles não tiveram escolha. Qualquer política que se desenvolva no sentido de naturalizar a responsabilização do indivíduo destituído dos bens de produção para sua própria sobrevivência, encontra-se alinhada com a manutenção do modo de produção capitalista e, portanto, encontra-se destituída de qualquer princípio revolucionário.

Na próxima seção, procura-se apontar a aliança entre o BID e o movimento empresarial Todos pela Educação, em especial, a partir do ano de 2016, como forma de acesso às estruturas político-administrativas de regiões cujo Banco apresentava pouca capilaridade em relação ao quantitativo de operações jurídico-políticas. Entende-se que essa aproximação possui a intenção de operacionalizar, em âmbito local, o regime de colaboração no domínio da Educação, uma vez que a partir de 2016 pode-se apontar um esvaziamento da função das instâncias de participação da sociedade civil em âmbito nacional.

5.4 O movimento colabora educação e a implementação da gestão por resultados na Educação no Brasil

Pode-se identificar que o BID, desde a redemocratização, vem desenvolvendo estratégias de descentralização sobre as políticas sociais, no Brasil, por meio da instrumentalização de OSCs como modelo de associação responsável por intermediar as operações jurídico-políticas nas unidades políticos-territoriais. Tomando como ponto de partida somente as operações jurídico-políticas desenvolvidas nos municípios das cinco regiões do país, foi possível identificar que 90% dos acordos tinham como condição que uma OSC fosse uma unidade executora.

No âmbito da Educação, essa relação pode ser percebida em dois momentos específicos. Em uma primeira ocasião, o Banco vai financiar OSCs de caráter internacional para o trabalho de aglutinação da sociedade civil local em torno da implementação do regime de colaboração por meio de reformas na legislação educacional em nível nacional. Dessa forma, o trabalho do BID vai se manifestar, sobretudo no desenvolvimento do PREAL como um elemento preventivo estabelecido de “fora para dentro”. O BID em conjunto com o Instituto Interamericano de Desenvolvimento (IAD), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

(USAID) e a Corporação de Investigação para o Desenvolvimento, criou no ano de 1996, o PREAL, que no Brasil, esteve representado pela aliança entre a USAID e a Fundação Getúlio Vargas, sediada no Estado do Rio de Janeiro.

As pesquisas desenvolvidas por Uczak (2014) concluem que o PREAL representou uma “contribuição” dos Estados Unidos da América (EUA) à América Latina e Caribe, por intermédio da USAID, como resposta à Cúpula das Américas, sob a justificativa de melhorar os índices educacionais – índices produzidos por um conjunto de organizações internacionais e estabelecidos como referência de qualidade nos acordos jurídico-políticos com os “Estados nacionais” – e a prestação sobre os gastos públicos com educação. Uczak (2014) chama a atenção para a relação entre a criação do IAD e a redemocratização dos países latino-americanos, uma vez que a forte participação da Central Intelligence Agency (CIA) e do Pentágono no estabelecimento do regime ditatorial teve a tutela de uma agência criada pela Fundação Rockefeller, pelo Departamento de Estado dos EUA, pela USAID e pelo BID.

Através do PREAL, esse conjunto de organizações acima mencionadas, operacionalizou a criação de Grupos de Trabalho (GT), com intelectuais, lideranças e governantes de diferentes países, sobre três temáticas específicas: profissão docente; padrões e avaliação; e autonomia e gestão escolar. Estes GTs funcionavam como centrais de produção de conhecimento e suas produções serviam como fundamentos para os programas e projetos políticos a serem desenvolvidos nos países da América Latina (UCAZK, 2014). De modo geral, os GTs reuniam intelectuais, empresários, bancos, fundações, governos locais, concentrando indivíduos das classes dominantes e das classes médias, identificados com uma economia política de cunho imperialista. Cumpriam, de “fora para dentro”, a concentração de dados estatísticos das economias locais e elaboravam regras específicas para o setor que se pretendia uma regulação, no caso do PREAL, a Educação. Pode ser destacado em suas publicações a estratégia de mobilização de lideranças locais como forma de ampliação do programa de reformas para dentro da estrutura político-administrativa do território dos países latino-americanos, concentrando-se na implementação pela via jurídica do regime de colaboração.

A partir do ano de 2011, Uczak (2014) identificou o direcionamento do PREAL para a América Central e uma inflexão desse programa nos países latino-americanos. Em 2012, nota-se o direcionamento do Banco para a instrumentalização de

OSCs locais de forma direta, por dentro dos “Estados nacionais”, sobretudo com o financiamento da criação da Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (REDUCA). O BID anunciou em seu sítio eletrônico o investimento de dois milhões e trezentos mil dólares nos programas desenvolvidos pelo movimento empresarial TPE, no Brasil, após a criação da REDUCA (BID, 2012a).

Não é uma novidade, no entanto, que desde 2007, o movimento empresarial Todos pela Educação⁸⁶ categorizado, juridicamente, como OSC, vem trabalhando na implementação das políticas de descentralização das responsabilidades pela educação entre as unidades político-territoriais, operacionalizando as condicionalidades exigidas pelo BID em âmbito nacional, por meio da participação em instâncias de participação social em nível nacional. O trabalho em conjunto com o BID⁸⁷ apareceu, inicialmente, sobretudo, a partir de 2012, quando duas operações jurídico-políticas foram acordadas no âmbito do governo federal com vistas à instrumentalização da REDUCA⁸⁸ na América Latina, coordenada pelo movimento Todos pela Educação. Em síntese, a REDUCA reuniu as organizações empresariais reconhecidas juridicamente como OSC e categorizadas sob a classificação econômica de defesa pelo direito à educação em cada país da América Latina⁸⁹. O movimento empresarial Todo pela Educação compõe o Conselho da Sociedade Civil Organizada⁹⁰ (CONSOC) coordenado pelo BID que reúne organizações reconhecidas juridicamente como OSCs por toda a América Latina. Essas

⁸⁶ Sobre a relação entre o movimento empresarial Todos pela Educação e a implementação de políticas educacionais, indica-se a leitura de MARTINS; KRAWCZYK, 2018; MARTINS, 2016; EVANGELISTA; LEHER, 2012; MARTINS, 2009.

⁸⁷ O BID realizou dois acordos jurídico-políticos com o Brasil com o título de Movimento Todos pela Educação: Novas práticas. Ambos tiveram início em outubro de 2012 e apresentam como objetivo descrito “apoiar o movimento Todos pela Educação na promoção de políticas públicas e práticas educativas, comunicando e defendendo a qualidade da aprendizagem nas escolas públicas, com igualdade de acesso à escola, à educação de qualidade e à conclusão na idade adequada” (BID, 2012a; 2012b).

⁸⁸ Sobre a Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação (REDUCA), indica-se a leitura de MARTINS, 2019 e LAMOSAS, 2017.

⁸⁹ As organizações empresariais que fazem parte da REDUCA são: Proyecto Educar 2050, na Argentina; Todos pela Educação, no Brasil; Fundación Empresarios por la Educación, na Colômbia; Fundación Educación 2020, Chile; Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo (Fepade), em El Salvador; Grupo FARO, no Equador; Empresarios por la Educación, na Guatemala; Fundación Educativa Ricardo Ernesto Maduro Andreu (Ferema), em Honduras; Mexicanos Primero, no México; Unidos por la Educación, no Panamá; Juntos por la Educación, no Paraguai; Asociación Empresarios por la Educación, no Peru; EDUCA, na República Dominicana (MARTINS, 2019).

⁹⁰ Os Grupos Consultivos de Organizações da Sociedade Civil consistem em uma plataforma digital desenvolvida pelo Grupo BID que integra um grupo OSCs de cada país-cliente do BID. As organizações são selecionadas com base no trabalho que desenvolvem em âmbito local e na correlação que mantêm com as estratégias de desenvolvimento do BID. Existem 26 CONSOCs, um para cada um dos países-clientes do BID. Tais OSCs fazem parte das consultas públicas relacionadas a estratégias, políticas e/ou projetos em que o BID precise da contribuição da Sociedade Civil (BID, 2023c).

OSCs, geralmente, são as organizações intermediárias utilizadas pelo BID como unidade executora das operações jurídico-políticas.

Pretende-se, nesta seção, chamar a atenção para o trabalho do movimento empresarial Todos pela Educação, a partir do golpe político que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016, quando teve início o processo de esvaziamento das instâncias de participação social em nível nacional. O BID em aliança com o movimento empresarial TPE, criou um movimento categorizado, juridicamente, como OSC, intitulado Movimento Colabora Educação (MCE), cujo objetivo central tem sido promover a operacionalização das responsabilidades instituídas na legislação educacional através do regime de colaboração. O MCE é fruto das discussões promovidas no âmbito do CONSOC e da decisão das organizações participantes em fundar uma iniciativa conjunta com foco exclusivo no Regime de Colaboração. Compõem o MCE as seguintes organizações empresariais: Itaú Social, Fundação Lemann, Instituto Natura, Instituto Positivo, Instituto Unibanco, Todos pela Educação, Itaú Educação e Trabalho, assim como o BID.

Sob a justificativa do direito à educação, a partir da unidade entre as classes sociais antagônicas, o MCE organiza suas atividades de modo a oferecer às redes de ensino formação acerca da gestão educacional, ensinando aos gestores como aplicar os mecanismos de financiamento por resultados nos Estados e municípios, já dispostos em legislação nacional. O MCE, também, propõe qualificar os gestores da educação habilitando-os a desenvolver mecanismos institucionais, apoiados na divisão de responsabilidades entre unidades políticos-territoriais; tornar as experiências de políticas colaborativas desenvolvidas em diferentes unidades como elemento da concorrência entre Estados e municípios; e implementar as necessárias transformações no arcabouço legal e normativo das unidades políticos-territoriais.

O MCE direciona suas ações para três eixos: o financiamento, a governança e a gestão dos sistemas de educação. No eixo de financiamento, o MCE aponta a política de fundos como principal saída para a colaboração entre as unidades políticos-territoriais. Assim, evidencia a Emenda Constitucional 108 e a Lei 14.113/2020, que aprovou o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), conferindo à nova regra da lei do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) o principal mecanismo de incentivo para que mais Estados e municípios desenvolvam políticas colaborativas. A Lei

14.113/2020 estabeleceu um prazo de dois anos para que os Estados aprovem lei que altere a distribuição do ICMS aos municípios. A Lei ainda garantiu que a transferência pela União de 2,5% do total de recursos arrecadados pelo FUNDEB para Estados e municípios conforme o desempenho destes nos resultados das avaliações externas, constituindo o Valor Aluno por Resultados (VAAR). O VAAR, dessa forma, torna-se uma condição para a transferência de recursos aos Estados e municípios. De acordo com levantamento realizado pelo MCE (2022), apenas vinte cinco unidades político-territoriais divididas entre Estados e municípios começaram a alterar suas legislações e normativas.

Sobre o eixo governança, o MCE parte do artigo 23 da Constituição Federal (1988) que prevê a fixação de leis complementares para a cooperação entre União, Estados e Municípios para concretizar a articulação entre entes federativos e entes não federativos. Outras partes da Constituição Federal também oferecem subsídios ao MCE, como o artigo 211 em que se estabelece que a “[a] União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em Regime de Colaboração seus sistemas de ensino” (BRASIL, 1988), assim como a LDB 9394/1996 e a Lei 13.005/2014 que institui o Plano Nacional de Educação. A lacuna na qual o MCE organiza a sua atuação é apontada pelo próprio movimento e se refere à falta de definição sobre como o regime de colaboração deve ser realizado entre as diferentes instâncias, indicando a falta de legislação com as normas específicas para a implementação do regime em cada unidade político-territorial. Na ausência de um regramento com parâmetros claros de funcionamento, com objetivos e metas definidos, com papéis bem atribuídos, a governança deve ser estruturada a partir das condições educacionais.

No âmbito da gestão educacional, o MCE estabelece como prioridade a organização de uma equipe com permanente qualificação técnica; a implementação de sistemas informatizados para coleta e gerenciamento de dados dos estudantes entre os entes federados; a mobilização de organizações da sociedade civil na implementação da política pública; a aprimoração da capacidade administrativa da Secretaria de Educação, dotando seus processos de gestão de padrões comerciais; e a implementação da gestão educacional por meio de resultados.

Com base nesses três eixos, o MCE operacionaliza o regime de colaboração no interior dos Estados e municípios do país – previsto em lei e presente como condição nas intervenções do Banco. Foi possível identificar que na região Sudeste, o MCE

desenvolveu políticas com os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais; na região Nordeste, com os Estados da Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Maranhão; na região Sul, com o Estado do Paraná; na região Norte, com o Estado do Amapá; e na região Centro-oeste, com o Estado do Mato Grosso do Sul.

Conforme o censo escolar desenvolvido pelo INEP (2023), o Estado do Espírito Santo possui setenta e oito municípios e três mil e cem escolas que contam com quatrocentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e noventa e cinco estudantes matriculados na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, assim como duzentos e vinte e um mil, oitocentos e cinquenta e dois estudantes matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental. O MCE operacionalizou o Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (PAES), no ano de 2017, que foi sancionado pela Lei Estadual nº 10.631/2017, importante marco de institucionalização e passo fundamental para garantir sua sustentabilidade da política. A Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo assinou um termo de cooperação técnica junto à Secretaria de Educação do Estado do Ceará intermediado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais (UNDIME), pelo Instituto Natura e pelo BID.

O acordo seguiu a mesma estrutura organizativa dos acordos jurídico-políticos realizados entre o BID e o Brasil. Nesse caso, em específico, partiu-se dos indicadores demográficos e educacionais do Estado a fim de demonstrar que o problema da educação se concentrava nos níveis baixos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Em seguida, procurou-se definir com maior clareza as responsabilidades entre as unidades político-territoriais responsáveis pelo pacto e quais OSCs estariam destinadas a compor a unidade executora do acordo. Para garantir a implementação do PAES, a Secretaria de Educação do Espírito Santo estabeleceu em lei a Coordenação do Pacto pela Aprendizagem do Espírito Santo (COPAES), vinculada diretamente ao gabinete do Secretário de Estado da Educação. A Gerência de Educação Infantil e Ensino Fundamental (foi incorporada pela COPAES, que passou a articular as ações dessas etapas nas redes estadual e municipais. As responsabilidades entre Estado e municípios ficaram estabelecidas como demonstra o Quadro 21.

Quadro 21: Divisão de responsabilidades para implementação do Pacto pela Educação no Espírito Santo (Pacto pela Educação).

UNIDADE POLÍTICO-TERRITORIAL	RESPONSABILIDADES
-------------------------------------	--------------------------

<p>Governo Estadual</p>	<p>Estruturação e manutenção de equipe interna para o PAES. Criação de governança e de macrodiretrizes para a política. Alocação de recursos para ações planejadas. Monitoramento das ações e participação em comitê e conselho. Institucionalização da política e de suas ações. Monitoramento das ações por meio da participação em comitê e conselho.</p>
<p>Coordenação do PAES (governo estadual)</p>	<p>Mobilização e engajamento dos Municípios. Planejamento e coordenação das ações do PAES. Execução das ações em nível central e estratégico (como elaboração de edital de bolsas e aquisição de material didático). Acompanhamento, monitoramento e comunicação das ações e resultados. Organização e realização dos encontros de governança. Revisão de diretrizes e ações.</p>
<p>Superintendência Regional de Educação (governo estadual)</p>	<p>Manutenção de responsável pelo PAES na região. Monitoramento e coordenação das ações do PAES. Comunicação e mobilização dos municípios.</p>
<p>Secretaria Municipal de Educação</p>	<p>Estruturação e manutenção de equipe interna para o PAES. Execução das ações do PAES nos municípios. Formação e apoio aos profissionais envolvidos na política. Distribuição de material didático. Aplicação de avaliações. Monitoramento das ações nas unidades escolares. Compartilhamento das informações com a COPAES.</p>
<p>Conselho Executivo e Consultivo (multisetorial)</p>	<p>Acompanhamento, deliberação e tomada de decisão sobre ações do PAES dentro da SEDU-ES (conselho executivo). Acompanhamento e deliberação sobre as estratégias e ações do PAES (conselho consultivo). Ambos serão compostos por representantes das redes municipais, instituições públicas e parceiros não-governamentais.</p>

Fonte: Movimento Colabora Educação, 2023⁹¹.

⁹¹ Informações coletadas no sítio eletrônico do Movimento Colabora Educação, 2023.

A Lei Estadual nº 10.631/2017 instituiu a Unidade de Fomento à Colaboração para Aprendizagem do Espírito Santo e que possibilitou, por sua vez, a institucionalização do Programa. A partir disso, foi sancionada a Lei Estadual nº 10.787/2017 que estabeleceu a criação do Fundo Estadual de Apoio à Ampliação e Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil no Espírito Santo (FUNPAES) e seu respectivo decreto regulamentador; foi publicado três editais de chamamento público; a implementação da Lei nº 10.880/2018 e seu respectivo decreto regulamentador do Programa de Concessão de Bolsas de Apoio Técnico que também instituiu o Prêmio Escola que Colabora. Tanto o conselho consultivo como o comitê executivo foram previstos em marcos legais, o primeiro via decreto e o segundo via portaria. Até 2018, setenta e cinco municípios haviam aderido ao PAES, consoante os dados do governo do Estado do Espírito Santo (2023).

Já em Minas Gerais, o caminho percorrido pelo MCE ainda não conseguiu implementar na legislação as alterações necessárias para a regulamentação do regime de colaboração. Minas Gerais possui oitocentos e cinquenta e três municípios, dezesseis mil cento e setenta e seis escolas, dois milhões, quinhentos e onze mil e quatrocentos e oitenta e três estudantes matriculados no Ensino Fundamental, assim como oitocentos e dois mil e seiscentos e quarenta e dois estudantes matriculados na Educação Infantil (INEP, 2023). Oitocentos e cinquenta e um municípios aderiram ao Programa de Intervenção Pedagógica – Alfabetização no Tempo Certo (PIP).

Como o próprio nome já apresenta, o PIP tinha como objetivo o desenvolvimento da alfabetização até os oito anos. Ele iniciou em 2006 a partir da aplicação da primeira prova de larga escala centrada em alfabetização no Brasil, por meio do Programa de Avaliação da Alfabetização do Estado de Minas Gerais (PROALFA) e da constatação de que 48,6% dos estudantes terceiro ano das séries iniciais do Ensino Fundamental da rede estadual de ensino se encontravam no nível recomendável de leitura. O que a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais pretendia com o PIP era o aumento dos índices relativos às avaliações. Inicialmente, o PIP foi implementado nas escolas da rede estadual e estendido até o quinto ano do Ensino Fundamental. Em 2012, foi ampliado atingindo as turmas de 6º a 9º ano e, no ano seguinte, os municípios aderiram ao programa. As responsabilidades entre Estado e municípios ficaram estabelecidas como demonstra o Quadro 22.

Quadro 22: Divisão de responsabilidades para implementação do PIP, em Minas Gerais.

UNIDADE POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	RESPONSABILIDADES
Escritório de Prioridades Estratégicas (governo estadual)	Auxílio à organização do Programa (governança, materiais, ferramentas). Monitoramento de ações e resultados. Comunicação entre Governo e SEE/MG.
Secretaria de Educação (governo estadual)	Estruturação e manutenção de equipe interna para o PIP. Criação de governança para a política. Alocação de recursos e garantia de capacitação para redes e equipes de trabalho envolvidas.
Coordenação Geral do PIP (governo estadual)	Orientação, capacitação e apoio às equipes regionais. Análise e comunicação dos resultados das avaliações externas. Formação inicial dos agentes pedagógicos. Envio e recebimento de guias e materiais pedagógicos para redes. Coordenação da sistemática de visitas às escolas, tanto estaduais como municipais, oferecendo diretrizes de orientação, capacitação e acompanhamento para todos os níveis.
Secretaria Regional de Educação (governo estadual)	Orientação, capacitação e apoio às equipes municipais. Formação continuada com apoio da Equipe Regional do PIP. Identificação e difusão de melhores práticas. Visitas a SMEs e escolas estratégicas, em conjunto com a equipe municipal.
Secretaria Municipal de Educação (governo municipal)	Estruturação e manutenção de equipe interna para o PIP. Gestão da política junto às escolas de seus municípios. Alocação de recursos e garantia de capacitação para a equipe envolvida.

Equipe municipal (governo municipal)	Visitas às escolas com foco na sala de aula para implementação das diretrizes, acompanhamento do trabalho das unidades escolares, monitoramento de indicadores, assim como, apoio e orientação ao trabalho dos diretores, especialistas e professores (incluindo formação continuada).
---	--

Fonte: Movimento Colabora Educação, 2023⁹².

Aponta-se a inclinação para a implementação de política educacional de resultados nos Estados e municípios, tomando os números atribuídos a um processo qualitativo de apreensão de conhecimento, geralmente, entrecruzados com dados parciais da realidade escolar e, totalmente, descolados da realidade que os produziram, sendo apresentados como fetiche (SHIROMA; EVANGELISTA, 2011). Shiroma e Evangelista (2011) demarcam que tais resultados são “percentuais, médias, índices, indicadores tomados “em si” sem qualquer menção “às condições objetivas de produção desses resultados, pois é da essência das estratégias dos reformadores velar a materialidade, produzindo sobre ela informações “científicas”, por métodos “científicos” que, envoltos em números, parecem corresponder à objetividade e explicá-la” (SHIROMA; EVANGELISTA, 2011).

Na região Nordeste, o BID em conjunto com o MCE procurou operacionalizar o regime de colaboração em quatro Estados: Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Maranhão. No Estado da Paraíba, foi instituído o Pacto pela Aprendizagem na Paraíba (SOMA), no ano de 2017, como um braço do Pacto Estadual instituído por meio do Decreto nº 32.792/2012, no ano de 2012. O Estado da Paraíba conta com duzentos e vinte e três municípios, quatro mil novecentos e sessenta e quatro escolas, quinhentos e cinquenta e seis mil, duzentos e quarenta e oito estudantes matriculados no Ensino Fundamental e cento e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e seis estudantes matriculados na Educação Infantil (INEP, 2023). Duzentos e vinte e um municípios aderiram à política proposta pelo BID e pelo MCE junto ao governo do Estado da Paraíba.

O SOMA instituiu nos duzentos e vinte e um municípios do Estado da Paraíba o Sistema de Gestão e Informação (SABER); a avaliação de desempenho dos estudantes da rede pública; o Programa de Desenvolvimento Profissional; a formação para professores em alfabetização; e a distribuição de material didático para o ciclo de alfabetização. O SABER é um sistema de informatização de dados sobre a organização

⁹² Informações coletadas no sítio eletrônico do Movimento Colabora Educação, 2023.

das escolas que reuniu informações sobre a matrícula, a entrega de uniformes e materiais didáticos, a estrutura física das escolas, a frequência de alunos e professores e as notas das avaliações realizadas em cada turma. Três mil e duzentos e vinte e cinco escolas municipais utilizam a plataforma digital de recolhimento de dados. O SOMA ainda se propõe a ser o canal de comunicação entre os profissionais da educação e a base gestora. A avaliação dos estudantes da rede pública, externa à escola, contabiliza por meio de números os níveis de alfabetização de estudantes matriculados na rede pública de ensino do Estado da Paraíba. O desempenho dos estudantes nessas avaliações externas às escolas são as medidas utilizadas para estabelecer metas de aprendizagem e de responsabilidades ao nível estadual e municipal e, sobretudo, relativas ao trabalho dos diretores e dos professores que se encontram na unidade escolar.

O Programa de Desenvolvimento Profissional propõe o desenvolvimento de competências necessárias ao gestor da educação no que tange à gestão da educação por resultados. Foi desenvolvido no formato de Educação à Distância, sendo composto por quatro eixos: liderança e gestão de metas; liderança e gestão da aprendizagem; liderança e gestão da frequência de professores; e liderança e gestão da frequência de estudantes. A formação continuada para professores em Alfabetização foi desenvolvida pela Universidade Federal da Paraíba, assim como o material didático disponibilizado aos professores e alunos. O Programa trabalha com a contratação de professores para aplicarem a formação da metodologia nas escolas, que compreende a elaboração de instrumento padronizado para o correto uso do material, a aplicação de práticas em consonância com a proposta didática elaborada, o estabelecimento de intervenções didáticas após análises das avaliações; o monitoramento de todas as ações pedagógicas desenvolvidas pelo professor; e a distribuição de material didático para o ciclo de alfabetização. O material didático também se encontra disponível na plataforma digital do programa.

A rede dos agentes do SOMA é composta por secretários estadual e municipais de educação, coordenadores regionais e municipais, supervisores do Programa e gestores escolares. O MCE (2023) informa as responsabilidades de cada instituição na implementação do Programa em seu sítio eletrônico, reunidas no quadro 23.

Quadro 23: Divisão de responsabilidades para implementação do SOMA, na Paraíba.

UNIDADE POLÍTICO- TERRITORIAL	RESPONSABILIDADES
Governo Estadual	<p>Instituição de política de apoio aos Municípios. Repasse de recursos para as redes municipais. Discussão e validação da ampliação do escopo da política junto à Secretaria Estadual de Educação.</p>
Secretaria de Educação (governo estadual)	<p>Realização de diagnóstico da educação estadual e elaboração de política de larga escala. Instituição de governança e coordenação das ações estratégicas para alcance das metas. Formação de profissionais das regionais e das Secretarias Municipais de Educação. Apoio às regionais e às Secretarias Municipais de Educação no planejamento e execução de ações. Monitoramento das ações da Secretaria Estadual de Educação junto às Secretarias Municipais de Educação. Acompanhamento da evolução dos resultados das redes.</p>
Comissão Executiva (governo estadual)	<p>Auxílio ao planejamento de ações para Regionais e Secretarias Municipais de Educação. Execução das ações em nível estadual. Monitoramento e avaliação das ações no nível estadual. Essa comissão foi composta por equipes internas das Secretaria Estadual de Educação e das áreas envolvidas nas ações.</p>
Coordenadoria Regional (governo estadual)	<p>Realização das ações para alcance das metas. Auxílio às Secretarias Municipais de Educação e escolas estaduais no alcance das metas. Comunicação e engajamento das Secretarias Municipais de Educação e escolas. Aplicação do modelo de formação de professores.</p>
Secretaria Municipal de Educação (governo municipal)	<p>Cooperação com governo estadual. Realização de ações para alcance das metas. Aplicação de recursos nas escolas. Comunicação e engajamento das escolas.</p>

Equipe Municipal (governo municipal)	Participação nas formações de professores e de gestores. Implementação do SABER. Coordenação da realização das ações nas escolas. Aplicação de avaliação.
---	--

Fonte: Movimento Colabora Educação, 2023⁹³.

A gestão da educação por resultados precisa de ferramentas de controle que sirvam para coletar e reunir em um único lugar – no caso, a internet – os dados de matrículas, turmas, docentes e das notas das avaliações em larga escala. Os dados produzidos por meio da aplicação de protocolos padronizados de informação constituem os indicadores de execução. Pode-se apontar que a reunião desses dados permite uma vantagem na concorrência entre cidades, sobretudo quando se pensa na formação da força de trabalho de uma determinada localidade.

Em Pernambuco, o BID junto com o MCE e o governo do Estado implementou o Programa Criança Alfabetizada, instituído a partir da Lei n.º 16617, de 15 de julho de 2019 e da Lei n.º 49.445, de 16 de setembro de 2020. Conforme a Lei, os municípios que aderirem ao Programa Criança Alfabetizada terão acesso ao compartilhamento de recursos, estratégias e metodologias educacionais para execução dos objetivos do programa e precisarão assinar um contrato de adesão ao programa comprometendo-se em cumprir a responsabilidade em operacionalizar junto às escolas municipais as estratégias de gestão e metodologias educacionais relativas ao Programa. O Programa Criança Alfabetizada propõe, assim como o SOMA, o fortalecimento da gestão, a formação de gestores e professores, a avaliação de estudantes, o incentivo às escolas, o engajamento dos municípios e o material complementar para o processo de alfabetização.

A Lei 323/2019 ainda garante aos municípios que assinarem o acordo de adesão ao Programa a destinação de bolsas custeadas pelo Governo do Estado de Pernambuco para profissionais de educação selecionados pelo município; e a possibilidade de participação no Prêmio Escola Destaque que será concedido às escolas públicas municipais que tenham obtido os melhores resultados de Alfabetização expressos pelo Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE), na forma de regulamento elaborado pela Secretaria de Educação e Esportes do Estado. A cada ano serão premiadas cinquenta escolas, dos municípios que assinaram o acordo, que precisarão

⁹³ Informações coletadas no sítio eletrônico do Movimento Colabora Educação, 2023

atender a três requisitos: possuir pelo menos vinte alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental; ter obtido média, na escala decimal do SAEPE, situada no intervalo entre oito e meio e dez; e ter no mínimo 90% dos alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental, avaliados pelo SAEPE. O governo de Pernambuco, ainda, alterou a lei estadual sobre a distribuição da cota-parte do ICMS, que será distribuído para as escolas segundo os resultados do SAEPE. Ou seja, os municípios que alcançarem melhores resultados nas avaliações do SAEPE terão mais recursos.

O governo do Estado de Sergipe instituiu o Programa Alfabetizar para Valer, através da Lei n.º 8.597, de 08 de novembro de 2019, estabelecendo as bases para a implementação do Pacto Sergipano pela Alfabetização na Idade Certa. Assim como nos Estados da Paraíba e Pernambuco, aos Municípios que aderirem ao Programa Alfabetizar, a Lei 8.597/2019 garante acesso ao compartilhamento de recursos, estratégias de gestão e metodologias educacionais para execução dos objetivos do programa. Os objetivos se concentram na formação de professores e gestores escolares; na oferta de materiais complementares para formações e práticas pedagógicas; na implementação da avaliação externa à unidade e do monitoramento de resultados educacionais; na premiação das escolas com os melhores resultados nas avaliações externas; e na instrumentalização da gestão escolar. Um ponto importante a ser destacado é o fato de a Lei permitir que escolas privadas façam parte do programa a partir dos mesmos critérios que as escolas públicas e mediante a assinatura de acordos de adesão.

O Estado do Maranhão deu início à implementação do regime de colaboração já no ano de 2015 com a instituição do Plano Mais IDH, por meio do Decreto n.º 30.612, de 2 de janeiro de 2015 e do Programa Escola Digna, através do Decreto n.º 30.620, de 02 de janeiro de 2015, com a participação da UNDIME. A partir de 2018, o governo do Estado direciona estes programas para a adequação dos currículos e da avaliação, buscando implementar a gestão da educação por meio de resultado, a partir da implementação do Documento Curricular do Território Maranhense por meio da Resolução CEE/MA n.º 285, de 27 de dezembro de 2018; do Pacto pelo Fortalecimento da Aprendizagem, via Decreto n.º 34.649, de 2 de janeiro de 2019; e da Política Educacional Escola Digna, através da Lei n.º 10.995, de 11 de março de 2019.

Os municípios que aderirem ao Pacto pelo Fortalecimento da Aprendizagem, consoante o rendimento das escolas medidos pelas Avaliações em larga escala, terão a

possibilidade de receber recursos materiais com vistas à melhoria da infraestrutura educacional das redes municipais de ensino, por meio da reforma e da construção de escolas de alvenaria – em substituição a escolas de taipa, palha e galpões; da disponibilização de mobiliários e equipamentos; da instalação de rede de energia elétrica e poços artesianos; e da entrega de ônibus escolares garantindo o direito de acesso e permanência na escola a todos os estudantes. O Pacto pelo Fortalecimento da Aprendizagem, assim como os demais acordos desenvolvidos nos outros Estados da região Nordeste pretende a implementação de ações focadas na gestão da educação por meio dos resultados da avaliação em larga escala; a implementação do Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão; a disponibilização dos resultados por meio da gestão digital integrada de resultados; e a formação dos agentes educacionais para a implementação da metodologia do Programa.

Para a execução do Pacto, os governos estadual e municipais estabeleceram acordos para o suporte técnico do Pacto com as OSC: Associação Bem Comum⁹⁴, Fundação Lemann e o Instituto Natura, formalizado através do Programa de Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC). A Fundação Vale contribuiu com os municípios nos quais a empresa Vale do Rio Doce encontra-se localizada. A UNDIME e a UNICEF foram responsáveis pela implementação das ações do Pacto pelo Fortalecimento da Aprendizagem, no que diz respeito ao desenvolvimento de estratégias voltadas ao combate da evasão e abandono escolar, a partir da realização da busca ativa escolar e da distribuição do Selo Unicef.

Na Região Sul, o BID e o MCE dirigiram seu trabalho para o Estado do Paraná, com estratégias que se somaram ao movimento que já vinha sendo desenvolvido pelo Estado desde o ano de 2015 e que deram origem ao Pacto Todos pela Aprendizagem. O mesmo padrão de estratégias pode ser encontrado no Pacto Todos pela Aprendizagem,

⁹⁴ “O grupo executivo da Associação Bem Comum participou da reforma educacional do município de Sobral/CE, onde o IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental passou de 4,0 para 8,4 entre 2005 e 2019, ficando muito acima da média nacional de 5,7 em 2019. Também ajudou a estruturar o programa denominado Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), em 2007, na Secretaria de Educação do Estado do Ceará, cujo objetivo era replicar o que deu certo em Sobral nos demais municípios cearenses. Como resultado, o IDEB do Ceará que, em 2005, era 2,8, passou a 6,3, ultrapassando a média brasileira. O grupo de coordenadores é uma equipe com experiência em gestão de escolas no município de Sobral e/ou em programas na Secretaria de Educação do Ceará. Seu trabalho consiste em acompanhar de perto, a partir da interação com as Secretarias Municipais de Educação e de visitas in loco, a implementação das medidas adotadas pelos municípios integrantes dos programas para melhorar os resultados de sua rede. A experiência de Sobral já consolidada e a do Ceará em que o Estado, desde 2007, vem empreendendo uma forte liderança junto aos municípios, num pacto pela alfabetização das crianças na idade certa, vêm mostrando que é possível melhorar rápido os resultados de aprendizagem, e com equidade” (<https://abemcomum.org/>).

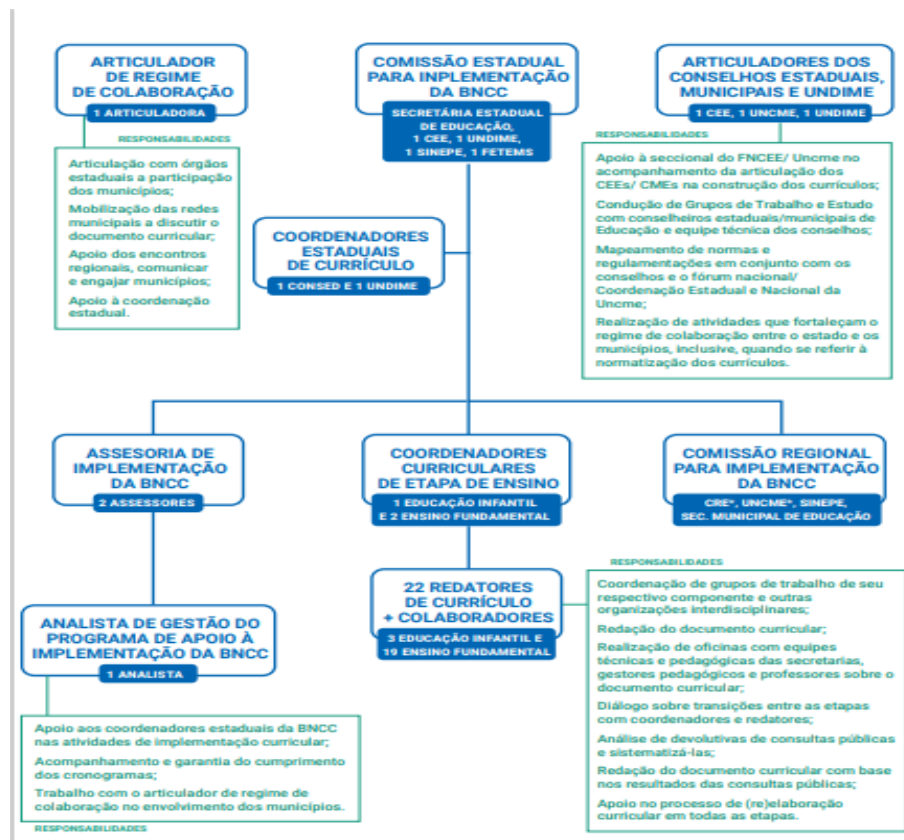
sobretudo a formação em alfabetização para os professores das redes municipais; a elaboração de material didático; a ampliação do SAEP para os segundos e quintos anos do Ensino Fundamental; e o monitoramento dos dados da educação municipal com a formação de índices que serão utilizados como base para a distribuição de recursos.

Na Região Norte, o BID e o MCE dirigiram seu trabalho para o Estado do Amapá e seus dezesseis municípios, através da implementação da Lei 2.448, de 02 de dezembro de 2019, que instituiu o Programa Colabora Amapá Educação. Os profissionais da educação cujos municípios tiverem assinado o acordo de adesão poderão receber bolsas de estudos para a difusão da metodologia nas unidades escolares; assim como, a escola poderá receber mais recursos caso atenda aos critérios de avaliação do Prêmio Criança Alfabetizada. A Lei também garante a participação de instituições escolares privadas no Programa.

Ao fim e ao cabo, o objetivo do programa se volta para o aumento dos valores relativos ao IDEB produzidos por meio de avaliações externas às unidades escolares. Pode-se identificar, mais uma vez, a ação específica da Fundação Lemann, da Associação Bem Comum e do Instituto Natura na implementação das estratégias do Programa. O material didático foi disponibilizado pelo governo do Estado do Ceará, assim como a metodologia do Programa de Aprendizagem na Idade Certa sendo adaptados ao contexto amapaense com obras de cinquenta e três artistas e literatos locais. Vale destacar que paralelo a esse processo, ocorria a implementação do Programa de Apoio à Implementação da BNCC Amapá (PROBNCC-AP), responsável pela reelaboração do referencial curricular amapaense segundo a concepção proposta pela BNCC, ao nível nacional.

Já na Região Centro-Oeste, o PROBNCC foi o caminho utilizado pelo BID e pelo MCE para o desenvolvimento do trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul e seus setenta e nove municípios. O governo do Estado do Mato Grosso do Sul criou a Assessoria de Implementação da Base e a Comissão Estadual para a Implementação da BNCC. Esses órgãos contavam com representantes da Secretaria de Educação do Mato Grosso do Sul, do Conselho Estadual de Educação, da UNDIME, do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul e da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul. As responsabilidades foram definidas conforme mostra o Organograma (Figura 10).

Figura 10: Distribuição das responsabilidades entre as agências que compõem o PROBNC/MS.



Fonte: MCE, 2023⁹⁵.

Chama-se a atenção para o fato de todos os Estados acima descritos citarem como referência as políticas educacionais desenvolvidas no Estado do Ceará, em especial, o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC). O Ceará, desde 2004, vem desenvolvendo várias ações em prol da operacionalização do Regime de Colaboração, sobretudo o município de Sobral, no qual foi referência para a criação do modelo de gestão da educação por resultados. Uma dessas ações foi a criação do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), por meio da Lei 14.026/2007, que estabeleceu a política a ser desenvolvida para os cinco primeiros anos de escolarização, a partir de cinco eixos norteadores: a alfabetização, a gestão municipal, a educação infantil, a formação de leitores e a avaliação externa. O objetivo voltou-se para aumentar o IDEB estruturando o Sistema Permanente de Avaliação Básica. A partir do PAIC, também, foi criado o Prêmio Escola Nota Dez, através da implementação da Lei n.º 14.371/2009, que premia escolas com melhores resultados de alfabetização medidos por meio do

⁹⁵ Organograma desenvolvido pelo MCE e disponibilizado ao público pelo sítio eletrônico do MCE, 2023.

IDEB. O prêmio é concedido em dois momentos, sendo o segundo realizado, somente, se a escola premiada prestar assessoria a uma escola com baixo desempenho, promovendo melhorias em seus resultados.

O PAIC contou com a adesão de todos os cento e oitenta e quatro municípios cearenses, por meio de um acordo jurídico-político de tipo cooperativo. No âmbito do governo estadual, foi criado o Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo, que incluía representantes da Secretaria Estadual de Educação, da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, do UNICEF, da APRECE, UNDIME-CE, Fórum de Educação Infantil, Universidade Federal do Ceará (UFC), União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará (APDMCE) e Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

Em todos os Estados, o MCE conseguiu realizar mudanças na legislação referente a cota do ICMS por meio da vinculação da transferência a indicadores municipais nas áreas de prestação de serviço público.

Esse breve panorama sobre a penetração do BID através do Movimento Colabora Educação nos Estados e municípios do país aponta que o modelo de gestão por resultados é a proposta do BID para os países da periferia do capitalismo. No capítulo 4, inclusive, foi possível identificar esse percurso por todas as áreas da administração pública. As estratégias do BID em aliança com as organizações empresariais que compõem o MCE parecem apontar para a implementação de um sistema nacional de avaliação como proposta de organização nacional da educação. Nesses trinta e quatro anos de trabalho, o BID compreendeu que é preciso instrumentalizar os municípios com uma estrutura administrativa que possa reproduzir as políticas necessárias à expansão do capital. Para isso, ele precisa de aliados, no interior do país, que façam a mediação com os governos e a sociedade. Estes partem da ilusão jurídica – o direito à Educação e o direito à cidade – e da solidariedade de classe para confundir e conter as revoltas populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indicam-se aqui alguns aspectos que nos parecem fundamentais acerca da problemática estudada nesse trabalho de pesquisa: i) as contradições que emergem da reprodução do modo como a produção é organizada no capitalismo indicam que este não poderá ser reproduzido por tempo indeterminado; ii) a penetração dos imperativos do capital no interior das unidades político-territoriais, no Brasil, parte da dependência como dimensão central e se reproduz por meio da autocracia burguesa; iii) isso posto, entende-se que a forma como a luta de classes se desenvolve no capitalismo dependente tende a ser instrumentalizada pela burguesia e, portanto, o elemento revolucionário encontra-se ausente; iv) a exigência da socialização da produção pela classe trabalhadora organizada requer, necessariamente, a superação revolucionária do modo de produção capitalista, que passa pela tomada e manutenção do poder, conscientemente, orientada a esta finalidade, não se restringindo a ela; v) as aspirações constitucionais representam, portanto, o interesse das frações burguesas, mesmo que venham descritas sob a forma de fraseologias de efeito moralizante; vi) o fortalecimento da estrutura administrativa e jurídica do Estado capitalista tem como essência a expansão do modo de produção capitalista em termos de valor e território e se realiza a partir da contenção preventiva da classe trabalhadora; vii) a associação positiva entre democracia e descentralização conduz ao escamoteamento dos elevados graus de apropriação dos bens e serviços do Estado reunidos a partir da expropriação da classe trabalhadora; viii) a burocracia do Estado não diminui com a descentralização, pelo contrário, a ilusão jurídica de participação popular e de construção colaborativa do Estado capitalista que esse elemento procura reproduzir são fraseologias esvaziadas de sentido revolucionário e, portanto, pretendem garantir a manutenção da expropriação dos trabalhadores em níveis cada vez mais exacerbados; ix) as determinações mais relevantes para a organização da classe trabalhadora, independente da forma que assumam, não são aquelas mais aparentes, importa fundamentar a práxis revolucionária em uma investigação que não se apresente sob as amarras de uma concepção idealista de explicação da realidade, propondo-se a identificar os fios invisíveis que movimentam as relações sociais, em cada conjuntura e em cada local, no processo histórico de produção do capitalismo.

Em face ao aprofundamento da ofensiva burguesa iniciada após a Segunda Guerra Mundial, desdobrada a partir da década de 1970 com o desenvolvimento de formas de reprodução do capital que ampliaram a precarização da reprodução social dos trabalhadores e, particularmente, com o fim da experiência socialista na URSS e do campo socialista europeu, a conjuntura em que se realiza a luta de classes tem especial relevância para a possibilidade de construção da práxis revolucionária. Torna-se, cada vez mais, necessário compreender o capitalismo em suas características mais universais e em suas particularidades regionais, o que passa impreterivelmente pela relação entre imperialismo e dependência. Identificado o papel que a concepção de imperialismo como conjunto de políticas externas que podem ser combatidas com a eliminação destas sem prescindir da aniquilação do modo de produção capitalista, tem sido apresentada na explicação teórica, decidiu-se por uma análise que pudesse expor o enraizamento dos imperativos do capital em relações que não compõem de forma direta os processos de expansão do capital. Denunciar as estratégias de apropriação do capital por meio da instrumentalização dos espaços associativos da classe trabalhadora, não significa renunciar a um balanço criterioso sobre as possibilidades cada vez mais reduzidas de resistência da classe trabalhadora no capitalismo dependente.

A teoria social do campo da esquerda assimilou a convicção de que a normalidade capitalista pairava sobre as massas e, em especial, sobre a classe operária, de modo que esta já não existia como força de oposição. A chamada revolução cultural se empenhou em anular a luta de classes operária como única alternativa ao capitalismo e as “alegrias” do consumismo. Sobretudo, pela adesão reformista dos intelectuais representantes da esquerda que passaram a defender bandeiras de luta que se assentavam em garantias fictícias por dentro da ordem. A mudança do paradigma da redistribuição para o paradigma do reconhecimento (LOSURDO, 2015), elemento que se configurou com a crise e o colapso do campo socialista, voltou-se, em especial, para a defesa da democracia burguesa como estratégia da nova esquerda.

Procurou-se reafirmar, nessa pesquisa, o que Fernandes (1982) já salientava em suas reflexões sobre o capitalismo dependente: o caráter mistificador e, portanto, ideológico, na qual a democracia burguesa se apresenta, quando “em nome da liberdade, ela cassa a liberdade dos trabalhadores; em nome da igualdade dos cidadãos, impõe a supremacia social da burguesia; em nome da representação, consagra o monopólio do poder pelas elites dirigentes das classes dominantes” (FERNANDES, 1982, p. 09). A

democracia burguesa necessita do apoio do trabalhador, no entanto, seu controle é burguês, o que acaba por restringir a participação do trabalhador à mera legitimação política.

O BID, nesse processo, foi criado no ano em que se consolidaram os processos revolucionários em Cuba. Aponta-se que sua criação teve como objetivo refrear o movimento revolucionário na América Latina, assumindo um caráter preventivo de desarticulação. A função desempenhada pelo BID de contenção de qualquer espécie de revolta popular que se coloca, por vezes, como complementar aos processos de expansão do capital, tem sido o ponto principal da ação do Banco sobre o Brasil. As operações jurídico-políticas se configuram como principal instrumento de operacionalização da desarticulação preventiva no interior dos Estados Nacionais, sobretudo ao subordinar as unidades políticos-territoriais por meio da coerção econômica, jurídica e política.

O conteúdo das intervenções do Banco encontra-se justificado sob fraseologias que se pautam na defesa de direitos e interesses, escamoteando questões importantes como: os pressupostos da Teoria do Capital Humano, a difusão do paradigma da pós-modernidade e a reafirmação das teses sobre o “fim da história”. De modo geral, os documentos contêm informações produzidas por organizações empresariais sobre a educação na América Latina pautadas em índices produzidos através da aplicação de instrumentos de medição internacionais; soluções para resolver os problemas indicados pelas provas; e propaganda dessas soluções com dados sobre os países que as utilizaram. Notou-se que o Banco informa qual é o problema e aponta a solução, geralmente, difundida como uma questão meramente técnica, baseada em dados que tem como origem de produção o próprio banco ou organizações internacionais cujos pressupostos possuem similaridade com os do Banco.

Os documentos são utilizados para justificar as operações jurídico-políticas do no interior dos “Estados Nacionais”. Tais operações têm como fases principais: a preparação, a implementação e a conclusão (Apêndice A). A fase de preparação da operação tem início muito antes dos acordos entre o Banco e os governos nacionais ou subnacionais serem assinados. Chama-se atenção para o elemento no qual as intervenções podem ter sido iniciadas em um determinado ano e se manterem ativas pelos anos subsequentes, perpassando a direção de diferentes partidos políticos a frente das unidades político-administrativas. O processo de programação ocorre a cada quatro

ou seis anos, dependendo do ciclo eleitoral do país. O Banco e o governo do país identificam novas iniciativas por setor e que tipo de instrumento de financiamento a carteira do BID comporta para aquele país. Apenas são concedidos créditos aos países cujas prioridades estiverem alinhadas com as concepções defendidas pelo Banco. Estes são incluídos no programa oficial de operações do Banco.

No Brasil, identificou-se que, após a redemocratização, houve um aprofundamento das intervenções, de forma direta, com governos do Estado e dos municípios, indicando a implementação de um modelo padronizado de cidades, cuja administração das políticas sociais deveria ser pautada através da gestão por resultados. A concorrência estabelece-se como pressuposto fundante da estratégia de contenção desenvolvida pelo BID.

Na Educação, esse movimento pode ser percebido através da operacionalização do Regime de Colaboração instituído na Constituição Federal, em 1988, e replicado em todos os documentos que referendam as políticas educacionais no país. Aponta-se que, com a operacionalização do Regime de Colaboração, o Banco torna-se capaz de intervir na estrutura administrativa dos Estados e municípios, comprometendo o fundo público com operações de crédito e destinando a alocação de recursos para a execução de serviços públicos pela iniciativa privada. Para tanto, o trabalho se volta para dotar os Estados e municípios com instrumentos de controle e instrumentalizar as chamadas OSCs aliadas do BID em nível local.

Entre 1995 e 2002, as intervenções alcançaram uma quantidade maior de Estados e municípios, concentrando-se nas regiões capazes de oferecer a logística necessária às relações comerciais, assim como naquelas unidades políticas-territoriais em que o PIB apresentou crescimento. Sendo ampliado, consideravelmente, entre 2003 e 2016 e reduzido no período entre 2016 e 2022. Todas as operações tiveram como eixo a operacionalização da descentralização das responsabilidades entre as unidades políticas-territoriais reconhecidas juridicamente, que constituem a federação, assim como se apresentaram por meio da introdução de princípios comerciais na provisão de serviços públicos destinados ao modo de produção da vida do trabalhador.

Pode-se apontar que a descentralização se constituiu como o eixo da aliança entre a burguesia e a classe dominante local, mantendo-se nessa posição até os dias atuais. Dessa forma, identifica-se um intenso trabalho da burguesia e da classe dominante local para que os elementos que movem a descentralização das

responsabilidades entre as unidades da federação, sobretudo, para com as políticas públicas sociais sejam materializados em todo território brasileiro. O Banco precisa de unidades político-territoriais constituídas juridicamente com a estrutura de “Estados nacionais” para que elementos necessários à expansão de capitais sejam possíveis de se realizar. Ao dotar essas unidades de responsabilidade frente ao desenvolvimento das políticas sociais, tem-se uma porta de acesso ao fundo público por organizações privadas.

Aponta-se os limites da pesquisa, especialmente, no que tange ao tempo e ao acesso aos documentos tornados públicos pelo banco que não apresenta de forma clara e objetiva o detalhamento financeiro referente às operações de endividamento público. Algumas operações apresentadas pelo BID ao público em seu sítio eletrônico não possuem documentos disponíveis. Todas as outras se encontram com documentos diferentes – umas com maior quantidade e diversidade de documentos que outras. Ainda, identificou-se que algumas informações referentes ao custo do país/Estado/município e ao custo do BID não estavam demonstradas de forma clara, quando não apresentavam valores totais incondizentes com os números informados.

Entende-se que para operacionalizar o regime de colaboração, o BID precisou de aliados dentro das unidades político-territoriais, que cumpriram com a materialização do regime tanto pela dimensão jurídica, quanto pela dimensão de legitimação. O BID, então, realizou a instrumentalização de formatos associativos locais como unidades executoras das intervenções. Aponta-se que a instrumentalização das OSCs pelo BID se desenvolvia tanto no sentido de intermediar os processos de descentralização por meios jurídicos no interior dos Estados Nacionais, quanto na manutenção dos interesses privatistas da classe dominante local na condução do fundo público. Esse movimento, além da sua função construtiva, estabelece a função preventiva do Estado capitalista na periferia do capitalismo.

Entre agosto de 2016 e 2022, a maioria das operações jurídico-políticas entre o BID e o Brasil se concentrou no âmbito do governo federal. A operacionalização do Regime de Colaboração teve como aliado o Movimento Colabora Educação coordenado pelo movimento empresarial Todos pela Educação, Fundação Lemann, Itaú Social, Instituto Natura, Instituto Positivo, Instituto Unibanco, Itaú Trabalho e Educação e o BID. Parte-se do Estado do Ceará como modelo de implementação das políticas de colaboração como experiência a ser replicada. E do CONSOC como plataforma do BID

para a reunião de OSCs locais. Nos anos seguintes, diretamente com os Estados e municípios, o MCE operacionalizou a implementação do Regime de Colaboração por meio da institucionalização da gestão por resultados e da introdução de OSCs na prestação de serviços educacionais.

Entende-se que a descentralização das políticas públicas foi uma pauta de luta dos movimentos sociais e sindicais de caráter progressista, no período em que se estabeleceu a ditadura empresarial-militar. A tendência que se convencionou defender voltava-se para a relação entre centralização e autoritarismo, assim como seu oposto era identificado como descentralização e democracia. A face democrática do Estado capitalista tinha como eixo a descentralização da gestão e do financiamento das políticas sociais. Tal fraseologia não era difundida somente no Brasil, aparecia como uma alternativa às estruturas decisórias centralizadas instituídas durante a construção dos Estados de Bem-Estar Social, na Europa, de inspiração keynesiana.

A aparente negação do autoritarismo e da centralização, no Brasil, pode ser percebida na década de 1980 com a reforma das instituições políticas, especialmente as eleições diretas em todos os níveis de governo e as deliberações da Constituição Federal de 1988; e na década de 1990 com a implementação de um extensivo programa de descentralização, particularmente, na área das políticas sociais, que transferiu para os Estados e municípios grande parte das funções de gestão e financiamento das políticas sociais. Buscou-se associar, positivamente, democracia e descentralização, como se fossem abordagens correlatas. Fortalecer institucional e politicamente os municípios foi evidenciado como forma de superar os “vícios” do velho aparato do “Estado Nacional”, no que diz respeito à burocracia e ao acesso da classe dominante à gestão do fundo público (ARRETCHE, 1996).

No entanto, compreende-se que “não existe luta de classes, por mais progressiva que seja, que não possa ser instrumentalizada pelo poder dominante e que, portanto, não possa ser inserida no âmbito de um projeto global de cunho conservador ou reacionário” (LOSURDO, 2015, p. 255). É sabido que não se trata de um fenômeno novo, no entanto, pontua-se que ele adquiriu um novo valor qualitativo com o desencantamento dos êxitos das revoluções do século XX e com a desorientação teórica originada desde então. Rompe-se o século XXI com um aprofundamento da relação entre descentralização e democracia sob a fraseologia do direito à cidade e seus correlatos os direitos à educação, à saúde, à moradia e ao trabalho. Os governos progressistas que se

estabeleceram entre 2003 e 2016 não romperam com essa ilusão jurídico-política que trouxe uma aparência de ampliação da participação popular, ao mesmo tempo em que reforçou a dominação sob à classe trabalhadora.

A institucionalização da luta de classes encontra-se alicerçada na concorrência entre trabalhadores, por uma ilusão jurídica que aponta os direitos fundamentais como propriedade dos indivíduos que não possuem os meios de produção. E que, portanto, a mobilização dos indivíduos em torno das políticas públicas de proteção social, sob a justificativa do “empoderamento” popular e da solidariedade colaborativa, pretende escamotear a penetração do banco no interior das unidades políticos-territoriais e a possível apropriação privada do fundo público de Estados e municípios. A desarticulação preventiva da luta de classes se manteve pela utilização do direito constitucional como propriedade privada dos trabalhadores.

A estrutura do Estado capitalista não comporta a igualdade socioeconômica em seu sentido concreto. Ao transformar seres humanos em mercadorias e tornar a força de trabalho elemento do valor de troca, as sociedades de acumulação de capital se estabelecem pela exploração desta força de trabalho e, portanto, sob o antagonismo entre capital e trabalho. A igualdade socioeconômica, em seu sentido concreto, somente se torna possível em uma sociedade cujas bases não se assentam sobre a acumulação de capitais e, por conseguinte, na exploração dos que possuem os meios de produção sobre os que apenas possuem a própria força de trabalho. A própria existência do Estado indica que há nesta sociedade um antagonismo inconciliável entre classes sociais, fazendo-se necessário a instituição Estada para atenuar os conflitos entre as classes (LÊNIN, 2012). Se a conciliação de classes fosse possível, não seria necessária a forma política estatal. O Estado é um “órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma “ordem” que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes” (LÊNIN, 2012, p. 27)

A igualdade a que o banco se refere pode ser entendida a partir da categoria de concorrência, que se encontra na essência das relações sociais determinadas pelo modo de produção capitalista. As operações de troca visam estabelecer a concorrência entre trabalhadores, a disputa por um posto de trabalho, a competição por ter a sua força de trabalho escolhida para ser explorada. O que significa que as trocas ao se generalizarem, transformam o trabalho em objeto de troca, reduzindo os indivíduos, perante o mercado,

a peças formalmente iguais, trocadas livremente e regidas pelo dispositivo da autonomia da vontade – os indivíduos tornam-se sujeitos de direito.

O Estado é o elemento necessário de constituição e de garantia da dinâmica da forma mercadoria e da relação entre capital e trabalho. É necessário instituir a igualdade formal para serem estabelecidas as relações de troca, regidas por garantias contratuais, que fragmentam a unidade de classe. As justificativas do banco para realizar tais operações de troca encontram-se ancoradas na fraseologia do direito de cada indivíduo ao trabalho e à geração de renda fragmentada pela sua condição de gênero, de raça e social. O banco não explica que o modo de produção capitalista necessita de trabalhadores restantes à disposição do capital, prontos para serem substituídos.

A oferta de crédito, grosso modo, pressupõe que o trabalhador ao solicitar ao banco determinada quantia, realiza um empréstimo individual, uma relação de troca com determinada instituição bancária, na qual ele precisa restituir o valor tomado de empréstimo acrescido de juros. Ao tomar o empréstimo, o trabalhador individual, sujeito de direito, adquire um montante de dinheiro para aplicar no mercado em condição de igualdade formal com outros trabalhadores individuais em micro e pequenas empresas. É uma lógica perversa. A igualdade formal que o banco reivindica como política voltada para o social, em sua essência, apenas reforça o caráter excludente que conforma as relações sociais no modo de produção capitalista. Ao contrair o empréstimo, se empenha força de trabalho futuro para o pagamento da dívida.

Os acordos jurídico-políticos relacionados ao direito à moradia e ao trabalho, ao direito à saúde, ao direito à educação, em suma, ao direito à cidade demonstraram, sobretudo, que a descentralização foi a via encontrada pela burguesia para a manutenção do eixo segurança e manutenção do modo de produção capitalista que se desenvolve como forma de controlar as revoltas dos trabalhadores, a partir da sua desarticulação preventiva.

Defende-se, portanto, a centralidade da luta de classes enquanto fenômeno explicativo da sociedade, a compreensão do ser social materialista e a defesa da revolução como horizonte de superação das contradições capitalistas. Compreendendo que captar as tendências estruturais objetivas do modo de produção capitalista e as relações sociais que elas engendram, em uma acepção materialista, não levam, automaticamente, à construção de um novo sistema social, no entanto, servem como elemento para o trabalhador, em seu potencial revolucionário, entender a realidade para,

de fato, construir saídas que possam superar esta realidade social. O desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista aponta para este caminho. A humanidade encontra-se na última fase possível de desenvolvimento do modo de produção capitalista, entender essa realidade torna-se imprescindível para romper com o idealismo engendrado pela burguesia e construir caminhos possíveis rumo à transição socialista.

Espera-se que este trabalho tenha recolhido provas suficientes de que a burguesia – independentemente da sua retórica – não possui outro objetivo senão o de enriquecer à custa do trabalho alheio. A expropriação do trabalho pela burguesia anda de mãos dadas com a concentração de capitais nas mãos de um número cada vez menor de proprietários. Sendo assim, ela precisa encobrir o comércio indireto de carne humana que se cristaliza com a escravidão moderna, ou corre o risco de que os trabalhadores, ao se entenderem enquanto uma classe em si, rompam com as correntes modernas que promovem a sua desarticulação. Especialmente, para nós, trabalhadores, o conhecimento dos fatos é uma necessidade imperiosa, em um mundo no qual o idealismo vem romantizando as condições subumanas a que são submetidos todos os seres humanos que sobrevivem às custas da venda da sua força de trabalho. Reafirmamos, dessa forma, a citação de Lênin (1904) quando diz que “nada pode ser mais vital para uma classe verdadeiramente revolucionária do que livrar-se de todo autoengano, de todas as miragens e ilusões” (LÊNIN, 1904, p. 03), eis aqui a tarefa que este trabalho de pesquisa buscou desenvolver.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, R.; SILVA, P.L.B. **Descentralização e Políticas Sociais**. São Paulo: FUNDAP, 1996.

AIRES, Ildimar Cruz. **Determinantes de Ordem Política e Institucional na formulação e implementação de políticas públicas: um estudo do Programa Estadual de Cidades Intermediárias em Minas Gerais**. 1991. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Universidade estadual de Campinas, 1991.

ALMEIDA, Aloisio Flávio Ferreira de. **Condicionantes políticos das reformas tributárias na América Latina**. 2015. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

ALMEIDA, M.H.T. de Federalismo e políticas sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.28, n.10, p.88-108, 1995.

ALVES, Adriana Melo. **Regularização Fundiária ou Manutenção das Áreas de Preservação Permanente: a experiência do Programa Habitar Brasil BID**. 2007. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano), Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANDREUCCI, Franco. A difusão e a vulgarização do marxismo. *In*: HOBBSAWM, Eric. (org.) **História do Marxismo, Vol. 2**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. A questão colonial e o imperialismo. *In*: HOBBSAWM, Eric. (org.) **História do Marxismo, Vol. 4**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ANTUNES, Ricardo. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017.

ARANHA, Rudervania da Silva Lima. **PROEMEM: a lógica do mercado na Educação Pública Municipal de Manaus**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

ARAÚJO, Aloísio Barboza. **O Governo Brasileiro, o BIRD e o BID: cooperação e confronto**. Rio de Janeiro: IPEA, 1991.

ARRETCHE, Marta T. S. Relações Federativas nas políticas sociais. **Educação & sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 25-48, set. 2002.

_____. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 44-66, jun. 1996.

_____. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 111-141, jun. 1999.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo: UNESP/Contraponto, 1996.

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa, Brasil: UEPG, 2014.

_____. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. *In*: APPLE, Michael W.; BALL, Stephen J.; GANDIN, Luís Armando. **Sociologia da Educação: análise internacional**. Porto Alegre (RS): Editora Penso, 2013.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2019.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **BR-0199: Reforma do Setor Saúde**, 1999b. Relatório final de Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR0199>. Acesso em: 18 set. 2022.

_____. BR-0308: **Programa de Reforma da Proteção Social**, 1999c. Levantamento Descritivo do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR0308>. Acesso em: 18 set. 2022.

_____. **BR-0308: Programa de Reforma da Proteção Social**, 1999d. Proposta de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR0308>. Acesso em: 18 set. 2022.

_____. **BR-0391: Reabilitação da Cidade de São Paulo (PROCENTRO)**, 2003a. Proposta de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-0391>. Acesso em: 13 nov. 2022.

_____. **BR-L1016: Programa de Fortalecimento dos Sistemas Produtivos Locais de São Paulo**, 2007c. Proposta de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1016>. Acesso em: 13 nov. 2022.

_____. **BR-L1033: Rodovias Estaduais Paulistas Fase II**, 2006. Proposta de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1033>. Acesso em: 13 nov. 2022.

_____. **BR-L1079: São Paulo Metro - Linha 4 Project**, 2008c. Contrato de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1079>. Acesso em: 15 abr. 2023.

- _____. **BR-L1158: Empréstimo Corporativo SABESP**, 2008a. Contrato de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1158>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- _____. **BR-L1159: Projeto Embraport**, 2010e. Proposta de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1159>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- _____. **BR-L1161: Programa de Recuperação Rodoviária do Estado de São Paulo (Fase III)**, 2008e. Contrato de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1161>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- _____. **BR-L1162: Programa de Investimentos no Transporte Metropolitano de São Paulo**, 2008d. Contrato de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1162>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- _____. **BR-L1166: Programa de Limpeza do Rio Tietê, Etapa III**, 2009a. Proposta de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1166>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- _____. **BR-L1216: Programa Tietê Várzea**, 2010a. Proposta de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1216>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- _____. **BR-L1227: Projeto de Extensão da Linha 5 (Linha Roxo) do Metrô de São Paulo**, 2010b. Proposta de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1227>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- _____. **BR-L1228: Rodoanel Oeste**, 2009c. Proposta de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1228>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- _____. **BR-L1268: Apoio à Gestão e Integração de Finanças e Administração no Brasil**, 2010c. Proposta de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1268>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- _____. **BR-L1270: Mundo Vox Tenda**, 2010d. Proposta de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1270>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- _____. **BR-L1296: Projeto Rodoanel Mário Covas - Seção Norte**, 2011. Proposta de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1296>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- _____. **BR-L1373: Programa de Investimentos Rodoviários do Estado de São Paulo**, 2013. Proposta de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1373>. Acesso em: 21 out. 2022.
- _____. **BR-L1401: Programa de Investimentos Rodoviários do Estado de São Paulo II**, 2014a. Resumo do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1401>. Acesso em: 20 out. 2022.

_____. **BR-L1458: Apoio ao FUMDHAM**, 1992b. Levantamento Descritivo do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1458>. Acesso em: 20 jul. 2022.

_____. **BR-L1463: Aconselhamento ao FUNDIPESCA**, 1993b. Levantamento Descritivo do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1463>. Acesso em: 18 jul. 2022.

_____. **BR-L1467: Fundo de Comercialização de Mãos de Minas**, 1994a. Levantamento Descritivo do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BRL1467>. Acesso em: 21 jul. 2022.

_____. **BR-L1467: Fundo de Comercialização de Mãos de Minas**, 1994b. Levantamento Descritivo do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BRL1467>. Acesso em: 21 jul. 2022.

_____. **BR-L1480: Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor**, 1997b. Plano de Operações. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1480>. Acesso em: 28 ago. 2022.

_____. **BR-M1041: Programa de Acesso de Pequenas Empresas às Cadeias de Fornecimento de Grandes Empresas**, 2007a. Proposta de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-M1041>. Acesso em: 13 nov. 2022.

_____. **BR-M1052: Mecânica Web**, 2007b. Proposta de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-M1052>. Acesso em: 13 nov. 2022.

_____. **BR-M1119: Desenvolvimento de um Modelo de Atualização de Negócios Sustentável para Micro, Pequenas e Médias Empresas**, 2014b. Relatórios de Monitoramento de Desempenho do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-M1119>. Acesso em: 20 out. 2022.

_____. **BR-T1034: Programa de Melhoria da Eficiência da Operação Comercial da CEDAE**. 2007e. Plano de Operações. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-T1034>. Acesso em: 13 nov. 2022

_____. **BR-T1051: Auxílio Emergencial ao Estado do Rio de Janeiro**. 2007f. Plano de Operações. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/B2015R-T1051>. Acesso em: 13 nov. 2022

_____. **BR-T1053: Plano Estratégico IIRSA Desenvolvimento Sustentável Arco Metropolitano do Rio de Janeiro**. 2007g. Plano de Operações. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-T1053>. Acesso em: 13 nov. 2022

_____. **BR-T1059: Apoio à Concepção de Projetos para Municípios Brasileiros**, 2007d. Plano de Operações. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-T1059> Acesso em: 13 nov. 2022.

_____. **BR-T1059: Apoio à Concepção de Projetos para Municípios Brasileiros**, 2009e. Editais Específicos. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-T1059> Acesso em: 09 mai. 2023.

_____. **BR-T1067: Fortalecimento da Capacidade Institucional de Combate ao Crime e à Violência**, 2008f. Contrato de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-T1067>. Acesso em: 15 abr. 2023.

_____. **BR-T1098: Metodologia MDL para Redução de Carbono Equivalente no Metrô de São Paulo**, 2008g. Contrato de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-T1098>. Acesso em: 15 abr. 2023.

_____. **BR-T1101: Fortalecimento Institucional Local e Desenvolvimento Econômico de MPEs**, 2008j. Contrato de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-T1067>. Acesso em: 13 abr. 2023.

_____. **BR-T1107: Metodologia CDM para Mudança Modal para Metrô e Metrô Leve**, 2008h. Contrato de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-T1107>. Acesso em: 13 abr. 2023.

_____. **BR-T1108: Apoio à Agência Reguladora de Saneamento e Energia de São Paulo**, 2008b. Contrato de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-T1108>. Acesso em: 15 abr. 2023.

_____. **BR-T1135: Apoio à Secretaria de São Paulo no Desenvolvimento Produtivo Regional**, 2009d. Proposta de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-T1135> Acesso em: 13 nov. 2022.

_____. **BR-T1144: Apoio à Agência Reguladora de Saneamento e Energia em São Paulo**, 2009b. Proposta de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-T1144>. Acesso em: 13 nov. 2022.

_____. **BR-T1246: Movimento Todos pela Educação: novas práticas educacionais e agenda política**, 2012b. Acordo de Cooperação Técnica. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-T1246>. Acesso em: 12 out. 2020.

_____. **BR-T1312: Apoio à gestão participativa de resíduos sólidos na baía de Guanabara**. 2015c. Resumo do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-T1312>. Acesso em: 20 out. 2022.

_____. **BR-T1315: Apoio à gestão participativa de resíduos sólidos na baía de Guanabara**. 2015b. Resumo do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-T1315>. Acesso em: 20 out. 2022.

_____. **BR-T1323: Instrumento Financeiro para Promover a Diversidade e a Inclusão do Setor Privado**, 2015a. Resumo do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-T1323>. Acesso em: 20 out. 2022.

_____. **BR-T1324: Fortalecimento do diálogo e da disseminação do conhecimento em Segurança Cidadã**, 2016. Resumo do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-T1324>. Acesso em: 20 out. 2022.

_____. **BR-T1374: Transformação Digital para a Inovação**. 2017. Resumo de Cooperação Técnica. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-T1374>. Acesso em: 20 mar. 2023.

_____. **BR-T1430: Apoio para o estabelecimento do Centro Internacional Liderado por Universidades para o Desenvolvimento Sustentável (HIDS) em Campinas**. 2019b. Resumo de Cooperação Técnica. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-T1430>. Acesso em: 20 mar. 2023.

_____. **BR-X1005: Projeto de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado de São Paulo**, 2008i. Contrato de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-T1067>. Acesso em: 13 abr. 2023.

_____. **BR-X1027: Movimento Todos pela Educação: novas práticas educacionais e agenda política**, 2012a. Levantamento Descritivo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-X1027>. Acesso em: 12 out. 2020.

_____. **BR0062: Modernização da Agricultura**, 1992d. Levantamento Descritivo do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR0062>. Acesso em: 20 jul. 2022.

_____. **BR0072: Basic Sanitation for the Guanabara Bay Basin**, 1993d. Levantamento Descritivo do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR0072>. Acesso em: 18 jul. 2022.

_____. **BR0150: Modernização Rodoviária São Paulo-Florianópolis**, 1995. Levantamento Descritivo do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR0150>. Acesso em: 21 jul. 2022.

_____. **BR0162: Modernização da Rodovia Fernão Dias**, 1993a. Levantamento Descritivo do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR0162>. Acesso em: 18 jul. 2022.

_____. **BR0210: Programa de Reabilitação de Favelas**, 1996b. Plano de Operações. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR0210>. Acesso em: 28 ago. 2022.

_____. **BR0216: Urbanização da Rodovia Fernão Dias Etapa II**, 1996a. Plano de Operações. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR0216>. Acesso em: 28 ago. 2022.

_____. **BR0295: Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo**, 2001. Levantamento Descritivo do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR0295>. Acesso em: 21 jul. 2022.

_____. **BR0296: Projeto da Rodovia Castello-Raposo**, 1998a. Proposta de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR0296>. Acesso em: 28 ago. 2022.

_____. **BR0306: Anhanguera - Bandeirantes**, 1999a. Levantamento Descritivo do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR0306>. Acesso em: 21 ago. 2022.

_____. **BR0373: Cultura e Cidadania para Inclusão Social**, 2003b. Proposta de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR0373>. Acesso em: 20 out. 2022.

_____. **Grupos Consultivos de Organizações da Sociedade Civil**. 2023c. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/sociedade-civil/grupos-consultivos-da-sociedade-civil>. Acesso em 15 jan. 2023.

_____. **Projetos**, 2022a. Descrição dos projetos desenvolvidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento na América Latina. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/projects-search?Country=BR§or=&status=&query=&page=62>. Acesso em: 16 jul. 2022.

_____. **Sobre o BID: Assembleia de Governadores**. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid>. Acesso em: 15 out. 2019a. BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Sobre o BID: como estamos organizados?** 2023a. Disponível em: https://www.iadb.org/es/acerca-del-bid/como-estamos-organizados?open_accordion=6. Acesso em 15 jan. 2023.

_____. **Sobre o BID: departamentos**. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/departamentos/orp>. Acesso em: 15 out. 2022b.

_____. **Sobre o BID: direção executiva**. 2023b. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/assembleia-de-governadores>. Acesso em: 15 jan. 2023.

_____. **Sobre o BID. Capital Social e Poder de Voto**. 2021. Disponível em: <https://www.iadb.org/es/acerca-del-bid/capital-social-y-poder-de-voto-0>. Acesso em: 16 jun. 2021.

_____. **SP-8903222: Apoio ao FUMDHAM**, 1992c. Levantamento Descritivo do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/SP8903222>. Acesso em: 20 jul. 2022.

_____. **SP-9106255: Apoio ao FUNDIPESCA**, 1992a. Levantamento Descritivo do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/SP9106255>. Acesso em: 18 jul. 2022.

_____. **SP9709249: Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor**, 1997a. Plano de Operações. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/SP9709249>. Acesso em: 28 ago. 2022.

_____. **TC-9008112: Aconselhamento ao FUNDIPESCA**, 1991a. Levantamento Descritivo do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/TC9008112>. Acesso em: 18 jul. 2022.

_____. **TC-9308455: Programa de Avaliação do Crédito Bancário Feminino**, 1993c. Levantamento Descritivo do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/TC9308455>. Acesso em: 21 jul. 2022.

_____. **TC-9502073: Programa Comunidade Solidária: sociedade civil/associações estatais**, 1996c. Plano de Operações. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/TC9502073>. Acesso em: 28 ago. 2022.

_____. **TC-9904027: Formação de Liderança Sindical**, 2000a. Memorando de Doadores. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/TC9904027>. Acesso em: 01 set. 2022

_____. **TC-9904027: Formação de Liderança Sindical**, 2000b. Levantamento Descritivo do Projeto. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/TC9904027>. Acesso em: 31 ago. 2022.

_____. **TC9809502: Projeto da Rodovia Castello-Raposo**, 1998b. Proposta de Empréstimo. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/TC9809502>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BARÃO, Gilcilene de Oliveira Damasceno. **Conferência Mundial de Educação Para Todos: Um Novo Consenso para a Universalização da Educação Básica**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evoluções e perspectivas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, dez., 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/TwryKYFwx8r4zRQyKX5Q8MH/?lang=pt>. **Dossiê Caderno CRH**, Bahia, v. 32, ed. 85, jan-abr. 2019

BASNIAK, Maria Ivete. **Políticas de tecnologias na educação: o Programa Paraná Digital**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Fundo Público, valor e política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BONENTE, Bianca Imbirra. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. 2012. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de pós-graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

BORDIGNON, Talita Francieli. **As ações do Estado brasileiro para o desenvolvimento do ensino industrial no Brasil (1946-1971)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020**. Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Fundo Nacional do Meio Ambiente. **Histórico**. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/apoio-a-projetos/fundo-nacional-do-meio-ambiente>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. **Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm. Acesso em: 26 abr. 2023

BRASIL. **Lei n. 13.636, de 20 de março de 2018**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13636.htm. Acesso em: 25 abr. 2023

BRASIL. **Lei n. 13.999, de 18 de maio de 2020**. Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13999.htm. Acesso em: 25 abr. 2023

BRASIL. **Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005**. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm. Acesso em: 27 abr. 2023

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 26 abr. 2023

BRASIL. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114113.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.396, em 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 27 abr. 2023

BRASIL. **Lei nº 9.790, em 23 de março de 1999.** Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm. Acesso em: 27 abr. 2023

BRASIL. **Lei nº: 13.019, de 31 de julho de 2014.** Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13636.htm. Acesso em: 26 abr. 2023

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1974.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Portal da Constituição Cidadã,** 2022. Processo Constituinte. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes. Acesso em: 25 ago. 2022.

CAMPINAS, Lei 14.920, de 24 de novembro de 2014. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais no município de Campinas às empresas enquadradas como start-up. **Diário Oficial.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/lei-ordinaria/2014/1492/14920/lei-ordinaria-n-14920-2014-dispoe-sobre-a-concessao-de-incentivos-fiscais-no-municipio-de-campinas-as-empresas-enquadradas-como-start-up>. Acesso em: 12 fev. 2023.

CASTAÑEDA, Belky Esperanza Gutierrez. **Comparação das normas de auditoria do Brasil e da Colômbia com as internacionais.** 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2005.

CASTRO, Karisse Ricarte de. **A proposta do Banco Interamericano de Desenvolvimento e suas convergências na Política Educacional Brasileira.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

CEARÁ. **Lei nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007.** Cria o Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, de cooperação técnica e incentivo para melhoria dos indicadores

de aprendizagem nos municípios cearenses e dá outras providências. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4310-lei-n-14-026-de-17-12-07-d-o-19-12-07>. Acesso em: 10 mai. 2023.

CEARÁ. **Lei nº 14.371, de 19 de junho de 2009**. Cria o Prêmio Escola Nota Dez, destinado a premiar as escolas públicas com melhor resultado no índice de desempenho escolar-alfabetização (ide-alfa), e dá outras providências. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/5365-lei-n-14-371-de-19-06-09-d-o-de-19-06-09-revogado-pela-lei-n-15-923-de-15-12-15>. Acesso em: 10 mai. 2023.

CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÕES SOCIAIS. **Relatório de Avaliação Final**. Rio de Janeiro: CERIS, 2004.

CERQUEIRA, Maria Cristina Rizzetto. **Programa de Expansão da Educação Profissional: análise do alcance das políticas educacionais**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) - Instituição de Humanas, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

COELHO, Juçara Eller. **A desvinculação dos Ensinos Médio e Técnico na Escola Técnica Federal de SC - Unidade Florianópolis - a partir do decreto nº 2.208/97 (1997-2004)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, 2012.

CONGRESSO SOCIALISTA INTERNACIONAL DE STUTTGART. *In: Dicionário Político*. Londres: Marxists Internet Archive, 2021. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/c/congresso_stuttgart.htm. Acesso em: 12 jun. 2021.

COSTA JÚNIOR, Augusto César. **O Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e Distrito Federal e seus resultados no Estado do Ceará**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Curso de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2014.

COSTA, Márcia S. T.; TUÃO, Renata Spadetti; ANDRADE, Marluce S.; ARAÚJO, Thays R. Percursos Educativos em Duque de Caxias: a História Oral como fonte na pesquisa em Educação. *In: Pandemia e Futuros Possíveis*. XVI Encontro Nacional de História Oral. 2022, Rio de Janeiro (RJ). **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xviencontronacionaldehistoriaoral>. Acesso em: 18 mai. 2023.

COUTO, Ronaldo Costa. **A História Viva do BID e o Brasil**. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2002.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes Projetos Urbanos, segregação social e condições de moradia em Belém e Manaus**. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

- DANTAS, Gilson; TONELO, Iuri. (orgs.) **O método em Karl Marx**. São Paulo: Edições Iskra, 2016.
- DEITOS, Roberto Antonio. **O PROEM e seus vínculos com o BID/BIRD: os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional paranaense para o ensino médio e profissional (1995-1999)**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- DEITOS, Roberto Antonio. **O capital financeiro e a educação no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- DIAS, Rodrigo. **Imprensa Revolucionária dos anos oitenta: os intelectuais e suas formulações sobre a Revolução Brasileira**. 2011. Tese (Doutorado em História) - Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- DREIFUSS, René Armand. **O jogo da direita na nova República**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ESPÍRITO SANTO. **Lei Estadual nº 10.631, de 28 de março de 2017**. Institui o Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/es/lei-ordinaria-n-10631-2017-espírito-santo-institui-o-pacto-pela-aprendizagem-no-espírito-santo-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 15 mai. 2023
- ESPÍRITO SANTO. **Lei nº 10.880, de 19 de julho de 2018**. Institui o Prêmio Escola que Colabora e o Programa de Concessão de Bolsas de Apoio Técnico, no âmbito do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo – PAES. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LeOr108802018.html>. Acesso em: 15 mai. 2023
- ESPÍRITO SANTO. **Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo**. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/paes>. Acesso em: 15 mai. 2023
- EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, Ano 10, Nº 15, 2012.
- FAJNZYLBER, F. **La industrialización trunca en América**. Buenos Aires: Centro de Estudios de América Latina, 1984.

FARIAS, Francisco Adjacy. **Pobreza e Educação: as intervenções do BID nas Políticas Públicas Brasileiras**. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

_____. **Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

_____. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FERREIRA, Oscar Luís. **Patrimônio Cultural e Acessibilidade: as intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005**. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Faculdade de Arquitetura, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. **Desenvolvimento, globalização e políticas sociais: um exame das determinações contextuais dos projetos de reforma da educação e da saúde brasileiras da última década**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli. **A Política de Combate à Pobreza e as Agências Multilaterais: um Estudo Comparativo entre o Brasil e o México nas décadas de 80 e 90**. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Trabalho, Conhecimento, Consciência e a Educação do Trabalhador: impasses teóricos e práticos. *In*: GOMEZ, Carlos Minayo. [et al]. **Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 1995.

GARCEZ, Gabriela Soldano; FREITAS, Gilberto Passos. Governança, globalização e atores não estatais: uma análise sob a perspectiva do Direito Internacional. **SCIENTIA IURIS**, Londrina, v.19, n.2, p.223-240, dez.2015.

GETZLER, Israel. Outubro de 1917: o debate marxista sobre a revolução na Rússia. *In*: HOBBSBAWM, Eric. (org.) **História do Marxismo, Vol. 2**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafio para a compreensão das desigualdades sociais. **Dossiê Caderno CRBanco H**, Bahia, v. 32, ed. 85, jan-abr., 2019.

GONÇALVES, Alcindo; ALMEIDA, Daniel Freire; REI, Fernando. (org.) **Governança Global: desafios e complexidades**. Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2021.

GOUVÊA, Leda Aparecida Vanelli Nabuco de. **Educação formal de mulheres e meninas: a perspectiva das Organizações Multilaterais**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2007.

GOUVÊA, Marina M. M. **Aproximação ao Debate Marxista sobre a Caracterização do Capitalismo na virada do Século XX**. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Imperialismo e método. Apontamentos críticos visando a problemas de tática e estratégia**. 2016. Tese (Doutorado em Economia Política) – Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. Conferências Pan-Americanas. *In*: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

HARDMAN, Francisco. Prefácio. *In*: **A Falência da II Internacional**. São Paulo: Kairós, 1979

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HENRY, Robert; VASCONCELOS, Joana S.; RAMIRÉZ, Viviana C. **La via Chilena ao Socialismo**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

HEREDIA, Fernando Martinez. **Socialismo, Liberación y Democracia: en el horno de los noventa**. La Habana: Ocean Press, 2006.

HILFERDING, Rudolph. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HIRSH, Joachim. **Teoria materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSON, John. **A Evolução do Capitalismo Moderno: um estudo sobre a produção mecanizada**. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

_____. **Imperialism, a study**. Londres: Allen and Unwin, 1948.
Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/hobson/1902/imperialism/indez.htm>.
Acesso em: 15 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (2010). **Estudos e Pesquisas, Informação Econômica**, Rio de Janeiro, IBGE, n° 20, 2012.

_____. As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (2016). **Estudos e Pesquisas, Informação Econômica**, Rio de Janeiro, IBGE, n° 32, 2019.

_____. Estados e Municípios. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2023.
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia. **Nota Técnica n° 25**. Rio de Janeiro: IPEA, ago., 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

_____. **Texto para Discussão: As Relações Econômicas do Brasil com os principais Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (1990-2012)**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 12 mai. 2023.

_____. Bernstein's old articles and new afflictions. **Justice**, jul. 20. 1901.
Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kautsky/1901/06/bernstein.htm>.
Acesso em: 28 dez. 2021.

_____. The Social Revolution. **Justice**, 1902. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kautsky/1902/socrev/index.htm>. Acesso em: 28 dez. 2021.

_____. Ultra-imperialismo. **Die Neue Zeit**. Alemanha, set., 1914.
Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>.
Acesso em: 21 dez. 2021.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KRAWCZYK, Nora Rut; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio. **O Cenário Educacional Latino-americano no limiar do Século XXI: reformas em debate**. Campinas: Autores Associados, 2000.

KRAWCZYK, Nora Rut; WANDERLEY, Luiz Eduardo. (org.) **América Latina: Estado e reformas numa perspectiva comparada**. São Paulo: Cortez, 2003.

KRAWCZYK, Nora Rut. Em busca de uma nova governabilidade na educação. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Política e Gestão da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

KRAWCZYK, Nora Rut. **Uma perspectiva histórico-sociológica da reforma educacional na América Latina: Argentina, Brasil, Chile e México nos anos 1990**. Brasília: Líber Livro, 2012.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. A Nova Ofensiva do Capital na América Latina: Todos pela Educação? 2017, Brasília. **Anais Eletrônicos** [...]. Brasília: UNB, 2017a. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/>. Acesso em 21 abr. 2020.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 1, p. 19- 30. 1999.

LEMONS, Carolina Siqueira. **Gestão Pública orientada para Resultados: avaliando o caso de Minas Gerais**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

LENIN, Vladimir Ilitch. A characterisation of economic romanticism. *In*: LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Collected Works. Volume 2**. Moscou:Progress Publishers, 1972b. Disponível em: <http://www.marx2mao.com/Lenin/ER97.html>. Acesso em: 25. ago. 2021.

_____. **A Falência da II Internacional**. São Paulo: Kairós, 1979.

_____. A Terceira Internacional e seu lugar na história. **Biblioteca de Textos Marxistas**, 1919. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/04/15.htm>. Acesso em: 20 dez. 2022.

_____. **Democracia e Luta de Classes: textos escolhidos**. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. O Oportunismo e a Falência da II Internacional. **Revista Verbete**, nº 01, jan. 1916. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/01/falencia.htm>. Acesso em: 20 dez. 2021.

_____. What the “friends of the people” are and how they fight. *In:*

_____. **Collected Works. Volume 1.** Moscou:Progress Publishers, 1972a. Disponível em: [http://www.marx2mao.com/M2M\(SP\)/Lenin\(SP\)/FP94si.html](http://www.marx2mao.com/M2M(SP)/Lenin(SP)/FP94si.html). Acesso em: 25. ago. 2021.

LIMA JÚNIOR, Fontele de. **Ordenamento Institucional na Gestão do Ensino Médio público no Distrito Federal.** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Políticas Públicas e Gestão da Educação, Universidade de Brasília, 2011.

LIPMAN, Pauline. A Educação e o Direito à Cidade: a intersecção de políticas urbanas, educação e pobreza. *In:* APPLE, Michael W.; BALL, Stephen J.; GANDIN, Luís Armando. **Sociologia da Educação: análise internacional.** Porto Alegre (RS): Editora Penso, 2013.

LOSURDO, Domenico. **A linguagem do Império: léxico da ideologia estadunidense.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **A luta de classes: uma história política e filosófica.** São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Fuga da História? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje.** Rio de Janeiro: Revan, 2004.

LÖWY, Michael. (org.) **O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais.** São Paulo: Expressão Popular, 2016.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação de Capital.** São Paulo: Abril Cultural. 1984.

_____. Reforma Social ou Revolução? *In:* LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, vol. 1. São Paulo: UNESP, 2011.

MACAYA, Javiera Fernanda Medina. **O processo de agenda-setting nas smart cities. Uma análise do financiamento de uma agência multilateral.** 2017. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.

MAIA, Antônio Carlos Pires. **As influências de Organizações Multilaterais na Gestão de Políticas Públicas Urbanas: o caso do Programa de Saneamento da Bacia da estrada Nova (PROMABEN).** 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano), Universidade da Amazônia, Belém, 2014.

MAKINO, Roberto. **Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e Capacidade Estatal: o BID, o Brasil e a Argentina**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MARANHÃO. **Decreto n.º 30.612, de 02 de janeiro de 2015**. Institui o Plano de Ações “Mais IDH” e seu respectivo Comitê Gestor, e dá outras providências. Disponível em: <https://cpisp.org.br/decreto-n-o-30-612-de-02-de-janeiro-de-2015/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

_____. **Decreto n.º 30.620, de 02 de janeiro de 2015**. Institui o Programa "Escola Digna", e dá outras providências. Disponível em: <https://www3.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=3776>. Acesso em: 19 abr. 2023.

_____. **Decreto n.º 34.649, de 2 de janeiro de 2019**. Institui o Pacto pelo Fortalecimento da Aprendizagem. Disponível em: <https://www3.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=3776>. Acesso em: 19 abr. 2023.

_____. **Lei n.º 10.995, de 11 de março de 2019**. Implementa a Política Educacional Escola Digna. Disponível em: <https://www3.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=3776>. Acesso em: 19 abr. 2023.

_____. **Resolução CEE/MA n.º 285/2018**. Aprova o Documento Curricular do Território Maranhense como referência na implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no Sistema de Ensino do Estado do Maranhão. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/mpb-285-2018_60d99a09bbde9.pdf?query=diretrizes%20curriculares%20complementares. Acesso em: 19 abr. 2023.

MARQUES, Paulo. **Avaliação de Programas na Área da Educação: O Programa Escola Jovem**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MARTIN, Andréa Bonfá. **Programa Ensino Médio em Rede: formação continuada para o desenvolvimento da leitura e escrita dos professores**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2011.

MARTINS, André Silva. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

_____. A Educação Básica no século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.4, n.1, p.21-28, jan.-jun. 2009. Disponível em <<http://www.periodicos.uepg.br>>. Acesso em: abr. 2023.

MARTINS, Erika Moreira; KRAWCZYKI, Nora Rut. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento ‘Todos Pela Educação’. **Revista Portuguesa de Educação**. Portugal, vol. 31(1), pp. 4-20, 2018.

MARTINS, Erika Moreira. **Empresariamento da Educação na América Latina: redes empresariais prol educação**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

MARTINS, Erika Moreira. **Todos pela Educação? Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro III. O processo global de produção do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **O Capital: crítica da economia política. Livro I. O processo global de produção do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Gundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. **A Guerra Civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011c.

_____. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Editorial Presença, 1968.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATHIEU, Catherine Marie. **Do musgo à pedra: métodos de valoração contingente aplicados ao patrimônio histórico**. 2000. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

MEDICI, A.; MARQUES, R.; SILVA, S.L.C. Política social. In: PORTUGAL JR., J.G., coord. **Gestão estatal no Brasil: limites do liberalismo 1990-1992**. São Paulo: FUNDAP, 1995.

MELGAREJO, Mariano Moura. **A Agenda do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a Educação: Um estudo do acordo com a Prefeitura Municipal de Florianópolis**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MENDES, Juliana Soares. **Políticas e práticas de informação em processos de desenvolvimento no Brasil: o caso do Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR no Ceará e em Pernambuco**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências

Sociais) - Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil Recente (1964-1992)**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

MOGILKA, Maurício. Governos progressistas na América Latina e seus impasses em contexto neoliberal. *In: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, Macapá, v. 12, n. 2, p. 75-87, jul./dez. 2019 Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> ISSN. Acesso em 27 set. 2022.

MORETZSOHN, Bernardo de Jesus. **Organizações Internacionais e a Promoção da Reforma do Estado: uma análise do caso mineiro**. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Programa de Mestrado em Administração Pública, Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2010.

MOVIMENTO COLABORA EDUCAÇÃO. **Regime de Colaboração Estado-Município**. São Paulo: Movimento Colabora Educação, 2022. Disponível em: <https://movimentocolabora.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MOTTA, A. C. D. C. **Alternativas financeiras para a conservação dos recursos naturais em unidades de conservação: o Caso da Estação Ecológica de Águas Emendadas**. 2005. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

NETTO, José Paulo. **Notas sobre o marxismo na América Latina. 2020**. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/O-marxismo-na-America-Latina-JP-Netto.pdf>. Acesso em 07 jan. 2022.

NOBILE, Rodrigo. Guiana Francesa (verbete). In SADER, Emir; JINKINGS, Ivana;

NOBILE, Rodrigo; MARTINS, Carlos Eduardo. (orgs) **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2006.

OBARA, Elisete Emiko. **Política Educacional para o Ensino Médio no Estado de Mato Grosso do Sul (1999-2006)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2009.

OLIVEIRA, Aricarla Batista de. **Impactos Socioeconômicos nas Estratégias de Sobrevivência das Famílias Reassentadas pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

OLIVEIRA, Valquíria de Araújo. **A infraestrutura de transportes como política governamental para o desenvolvimento regional e a integração sul americana: uma análise sobre as rotas bioceânicas em Mato Grosso do Sul**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial no Brasil (1990-2020)**. Paraná: Appris, 2022.

PERNAMBUCO. **Lei nº 16.617, de 15 de julho de 2019**. Institui o Programa Criança Alfabetizada. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=16617&complemento=0&ano=2019&tipo=&url=>. Acesso em: 19 abr. 2023.

_____. **Lei nº 49.445, de 16 de setembro de 2020**. Regulamenta o Prêmio Escola Destaque, o apoio por meio de contribuições financeiras e a concessão de bolsas de pesquisa e de extensão, integrantes do Programa Criança Alfabetizada. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=6&numero=49445&complemento=0&ano=2020&tipo=&url=>. Acesso em: 19 abr. 2023.

PORDEUS, Marta Santa Cruz. **Requalificação Urbana, Desenvolvimento e Liberdade: o Conjunto Habitacional da Torre**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano do Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

POZZER, Márcio Rogério Olivato. **Políticas Públicas para o Patrimônio Cultural na América Latina: a experiência brasileira equatoriana e o papel do BID**. 2011. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PRONKO, Marcela. O Banco Mundial no campo internacional da educação. *In*: PEREIRA, João Márcio Mendes; PRONKO, Marcela. (org.) **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

RAMOS, Alba Regina Neves. **Projeto Vila Nova de Portão: uma experiência do Programa Habitar Brasil no município de Lauro de Freitas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Universidade de Salvador, Bahia, 2010.

RANGEL, Gláucio Valença Pereira. **Políticas públicas de habitação: uma análise do PREURBIS na Comunidade Boa Vista em Fortaleza/CE**. 2016. Dissertação (Mestrado profissional em Políticas Públicas) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

REBERIOUX, Madeleine. O debate sobre a guerra. *In*: HOBBSAWM, Eric. (org.) **História do Marxismo, Vol. 4**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

RIVERA, Ángel G. Q. Porto Rico (verbete). In SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo; MARTINS, Carlos Eduardo. (orgs) **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ROMAGNANI, Patrícia. **A trajetória da educação profissional no Instituto Politécnico Estadual, transpondo os muros da escola**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituição de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

ROSA, Cristina Fraga da. **Desafios de Governança à Sustentabilidade de Organizações Sociais: em análise o projeto Desenvolvimento de princípios de prestação de contas e transparência da ONG Parceiros Voluntários**. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pós-graduação em Administração, da Universidade Federal do Rio do Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

RUAS, Claudete et al. **A Política e a Atividade de Microcrédito como Instrumentos de Geração de Trabalho e Renda e Inclusão Produtiva**. Brasília: UnB, 2015.

SALVADORI, Massimo L. Kautsky entre ortodoxia e revisionismo. *In*: HOBBSAWM, Eric. (org.) **História do Marxismo, Vol. 2**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SANTOS, Luis Cláudio Vilafañe Gomes. **A invenção do Brasil: O Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)**. 2002. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

SANTOS, Salomão Lelis Moraes dos. **Avaliação na Ótica do Beneficiário quanto à Efetividade do Programa de Capacitação Empresarial no Âmbito do PRODETUR/NE II na Costa do Descobrimento – Bahia**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) - Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SCHERMA, M. A. **A atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil (1959-2006)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SERGIPE. **Lei nº 8.597**, de 08 de novembro de 2019. Institui o Programa Alfabetizar pra Valer, que estabelece as bases do Pacto Sergipano pela Alfabetização na Idade Certa, e dá providências correlatas. Disponível em: <https://al.se.leg.br/Legislacao/Ordinaria/2019/O85972019.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2023.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima. Qualificação e Reestruturação Produtiva: um balanço das pesquisas em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XVIII, nº 61, dez. 1997.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Avaliação e Responsabilização por resultados: atualizações nas formas de gestão de professores. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 29, n. 1, 127-160, jan./jun. 2011.

SILVA, Joab Almeida. **Turismo e Organização do Espaço no Polo Costa dos Coqueirais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SILVA, Marliange da. **A experiência do Programa Habitar Brasil/BID – Região Chico Mendes: uma análise da participação social**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia), Pós-graduação em Serviço Social, 2008.

SOARES, José Alex Rego. Precedentes do Debate sobre a criação de um Banco de Fomento na América Latina: das conferências internacionais americanas. **Informações FIPE**, nº 485, jan., 2021.

SOARES, José Alex; BRAGA, Márcio Bobik. Felipe Herrera e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): uma disputa sobre os rumos do desenvolvimentismo na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 11, nº. 02, 2017.

SOUSA, Fernando Henrique de. **O jogo de atores e a multiterritorialidade: O papel do setor imobiliário-turístico na conformação territorial do litoral norte do Estado da Bahia**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SOUZA, César Weyne Batista. **O conceito de Participação Cidadã do Banco Interamericano de Desenvolvimento**. 2016. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

SOUZA, Jairo Salvador. **O papel da Defensoria Pública no controle das políticas públicas relacionadas aos Direitos Fundamentais sociais à Cidade e à Moradia Digna: o caso BID-Habitar Brasil**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Área de Concretização dos Direitos Sociais, Difusos e Coletivos, Centro Universitário Salesiano, São Paulo, 2015.

SOUZA, João José Veras de. **O Programa de Desenvolvimento sustentável do Acre: uma análise à luz do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional**. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2008.

SOUZA, Leila Darc de. **A Reforma do Estado e a Cultura da Gestão Empresarial na Escola Pública**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de pós-graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SOUZA, Donaldo Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. O processo de construção da Educação municipal pós-LDB 9.394/96: políticas de financiamento e gestão. In:

- SOUZA, Donaldo Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. (orgs.) **Desafios da Educação Municipal**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- TOCQUEVILLE, A. de. **Democracia na América**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- TREIN, Eunice; CIAVATTA, Maria. O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para o debate. **Revista Brasileira de Educação**, nº 24, set. - dez., 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/LfSbnSdKdyy5jjHPHT49Mnv/?format=pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.
- TUÃO, Renata Spadetti. **A Campanha Nacional pelo Direito à Educação: determinantes sócio-históricos do projeto de concertação nacional**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- UCZAK, Lucia Hugo. **O PREAL e as Políticas de Avaliação Educacional para a América Latina**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2014.
- VIVARES, Ernesto. (2013). Financing Regional Growth and the Inter-American Development Bank: The Case of Argentina. **Routledge**, Ohio, nº 01, fev., 2013.
- VOIDÉLO, Ane Bárbara. **Agências Internacionais e interesses eleitorais em um processo de orçamento participativo: o caso do orçamento do povo em Toledo/PR**. 2014. Dissertação (Mestrado), Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, UNIOESTE, 2014.
- WASSERMAN, Claudia. **A Teoria da Dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- WEEKS, John. Imperialismo e Mercado Mundial. *In*: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- WEISS, T.G. Governance, good governance and global governance: conceptual and actual challenges. **Third World Quarterly**, Londres, v. 21, n. 5, p. 795-814, 2000.
- WOOD, Ellen Meiksins. **O Império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ZAVERUCHA, Jorge. Relações Cívico-militares: o legado autoritário da constituição brasileira de 1988. *In*: TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura?** São Paulo, Boitempo, 2010

ANEXOS

Anexo A: Descrição de governadores que fizeram parte da Assembleia de Governadores, no ano de 2021, representantes dos países não-mutuários⁹⁶.

Países-acionistas não-mutuários		
Países	Governadores	Função
Estados Unidos da América	Andrew Baukol	Subsecretário do Tesouro
	Jose W. Fernandez	Subsecretário de Crescimento Econômico, Energia e Meio Ambiente
Canadá	Karina Gould	Ministra
	Rick Stewart	Vice-Ministro Adjunto, Divisão de Comércio Internacional e Finanças
Japão	Shunichi Suzuki	Ministro das Finanças
	Haruhiko Kuroda	Governador do Banco do Japão
Itália	Daniele Franco	Ministro da Economia
	Ignazio Visco	Governador do Banco da Itália
Espanha	Nadia Calviño Santamaría	Segunda Vice-Primeira-Ministra e Ministra da Economia e Transformação Digital
	Garcia Andrés	Secretário de Estado de Economia e Apoio à Empresa
Alemanha	Norbert Barthle	Secretário de Estado Parlamentar
	Marianne Kothé	Vice-Diretora Geral Suplente de Política Financeira e Monetária Internacional
França	Bruno Le Maire	Ministro da Economia e Finanças
	Emmanuel Moulin	Diretor-Geral do Tesouro Francês

⁹⁶ O Quadro foi organizado de acordo com a quantidade percentual de votos de cada unidade político-territorial.

Reino Unido	Elizabeth Truss MP	Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros, Comunidade e Assuntos de Desenvolvimento
	Wendy Morton	Subsecretária de Estado Parlamentar
Suíça	Dominique Paravicini	Chefe de Cooperação Econômica e Governador de Desenvolvimento
	Beatrice Meyer	Chefe da Divisão da América Latina e Caribe
Bélgica	Vincent Van Peteghem	Ministro das Finanças
	Meryame Kitir	Ministro da Cooperação para o Desenvolvimento e Política das Grandes Cidades
Suécia	Janine Alm Ericson	Secretária de Estado do Ministro da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional
	Sigrún Rawet	Vice-Diretor-Geral Chefe do Departamento de Agenda Global
Holanda	Sigrid Kaag	Ministra do Comércio Exterior e Cooperação para o Desenvolvimento
	Kitty van der Heijden	Diretor Geral de Cooperação Internacional
Dinamarca	Stephan Schonemann	Subsecretário de Desenvolvimento e Cooperação Global
	Frida Dyred	Chefe de Seção dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento
Noruega	Aksel Jakobsen	Secretário de Estado
	Bjørn Brede Hansen	Diretor da Seção de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento
Áustria	Harald Waiglein	Diretor Geral de Política Econômica
	Edith Frauwallner	Diretor Geral Substituto
Finlândia	Elina Kalkku	Subsecretário de Estado
	Satu Santala	Diretor-Geral do Departamento de Políticas

		de Desenvolvimento
Israel	Avigdor Liberman	Ministro de Finanças de Israel
	Shira Greenberg	Economista-chefe e Diretora Suplente de Receita do Estado, Pesquisa e Assuntos Internacionais
Portugal	João Leão	Ministro de Estado e das Finanças
	Francisco André	Secretário de Estado das Relações Exteriores e de Cooperação
Croácia	Zdravko Maric	Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças
	Stipe Župan	Secretário de Estado
Eslovênia	Andrej Šircelj	Ministro das Finanças
	Urška Grmek	Chefe do Gabinete do Ministro
China	Yi Gang	Governador do Banco Popular da China
	Yulu Chen	Vice-presidente do Banco Popular da China
Coreia	Nam-Ki Hong	Vice-Primeiro Ministro e Ministro de Estratégia e Finanças
	Juyeol Lee	Governador do Banco da Coreia

Fonte: BID, 2021⁹⁷.

⁹⁷ Sítio Eletrônico do BID (2021b).

Anexo B: Descrição de governadores que fizeram parte da Assembleia de Governadores, no ano de 2021, representantes dos países mutuários⁹⁸.

Países-acionistas mutuários		
Países	Governadores	Função
Argentina	Gustavo Osvaldo Beliz	Secretário de Assuntos Estratégicos
	Leandro Gorgal	Diretor Nacional de Financiamento com Organizações de Crédito Internacionais
Brasil	Paulo Guedes	Ministro da Economia
	Roberto Fendt Junior	Secretário Especial de Comércio Exterior e Relações Internacionais
México	Rogelio Eduardo Ramírez de la O	Secretário de Finanças
	Gabriel Yorio	Subsecretário de Fazenda e Crédito Público
Venezuela	Carlos Vecchio	Diplomata
Colômbia	José Manuel Restrepo Abondano	Ministro da Fazenda
	Alejandra Carolina Botero Barco	Diretora do Departamento Nacional de Planejamento
Chile	Rodrigo Cerda Norambuena	Ministro de Finanças
	Alejandro Weber Pérez	Subsecretário de Fazenda
Peru	Pedro Francke Ballvé	Ministro da Economia e das Finanças
	Gustavo Guerra García Picasso	Vice-Ministro das Finanças
Uruguai	Azucena María Arbeleche Perdomo	Ministra da Economia e das Finanças
	Alejandro Irastorza Mautone	Subsecretário do Ministro de Economia e das Finanças

⁹⁸ O Quadro foi organizado de acordo com a quantidade percentual de votos de cada unidade político-territorial.

Bolívia	Gabriela Mendoza Gumiel	Ministra de Planejamento e Desenvolvimento
	Marcelo Alejandro Montenegro Gómez García	Ministro da Economia e Finanças Públicas
República Dominicana	José Manuel Vicente Dubocq	Ministro da Fazenda
	Miguel Ceara Hatton	Ministro da Economia
Equador	Simón Cueva	Ministro da Economia e das Finanças
	Guillermo Avellán	Gerente do Banco Central do Equador
Guatemala	Alvaro Gonzalez Ricci	Ministro das Finanças
	Sergio Francisco Recinos Rivera	Presidente do Banco da Guatemala
Jamaica	Nigel Clarke	Ministro das Finanças e Serviços Públicos
	Darlene Morrison	Secretária de Finanças
Honduras	Luis Fernando Mata Echeverri	Secretário de Estado
	Wilfredo Rafael Cerrato Rodriguez	Presidente do Banco Central de Honduras
Costa Rica	Elián Villegas Valverde	Ministro da Fazenda
	Rodrigo Cubero Brealey	Presidente do Banco Central da Costa Rica
Panamá	Héctor E. Alexander H.	Ministro da Economia e das Finanças
	Javier Enrique Carrizo Esquivel	Gerente Geral do Banco Central do Panamá
Haiti	Michel Patrick Boisvert	Ministro da Defesa
Nicarágua	Ivan Adolfo Acosta Montalván	Ministro das Finanças e do Crédito Público

	Manuel Coronel Novoa	Representante da Nicarágua no FMI
El Salvador	Alejandro Zelaya Villalobo	Ministro das Finanças
	Douglas Pablo Rodríguez Fuentes	Diretor Geral de Impostos Internos
Paraguai	Oscar Lamosas Díaz	Ministro de Finanças
	Iván Haas Vice	Vice-ministro de Finanças
Trinidad e Tobago	Camille R. Robinson- Regis	Ministra de Planejamento e Desenvolvimento
	Joanne Deoraj	Secretária permanente da Ministra de Planejamento e Desenvolvimento
Bahamas	Michael Halkitis	Ministro da Economia e Líder Empresarial do Governo no Senado
	Simon Wilson	Secretário Financeiro
Guiana	Bharrat Jagdeo	Vice-presidente
	Ashni Singh	Ministra das Finanças
Barbados	Mia Amor Mottley	Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças, Assuntos Econômicos e Investimento
	Ian Carrington	Diretor de Finanças e Assuntos Econômicos
Belize	John Briceño	Primeiro-ministro/ Ministro das finanças
	Christopher Coye	Ministro de Estado
Suriname	Armand K. Achaibersing	Ministro das Finanças e Planejamento

Fonte: BID, 2021.

Anexo C: Mudanças descritas no relatório de Avaliação Final, produto da operação de troca intitulada Formação de Liderança Sindical.

Formação de Liderança Sindical	
Aumento de 20% dos temas negociados.	<ul style="list-style-type: none"> · Negociação nacional do FGTS. · Negociação para correção da tabela do imposto de renda. · Negociação nacional para redesenho das relações de trabalho. · Concessão de empréstimo na folha de pagamento. · Fundos de pensão administrados por entidades sindicais. · Participação ativa na negociação da ALCA. · Ouvidoria nas empresas. · Políticas de cotas. · Mudanças nas negociações trabalhistas no período 1998 a 2002.
Surgimento de dois novos tipos de espaço de negociação	<ul style="list-style-type: none"> · Comissão de conciliação prévia. · Constituição de câmaras bipartites entre trabalhadores e empresários. · SINP – Sistema de Negociação Permanente.
Redução em 50% do tempo de solução de conflitos trabalhistas	A taxa de “judicialização”, que quantifica a proporção de conflitos que são solucionados com a ajuda do Poder Judiciário caiu de 20,2% em 1993 para 4,4% em 2002.

Fonte: CERIS, 2004⁹⁹.

⁹⁹ CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÕES SOCIAIS. Relatório de Avaliação Final. Rio de Janeiro: CERIS, 2004.

APÊNDICES

Apêndice A: Documentos exigidos durante o processo de implementação de uma operação jurídico-política.

Documento	Função
Esboço de projeto	É o primeiro documento produzido no ciclo das operações jurídico-políticas destinados a operações de empréstimo do setor público. Fornece informações básicas sobre os acordos, incluindo sua relação com a estratégia do Banco para o país, dados produzidos pelo banco e os valores indicativos para a concessão do crédito.
Perfil de Cooperação Técnica	É produzido para programas de cooperação técnica que podem ser financiados pelo BID ou por um fundo fiduciário administrado pelo Banco. Geralmente, contém dados básicos da operação, tais como: histórico do problema, descrição da operação, informações sobre custos e crédito, plano de ação e o alinhamento com as estratégias ambientais e sociais do Banco.
Documento de conceito de projeto	É produzido para operações cuja concessão do crédito é proveniente da carteira do BID. Contém as principais características da operação, tais como: quadro de referência, descrição e estrutura do crédito, plano preliminar de implementação e impacto de desenvolvimento esperado.
Resumo de Projeto	É produzido para fins de informação pública. Contém uma descrição básica da operação, os benefícios esperados, informações sobre a participação esperada do Banco e informações preliminares sobre a concessão de crédito.
Avaliação Ambiental	É produzida para acordos que podem representar riscos e desafios ambientais, incluindo grandes operações de infraestrutura, acordos baseados no uso extrativista de recursos naturais; operações com implicações fronteiriças, operações que possam afetar áreas protegidas, sítios culturais críticos, ecossistemas frágeis ou únicos reconhecidos internacionalmente e operações que possam oferecer riscos à saúde dos indivíduos. Procura identificar os potenciais impactos ambientais e sociais da operação e estabelece medidas para diminuir esses impactos com soluções alternativas para atingir os objetivos das operações.
Estrutura Lógica	Oferece detalhes das metas específicas da operação, assim como os resultados e produtos esperados, divididos por componente. Também, especifica qualquer suposição feita pela equipe do Banco e fornece indicadores específicos para avaliar os resultados e os meios para sua verificação.
Plano de Aquisição	É preparado pelo país acionista que pagará a dívida gerada pela concessão do crédito. É incluído como parte da proposta de empréstimo ou do plano de operação. Contém uma breve descrições das contratações previstas para o acordo nos próximos dezoito meses, um orçamento estimado para as diversas licitações nas quais a licitação será agrupada, a fonte de

	financiamento e o método de aquisição para cada licitação. Ele é atualizado anualmente para os projetos em execução.
Proposta de Empréstimo	É elaborado pelo líder da equipe de projeto, funcionário do Banco e apresentado à Diretoria Executiva para aprovação. Contém informações básicas sobre o país, a agência implementadora do acordo, as estratégias do Banco em relação ao acordo, a descrição detalhada dos objetivos, as atividades e orçamento, riscos sociais e ambientais esperados.
Gestão Ambiental e Social	É apresentado no corpo da proposta de empréstimo. Consiste em um plano para mitigar, compensar ou monitorar os impactos negativos da operação sobre o meio ambiente e as questões sociais.
Contrato de Empréstimo	Contém acordos de garantia, acordos de cooperação técnica, acordos no âmbito de programas de empreendedorismo social celebrados pelo Banco ou diretamente com o FUMIN.
Aviso Geral de Aquisição	É destinado a operações com aquisições em que os procedimentos de licitação competitiva internacional serão seguidos. São preparados pelos países-acionistas que executaram as obrigações do acordo. Contém informações sobre o país-acionista, o valor e a finalidade do crédito concedido, o escopo da aquisição e informações sobre a agência do país-acionista responsável pela aquisição.
Aviso Específico de Aquisição	É um convite para a apresentação de manifestações de interesse ou licitação. É preparado pelo país-acionista que executa as obrigações referentes à operação jurídico-política.
Relatório de Conclusão do Projeto	Consiste na avaliação da operação com o objetivo de melhorar a eficácia das operações financiadas pelo Banco. Incluem informações sobre produtos e resultados, classificações sobre o desempenho, sustentabilidade e probabilidade de atingir os objetivos. Ele contém disposições para a avaliação <i>ex post</i> e para fazer recomendações com base nas lições aprendidas.
Relatório Anual sobre Gestão, Desempenho e Resultados da Carteira	Permite que a Diretoria Executiva e a Administração do BID possuam uma visão geral da situação da carteira de empréstimos do Banco. Ele fornece informações detalhadas sobre o desempenho da carteira do Banco, discute tendências e desafios de empréstimos, atualiza os leitores sobre a resposta do Banco aos problemas observados em relatórios anteriores e faz recomendações para melhorar a gestão do Banco.

Fonte: Autora, 2022¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Produzido pela autora a partir do levantamento descritivo das operações jurídico-políticas identificadas no sítio eletrônico do BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2022a).

Apêndice B: Componentes do Programa de Reforma da Proteção Social (BR-0308).

Programa de Reforma da Proteção Social (BR-0308)	
Componente 1: apoio à economia trienal do país e programa de reforma financeira.	As ações a serem suportadas por este componente se relacionam com o cumprimento do <i>Memorando de Política Econômica</i> assinado com o Fundo Monetário Internacional, com o apoio do governo, com vistas às metas de obtenção de superávit fiscal, de abertura ainda maior da economia e outras medidas para garantir disciplina monetária e estabilidade macroeconômica.
Componente 2: proteção dos gastos sociais federais.	O governo garante a manutenção do financiamento e da entrega de serviços sociais básicos com programas federais prioritário às áreas de educação, saúde, setores trabalhista e previdenciário, entre 1999 e 2000, a fim de minimizar o custo social do ajuste fiscal. A operação garante que o orçamento para 1999 encontra-se de acordo com as metas e proteja o orçamento programado para 2000.
Componente 3: monitoramento e apoio às reformas em curso.	Este componente inclui compromissos para melhorar certos programas nas áreas de educação, saúde, trabalho e bem-estar social, com vistas a melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados aos brasileiros. Essas reformas resultarão em maior eficiência e equidade na prestação de serviços de saúde e educação, assim como maior transparência na redução da pobreza e na criação de programas de emprego.

Fonte: Autora, 2022¹⁰¹.

¹⁰¹ Produzido pela autora a partir do levantamento descritivo das operações jurídico-políticas identificadas no sítio eletrônico do BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2022a).

Apêndice C: Relação entre organizações empresariais e organizações dos moradores locais, assim como a unidade político-territorial informada nas operações de troca entre 2003 e 2016, voltadas para a formação de capital humano e enquadradas, pelo banco, no setor de Investimento Social.

Operação	Organização Executora	Organização Estruturada	Região Apropriada
Projeto Nem luxo, nem lixo	Instituto Holcim	Associação de Moradores do Bairro São José	Município de Cantagalo
Rede Social Mandalla: capacitação do homem do campo para produzir e educação da cidade para consumir	Agência Mandalla de Desenvolvimento Holístico Sistemico Ambiental	Agência Mandalla de Desenvolvimento Holístico Sistemico Ambiental	Nove Estados da Região Nordeste
Projeto de Educação Digital Gratuita para Inclusão no Mercado de Trabalho	SESI	Instituto Euvaldo Lodi	250 maiores empresas do setor industrial com alcance para estabelecer acordos de treinamento e capacitação com o SESI para seus funcionários
Oportunidades de emprego para jovens desfavorecidos do Rio de Janeiro	Instituto Stimulu	Galpão Aplauso	Município do Rio de Janeiro
Inclusão econômica e social de jovens pobres na zona Norte de Natal	Centro de Apoio aos Microempreendedores	Centro de Apoio aos Microempreendedores	Zona Norte de Natal (RN)
Inserção de Grupos Vulneráveis no Mercado de Trabalho no Nordeste do Brasil	Divisão de Gênero e Diversidade (SCLGDI) e Unidade de Mercado de Trabalho e Seguridade Social (SCL/LMK), com apoio da Divisão de Educação (SCL/EDU) e Divisão de Proteção Social e Saúde (SCL/SPH) do BID	Governos Estaduais	Três Estados da Região Nordeste que estejam desenvolvendo novos pólos industriais

Programa de Políticas Públicas Integradas	Prefeitura Municipal de Fortaleza	Prefeitura Municipal de Fortaleza	6 regiões do município de Fortaleza (CE)
Empreender para aprender: Educação profissional empreendedora para a emancipação socioeconômica	Faculdades Católicas	Faculdades Católicas	Comunidade Vila Parque da Cidade (RJ)
Apoio à preparação da Inclusão social para jovens no Rio de Janeiro	Gestão Social, (SCL) via Divisão de Proteção Social e Saúde (SCL/SPH)	SEASDH	Favelas da cidade do Rio de Janeiro em situação de intervenção policial
Visita ao Serviço Nacional de Emprego no México	Ministério do Trabalho e Emprego	Ministério do Trabalho e Emprego	Sistema Nacional de Emprego do México
Programa de Modernização da Gestão do Sistema Previdenciário II (PROPREV II)	Ministério da Previdência Social	Secretaria da Previdência Social para melhor gestão dos Regimes Próprios da Previdência Social	Regimes Próprios Municipais
Programa de Apoio às Reformas Sociais no Ceará	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Prefeituras Municipais	Oitenta municípios do Ceará
Inclusão Social e Oportunidades para Jovens no Rio de Janeiro	Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos	Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos	Favelas da cidade do Rio de Janeiro em situação de intervenção policial
Redução da Agressão e Violência de Jovens por meio de Programa Integrado	Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos	Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos	Dez municípios do Estado do Rio de Janeiro
Inclusão Social através de Centros de Recreação Comunitária nas Favelas do Rio	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	Comunidade do Acari e da Maré (RJ)
Pavimentação do Caminho para a Copa do Mundo e os Jogos	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro	Vila Olímpica Carlos Castilho e Clara Nunes no

Olímpicos: Aliança Esportiva para o Desenvolvimento			Município do Rio de Janeiro
Programa Paraná Seguro	Secretaria do Estado de Seguridade Pública/Secretaria da Família e Desenvolvimento social	Polícia Militar e Civil	Curitiba, Londrina, Maringá e região fronteiriça do Paraná
Gerando Oportunidades e Protegendo o Direito dos Jovens	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul	Polícia Militar e Civil	Cidades do Rio Grande do Sul: Alvorada, Porto Alegre e Viamão
Projeto Estado Presente: Segurança Cidadã no Espírito Santo	Estado do Espírito Santo (ES), por meio da Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas	Polícia Militar e Civil	Oito municípios do Espírito Santo

Fonte: Autora, 2022¹⁰²

¹⁰² Produzido pela autora a partir do levantamento descritivo das operações jurídico-políticas identificadas no sítio eletrônico do BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2022a).